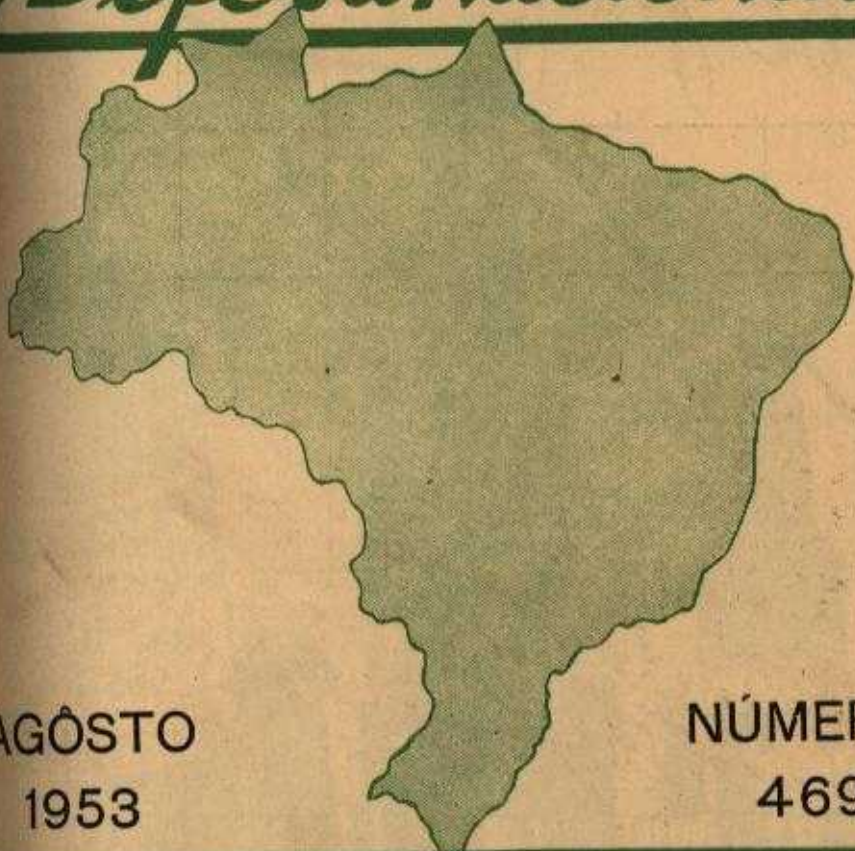


Defesa Nacional



AGOSTO
1953

NÚMERO
469

General **JUAREZ DO NASCIMENTO F. TAVORA**, Diretor-Presidente.
General **ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO**, Diretor-Gerente.
Coronel **ADALARDO FIALHO**, Diretor-Secretário.

RIO DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XL

BRASIL — RIO DE JANEIRO, AGOSTO DE 1953

N. 469

SUMÁRIO

Págs.

Editorial.....	3
----------------	---

ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL

O emprego da Artinaria (Na defesa das frentes externas) — Trad. do Cel. J. I. O. Paredes.....	9
A Cavalaria a cavalo — Cel. Ênio da Cunha Garcia.....	25
As guerrilhas e a guerra moderna — Comentários do Cel. Arold Ramos de Castro.....	27
A Engenharia (Conclusão) — Trad. do Ten.-Cel. Floriano Möller.....	31
Grupamento homogêneo em hatação nos corpos de tropa — Ten.-Cel. Jayr Jordão Ramos.....	39
Comando ou Estado-Maior? — Ten.-Cel. Paulo Enéas F. da Silva.....	43
A defensiva elástica — Trad. do Maj. A.V. Paiva.....	45
O cavalo e a mecanização de um Exército — Trad. do Maj. Carlos Alberto da Fontoura.....	55
Artilharia antiaérea empregada em missão de Artilharia de Campanha — Trad. do Cap. Geraldo Figueiredo de Castro.....	59
O tanquista — 1º Ten. Ayrton Pacheco Secundino.....	69

ASSUNTOS DE CULTURA GERAL

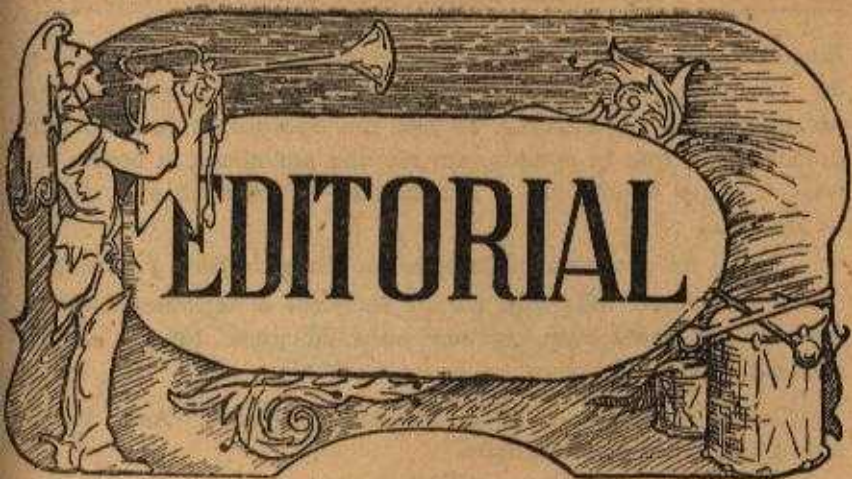
O vale do São Francisco — Prof. Muarcio Joppert da Silva.....	73
A reforma agrária e o município — Dr. Nestor Duarte.....	77
O canal de Suez no domínio estratégico — Gen. Felício Lima.....	83

GEOGRAFIA E HISTÓRIA

A família de Caxias — Eugénio Vilhena de Moraes.....	85
Caxias (No Sesquicentenário do seu nascimento) — E. Vilhena de Moraes.....	104
Origens do Dia do Soldado — Bento Pedreira da Costa.....	105
Festa de Caxias (Dia do Soldado).....	111
O Duque de Caxias — Ten.-Cel. Nelson R. Carvalho.....	113
Aviso Ministerial (Programa — Homenagens).....	122
O sentido cristão na vida de Caxias — P. J. Busato.....	123
Maria Quitéria — Pedro Calmon.....	125
Documentos históricos sobre Maria Quitéria de Jesus.....	127
Fundação do Presídio de Miranda — Gen. Silveira de Mello.....	129
Monte Caseros e o fuzil de agulha — II — Trad. do Gen. Klinger.....	137
Redivisão territorial do Brasil — Maj. Alfredo Correia Lima.....	143

DIVERSOS

Expansão de Volta Redonda — Gen. Silvio Raulino de Oliveira.....	156
Prefácio do Código de Honra da A.M.A.N. — Asp. Of. Sady Fialho Fagundes.....	159
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	161
NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR.....	171
ATOS OFICIAIS.....	175



CAXIAS, UMA ESPADA A SERVIÇO DA PÁTRIA

Celebra-se, neste mês de agosto, o sesquicentenário do nascimento de Luiz Alves de Lima e Silva, o inolvidável Duque de Caxias. A Pátria engalana-se para comemorar tão insigne acontecimento.

Em São Paulo, inaugura-se magestoso monumento em memória do grande soldado, patrono do Exército brasileiro.

Contudo, por mais grandiosas que sejam as proporções desse monumento, fica êle ainda muito aquém desse outro monumento que Caxias construiu com sua espada, isto é, a pacificação, unificação e defesa do solo pátrio. Essa construção gigantesca, que abarcou todo o Império, foi argamassada com o mais puro patriotismo. Com efeito, em tôdas as manifestações da vida de Luiz Alves de Lima e Silva, chamado por alguns o Cavour brasileiro, jamais descobre-se outro móvel que não a grandeza da Pátria.

Nunca foi empolgado por interesses subalternos. Os altos destinos da Nação foram sempre a sua meta. Habituará-se mesmo, desde a infância, a pautar todos os seus atos por êsse nobre ideal.

Caxias desejava para o Brasil uma das primeiras posições no Continente. Sua alma de soldado disciplinado sofria ao vê-lo retalhado pelas lutas internas, pondo em risco o seu progresso, estrutura política e quiçá a própria unidade. O que seria do

Brasil Império, dividido pela ambição de facções políticas, presa da desordem, vítima da anarquia administrativa, pressionado por influências estrangeiras, se não lhe apparecesse este homem predestinado, que ia opondo, em marcha salvadora, a ordem ao caos, o senso à ambição, a moralidade à confusão e a vitória ao inimigo!

Caxias foi a coluna do Império, no dizer de Raul Fernandes.

E no entanto, todo esse tilintar de ferros e derramar de sangue, que se insculpiram na sua obra ciclópica, jamais deixou raízes de ódio.

Caxias era, antes de tudo, patriota e humano. Após a vitória surgia o Homem-Coração.

Magnânimo, cedo fazia olvidar os rancores da luta, inspirando-se no tema de que só o amor constrói.

E lá se ia, de província em província, deixando, trás si, irmãos unidos, não raro distinguido pelos derrotados da véspera, como aconteceu após a revolução farroupilha, quando foi eleito senador pelo Rio Grande.

Para Carlyle, a biografia dos grandes homens é a história da humanidade. A de Caxias, no dizer de Raja Gabaglia, é a síntese de meio século de história nacional.

Pois se culminante é o momento em que uma Pátria se liberta e luta pela defesa e consolidação de sua independência, Caxias encheu todo esse momento decisivo do Brasil. Iluminou com o fulgor de sua espada. Sua colaboração foi espontânea a princípio e sua intervenção decisiva, ao fim. E não havia desviá-lo desse caminhar honesto, seja na militância, seja na política.

Conhecedor profundo da política brasileira, não o seduziam os acenos partidários, primeiro porque vislumbrava acima deles os verdadeiros interesses da Pátria e segundo porque estava convencido de sua falta de sentido nacional.

Patriota desinteressado, Caxias jamais quis o arco do triunfo para si.

Seus títulos e posições vieram-lhe, uns após outros, "ora como um apêlo, ou uma ordem e até mesmo como uma súplica". Imaginemos Caxias ambicioso, dominado pela idéia de mando, à moda dos caudilhos da época.



Luiz Alves de Lima e Silva, o condestável do Império. Uniu
e defendeu a Pátria

Ele, a inteligência privilegiada, a espada invencível, o estadista nato, o organizador inexcedível e o administrador por excelência!

Ele, ídolo da Nação e que já despertava ciúmes na própria casa imperial! Não, Caxias era o equilíbrio e a lealdade em pessoa. Pôde ser tudo e não foi senão aquilo que outros quiseram que o fôsse.

A auréola de anjo tutelar da nacionalidade lhe bastava à consciência proba.

Assim o vemos recusando, a princípio, o comando em chefe na guerra do Paraguai. E que desejava evitar exploração política, afastando-se do partido no poder. Este era o liberal e ele pertencia ao conservador. Caxias, o grande cabo de guerra, é pôsto à margem. Segue para Uruguaiana, embora enfermo, como simples Ajudante de Campo do Imperador e lá assiste ao cerco e à rendição da cidade. Caxias está inativo, mas vigilante. Sua alma de soldado patriota palpita de ansiedade.

Sobreveio o desastre de Curupaiti. Convidado novamente pelos liberais, ainda no poder, Caxias, sexagenário, deixa-se vencer pelo amor do Brasil.

Mas não quer expor a Pátria aos azares de aventureira campanha. Eis que fulge então, não sem críticas intempestivas, a sua estrêla de organizador, ao preparar, adestrar e aguçar, durante um ano, o instrumento com que há de abater, em golpe certeiro, o inimigo audaz.

E o fez como ninguém, escrevendo as mais belas páginas de nossa história militar. Foi sempre êsse o seu destino de "the right man in the right place".

Lá onde precisavam, não de uma espada vingativa e implacável, mas de um gládio pacificador e justiceiro, lá estava ele.

Sua missão nas lutas intestinas era sempre mais a de um juiz conciliador do que a do general frio que não aceita condições para a rendição.

Sua figura humana soube sempre sobrepor-se ao fio de sua espada, quando estava em jogo a união dos brasileiros.

De uma feita, convidado para solene "Te-Deum" comemorativo de grande vitória sua, fê-lo substituir por u'a missa fúnebre em intenção dos irmãos mortos na guerra. Mas enganavam-se os que o consideravam destituído de energia e o supunham todo

langor. Ele a possuía em alto grau, mas energia serena, equilibrada, dosada de bom senso e que cessa tão pronto realizada a vontade. Se não, vejamos. Estoura em São Paulo a revolução de 1842, da qual era um dos cabeças o antigo regente Feijó.

Caxias desembarca em Santos, marcha para São Paulo e toma a ofensiva sobre Sorocaba, reduto dos revolucionários.

Ei-lo, finalmente, vencedor diante de Feijó que, do fundo de seu catre de paralítico, indaga-lhe com voz débil:

— Que ordens traz, General?

— As mesmas que V.S. me deu, quando regente, por ocasião dos movimentos de 1832, responde-lhe Caxias, levar tudo a ferro e fogo.

Mas, depois, magnânimo, mandava-o acolher em seu próprio Quartel-General.

Vencedor no Maranhão e Piauí, vitorioso em São Paulo e Minas, pacificador do Rio Grande do Sul, onde esmagou os pruridos de desmembramento da Pátria, Caxias cuida então de pôr a salvo do inimigo externo o que porfiara em defender do interno.

Surge o gênio Militar. A maratona que começou com a transposição do Charo e terminou em Assunção.

Caxias revelou-se condutor de homens, lidador infatigável, organizador por excelência, chefe disciplinado e disciplinador, sabendo arrostar perigos quando preciso, como em Itororó, onde imitou Napoleão, em Arcole, mas pagando tributo à prudência. Igualmente, quando estava em jogo o prestígio da Nação ou a concórdia internacional, quando, por exemplo, passou o supremo comando a Mitre. A estrêla de Caxias segue a sua marcha.

Agora é o estadista que se ergue. O administrador. O político. A Pátria precisa cada vez mais dele.

Três vêzes presidente do Conselho de Ministros, Conselheiro de Estado, Conselheiro da Guerra, senador do Império, presidente de Província várias vêzes, Ministro da Guerra, Consultor da Coroa, sustentava que a liberdade deve exercer-se dentro da ordem, mas que a ordem, sem liberdade, se desvirtuára. Tolerante, brando em seus processos de administrar, não admitia cruzezas e muito menos vinganças.

Foi com esse espírito cristão que semeou reformas, fomentou iniciativas, sustentou as instituições e aplacou ódios, como na questão religiosa, que já ameaçava cindir a igreja brasileira.

Sempre o sentido eminente da Pátria pairando acima de tudo.
Impossível descrever Caxias em tôda a sua grandeza nestas toscas linhas.

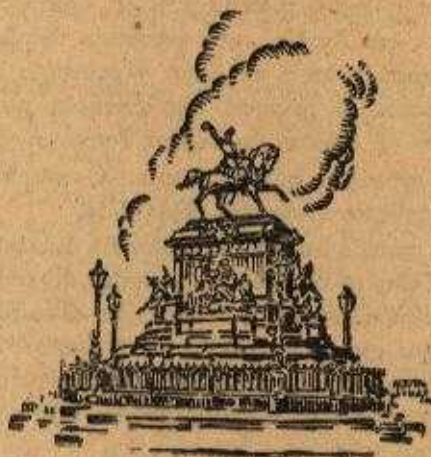
Sua figura gigantesca cresce com o tempo.

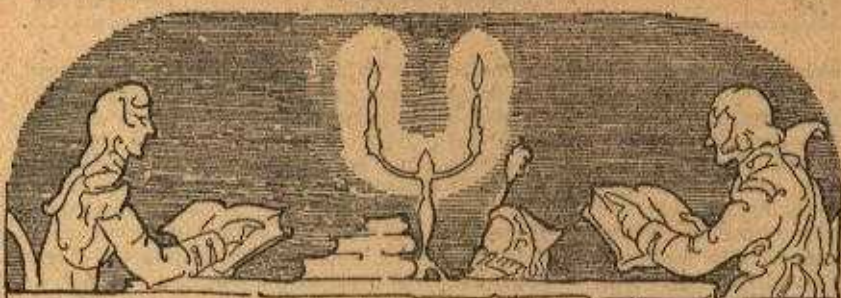
Sua sombra se projeta até nós, ainda hoje, como manto protetor.

Arquiteto por excelência da união nacional, baluarte invencível da ordem, foi também a espada predestinada em tôdas as crises que asoerberaram a existência política do Império, quer nas lutas internas, quer além fronteiras, na defesa da honra, soberania e integridade do Brasil.

Como político, como militar, como estadista, a sua obra está impregnada de sã nacionalismo. Que a sua imagem, neste sesquicentenário, esteja presente em nossos corações e o seu espírito se confunda com o nosso na compreensão dos problemas vitais da Nação.

Urge manter-nos dentro dos ideais de Caxias, integrados na sua obra patriótica, essa messe formidável de serviços que, no passado, fêz a grandeza do Exército, a união do Povo, a glória do Império e a sublimação da Pátria brasileira!





CULTURA PROFISSIONAL

O EMPREGO DA ARTILHARIA

NA DEFESA DAS FRENTES EXTENSAS

Gen. Div. GINO BOCCACCIA

Traduzido da "Rivista Militare" (Italiana)
pelo Cel. J. I. O. PAREDES



ARGUMENTO que pro-rarei ilustrar não tem necessidade de uma introdução que lhe demonstre a importância.

Seu interesse, como veremos, manifesta-se e afirma-se, considerando que, pelas poucas palavras que a nossa doutrina lhe dedica, ocorre tirar e reunir normas, métodos, sistemas e disposições de várias índoles que, eliminando, no modo mais absoluto, o uso dos preconceitos formais ou de rígidos esquematismos, empregam, plenamente, a inteligente atividade dos artilheiros de qualquer grau e especialidade para conseguir, com restrita economia de meios, o rendimento máximo das unidades que possuam.

O argumento é, portanto, muito vasto e complexo pelo que não será sempre possível descer ao exame de minúcias.

Por outro lado, para algumas especialidades de artilharia (por exemplo: a anticarros), trataremos de alguns aspectos de seu emprego, cujo exame consideramos útil ao melhor esclarecimento das disposições já aprovadas e recentemente difundidas, enquanto para alguns problemas característicos de outras especialidades, que mereciam tratamento à parte, limitar-nos-emos a ligeiras menções, deixando seu exame profundo e minucioso para estudos posteriores.

Nossa doutrina, em matéria de "defesa das frentes extensas", fixa, com extrema clareza, os critérios basilares e trata — ainda que sinteticamente — de três casos particulares que apresentam aspectos diferentes.

São três casos apenas, escolhidos entre os muitos que se possam apresentar a uma Grande Unidade e que estão entre uma organização de "área de defesa" — na qual

existe relação bem definida entre a extensão da frente e as forças nela empregadas — e uma situação que diremos "limite", na qual tal relação assume valor tão modesto que não aconselha a atuação de uma organização defensiva, mas que aconselha, pelo contrário, o estudo de uma sistematização de ação com divisão de todo o potencial, de modo que a Grande Unidade possa, em pouco tempo, fazer "massa", e defender-se, por manobra, sobre as mais prováveis direções do ataque adversário.

Se vaguearmos a mente entre os limites d'este vasto campo de ação e considerarmos — por exemplo — os mesmos casos tratados pela nossa doutrina, por esse exame, pelos possíveis confrontos, pelas tantas e tantas considerações que surgem de uma acurada análise de todos os fatores do problema, ser-nos-á fácil transportar-nos ao espírito da própria doutrina, o qual, se bem conhecido e bem assimilado, nos apresentará um sentido uniforme de pensamento e de ação, qualquer que seja o caso a confrontar.

A defesa de frentes extensas — como qualquer organização defensiva — não é jamais confinada a si mesma, mas, como vai claramente expresso pela nossa doutrina, tem o fim especial de garantir o tempo e o espaço necessários para a manobra das forças de reserva, às quais está afeta a ação preponderante. A ação defensiva, portanto, por manobra, ainda que precisando, para os próprios fins, de determinada organização estática, apoia-se sobre a ação dinâmica da massa de manobra constituída pela reserva.

O espaço a entregar-se a uma G.U. não pode ser definido a priori, e de fato nossa doutrina estabelece apenas o limite mínimo (em terrenos médios, 10-12 km para uma divisão ternária). Em qualquer caso, o espaço será o que os comandos superiores fixarem, tendo por base as funções da força operante, as necessidades do momento, as características da unidade a empregar, as caracterís-

ticas do terreno, etc.; em suma, tendo por base todos os elementos que contribuem — com as respectivas exigências — para determinar o tempo mínimo necessário para poder agir validamente, e para manobrar, em caso de ataque inimigo, em determinado setor.

E este tempo mínimo — é hom que se afirma de uma vez por todas — constitui o maior vínculo de honra, ao qual devam sentir-se ligados todos aqueles a que esteja confiada uma organização defensiva desse gênero. E esse vínculo de honra deve ser mantido mesmo a custo do supremo sacrifício.

Tender a superá-lo é índice de poujança moral e material, é afirmação segura de capacidade organizadora, de excelente capacidade de manobra da unidade, e fator seguro de sucesso no quadro geral das operações.

* *

Para responder rápida e precisamente às exigências do combate em zonas tão amplas e profundas, a artilharia divisionária deve, antes de tudo, estar caracterizada por uma grande capacidade de organização e por capacidade e possibilidade de manobra de alto valor.

Para percebê-lo, basta observar entre que limites, no âmbito divisionário, a artilharia pode ser chamada a agir: pela sua ação sobre zonas bem definidas ou pontos bem determinados situados além da linha de segurança e que apresentem especial interesse para o adversário, até à intervenção, no emprego, de reservas parciais ou totais com o fim de rechassar o inimigo além da posição de resistência, ou mesmo para favorecer a constituição e a consistência de linhas de barragem, onde mais grave fôr o perigo. Fim a alcançar: máxima, oportuna e precisa contribuição de fogo, em qualquer ação, para manter bem quite aquele vínculo de tempo a que já me referi.

A manobrabilidade não deve ser prevista apenas no sentido de pro-

fundidade, mas também no sentido da largura. Isto porque, nesta organização defensiva, e justamente pela vastidão das zonas que ela encerra, se a princípio a artilharia deve assumir uma disposição fracionada (porquanto fracionada deve ser a sua ação), depois de esclarecidas as intenções adversárias, será certamente forçada a efetuar movimentos diversos — já preventiva e acuradamente estudados — para assumir novo dispositivo, certamente mais conceituado e adequado às exigências surgidas — e às condições impostas pela situação reinante.

E não se deve desprezar o caso de precisar temporariamente desgarnecer uma parte do "front" para concentrar, no menor tempo possível, a artilharia onde fôsse necessária uma ação de máxima potência de fogo, de modo a tornar necessária a intervenção de todas as artilharias disponíveis. Nem se pode excluir o caso em que a artilharia deverá modificar o mais rapidamente possível o próprio dispositivo para poder eficientemente concorrer para as ações que se desenvolvem no setor das G.U. laterais, quando a ação inimiga seja diretamente contra o setor confiado a uma só G.U.

Como é óbvio, nestes casos tenta-se sempre fazer concentração de meios e de fogo onde a situação o peça. A ligação entre as G.U. laterais e colaboração sobre o campo de batalha, elementos dos quais depende a consecução do fim prefixado, assumem — nesses casos — altíssima importância e aspectos bem mais complicados que os que caracterizam uma simples coligação de fogos ou de sutura entre os setores da mesma força divisionária. Esses elementos resultam da utilização da soma de providências minuciosas e de longo alcance, de caráter organizador, absolutamente necessários, uma vez que — para resolver o problema da defesa — somos forçados, como no caso em exame, a fazer emprêgo (pelo menos nos primeiros tempos de duração não previsível) de

um modesto número de unidades de artilharia.

Este quadro, ainda que apenas esboçado a grosso modo, é suficiente para fixar, com clareza, a idéia da vastidão da zona na qual pode ser chamada a agir a artilharia de uma G.U. empenhada na defesa de uma frente extensa e, portanto, estabelecer os limites dentro dos quais a organização defensiva deverá ser desenvolvida com meticuloso cuidado.

Esta organização — é bom que se diga logo — não se improvisa, porque a sua atuação requer tempo adequado (certamente não exíguo) e quadros perfeitamente adestrados para um trabalho metódico e pesado. Conhecer esse trabalho com perfeição é dever de todos e é, outrossim, dever de todos enfrentá-lo com inteligência e apaixonada perseverança, guiados por dois únicos conceitos, simples, mas de importância preponderante, a ponto de tornarem-se verdadeiros imperativos categóricos:

1) *Máxima mobilidade da unidade*, para seu fácil deslocamento de uma posição para outra (e em consequência escolha das posições segundo a facilidade de acesso e retraimento).

2) *Imediata possibilidade de intervenção* de qualquer posição antes mesmo que as conteiras das peças hajam tocado em terra (e daí predisposição — nas várias posições previstas — de uma suficiente organização técnica do tiro).

E esta organização deverá compreender:

— um dispositivo inicial das artilharias de campanha, antiaérea leve, anticarros, contra-morteiros e eventualmente de carros de combate empregados como reforço;

— dispositivos sucessivos no sentido da profundidade e da frente;

— uma organização tático-logística para a troca de posições;

— uma organização técnico-balística de tiro;

— uma organização para ação contra-morteiro;

— uma organização de observações;

— uma organização de ligações táticas e técnicas;

— uma organização de serviços.

Este trabalho complexo, tendente a pôr a artilharia em condições de responder totalmente a todas as vastas missões que lhe possam ser afetas, deve ser completado por um verdadeiro e apropriado "Plano de defesa", que compreenderá:

— As ações eventuais a desenvolver além da linha de segurança;

— As ações a desenvolver para proteção das unidades que constituem a posição de resistência, visando especialmente o deslocamento nas amplas cortinas entre uma e outra unidade, seja para a proteção dos campos minados, das interrupções, dos impedimentos nas estradas, etc., seja para prender o adversário sobre linhas bem definidas de contenção, sempre que ele conseguir superar a posição de resistência;

— As ações a desenvolver em caso de emprego das reservas sectoriais ou divisionárias, e nas diversas hipóteses sobre previsíveis ações adversárias;

— Todos os possíveis entendimentos entre comandos de artilharia e comandos das várias unidades de outras armas, ou de grupos ou reagrupamentos táticos, fazendo que o concurso da artilharia na ação possa ter início em brevíssimo tempo e desenvolver-se com característica de máxima oportunidade e violência;

— Todos os entendimentos entre comandos de artilharia das G. U. laterais, para o caso de eventual concurso a ações de mobilidade nos respectivos setores.

O dispositivo inicial da artilharia de campanha, que depende da amplitude do setor divisionário e da necessidade de tomar contacto com o inimigo o mais afastadamente possível, resultará não apenas fracionado e de maior ou menor densidade, conforme o número das prováveis direcções de ataque adversário, mas também muito avançado para permitir ações com boa densidade de fogos seja sobre os vários objetivos da zona de segu-

rança, seja em proteção dos obstáculos e das tropas que, nesta zona, são deslocados, a fim de retardar a aproximação do inimigo.

Este dispositivo, que não ficará nem linear nem uniforme, e que dependerá das características balísticas das artilharias e das condições do terreno (para fins de disfarce e movimento), deverá responder — uma vez que as várias unidades serão forçadas a assumir outros dispositivos — a um outro requisito que é essencial: não deixar soluções de continuidade nas ações de fogo solicitadas, tornando, deste modo, mínimo o tempo de crise que qualquer mudança de posição comporta.

Neste dispositivo, não se descerá nunca abaixo da unidade de grupo. Este, quer em relação às exigências de rapidez na mudança de posição (espaço para a concomitante manobra dos tratores), que para reduzir a intensidade das ofensivas aéreas adversárias, se disporá sobre o máximo de frente possível, satisfeitas as necessidades técnicas do tiro e da manobra de fogo, que — a princípio — poderá desenvolver.

As baterias, onde não encontrarem boa posição próxima para manobra, deveriam assegurar-se não menos de dois acessos independentes para cada uma, a fim de tornar mínimo o tempo empregado para tomada e abandono da posição.

A sistematização das peças no dispositivo da bateria, e desta no dispositivo do grupo, deverá ficar de tal modo que a posição recíproca das várias unidades facilite o tiro do conjunto do grupo na zona de frente mais ampla possível.

Em casos particulares, e pelos motivos já precedentemente indicados, poderá mesmo ser solicitada a colocação de algumas unidades em zona de segurança. Neste caso, permanecendo o princípio — sem dúvida imutável — da necessidade absoluta de um acurado ocultamento e mascaramento, assume primordial importância a organização da defesa vizinha e a facil-

dade de deslocamento (máximo aproveitamento da velocidade dos meios, itinerários bem definidos, reconhecidos e usáveis pela consistência do subleito das estradas).

Sempre que se trate de dispor, em zona de segurança, unidades superiores à bateria, convém examinar se é mais conveniente e oportuno dispor grupos completos ou mesmo baterias de grupos diversos, a fim de que, no dispositivo conjunto inicial, fiquem menos avançados.

O dispositivo avançado inicial da artilharia antiaérea leve deverá atuar empregando-se — de certo modo — os mesmos critérios expostos para a artilharia de campanha, porque o fim principal das artilharias antiaéreas leves é justamente o de proteger a de campanha dos ataques do alto. Em outras palavras, a artilharia antiaérea leve deve concorrer para a defesa dos dispositivos de artilharia de campanha, e — em subordinada linha — à organização para as ações contra carros, nos limites, é lógico, impostos pelas possibilidades da posição assumida e pelas características intrínsecas do material.

Mas desde que não se possa dispor organicamente de um número de unidades antiaéreas leves, no mínimo o dobro do que se tem, ou de armamentos com conjuntos multicanos, e de qualquer modo dispondo de metralhadoras, de 12 ou 13 mm, ter-se-á de escolher, entre os muitos objetivos a defender, aqueles para os quais a defesa antiaérea é absolutamente necessária nas condições de vida ou de morte, evitando sempre inúteis subdivisões ou dispersão dos meios.

Um sistema semelhante, além de criar sérias dificuldades de comando, de emprego e de manobra, impediria a concentração do fogo, ou mesmo a consecução da condição que é sempre essencial e indispensável, às múltiplas, conquanto fugacíssimas, ações que tais artilharias são chamadas a desenvolver.

Multiplicar os cuidados para o ocultamento e mascaramento, di-

luir-se em superfície para diminuir os efeitos da ofensiva aérea, são sempre — em quaisquer condições de tempo e de lugar — deveres imperiosos; mas no caso de pobreza de meios, é também de dever precipuo não descer, na disposição desses meios, abaixo da unidade "bateria" e ter em conta, por exemplo, que para as unidades de artilharia motorizada é tão necessária a defesa dos tratores quanto a defesa das peças. Os primeiros são parte integrante dos segundos, pois, sem tratores suficientes para locomover as peças, bem pouco valem o elevado adestrado de tiro, de capacidade, de precisão, de presteza na intervenção conjunta do pessoal, e as melhores características balísticas e mecânicas das peças.

Um inteligente aproveitamento do terreno para ocultamento, disfarce e camuflagem poderá ser suficiente para alguns órgãos; para outros, será necessário o complementamento da proteção com metralhadoras de 12 ou 13 mm ou pesada de 22; mas a posição das peças e dos tratores deverá sempre ser protegida por canhões de 40 mm, porque, em uma formação de artilharia, a missão destas peças é sempre dupla: principal — a de proteção antiaérea, e eventual — mas sempre presente — a cooperação com outros meios para a defesa anticarros nos setores, ou nas direções onde é mais provável e perigosa a manifestação de meios blindados inimigos.

O problema da defesa antiaérea é indubitavelmente um dos mais complexos para resolver e merece — que por parte de uma guarnição, ou de uma bateria ou de uma Grande Unidade — uma constante atenção, porque os meios para a procura e distinção dos objetivos no ar estão sempre em progresso, como estão em progresso os estudos dos métodos e sistemas para tornar mais precisa, poderosa e mortífera a ofensiva aérea.

O dispositivo inicial da artilharia anticarros (excluído o da unidade eventualmente descentralizada do comando da divisão) apre-

senta características diversas, segundo se trate de artilharia semovente ou de tração.

O dispositivo é sempre parte integrante de toda organização defensiva anticarros, posta em ação no sentido da frente e em profundidade e com todos os meios em dotação nas subunidades das várias armas; — assume maior valor a "manobra dos dispositivos" que particularmente interessa às artilharias anticarros de tração, dispositivos que deverão ser obviamente previstos em número reservado e acuradamente organizados, baseando-se em todas as hipóteses que é possível formular sobre o emprego (ação e direção) dos meios blindados inimigos.

— O emprego de uma unidade anticarros semovente, em zona de segurança, que na organização de uma área defendida é eventual, no caso da defesa de frentes extensas torna-se *normal*, ou antes de necessidade quase absoluta. Em consequência, devem ser acuradamente estudados:

— a sub-divisão dos vários setores de especial delicadeza e sensibilidade entre as várias unidades anticarros semoventes disponíveis;

— os itinerários que cada unidade deverá seguir na "manobra dos dispositivos";

— como, em caso de necessidade, poderão reunir-se para concentrar-se onde mais densa se manifeste a ameaça inimiga, para impedir ou retardar a aproximação das unidades adversárias;

— que ligações será necessário e oportuno manter com as subunidades que agem na zona para não lhes prejudicar os trabalhos, mas, potenciá-los e completá-los;

— assume aspecto essencialmente manobreiro — em estreita colaboração com as outras armas — a finalidade da unidade semovente descentralizada dos grupos ou reagrupamentos táticos da reserva, pois é justamente sobre a ação destas unidades que assenta o conceito basilar da "defesa manobrada", exposta por nossa doutrina.

De qualquer modo, todos os con-

ceitos que presidem ao emprego destas artilharias devem estar sempre animados e verificados por um mesmo espírito: o de agressividade destruidora e inteligente que, fortalecida pela astúcia, no aproveitamento de todas as circunstâncias favoráveis, deve assegurar a precedência de tempo para bater o inimigo no duelo de morte entre canhões e carros.

Mas tudo deve estar sempre acompanhado pelo profundo e perfeito conhecimento das possibilidades de máximo aproveitamento dos meios de ação e da firmeza de ânimo e de caráter do pessoal, elemento este de elevadíssimo valor moral.

O dispositivo inicial da artilharia antiaérea média, geralmente empregada como reforço, prescindindo de qualquer consideração relativa à missão que lhe possa ser confiada, deve ser estudado tendo sempre em conta as características particulares apresentadas pela unidade desta especialidade, quer quanto ao dispositivo, quer quanto ao material em dotação.

Para o emprego, na defesa de frentes extensas, que requer artilharias manobráveis e maneáveis, o canhão de 140/30 é certamente — entre as artilharias pesadas de campanha — o mais adaptado e o mais conveniente; e isto, seja para os bons resultados que com seu emprego se possam obter a distâncias médias de tiro (qualidades balísticas), pela rapidez do tiro que permite, pelo tempo pedido para a tomada de posição, seja pelas suas qualidades mecânicas (estrutura, solidez e rusticidade do material e peso do conjunto). Quanto, pois, ao que se refere a movimento, o canhão de 140/30, se puxado por meios de adequada potência, não apresenta dificuldades superiores às normalmente apresentadas pela artilharia de campanha.

Com artilharias deste gênero, dispostas, a tempo, sobre posições avançadas, pode-se estar certo de conseguir agir *potentemente* em toda a zona de segurança, e ainda

mais, sobre todo o setor confiado à divisão.

O emprego de artilharias de calibre superior (refiro-me às atualmente em serviço), ainda que apresentando as vantagens de maior fogo e de maior eficácia de golpe isolado, não seria conveniente, porque o aumento de peso do conjunto prejudica a manevrabilidade, tornando complicado e lento o movimento e o aumento de calibre tornaria muito gravoso e oneroso o abastecimento de munições.

É aconselhável, portanto, seguir, no estudo do dispositivo destas últimas artilharias, os bem claros critérios de emprego na defesa, procurando conseguir a máxima eficácia de sua ação de fogo à frente da linha avançada da posição de resistência, de modo a poder intervir, com as mais potentes concentrações, seja ao longo da direção de provável ataque inimigo, seja ao longo do mais provável emprego das reservas. É notório que o máximo desenvolvimento de fogo (primeiro de barragem, depois de repressão) deverá abater-se sobre as zonas em que o inimigo tentará atacar e superar a posição de resistência, e é também natural o emprego em massa destas artilharias com ações violentas e devastadoras, durante o emprego das reservas, para abreviar o mais possível a missão confiada aos grupos ou reagrupamentos táticos que as constituem.

O dispositivo inicial dos morteiros pesados entra no complexo da organização contra-morteiro, que nossa doutrina confia à artilharia divisionária. Desta organização falaremos, ainda que sinteticamente.

O critério do emprego em massa não poderá ser seguido nos dispositivos da fase organizativa, porque é subordinado à ação (direção e modalidade) do inimigo. Prevê-se facilmente que, manifestados os elementos da ação inimiga, se tornarão necessários deslocamentos dos morteiros (que não serão difíceis nem complicados, dado o modesto peso dos conjuntos e a característica de potência e manevrabilidade nos respectivos meios de

tração ou de transporte) para a concentração, nos setores da frente que se mostrem mais delicados, do maior número destas unidades e realizar assim o emprego em massa. Portanto, e em relação às características balísticas desta arma (rapidez de tiro, grande efeito do golpe em si e densidade de fogo), podemos prever um dispositivo inicial diluído no sentido da frente (transversalmente), de modo a poder descer-se, com baterias de 6 peças, mesmo à formação de meias baterias isoladas, podendo manter — inicialmente — as vastas zonas de provável posição de morteiros adversários sob ação imediata dos morteiros pesados da defesa.

Não se pode negar que, em determinadas circunstâncias, devam as unidades de morteiros pesados ser — desde o início — descentralizadas, nem é possível que, com a ação contra-morteiros, sejam solicitadas a cooperar — nos limites do possível — unidades da mesma natureza e potência dos regimentos de infantaria da divisão, já inseridos (como veremos a seguir) na rede topográfica da organização para a ação contra-morteiro divisionária.

* *

Dispositivos sucessivos da artilharia — paralelamente à frente e em profundidade. Pela escassez de meios de que em geral se dispõe, mas especialmente pelo próprio caráter de defesa sobre frentes extensas — defesa manobrada e desenvolvida em espaços profundos — os dispositivos sucessivos das artilharias constituem absoluta necessidade.

Seu fim é o de facilitar ao máximo a manobra dos meios, que tendem a reunir — no menos tempo possível e já orientada tática e tecnicamente — a massa das artilharias da divisão onde for necessária uma ação concentrada.

É lógico que estes dispositivos sucessivos não interessam apenas às artilharias orgânicas da divisão, mas também às artilharias empregadas como reforço — sempre

que possuam boas características de manobrabilidade — e devem ser estudadas e dispostas em perfeita harmonia com os conceitos de emprego precedentemente indicados.

A organização das posições relativas, que leva a prever e pre-dispor tudo (colocação, postos de comando, vias de acesso e de retraimento, itinerários, etc.) deve tender a reduzir ao mínimo os tempos mortos, isto é, os tempos que as unidades empregam para deslocar-se de uma posição para outra (1).

E o conceito fundamental a seguir deverá ser o de reconstruir o mais rapidamente a unidade "regimento", para que essa unidade possa — no fim da manobra de fogo desenvolvida no curso da batalha — desfrutar totalmente os seus meios e as suas possibilidades.

Não é possível estabelecer — nem mesmo atítulo de orientação — quantos dispositivos serão necessários. Seu número suscitará, de vez em quando, o exame do caso concreto. E os elementos a tomar para exame serão: as várias possibilidades do inimigo nos vários setores; as características do terreno na área a defender; o tempo disponível para a organização; as características balísticas das artilharias e suas possibilidades de estreita colaboração com as outras armas na formação de defesa. Estas últimas sempre representam certamente elementos julgados de elevadíssimo valor, porquanto — por exemplo — à possibilidade de ação de uma artilharia à grande distância e com precisão e eficácia, corresponde a necessidade de um menor número de deslocamentos e, até certo limite, um maior tempo disponível para levar a termo tais deslocamentos.

A organização das posições, compreendida a sistematização da de-

fesa vizinha e da defesa antiaérea, deve constituir argumento de profundos e minuciosos, estudos, perfeitamente meticulosos, para evitar o perigo de qualquer omissão e consequente improvisação. Para algumas dessas posições, será necessário levar a organização até à execução dos tiros de enquadramento do terreno, ainda que com uma só peça por grupo, sobre as zonas que — facilmente observáveis no período de organização — poderiam, durante o combate e após a eliminação de qualquer de nossos observatórios, não poder ser observadas senão de outros pontos ou pelo serviço aéreo da artilharia.

Repetimos que o movimento das artilharias para a manobra dos dispositivos constitui um importantíssimo problema, para cuja solução concorrem os estudos de todos os artilheiros empregados nesse movimento. Os comandos superiores do regimento limitam-se à designação das zonas a ocupar e à indicação dos itinerários, mas os comandantes de grupos e de baterias devem levar seus estudos até o mínimo pormenor: posições das baterias no grupo e das peças na bateria, reconhecimento dos itinerários fixados, escolha dos itinerários não vinculados em relação à cobertura, ao fundo estradal, às condições de luz, à possibilidade de aproveitamento da velocidade dos meios de tração, possibilidade de abrigo, de mascaramento, de camuflagem das peças, etc., tudo para conseguir os elementos e as modalidades que assegurem às evoluções as melhores condições possíveis.

No estudo e execução desse trabalho delicadíssimo, todos os artilheiros devem ser guiados por uma convicção imperativa: *reabrir o mais rapidamente o fogo, para retomar o posto de honra e de res-*

(1) É dever de todos, mas especialmente dos comandantes de grupo, aprofundar este estudo no campo técnico-organizador, para eliminar qualquer incerteza e qualquer dificuldade, para reduzir ao mínimo indispensável — ou seja ao tempo apenas necessário para o movimento — o período de crise de ações.

responsabilidade a eles designado no campo de batalha.

Em suma, a organização dos dispositivos sucessivos (que, partindo dos iniciais, chega até aos previstos para a eventualidade da constituição de linhas de resistência) deveria — dentro dos limites — permitir manobrar as artilharias com pequeníssimas orlens, sêcas e precisas, tais como esta: grupo A. hora B. posição C. itinerário D: sendo já conhecidos com bra aproximação os tempos necessários para a manobra e, daí, a hora em que há possibilidade de retomar o fogo sobre determinados setores.

Não necessita ilustração especial a organização técnica e balística do tiro. A convicção da sua necessidade e da excelência dos resultados que dela advêm está profundamente radicada no espírito de todos os quadros da arma. Mas para a organização da defesa de frentes extensas, que interessa vasta zona de terreno, o trabalho é muito superior ao previsível para outras situações.

Também aqui será necessário um trabalho gradativo, evitando qualquer desperdício de energia, seguindo os mesmos critérios da defesa.

Uma análise, simples e rápida, da situação e do terreno, indicará aos vários comandos (Div. e regimentos) como conduzir-se para o levantamento dos elementos necessários à formação da rede topográfica que permita a manobra do fogo.

Enquanto os grupos — tomado o dispositivo inicial (avançado) — pensarão cada um por si nos elementos necessários para poder efetuar, no próprio âmbito, a manobra do fogo, os comandos de regimento e divisionário deverão, a sua vez, preocupar-se imediatamente com o levantamento dos elementos topográficos necessários para a formação das redes de artilharia regimental e divisionária, interessando-se por tôdas as posições já escolhidas e em curso de

sistematização, destinadas a receber — em tempos sucessivos — as artilharias divisionárias e de reforço.

No levantamento da rede de artilharia, ocorre ter em conta que, para a eventualidade sempre provável de que outras G.U. possam ser chamadas a agir no mesmo setor divisionário, ou em parte deste, suas artilharias devem poder inserir-se rapidamente na organização topográfica e balística existente e desfrutá-la para fins de defesa.

A organização da observação assume aspectos diversos segundo a conformação do terreno, as condições da vegetação (cobertura) e em relação ao acesso mais ou menos fácil àqueles pontos que, em exame preventivo da carta, indica como bons observatórios. Mas assume o seu aspecto principal na dependência da própria índole da organização defensiva a realizar, do conseqüente dispositivo das artilharias e dos deslocamentos que a luta certamente imporá.

Prescindindo de tudo o que entra nas atribuições específicas de competência das frações em relação às missões a elas confiadas (ligação tática) e em consideração à vastidão da zona sobre a qual a artilharia deverá provavelmente agir, não será possível por imediata e simultaneamente em função todos os observatórios que constituem uma vasta rede de observação. Cumprirá estudar uma rede de observatórios também escalonada em profundidade, certamente correspondendo aos conceitos defensivos, organizando com metuculoso cuidado todos os observatórios, mesmo se alguns desses não devam ser imediatamente postos em função.

Dos vários observatórios, far-se-á o levantamento — sempre possível com o auxílio da fotografia panorâmica — das zonas vistas e não vistas, para se terem à disposição elementos de avaliação e juízo necessários ao funcionamento do serviço aéreo de arti-

lharia; o qual — é bom que se afirme — integra e completa as possibilidades da observação terrestre, mas não deve nem pode ser substituído por esta, senão quando o imponham situações especiais.

Em suma, em precárias condições de meios — como facilmente poderá acontecer em tais ocasiões — é necessário multiplicar o trabalho de organização; cuidar ao máximo da escolha e preparação dos vários pontos da rede de observação; tirar destes — e com precedência — todos os dados relativos à zona interessada; fixar bem as disposições para eventuais deslocamentos, a fim de estar, em tempo útil, nas melhores condições para fazer frente, sempre e sem solução de continuidade, às exigências do combate.

• •

A organização para a ação contra-morteiro, diga-se uma vez para sempre, é hoje fator de importância capital e não admite tentativas e discussões estérteis. A absoluta necessidade de sua presença no complexo da organização de uma ação tática (ofensiva ou defensiva) tem-se amplamente revelado e repetidamente confirmado, no último vintênio, sobre todos os campos de batalha (2).

O argumento é muito complexo, e merece profundo tratamento à parte, apresentando aspectos diversos na ofensiva e na defensiva. Todavia, para não deixar lacunas muito grandes nesta exposição, procuraremos resumir os vários fa-

tôres do problema de organização que devem ser enfrentados, estudados e resolvidos, se se quiser assegurar à defesa o poder de retardar, desbaratar e impedir a ação inimiga.

A organização para a ação contra-morteiro não difere da ação acessória contra-baterias: apresenta as mesmas características e as mesmas necessidades, mas em campo mais restrito, tal como o da artilharia divisionária.

Na exposição esquemática que aqui, em seguida, registro, procurarei pôr em relêvo os elementos fundamentais desta organização, a qual — ao que me parece — deve ser independente da organização para a manobra do fogo, mesmo se da ação contra-morteiro possam e devam participar, junto às unidades de morteiros pesados, além das companhias de morteiros pesados dos regimentos de infantaria, também unidades de artilharia de campo. E a separação das duas organizações é justificada pela necessidade de se poder dedicar, com a máxima atenção e sem interrupções, à análise das informações relativas às prováveis zonas de posição dos morteiros adversários, fixar-lhes os limites, para tirar daí os dados para o tiro, reduzindo ao mínimo o tempo necessário à intervenção da unidade chamada à ação contra-morteiro.

• •

A organização para a ação contra-morteiro deverá compreender — uma organização topográfica e

(2) Em 1937 (há 14 anos), em um estudo sobre artilharia divisionária, escrevia eu: "Nós confiamos um grande poder ofensivo e de manobra aos meios de hoje adotados — sobre os quais, por outro lado, não temos ainda uma suficiente experiência de guerra — e nos comprazemos de ter encontrado um meio (o morteiro) com o qual combater — finalmente — a metralhadora. Devemos porém convir que este mesmo meio, além do poder ofensivo, tem também um poder defensivo próprio por nada desprezível devido a estas suas três características: grande efeito de golpe (bomba), facilidade de deslocamentos rápidos e de tomada de posição (independente do terreno), possibilidade de agir com impressionante rapidez de fogos sem a necessidade de revelar-se como a metralhadora". Posso agora acrescentar que, se o morteiro pode ser considerado a arma dos pobres, não se diga que os ricos não o devam empregar: antes, pode-se estar certo de que o usarão e com larguíssima disponibilidade de munição. É pois fácil perceber que, se esta arma pode — unida ao canhão anticarro e ao campo minado — conduzir a favoráveis condições, a própria defesa deve fortemente preocupar-se com o emprego que o atacante poderá fazer dessas armas, para cuja ação pode-se afirmar que não existem dificuldades nem para o enquadramento, nem relativamente aos objetivos a bater.

baleística do tiro, a qual é porém facilitada, no assentamento e no desenrolar de sua missão, pela artilharia divisionária, e na qual deverão inserir-se até as companhias de morteiros pesados da infantaria, que se empregarão em ações isoladas em vez de em massa; — uma organização de observações para a descoberta das zonas de posições dos morteiros adversários. Esta é certamente complicada, porque — especialmente em terrenos cobertos — os morteiros em ação se manifestam apenas pelos estampidos e não pelas chamas, e mesmo as estações fonotelemétricas (como o radar) encontram não pequenas dificuldades no seu emprégo por razões óbvias que não cabe aqui enumerar.

É necessário, acima de tudo, compilar um estudo acurado e minucioso do terreno, para assinalar, nas cartas de 25.000, as zonas de provável posição dos morteiros adversários, integrar os resultados deste estudo com todas as informações (com seleção prévia e acurada) colhidas sobre todas as zonas batidas por ditos morteiros, seja na fase de ajustagem, seja na fase de eficácia (concentração). Recorrendo-se ao estampido da bomba facilmente distinguível do da granada, pode-se — por exclusão e por indução — chegar à delimitação das zonas de mais provável posição inimiga, reduzindo-lhes sempre mais os limites, com a obtenção de novas informações e novas indicações;

— uma organização para a recepção de informações, que constará de:

— centro de recepção normal, constituído de todos os observatórios da rede de observação da artilharia divisionária;

— centro de recepção eventual, constituído dos comandos de todas as unidades de todas as armas, que tenham obrigação de transmitir as informações recebidas ao comando da artilharia divisionária, com caráter de absoluta precedência e integradas de indicações específicas e sintéticas (zona batida, mais ou menos pro-

vável direção de proveniência do tiro adversário).

É lógico que, para a colheita de informações, devam concorrer todos sem distinção de grau ou de arma, transmitido-as imediatamente aos órgãos encarregados da transmissão e recepção, porque todas as informações podem ter elementos úteis para uma ação eficaz contra-morteiros;

— uma planta quadriculada quilométrica, que não difere da empregada para a manobra do fogo de artilharia, sobre a qual deverão ser reportados pontos de apoio e posições das unidades de morteiros pesados de artilharia e de infantaria, e das unidades de artilharia que possam concorrer para a ação;

— uma organização das ligações independente, que tenha por cabeça o comando da artilharia divisionária e compreenda os comandos das unidades de morteiros e os centros receptores de informações.

Todos os elementos desta complexa "organização para ação contra-morteiros" deveriam orientar-se pelo comando de artilharia divisionária.

E tomando este órgão central, o trabalho deveria desenvolver-se do seguinte modo:

— estudo preventivo da carta de 25.000 para uma primeira delimitação orientadora — baseada nos elementos tomados da situação inimiga — das zonas de provável posição dos morteiros adversários;

— subdivisão do setor divisionário em setores de vigilância para os vários observatórios, indicando, para cada um, as zonas de maior interesse;

— recolhimento e avaliação das informações recebidas (revelações do radar; levantamentos fonotelemétricos; observações do clarão, do estampido; indicações dos objetivos de tiros de ajustagem inimigos; informações das patrulhas ou dos prisioneiros, etc.) e consequente redução dos limites das zonas de provável posição;

— remessa às unidades, a que interesse, da indicação das zonas (objetivos presumíveis) nas quais

podem ser chamadas a agir (setores e eventuais);

— estudo e compilação do plano para a manobra do fogo, baseado na grandeza do setor divisionário e nas características balísticas dos meios disponíveis (para estabelecer se a manobra deve ser concentrada ou se, ao contrário, convém descentralizá-la para setores confiados a grupos de unidades);

— estudo — e consequentes disposições — sobre as modalidades de intervenção das unidades de morteiros resimentais de infantaria (se de calibre superior a 81mm) já inseridas, na fase organizativa, no complexo da organização para a ação contra-morteiros.

* *

A organização das ligações táticas requer maior atenção na atuação da defesa de frentes extensas; deve ser objeto de contínua vigilância e de cuidados minuciosos, porque as ligações — deve-se afirmar — representam sistema nervoso de qualquer unidade combatente, grande ou pequena. Examine-se este problema quer no campo restrito da companhia, do esquadrão ou da bateria, quer no campo mais vasto de um exército, e se perceberá facilmente a existência da minha assertiva.

No nosso caso, e pelo lado técnico, respeitando-se o conceito de manobrabilidade da unidade de artilharia, é aconselhável que se destrua ao máximo — e especialmente nos primeiros momentos — o rádio.

O limitado número de unidades de artilharia orgânica e de reforço e a vastidão da frente favorecerão a aplicação do conceito.

As ligações por fio, no entanto, devem ser postas em função — e não em número limitado — preventivamente, pelos dispositivos sucessivos previstos, de modo que, esclarecidas a situação e as intenções adversárias, a artilharia possa servir-se rapidamente de todas as redes de ligações por fio das próprias unidades. E isto é necessário não apenas porque facilita

a transmissão das ordens para a manobra do fogo, mas porque permite que se tenha boa parte dos meios de rádio na previsão do emprego da reserva, quando somente ao rádio será confiada a ligação com e entre as unidades em ação.

A ligação tática, que logicamente não pode prescindir da técnica nem da observação, apresenta dificuldades que — atingindo os artilheiros — devem ser considerados pelos oficiais de todas as armas, a fim de que todos possam contribuir para que sejam vencidos.

A ligação tática é feita à base da colaboração, e hoje nem é admissível que unidades de duas armas, desenvolvendo cada uma ação integrante da outra, para a consecução de um objetivo único, possam alguma vez, mesmo por um instante, sentir-se independentes, separadas.

Nessa doutrina sanciona critérios que se podem dizer sacrossantos, mas a situação atual da artilharia não permite responder plenamente à necessidade da defesa das frentes extensas.

A íntima, a verdadeira, a produtiva colaboração somente se pode obter com o profundo e recíproco conhecimento pessoal dos homens postos em contacto direto sobre o campo de batalha; e não é oportuno pensar em danosas improvisações.

As dificuldades que aponte, ressaltadas por uma análise acurada de nosso problema, encontram certamente confirmação nas observações pessoais feitas nos exercícios de manobras e em episódios vividos na guerra e na paz.

Na defesa das frentes extensas são sempre necessários oficiais observadores deslocados:

— em zona de segurança, para o "largo emprego do fogo à distância". Este fogo poderá ser integrado pelo bombardeio aéreo, mas é de competência quase exclusivo da artilharia, que deve observá-lo, segui-lo, corrigi-lo, torná-lo cada vez mais denso e eficaz, para representar verdadeiramente um obstáculo à avançada

do inimigo, em harmonia com a ação desenvolvida pela infantaria, pelos esclarecedores, pela cavalaria blindada. A organização técnica (topográfica e balística) é certamente um elemento preciosíssimo para a tempestividade da intervenção, mas não assegura a precisão que é, entretanto, atingível com o auxílio da observação. E a precisão do tiro é necessária não só pelos efeitos, mas também pela economia de munição.

E é preciso não esquecer que aos oficiais observadores deslocados na zona de segurança pode ser confiada a direção da ação de fogo de parte ou de toda a artilharia divisionária;

— em posição de resistência, com os grupos de comandos ou comandados variadamente constituídos. Encontramo-nos aqui na zona na qual resolvemos conter o inimigo com todo o fogo possível e com todos os obstáculos postos em ação. Nossa organização técnico-balística, o enquadramento do terreno, tudo o de que dispomos é pôsto em ação, todas as possíveis ações do inimigo são previstas, examinadas e avaliadas; é acuradamente preparada a intervenção de todos os nossos meios capazes de opor-se à avançada inimiga; mas tudo isso ainda não é suficiente. Também aqui é necessária a intervenção vivificante da ligação tática, e — ataque o inimigo num ou noutro setor — precisa-se poder dispor de:

— alguns oficiais observadores junto aos comandantes de grupo;

— alguns oficiais observadores destacados nos regimentos, pelo menos entre aqueles onde se permite a observação das cortinas.

E é mister ter em conta que, enquanto para os oficiais observadores destacados em zonas de segurança é previsto e possível voltar à unidade de origem, não se pode prever o regresso dos destacados nas unidades, porque estes devem permanecer em seus postos em qualquer contingência e seguir o destino das próprias unidades.

— Para as unidades que constituem reservas setoriais, ou divisionárias. Estas unidades, destinadas ao contra-ataque para manobras, são constituídas de tropas móveis, reunidas em grupos táticos diversos, e sua intervenção — uma vez decidida — deve ser oportuna, rápida e violenta. Para a sua ação, a artilharia deve absolutamente concorrer com a máxima potência possível, quer na preparação, quer no apoio. Nesta fase da batalha, manifestam-se, mais que nunca, imperiosas as exigências da ligação tática, e a estas exigências é necessário atender plenamente, sem discussão, sem improvisações, sem avareza.

— Para as unidades blindadas ou motorizadas que eventualmente intervenham na batalha no setor da divisão, com os quais a artilharia divisionária, que organizou a defesa, deveria assegurar a ligação tática com o emprêgo dos próprios oficiais observadores, sendo estes os elementos mais idôneos e apropriados para desempenhar a missão, pelo conhecimento adquirido do terreno, da situação e do andamento da batalha.

A parte qualquer consideração relativa às perdas eventuais e às necessidades de substituição, para os quais é necessário prever um justo número de oficiais observadores empenhados (ou em reserva), o quanto expus é suficiente para demonstrar que somente com uma radical modificação nos regulamentos atuais se pode conseguir resolver problema tão importante, ou ao menos diminuir as dificuldades de solução.

De qualquer forma reafirmo que a ordem de precedência a seguir na missão dos oficiais observadores, na organização defensiva, deveria ser a seguinte:

— designação dos oficiais observadores necessários às unidades que constituem as reservas;

— entre estes, escolha dos oficiais observadores a destacar junto às unidades deslocadas em zonas de segurança (recuperáveis, ao menos, em parte);

— designação dos oficiais observadores restantes, disponíveis para a ligação tática com os comandantes de grupos de particular interesse (previstos como não recuperáveis).

Isto — é lógico — constitui uma diretriz genericamente orientada, e nada mais.

Tenha-se porém em conta que nada deve ser descuidado para assegurar sempre o que devemos manter e mantenhemos uma imposterável necessidade do combate: a ligação tática.

A organização dos serviços, e particularmente a relativa ao reaprovisionamento das munições, é argumento que merece ser profunda e minuciosamente estudado à parte.

Tenhamos em conta — e sempre — que empregando unidades de artilharia de manobra, facilmente deslocável de posição em posição, da qual se exijam oportunidade e rapidez de intervenção e máxima potência e eficácia de ação, o aprovisionamento de munições deve ser não somente seguro, rápido, contínuo e abundante, mas ainda tão oportuno que assegure às unidades de artilharia o afluxo de munições nas posições dos dispositivos sucessivos antes mesmo da chegada das próprias unidades.

• •

Conseguida uma organização como a que até aqui indicamos, fixados, de comum acôrdo com as unidades de infantaria empenhadas, os pontos prováveis do terreno a bater (a natureza do objetivo não é previsível); escolhidos, entre êsses, os necessários a um acurado enquadramento do terreno; esclarecidas e fixadas as ações que a artilharia deverá desenvolver além da linha de segurança e no interior dessa zona; estabelecidas as unidades (grupos e baterias) que deverão desenvolver a ação, e quais oficiais observadores serão empregados na observação; feitos os necessários entendimentos com as grandes unidades laterais para nossa even-

tual intervenção em seus setores e vice-versa; finalmente poderá o "Plano de Defesa" dizer-se acuradamente completo, pelo menos quanto a todos os argumentos principais. Faltarão apenas alguns elementos de pormenores (mas nem por isso menos importantes); os diretamente assentados entre as várias armas que operarão junto, na mais íntima união, que interessam em particular os comandantes de batalhão, de grupos ou bateria. Êstes entendimentos diretos — simples e claros — são essenciais para reduzir o tempo para a intervenção da artilharia em qualquer momento e em qualquer ponto da frente, e para definir *sem possibilidade de dúvida* as modalidades a seguir — durante a luta — para assinalar: *consistência do objetivo, densidade de fogo necessária para a sua neutralização, duração da ação do fogo julgada suficiente para a consecução do escopo.*

• •

E concluindo:

Nossa doutrina é simples, mas seus conceitos, avaliados e ponderados nos diversos casos prováveis (que não é possível catalogar), são suficientes para levar-nos — com o raciocínio e com a análise — à solução do problema que interessa à artilharia; e se bem assinalados no espírito, são guia seguro tanto para o subcomandante de bateria, como para o general comandante de artilharia divisória.

Os oficiais de artilharia de qualquer posto, examinando — por exemplo — os três casos que a doutrina trata genericamente (e seria bom que se juntasse o da defesa de costa), confrontando-os e tirando-lhes de cada um os conceitos informativos, procurando lembrar qualquer episódio histórico recente (como o desembarque dos anglo-americanos em Anzio, impedido por pouquíssimos homens, por isso que uma escassa artilharia, mas mobilíssima, deu aos aliados a impressão de encontrar-

se diante de fortíssima posição de artilharia), chegarão, por certo, a compreender e a assimilar o verdadeiro espírito daquelas normas, e talvez até a delas tirar um incentivo para todos os artilheiros.

É necessário adestrar-se, completar a própria preparação, aperfeiçoá-la com aplicação contínua, persistente, obstinada, a fim de que todos os meios possuídos produzam o máximo de sua mobilidade, porque as unidades dotadas destes meios têm máxima maneabilidade.

Unidades de artilharia apenas tecnicamente capazes não bastam. São necessárias unidades tecnicamente capazes, hábeis e perfeitas nos movimentos. Estas, em qualquer situação, satisfarão certamente todas as exigências de uma guerra futura, se — como creio que se pode prever — ela ainda for caracterizada pelo "movimento".

Iniciei a carreira com o canhão 75-A, rígido; dêste passei ao 75/906 e depois ao 75/911: as baterias tomavam posição à galope e o comandante, à frente, indicava com a espada desembainhada a direção que hoje chamam "a linha zero". Para aquelas baterias o deslocamento e a tomada de posição, na máxima velocidade permitida pelo meio (galope), constituíam o resultado do mais perfeito adestramento tático e motivo de orgulho para os artilheiros.

A guerra de 1915-18 nos transformou quase em artilharia de posição, mas nos melhorou e completou na técnica e deu vida à manobra do fogo.

No período sucessivo aperfeiçoou-se o funcionamento dos órgãos de artilharia destinados ao estudo

e à execução da manobra, e procurou-se ligá-la (coligá-la intimamente) com os elementos que da ação da manobra devem tirar a máxima vantagem.

Hoje, que as nossas normas de emprêgo indicam claramente como se deve conseguir sobre o campo de batalha a completa e recíproca integração dos infantas (ou dos cavaleiros blindados) com a dos artilheiros; hoje, que a experiência e a doutrina obrigam a prever a necessidade de concentração, em determinados setores, de grandes massas de artilharia (e conseqüente carência em outros setores, dada a nossa modesta disponibilidade de meios); hoje, torna a apresentar-se mais imperativo que nunca este problema: como suprir nossa deficiência de meios?

Como empregar os meios que temos para lhes multiplicar o rendimento, compensando assim sua deficiência?

É o problema da mobilidade, da velocidade, da manobrabilidade da artilharia, solúvel apenas adicionando à manobra do fogo uma outra manobra tanto, ou talvez, mais, inteligente: a manobra dos meios.

Não voltarão o cavalo e a espada desembainhada do capitão, que nos lembram com orgulho e saudade nossa juventude!

Mas os meios mais potentes, mais velozes, mais precisos, que o progresso científico-mecânico pode oferecer, darão à artilharia as enormes possibilidades de emprêgo e de ação que todos auspiciamos se, na alma dos artilheiros viverem, num crescendo, o valor, o espírito, os sentimentos de uma época.



A CAVALARIA A CAVALO

Coronel ENIO DA CUNHA GARCIA



ão era nossa intenção trazer ao conhecimento do público leigo a questão da cavalaria a cavalo, de que temos tratado nas páginas de "A Defesa Nacional".

Soubemos e, a fonte não podemos declarar, que há dias, em uma de nossas Escolas Militares de ensino superior, um conferencista, quando tratava de geo-política, ao se referir à cavalaria a cavalo, com desprezo, disse que era coisa do passado, que dela não devíamos falar.

São alunos do alto estabelecimento de ensino a que nos referimos, militares, políticos, banqueiros, geólogos, literatos, etc., todos formando uma elite respeitável. Embora elementos de elite, nem todos têm os dados para julgar da afirmação do ilustre conferencista. Eis o perigo, de vez que o nosso conferencista é conhecido como homem culto, inteligente e tido como em dia em assuntos militares. Estamos certos que a afirmativa será repetida e, como tal, somente trará desastrosas consequências ao conceito da cavalaria a cavalo e, pior que tudo, poderá ser também nociva à própria segurança nacional.

Quando alunos das diversas Escolas que cursamos — Escola Militar, Escola de Aperfeiçoamento, Escola de Estado-Maior —, sempre vimos, no ilustre conferencista, uma inteligência rara, um estudioso, por isto assombra-nos sua afirmativa que, estamos certos, sua Excia. não o fez baseado em dados concretos, porém apenas na sua fértil imaginação ou, então em dados errados.

Sua Excia. desconhece a história da última guerra na frente russa;

por isto, ignora que a cavalaria a cavalo, empregada em binário com os blindados, salvou a Rússia da conquista Germânica. Desconhece também sua Excia. que o perigo da intervenção da cavalaria russa, nos flancos e retaguardas alemãs, os obrigou ao emprego de grandes efetivos nas partes por onde poderia vir uma cavalo. Ignora o ilustre General conferencista que, após o cerco de Stalingrado, cinco divisões de cavalaria russa em cargas de Regimentos sucessivos, deram ao Chefe o tempo que ele necessitava para lançar na batalha a sua grande massa de manobra. Sua Excia., por certo não sabe que o grande Patton, o tufão sobre lagartas, interrogado sobre a cavalaria a cavalo, declarou que se tivessem os aliados alguns cavalos, as campanhas da Itália e Cecília, teriam sido rápidas. Sua Excia. também não sabe que os altos chefes alemães atribuíram sua derrota na Rússia devido à falta de uma cavalaria a cavalo para se opor à russa.

Sua Excia., profundo conhecedor de geografia, história, geopolítica, etc., não pode desprezar, no exame das possibilidades de outro meio de combate, as condições do terreno, isto é, a terra como é e como o homem a transformou, por forma a possibilitar a utilização deste ou daquele meio de combate.

Sua Excia. é um estudioso do homem, da terra, do progresso nacional e dos países vizinhos, portanto conhece as possibilidades dos nossos prováveis inimigos em nossos prováveis teatros de operações.

Se amanhã, algum dos ouvintes do ilustre conferencista, como homem público em cargo de responsabilidade, decidir negar um cré-

dito para a compra de animais para o Exército, o fará, por certo, baseado no que ouviu. O responsável não será o ilustre homem público e sim o nosso General, de vez que sua opinião deve ter sido aceita como indiscutível, dado as suas credenciais.

Desejamos que este pequeno artigo seja lido por alguns dos ouvintes e pedimos que eles olhem, na carta, nossos prováveis teatros de operações e vejam como são; que façam um balanço de nossas possibilidades industriais; que se lembrem que não temos petróleo explorável para nossas necessidades e, mais que tudo, perguntem ao órgão capaz de informá-los, se nossos vizinhos pensam como sua Excia., se estão também fazendo desaparecer o cavalo de sua formação militar. Não podemos calar ante o médo que nos assalta; por isto, apressamo-nos a responder:

1) Nossos prováveis teatros de operações não têm estradas e, quando as tem, as obras darte não suportam o peso de um carro médio;

2) Não temos indústria pesada, nem sequer suficiente para o fornecimento de peças para o pouco que temos de material moto;

3) Nosso petróleo, em fase de exploração, obriga-nos a importar a gasolina;

4) Nossos vizinhos da América do Sul, em que pesem nossas ótimas relações serão os nossos prováveis inimigos e, sabemos que modernizam seus exércitos desenvolvendo a Arma Blindada, porém sem prejuízo dos elementos hipo, tanto que um deles aumenta para 5 as divisões de Cavalaria.

Com as informações acima, não cremos que possamos tratar a cavalaria a cavalo como cousa do passado e sim como sempre foi, a arma das decisões, a arma cujos meios não se detém com a lama, com a neve ou com a chuva.

Tal afirmativa, além de perigosa para o espírito dos leigos, torna-se destruidora do espírito da Arma.

Fiquem os ilustres leitores certos de que, seja qual fôr a guerra, sejam quais forem os meios em ação, **HAVERÁ SEMPRE UMA CAVALARIA** que, vencendo as crises que tem atravessado e desprezando os conceitos apressados, espera no "bru-ha-ha" de uma carga, mesmo na era da couraça, reviver as cargas de Andrade Neves.



AS GUERRILHAS E A GUERRA MODERNA

(Comentários acerca de um capítulo do livro de Rodolfo Ghioldi "Experiências Militares Soviéticas").

Cel. AROLD RAMOS DE CASTRO, do E.M.F.A.



PODERÁ parecer um anacronismo que, na época da guerra atômica e bacteriológica, tratemos, neste artigo, das Guerrilhas. Devemos,

assim, justificar a razão pela qual fomos levados a abordar tal assunto e, para tanto, nos limitaremos a salientar que, apesar dos meios de destruição de que seja dotada uma Nação para a guerra, até os dias presentes, um permanece absolutamente indispensável: o Homem.

Assim sendo, o material humano, empregado com propriedade e com orientação, em ações de Guerrilhas, muito pode contribuir para a defesa de um país, colaborando de maneira altamente apreciável com as forças regulares.

Na última grande guerra, a ação de Guerrilhas foi particularmente notável, na Rússia, chegando mesmo a constituir uma importante fase da campanha russa-germana. Os alemães, à medida que penetravam na Rússia e que, consequentemente, as suas unidades se afastavam de suas bases de abastecimento, as comunicações terrestres entre ambas se tornaram difíceis em virtude do ataque inopinado de grupos de civis armados e emboscados.

Ao mesmo tempo, os movimentos noturnos das tropas alemães tiveram que ser protegidos com numerosos efetivos e processos particulares, a fim de evitar as baixas produzidas pelos guerrilheiros russos, ocultos nos bosques e nas dobras do terreno.

Tendo-se o cuidado de examinar atentamente a ação dos guerrilheiros, na Rússia, verifica-se, então, o enorme dano que produziram e a quantidade apreciável de forças que imobilizaram ao longo das linhas de comunicações, para protegê-las e assegurar a oportuna chegada dos reabastecimentos.

A ação de Guerrilhas, na Rússia, foi de tal amplitude, que os alemães a denominaram de "A Pequena Guerra".

A guerra de Guerrilhas não constitui, negavelmente, uma novidade dos russos; a história registra exemplos notáveis do seu valor; assim, a "Chusma Española" resistiu vitoriosamente às forças de Napoleão, as mais aguerridas e gloriosas da época.

A invasão francesa encontrou bandos de guerrilheiros em todas as partes; sua ação instantânea, inesperada e persistente, acometeu sem descanso o inimigo, que de Bayona a Madrid viu desbaratados seus correios e respectivas escoltas; essas ações isolavam as tropas francesas e as punham em cheque e, jamais puderam ser evitadas. Muitos nomes de generais morreram no esquecimento, porém, até os dias presentes, se recorda os dos guerrilheiros Mina, Julian Sánchez, Porlier e outros.

Por outro lado, no próprio continente sul-americano, é interessante recordar que San Martín, para sorte das operações da Independência argentina, participou da guerra franco-espanhola.

Indubitavelmente, ele aproveitou a experiência espanhola; em sua

notável campanha dos Andes, pôs em prática esses ensinamentos que, em última análise, consistiam em inculcar no seio da população civil, a noção, patriótica e heróica, de irrestrita colaboração com as forças militares.

Foram ainda, as guerrilhas, um elemento de ponderável importância na guerra de independência dos Estados Unidos; elas combateram eficazmente os exércitos regulares organizados em tática linear.

No México, a queda de Porfirio Díaz deve-se, em parte, à ação das guerrilhas.

Como vemos, a ação das guerrilhas vem acompanhando, sem solução de continuidade, a evolução da guerra, evidentemente cada vez mais eficiente e bem dotada de meios materiais, constituído, inegavelmente, uma poderosa força bélica do interior.

É pois, grave erro considerar as Guerrilhas uma forma inferior e inválida de luta; apontá-las como desprovidas de sentido, na era atômica, ou, como uma demonstração de debilidade, é mais grave ainda.

Os peritos militares menosprezaram, em nome da sua ciência militar, o fato do exército russo incluir as Guerrilhas em seus regulamentos e tais ações demonstraram que os guerrilheiros, bem orientados e conduzidos, marcaram nova era nas ações militares.

O essencial é não considerar as Guerrilhas um movimento anárquico, espontâneo, sem coordenação e, sim, um movimento organizado cujos destacamentos dispõem dos meios bélicos de maior eficácia e de chefes de notável capacidade combativa.

Assim consideradas, instruídas e equipadas, as guerrilhas cumprem magnificamente a sua missão, particularmente em países como o Brasil, de enorme extensão geográfica e de fraco índice demográfico.

Para dar real demonstração da eficiência de uma ação de Guerrilhas organizada, julgamos interessante apresentar o saído com que contribuiu para a vitória incontestante do exército russo sobre as po-

derosas forças motomecanizadas alemãs:

— Aniquilaram grande quantidade de oficiais e soldados germânicos;

— Aniquilaram numerosos estados maiores inimigos;

— Destruíram as comunicações que o inimigo necessitava utilizar;

— Incendiaram pontes e cortaram comunicações telefônicas e telegráficas;

— Capturaram canhões, metralhadoras, munições e abastecimentos;

— Destruíram caminhões com alimentos e materiais bélicos;

— Destruíram tanques e aviões inimigos;

— Realizaram incursões que depressimaram a moral do inimigo e lhe roubaram o repouso;

— Organizaram um notável serviço de informações para o exército russo;

— Fizeram a ligação entre grandes unidades do exército russo e, com eles, participaram de importantes operações de conjunto;

— Criaram situações insuportáveis para o inimigo;

— Finalmente, graças a uma ação persistente e vastíssima, anularam muitos planos germânicos e propósitos, atrasando consideravelmente o ritmo do avanço inimigo.

Indiscutivelmente, devem os Russos, à ação dos Guerrilheiros, terem pago os alemães, caríssima, cada polegada de terreno conquistado; foi pela ação dos guerrilheiros que a defesa de Moscou e Leningrado constituíram verdadeiras epopéias militares.

Modernamente, a ação dos guerrilheiros não reside unicamente em atos de sabotagem e espionagem; dirigidos por combatentes experimentados, organizam golpes seguros, tirando todo o proveito da sua instrução militar e das armas que possuem.

É necessário, porém, considerar que as Guerrilhas não devem em absoluto, consistir numa improvisação e, assim, a sua organização, preparo e normas gerais de ação

devem ser objeto de um cuidadoso trabalho na paz.

O Brasil, como a maioria dos países sul-americanos, necessita pensar no problema das *Guerrilhas*, cuja ação, bem conduzida, muito poderá representar para a *Segurança Nacional*.

A ação dos guerrilheiros, nos países como o nosso, de imensa área, visa sobretudo operar nos inevitáveis "espaços livres", que convidam o inimigo às infiltrações, sempre perigosas e em geral, tardiamente contidas.

O *Exército das Guerrilhas* e o *Exército Regular e Permanente* devem formar um só conjunto e só assim a "*Pequena Guerra*" representará um valioso auxílio para a Nação que luta pela sobrevivência dos seus postulados de *Honra, Dignidade e Soberania*.

No caso particular do Brasil, os *Guerrilheiros* poderão desempenhar o papel de verdadeiros *Comandos*, à semelhança do que se processou

na Inglaterra, porém, num âmbito interno em ítima cooperação com o *Exército*.

Insistimos, porém, na necessidade de, desde a paz, prepararmos a população civil válida e não compatível para a constituição das forças armadas regulares, para a constituição de um verdadeiro *Exército do Interior*: os *Guerrilheiros*.

A ação orientada dos guerrilheiros é de tal modo prática e eficiente, que em geral são eles, no curso da guerra, denominados pelo contendor que mais sofre os seus rudes golpes, de franco-atiradores e denunciados como contrários às normas do direito internacional, fato que bem testemunha a eficácia da sua intervenção.

Considerar as *Guerrilhas*, como um processo de ação contrário às normas do direito internacional, hoje em dia, é verdadeiramente irrisório e utópico, pois, a guerra passou a ser ato em que tudo é admissível, desde que tenha por finalidade a vitória.



A ENGENHARIA

II

Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra da França, pelo General DROMARD, Inspetor Geral de Engenharia.

Traduzido, data venia, da "Revue du Génie Militaire" de junho de 1932, pelo Ten.-Cel FLORIANO MOLLER.

IV — FORMAÇÃO DOS OFICIAIS



s requisitos exigidos para os oficiais de Engenharia foram definidos, com certo humorismo, por um Oficial-General do Exército de "Sua Mage-

tade Britânica", nos seguintes termos :

"Os Officiais de Engenharia devem associar qualidades militares aos conhecimentos técnicos, raciocinar com rapidez e ser dotados de espírito de auto-determinação para levarem a cabo suas tarefas a qualquer preço. Devem ter a coragem de enfrentar problemas novos, sem vacilações, mas também o de dizerem com autoridade : *"isto não pode ser feito ; em todo caso, nem no prazo reclamado!"* Devem saber aproveitar, até o último segundo, cada hora disponível ; tirar partido, até o limite extremo, de cada máquina, equipamento e de qualquer espécie de material ; e bem assim, saber arrancar o máximo das possibilidades de cada homem, seja este um *coolie*, um soldado ou um bacharel."

Nada temos a modificar neste conceito e julgamos, aliás, da mesma forma que esse general inglês, — que tais qualidades necessitam, por sua vez, de conhecimentos de base e de prática.

Contudo, esses conhecimentos de base de nada servirão se não forem aplicados e desenvolvidos de u'a maneira progressiva e constante, no decorrer da carreira de todo oficial de Engenharia, não apenas com ensinamentos teóricos, mas também com exemplos reais, numa gradação conveniente.

Se a prática, por sua vez, não se apoiar numa sólida formação técnica, o oficial de Engenharia não estará à altura de enfrentar as questões de organização, planejamento e execução, tais como se apresentam nos altos escalões.

Assim, são indispensáveis, tanto os conhecimentos de base quanto os da prática.

O oficial de Engenharia deve ser, como todo oficial, primordialmente um combatente, porém é preciso que seja, igualmente, um Engenheiro, o que acarreta um duplo problema de recrutamento e de formação.

Antigamente, o recrutamento era feito, em maior percentagem, com engenheiros civis e oficiais da reserva já diplomados, aos quais se procurava dar a necessária formação militar.

Pode-se, por vêzes, pensar que essa formação nem sempre era suficientemente desenvolvida, mas se alguns oficiais de Engenharia do antigo modelo não se salientavam pelo seu aspecto marcial, em compensação grande número de seus

camaradas deram amplas provas de bons combatentes. Especialmente na guerra de 1914-18, um certo número dentre eles exerceu Grandes Comandos (C. Ex. e Exército) e mesmo o dos Exércitos Franceses, na qualidade de Comandante Supremo, como foi o caso do Marechal Joffre.

Hoje em dia, o recrutamento à base de Engenheiros civis cessou praticamente. Ao invés disso, o recrutamento é feito com indivíduos que, possuidores do curso de formação de oficiais, se procura inculcar-lhes os conhecimentos técnicos do Engenheiro civil.

Isto não é tão fácil quanto parece, porque na Engenharia não podemos deixar de exigir a uma certa percentagem de seus oficiais (dentre os quais serão recrutados os nossos futuros chefes), a posse de uma cultura científica desenvolvida e que obtenham um certificado propedêutico de uma das Faculdades de Ciências(1) para poderem acompanhar com aproveitamento o *curriculum* da Escola Técnica Superior. Alguns conseguem este certificado diretamente, outros são postos à disposição da "Sorbonne" durante um ano.

Esse aperfeiçoamento, de nenhum modo, lhes serve de impedimento para se candidatarem às Escolas de Estado-Maior e Superior de Guerra.

Os americanos e, até certo ponto, os ingleses, aplicam normas semelhantes às que adotamos atualmente, o que lhes têm proporcionado bons resultados. Nada há a acrescentar ao renome de que gozam os elementos integrantes do Corpo de Engenharia dos Estados Unidos. Convém, entretanto, assinalar que esta maneira de proceder se adapta melhor às concepções anglosaxônicas, calcadas na especialização, do que ao sistema francês com base na cultura geral.

Por outro lado, é conveniente destacar que os ingleses consagram, em média dois anos de estudos complementares, seja em Universidade,

seja em Escola Militar científica, para assegurarem a seus oficiais de Engenharia a indispensável formação técnica de Engenheiros.

É sensivelmente o mesmo o que se passa nos Estados Unidos.

Esta formação mais ou menos profunda, adquirida no início da carreira militar, deve ser mantida de modo contínuo em todo o seu decurso. Assim como o oficial de Estado-Maior deve se retemperar periodicamente na tropa, do mesmo modo é conveniente que os oficiais de Engenharia participem, em tempo de paz, dos trabalhos comparáveis pela sua natureza e pela sua amplitude, àqueles que terão de efetuar em tempo de guerra.

A este respeito, é significativo mencionar que, para assegurar a formação de quadros capazes de estudar e levar a cabo as questões relativas aos trabalhos, equipamentos e materiais de Engenharia, e bem assim para colocar os nossos quadros de oficiais superiores diante de responsabilidades análogas às de tempo de guerra, a mesma concepção prevaleceu (naturalmente com modalidades diversas), junto aos nossos aliados, tanto quanto entre nós. E esta concepção, é que faz da Engenharia um todo — um só conjunto — Arma e Serviço.

V — CONJUGAÇÃO ARMA-SERVIÇO

Se a Engenharia tivesse apenas seus corpos de tropa para instruir o seu pessoal em tempo de paz (e é o que se tem feito), poderia formar excelentes soldados de engenharia, conhecendo bastante os detalhes de execução das missões de Engenharia, e mesmo bons Sargentos, porque as responsabilidades destes estão situadas no âmbito dos trabalhos normalmente efetuados pelas unidades nos seus canteiros, mas, certamente, não formaria oficiais suficientemente competentes.

É preciso que os oficiais tenham ampla visão, senso de responsabi-

(1) Certificado "M.P.C." (Matemáticas, Física e Química) ou de Matemáticas Gerais.

lidade, espírito de organização, noção de rendimento dos trabalhos e que, pessoalmente, possam tomar a seu cargo as realizações de um Serviço tendo funções de interesse público em tempo de paz.

Numa Engenharia assim concebida, os oficiais, ou pelo menos aqueles com maiores possibilidades na carreira, devem, em sua grande maioria, estar em condições de passar indistintamente da Arma ao Serviço e de exercerem, deste modo, tanto função predominantemente de oficial quanto as próprias de engenheiro, para, finalmente, ocuparem postos onde uma e outra função estejam conjugadas, ou seja, exercerem os Comandos Regionais de Engenharia que, agrupando sob sua alçada — Tropa, Serviços de Engenharia, Obras e Suprimentos de Material, — representam, em tempo de guerra, os Comandantes de Engenharia dos C. Ex. e Exércitos.

Na França, o Serviço de Obras é especificamente encarregado, em tempo de paz, das questões de aquartelamento e de trabalhos de fortificação, cumprindo condignamente esses encargos; é forçoso não esquecer que, durante a construção da Linha Maginot, os Oficiais de Engenharia fizeram inovações em domínios ainda pouco explorados pela técnica civil, tais como os de ventilação e climatização, em que obtiveram resultados dignos de nota.

Mas, fora destas realizações de vulto, quase não há margem no território metropolitano, para atividades de maior amplitude. É sobretudo no Ultra-mar e, principalmente, nos períodos de operações ativas, que os Oficiais de Engenharia estão em situação de dar plena demonstração do seu valor e de se prepararem para atingir o ápice da hierarquia dos quadros de sua Arma.

Repetimos sempre o exemplo de Joffre, Capitão em Tonkin, Coronel em Madagascar, construindo Cidades, Portos e Estradas, antes de assumir a Diretoria Central de Engenharia para, em seguida, se tor-

nar o grande e inolvidável Chefe que todos conhecemos.

Nos Estados Unidos, as circunstâncias deram ao Corpo de Engenharia, responsabilidades de extensão considerável, nas grandes obras de interesse público.

Um dos primeiros grandes serviços federais criados, — foram-lhe confiados sucessivamente as questões relativas à navegação fluvial, aos portos e à luta contra as inundações. Para a execução dessas tarefas, o Corpo de Engenharia Americano dispõe anualmente de somas enormes e controla, por intermédio de seus órgãos regionais, um número avultado de trabalhos civis.

Antes da guerra, o Corpo de Engenharia Americana contava, apenas, com 600 Oficiais; mas foi ele que revolucionou profundamente as técnicas da Engenharia Militar e que pôs em cheque todas as previsões dos Estados Maiores alemão e japonês, sobre o valor dos dispositivos defensivos que haviam criado.

Tal fato não foi impecilho para que, desse pequeno núcleo, surgissem chefes de relêvo, entre os quais se podem citar o General Mac Arthur e dois comandantes de Divisão Blindada.

É também a existência do Serviço de Obras que permite à Engenharia utilizar todos os recursos da técnica moderna para o estudo e obtenção de seus materiais e equipamentos. Trabalhando, em tempo de paz, em estreita ligação com os técnicos civis, os Oficiais de Engenharia podem manter-se em dia com a evolução dos materiais e equipamentos de Engenharia; e pelo seu manuseio, avaliar as suas possibilidades. Da observação diuturna, são naturalmente levados a considerar as possibilidades de seu emprego em campanha, seja em seu estado atual, seja mediante transformações ou adaptações.

Desta conclusão, a Engenharia Americana fornece, sem dúvida, o melhor exemplo, quando decidiu a adoção de equipamentos mecânicos de terraplenagem pelas Unidades de Combate da Engenharia.

Com efeito, parece evidente que simples técnicos militares não teriam tomado tal medida com tanta facilidade, se o Corpo de Engenharia, em face de suas responsabilidades de ordem civil, não tivesse sido levado a utilizar essas máquinas, em massa, e em condições análogas às de tempo de guerra, na construção de diques ao longo do Mississipi, após as catastróficas inundações de 1927.

Há, enfim, u'a maneira pela qual o Serviço de Engenharia prepara oficiais para missões de guerra; — é a das suas relações com os *Quadros da Reserva*.

Os elementos integrantes da Reserva de Engenharia apresentam a característica de serem empregados em campanha, em sua maioria, na execução de missões que lhes são tecnicamente familiares desde o tempo de paz, porque correspondem às suas atividades civis, se bem que tal fato acarrete problemas delicados de Comando.

Um Capitão de Infantaria da Reserva, Bacharel em Ciências e Letras, terá pouca *chance* de discutir, num mesmo plano, assuntos de tática com o seu Coronel. Em contraposição, um Capitão de Engenharia da Reserva, Engenheiro Civil, conhece as questões de Obras Públicas, pelo menos tão bem quanto o seu Comandante de Unidade.

Sem dúvida, não se faz questão fechada de que o oficial de Engenharia rivalize com o oficial da reserva na especialidade deste, mas sim que, chamado a comandá-lo, seja capaz de, pelo menos nas questões de organização, planejamento e direção, mostrar que possui um conhecimento preciso das suas possibilidades, conhecimento esse que os trabalhos do Serviço de Obras e o contacto com os organismos civis são suscetíveis de lhe dar desde os tempos de paz.

Por outro lado, as relações estabelecidas durante esses trabalhos e a camaradagem que geralmente surge, unem mais facilmente as equipes *ativa-reserva* que constituem as formações de Engenharia em tempo de guerra.

Penso ter feito penetrar, em vosso espírito, a conveniência da conjugação *Arma-Serviço*, na qual os Serviços de Engenharia e de Obras constituem um verdadeiro *campo de prova* para os quadros e o material.

Mas, para que esse *campo de prova* possa realmente desempenhar seu papel, é preciso que a Engenharia, em tempo de paz, seja uma *casa matriz* não somente pelo número de suas Unidades, mas também pela importância das atribuições de seu Serviço.

Um Serviço que se visse confinado à simples encargos de conservação e de reparação de edifícios militares, seria apenas um peso morto para o Corpo de Engenharia; em contraposição, quanto mais numerosas, vividas e variadas forem suas atribuições, maiores possibilidades terão as suas Unidades, em tempo de guerra, de vos dar plena e integral satisfação.

VI — ORIENTAÇÃO FUTURA DA ENGENHARIA

O que acabamos de dizer nos leva a acrescentar algumas palavras sobre a orientação futura da Engenharia.

Mal grado as provações sofridas, a Engenharia possui sólidas tradições e, não temos nenhuma preocupação sobre a maneira pela qual resolverá, outra vez, no futuro, os problemas que têm sido sempre de sua alçada. Mas, as formas de guerra evoluem sem cessar e a Engenharia deve estar sempre em condições de saber se adaptar a elas.

O seu papel parece que deve continuar a ser, em essência, o da *organização do terreno*, considerando-se, em primeiro lugar, o restabelecimento das vias de transporte.

Mas, uma vez que a manobra deixou de ser exclusivamente terrestre, para se tornar *combinada*, a ação da Engenharia, por sua vez, deve ultrapassar a superfície terrestre propriamente dita e buscar seu prolongamento no mar e no ar.

E essa assertiva tem em vista especialmente as operações que são especificamente combinadas isto é, operações aeroterrestres e operações anfíbias.

umas e outras necessitam da assistência de uma Engenharia numerosa, eficiente e moderna, capaz de operar mesmo em condições táticas e técnicas que se situem nitidamente fora das normas habituais.

Sob o estrito ponto de vista das operações terrestres, as técnicas e os processos atuais não parecem necessitar de modificações durante longo período e têm, assim, assegurada uma certa permanência no tempo e no espaço.

É necessário, no entanto, que, à semelhança da Engenharia civil, a Engenharia Militar esteja sempre atenta a todos os aperfeiçoamentos suscetíveis de serem aplicados ao seu material.

Seu Quadro de Oficiais está bem orientado neste sentido, mas, na organização francesa, todas as questões de estudos e de fabricação escapam, em grande parte, aos elementos interessados no seu emprego e são da alçada do Corpo de Engenheiros de Armamento.

Por outro lado, os Exércitos atuais se caracterizam por uma mecanização cada vez mais generalizada e, até certo ponto, recorrendo-se mesmo às máquinas e equipamentos blindados para assegurar a proteção dos combatentes.

No domínio da mecanização, a Engenharia está em franco progresso. O motor é de emprego corrente; as ferramentas manuais, pás, picaretas, remos e croques não são utilizados senão excepcionalmente.

Quanto à proteção, é claro que muitas operações efetuadas em contacto com o inimigo revelaram-se menos perigosas e mais eficazes quando o pessoal e o material podiam beneficiar-se de uma proteção segura contra o fogo inimigo.

No decurso das operações de 1943 a 1945, os ingleses e americanos já se preocupavam com esse problema e se viu surgir certo número

de máquinas denominadas de *Engenharia Blindada*: "*Tankdozers*" (2), carros detectores de minas, carros porta-pontes, carros lançachamas, etc....

O emprego desses engenhos blindados foi delicado. Em última análise, os mesmos causaram mais dissaiores que resultados positivos e, no momento atual, os estudos correspondentes estão um tanto em letargia na Inglaterra e nos Estados Unidos.

Isto é tanto mais deplorável, considerando-se que esses dois países estão à testa do progresso técnico e os mesmos, em geral, estão sempre atentos a todos os aperfeiçoamentos suscetíveis de serem aplicados aos engenhos de combate.

Ainda, no caso particular da Engenharia, poder-se-á perguntar como se comportarão esses engenhos e equipamentos em face do moderno armamento anticarro (granadas e lança-rojões de carga dirigida) de que a Infantaria começa a ser dotada em larga escala.

Obrigados, pela natureza de suas missões, a se moverem com lentidão, e mesmo por vezes, a se imobilizarem no terreno, os equipamentos da Engenharia mostram-se particularmente vulneráveis sem que, por sua vez, estejam em condições de reagir ao fogo que lhes fôr dirigido.

Podemos, então, perguntar se o princípio de emprego de tais engenhos não seria, talvez, pôsto em cheque, na hipótese de que o armamento anticarro da Infantaria venha a ter seu alcance aumentado e seu rendimento melhorado.

* *

No decorrer da segunda guerra mundial, as operações aeroterrestres e anfíbias se multiplicaram.

Pelas razões que bem conheceis, na preparação e no apoio a essas operações, a França não pôde desempenhar senão um papel muito modesto. E a consequência disso é que certos problemas modernos que, para nossos aliados pertencem

(2) Carro de Combate equipado com uma lâmina "bulldozer".

já ao passado, para nós permanecem ainda em pauta.

Nas operações aeroterrestres, a Engenharia é chamada a operar com equipamento *aerotransportados*, em primeiro lugar, para cumprir sua missão normal de acompanhamento dos Grupamentos Aeroterrestres e, a seguir, para permitir o desenvolvimento das operações, construindo pistas de *aterragem de emergência* e reparando rapidamente os campos de pouso conquistados ao inimigo.

Estes são, geralmente, problemas árduos para resolver, mas de caráter essencialmente militar, a cargo dos elementos de Vanguarda.

A retaguarda dos elementos de primeiro escalão e, prolongando, de certo modo, suas atividades, outras Unidades de Engenharia terão de constituir e instalar verdadeiros campos de aviação, sempre mais extensos, mais sólidos, com suas várias pistas, suas vias de acesso, seus depósitos de combustível, enfim, todas as suas numerosas instalações.

São estes agora *problemas de preponderância técnica* mas em que a gradação e as condições de rapidez de execução são tais que as soluções não podem ser improvisadas. É preciso que os elementos de Engenharia que serão encarregados desses trabalhos, e que terão que empregar meios materiais consideráveis e de grande rendimento, saibam aplicá-los e manejá-los de maneira judiciosa: — a carência de sólida prática, e qualquer improvisações conduzirão inevitavelmente, em casos semelhantes, a um desperdício de materiais e equipamentos, cuja reposição nem sempre é fácil.

No domínio da organização dispomos, desde 1945, de um Batalhão de Engenharia Aeroterrestre instruído na execução de missões de primeiro escalão.

É provável que, em futuro próximo, este Batalhão seja transformado em Regimento, com a incorporação de um Batalhão da Reserva Geral, que poderia ser especializada nos trabalhos de construção de

campos de pouso de caráter definitivo.

Da mesma forma dispomos, há um ano, de um Regimento de Engenharia de Aeronáutica, destinado aos grandes trabalhos de infraestrutura, à disposição do Exército do Ar. A criação de um segundo Regimento está igualmente prevista.

Por outro lado, a instrução dada a nossos Oficiais da ativa, seja na Escola de Aplicação de Engenharia, seja na Escola Superior Técnica, os torna aptos a exercer suas funções nestes trabalhos especializados.

Sob este duplo ponto de vista, estamos pois, em bom caminho.

* *

Resta a questão do material.

Para as Unidades Aeroterrestres, a questão repousa inicialmente em se poder operar com os equipamentos especializados aerotransportáveis. O desenvolvimento das possibilidades de lançamento e aterrissagem faz com que, para o futuro, se possa encarar o emprêgo da maior parte dos equipamentos orgânicos de dotação das unidades de combate normais.

Trata-se então, sobretudo, de um problema de *transporte aéreo*, que ultrapassa o caso particular da Engenharia e que foi objeto de estudos de conjunto, tanto no Exército Francês, quanto em Exércitos aliegnigenas.

No que se refere à Engenharia de Aeronáutica, chamada a trabalhar mais à retaguarda, o material e o equipamento devem, no seu conjunto, atender às mesmas características que as dos utilizados em trabalhos civis. Compete à Engenharia Militar discernir, na variedade considerável das máquinas e equipamentos utilizados pela Engenharia Civil, os que poderão ser mais recomendáveis em tais ou quais circunstâncias de guerra.

Eis aí mais um exemplo da necessidade, para o Oficial de Engenharia, de ser, ao mesmo tempo, militar e Engenheiro e, por sua vez, capaz de combinar as possibi-

lidades da técnica com as contingências de ordem tática.

* *

Os problemas que surgem nas operações anfíbias são da mesma ordem e apresentam, para a Engenharia, as mesmas dificuldades.

Na fase inicial, a Engenharia deve possibilitar às tropas de assalto tomar pé:

- pela abertura de brechas nos obstáculos;
- pela preparação dos acessos;
- pela limpeza das praias;
- etc.

Temos assim, outra vez, árduos problemas de vias de transporte, a serem tratados em pleno combate.

A seguir, a organização sumária de portos ou de instalações portuárias provisórias provoca problemas da mais alta técnica e cujas soluções devem ser preparadas com antecedência.

Quer seja nas primeiras vagas ou na construção de portos, os trabalhos de Engenharia exigirão equipamentos especializados, que só podem ser manejados por especialistas.

Possuímos, atualmente, em Arzew, um órgão de estudo de operações anfíbias que recebe numerosos estagiários. Em verdade, o material de demonstração pertence à Marinha, e a Engenharia, principal personagem nas primeiras operações, é representada apenas por uma Companhia.

Por outro lado, até o presente, nada tem sido feito, no que diz respeito à substituição de instalações portuárias, nas primeiras organizações de praia. Este era um problema estranho às nossas preocupações de guerra continental, mas que bem poderá se nos apresentar em dias futuros.

Em última análise, qualquer que seja o tipo de operação considerado, oferece campos de ação cada vez mais vastos à Engenharia e tende a fazer desta, pela sua natureza, um *organismo combinado*. Os problemas que se apresentam exigem, antes de mais nada, uma *preparação apropriada dos quadros e*

a obtenção prévia dos equipamentos correspondentes.

Finalmente, se há um setor em que a Engenharia pode ter um grande papel a desempenhar, é o da *defesa na superfície*.

Quaisquer que sejam as modalidades de organização, a Engenharia terá, no território nacional, de um lado, problemas estritamente de Engenharia a resolver; e, por outro lado, numerosos problemas, os mais das vezes extremamente delicados de *ligação entre o Exército e as grandes Obras Públicas*, as instalações industriais de vulto e as extensas atividades urbanas.

Cada vez que se tratar de vias de transporte, de destruições, de organizações defensivas e de proteção às instalações técnicas (e isto representa uma fração importante dos problemas que se podem apresentar), é a Engenharia que está naturalmente indicada para assegurar as *ligações necessárias* e de falar em nome do Exército.

Ainda nesse setor, os resultados a colher, em tempo de guerra, estarão diretamente relacionados com os *encargos confiados à Engenharia desde o tempo de paz*.

VII — CONCLUSÃO

Já falamos demasiado sobre a Engenharia do tempo de paz, sobre as particularidades de sua organização, da formação de seus quadros, da importância desempenhada pelo seu material e equipamentos. Por outro lado, disse-vos também que, mesmo em tempo de guerra, suas missões e sua técnica se assemelham, de certo modo, às da Engenharia Civil.

Evitamos sistematicamente referir-nos, até agora, às questões de *emprégo tático*, mas isso não quer dizer que quiséssemos deixar-vos com uma idéia errônea da nossa Arma.

A Engenharia tem sido sempre e continuará sendo um *elo importante da manobra*. Suas Unidades, seus Chefes e soldados operam, no combate, *pari-passu* com as demais armas e em estreita ligação com as mesmas.

Muitos dentre vós os viram em ação, no decurso das recentes campanhas, em reconhecimento, à frente das primeiras linhas, na direção de bulldozers ou de botes de assalto, em operações de limpeza de campos de minas e, bem sabemos que, entre eles e vós, se desenvolveram os laços de uma amizade sólida, que são o resultado natural dos laços de camaradagem gerados no campo de batalha.

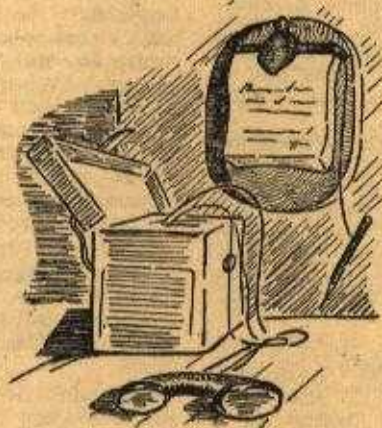
Mas, essas unidades que conheceis, e que vos abriram o caminho, não constituem, por si sós, o dispositivo da Engenharia. A proporção que se afastam da vanguarda, as unidades de Infantaria, de Cavalaria Blindada e de Artilharia tornam-se cada vez mais raras e mesmo desaparecem; quanto à Engenharia, esta, em qualquer parte do Teatro de Operações, tem sempre missões importantes a desempenhar. O que um Batalhão Divisionário executa, não constitui um todo, mas representa, na realidade, o trabalho de vanguarda de um vasto organismo em que tudo se faz e onde cada um trabalha em proveito do conjunto.

Para bem compreender a Engenharia, é preciso ter sempre presente ao espírito uma noção fundamental que é indispensável ser bem assimilada e esta é a da unidade:

- unidade de missões, da extrema frente às bases mais recuadas;
- unidade de pessoal e dos meios materiais, feitos para se complementarem;
- unidade de doutrina, permitindo integrar cada elemento num sistema coerente e harmônico.

Nessa unidade, nessa ambiência, ambiência tática ou ambiência técnica, ou mais comumente, a combinação das duas é que conduz a soluções diversificadas.

É esta noção fundamental que vos pediríamos ter sempre em mente, se quereis ter uma idéia precisa das necessidades e tendências da Engenharia, diremos mesmo, da sua filosofia e, dêsse modo, bem compreender o que ela é, e o que exatamente representa.



GRUPAMENTO HOMOGÊNEO EM NATAÇÃO NOS CORPOS DE TROPA

Coordenação do Ten.-Cel. JAYR JORDÃO RAMOS



TREINAMENTO da natação nos Corpos de Tropa necessita ser colocado no seu verdadeiro lugar.

Em face das incertezas e dificuldades

que avassalam o Mundo, os compromissos assumidos pelo nosso país e o papel que ele vem desempenhando no conceito das nações, urge uma preparação objetiva e adequada da nossa tropa, tendo em vista a possibilidade de seu emprego em qualquer clima ou continente. O Brasil, como já aconteceu no último conflito mundial, irmanado com os países de civilização cristã e democrática, não poderá fugir às contingências da fatalidade histórica e seus soldados serão empregados, em futuro próximo, sem dúvida, em ações exteriores de importância e envergadura.

Tratando-se do transporte de grande massa de combatentes, a via marítima será o meio normal e natural de condução. Por conseguinte, torna-se necessário preparar física e psicologicamente os nossos soldados, capacitando-os para enfrentarem com denodo e eficiência as surpresas e agruras da luta no mar.

O E.M.E., compenetrado da importância do problema, em boa hora determinou a elaboração do manual C-21-22, Instrução Individual de Operações Aquáticas, que reunirá os ensinamentos e normas fundamentais para o adstramento aquático de toda tropa embarcada.

A falta de mar, rio ou piscina

nas proximidades de um Corpo de Tropa, não será motivo para o abandono dessa instrução utilitária, pois mesmo sem a possibilidade da prática da natação propriamente dita ou a sua diminuta realização, muito poderá ser ensinado ao soldado, dando-lhe conhecimento do mar, bom-senso e autodisciplina indispensáveis na ocasião do perigo, em suma, habilidade e conhecimentos para poder lutar corajosamente pela sua sobrevivência em caso de naufrágio, cooperando assim, dentro das suas possibilidades, no conjunto das providências gerais.

Diz o Manual C-21-22, em fase final de elaboração: "A ignorância é a causadora do pânico mental responsável pela perda de inúmeras vidas. Quem sabe o que fazer, mantém-se calmo; quem se mantém calmo, tem claro o raciocínio; quem raciocina se salva".

Assim, em face dos argumentos expendidos, cabe aos Comandantes de Unidades, sem perda de tempo e prejuízo do estabelecido nos P.P., organizar essa instrução, a despeito das dificuldades materiais e da complexidade do assunto.

Mas, para organizá-la com perfeição, agindo de maneira análoga à educação física, cumpre estabelecer o grupamento homogêneo inicial e as verificações periódicas sucessivas, a fim de classificar os homens de acordo com as suas habilidades natatórias.

Há, em natação, uma série de provas padronizadas, tendo em vista a organização dos grupos de instrução. No entanto, dado o caráter objetivo que deve ser im-

presso ao trabalho e não eminentemente desportivo como era, aconselhamos a adoção das provas clássicas usadas na nossa Marinha e na dos Estados Unidos, perfeitamente de acôrdo com as finalidades e prescrições do futuro Manual.

Realizados satisfatoriamente os índices estabelecidos, serão os nadadores militares classificados em classes, facilitando assim o desenvolvimento da instrução.

Compiladas do "Manual de Preparação Física para a Marinha dos Estados Unidos" e traduzidas para a difusão na nossa Marinha pelo Comandante Heriberto Paiva, transcrevemos abaixo as normas estabelecidas para a seleção dos homens em natação, adaptando-as convenientemente às necessidades do Exército.

Nelas, os requisitos mínimos exigidos para a classificação dos nadadores são os seguintes:

1. Nadador — 3ª classe — Entrar na água, com os pés em primeiro lugar, numa profundidade mínima de um metro e cinquenta centímetros e nadar 50 metros. Esta prova deve ser feita por todos, desde o início do treinamento. Aquêles que são incapazes de executar esta prova, serão classificados como não sabendo nadar, e a eles deve ser dada uma instrução de regras essenciais para a natação. Aquêles que encontram apenas alguma facilidade, podem ser classificados como "nadadores que ne-

cessitam de auxílio" e, portanto, devem receber também essas instruções fundamentais.

Esta prova (Nadador — 3ª classe), constitui a Prova Padrão da Mínimo de Natação e serve de base para designar os homens como nadadores ou não nadadores.

2. Nadador — 2ª classe — Requisito preliminar: ter completado com sucesso a prova para o Nadador — Terceira Classe.

Entrar na água, com os pés, em primeiro lugar, numa profundidade mínima de 3 metros e ficar flutuando por 10 minutos. Durante este tempo, o homem deve nadar 100 metros, usando cada um dos três estilos, numa distância mínima de 25 metros.

Este nadador é classificado como podendo "cuidar de si mesmo".

3. Nadador — 1ª classe — Requisito preliminar: Completar com facilidade a prova para o Nadador — Segunda Classe.

Para se tornar um Nadador de Primeira Classe, o homem deve estar apto para fazer o seguinte:

I — Enquanto estiver nágua, aproximar-se de um outro nadador do mesmo tamanho, demonstrando como livrar-se de um agarramento, e, colocando-o numa posição de ser carregado, rebocá-lo numa distância de 25 metros.

II — Entrar nágua, com os pés em primeiro lugar, e nadar debaixo d'água cerca de 25 metros.



Calças cheia de ar — um bom flutuador

O nadador deve subir à superfície, respirando duas vezes durante esta distância, com intervalos aproximados de 8 metros.

III — Tirar as calças dentro d'água e enchê-las de ar a fim de servirem de boia.

IV — Nadar 200 metros, usando qualquer estilo.

Este nadador é classificado como um nadador que não somente pode

cuidar de si mesmo, como também é capaz de "ajudar os outros", em casos de emergência.

Estabelecidas as condições de execução do grupamento homogêneo em natação, resta-nos, uma vez, reafirmar a necessidade da criação de uma consciência em torno do problema, a fim de aumentar o valor individual de nossos soldados, por conseguinte, a eficiência e rendimento do nosso Exército.



COMANDO OU ESTADO-MAIOR?

Ten.-Cel. PAULO ENÉAS F. DA SILVA



As duas expressões cujo significado, já bastante esclarecido, dá margem ainda a interpretações diversas. Ninguém discute que Comando subentende

ação, direção; e Estado-Maior, apenas recomendar, sugerir. Entretanto, essas duas entidades têm sido, hoje em dia, entrelaçadas de tal forma que o sentido de cada uma, às vezes, se torna ambíguo. Outras vezes até obscurece-se uma, ao se destacar o valor da outra.

O noticiário dos jornais, referindo-se às autoridades militares, destaca freqüentemente: o Chefe do E.M. do Ex. acaba de visitar a frente de batalha; os Chefes do E.M. reúnem-se para estabelecer os planos de campanha. Ora, porque tal evidência é completo silêncio sobre os Comandantes das forças? Será que estas autoridades desapareceram? Ou porventura tiveram sua expressão diminuída? Acreditamos seja isso um fenômeno resultante da ênfase demasiada que se vem atribuindo ao termo Estado-Maior. Modernamente fala-se em trabalho de estado-maior até no mundo civil. Assemelha-se o sistema industrial ao estritamente militar. Uma fábrica ou estabelecimento similar é um organismo cujas atividades muito se parecem às organizações militares. O trabalho ali é conduzido também por equipes, orientadas por um chefe, cujo papel se aproxima bastante do comando.

Mas, entre aceitar tal semelhança e afirmar ser a mesma coisa, nas duas camadas — civil e militar — vai grande diferença. As fontes em

que se baseiam uma e outra diferem em muito. Além do mais, e nisso repousa a distinção capital entre ambas, o papel do Comando, na entidade militar, envolve tais características que o colocam nitidamente acima do seus congêneres civis. É a questão da direção de homens na luta, importando numa responsabilidade tremenda.

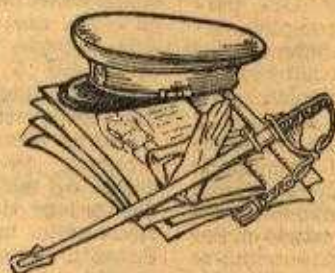
Outro fenômeno que parece tem concorrido para tais equívocos é o do aumento cada vez maior do volume dos estados-maiores em campanha, fruto do desenvolvimento sempre crescente das necessidades do Chefe. Aumentando as solicitações em seu redor, é evidente que mais auxiliares precisa para atendê-las. Com isso, as atividades desse órgão técnico, incumbido principalmente de preparar a decisão do chefe, assumem tal importância e vulto que, como ocorre, pode obscurecer o trabalho da autoridade principal na organização militar em questão.

Outras vezes, que felizmente raro acontece, vê-se o estado-maior descer aos pormenores de execução, das ordens do Comando, interferindo assim nas unidades de tropa. Constitui uma falta grave porque desvirtua o seu papel e entrava a ação dos comandantes subordinados.

No último Grande Conflito Mundial, o fato que ora estamos ressaltando destacou-se de modo inconfundível. O papel do Grande Estado-Maior Alemão subiu a tais alturas que somente esporadicamente se via alguma citação aos chefes comandantes das forças. E, ainda mais, a atuação desse poderoso organismo da máquina germânica, na conduta da guerra, constituiu

verdadeiro óbice, muitas vezes, à determinação doentia de Hitler. A disputa tremenda entre o Führer e o G.Q.G. marcaram sinais profundos na história da Alemanha durante a guerra. Nas vitórias fáceis sobre a Polônia e a França, as glórias foram repartidas sistematicamente entre essas duas entidades. Aos comandantes das forças raramente sobrava qualquer referência. Ao contrário, depois dos desastres — mais caracterizado na campanha da Rússia —, jogava-se a culpa sobre os militares à testa das diferentes tropas. O comando era, assim, taxado de incapaz. Esquecia-se, de propósito, que os planos haviam sido elaborados nos Estados-Maiores e sob a direção desse G.Q.G. ou, às vezes, por intuição direta de Hitler.

Comando e Estado-Maior são duas coisas distintas, mas que dependem uma da outra muito estreitamente. Não se confundem absolutamente, mas não podem receber definições ambíguas. O papel de cada um é específico. Como de início dissemos, a um cabe simplesmente *recomendar* — é o Estado-Maior —; ao outro, encerrando em si maior responsabilidade, cabe *decidir, agir e comandar*. Nenhum deles pode prescindir dessas prerrogativas. Elas são inerentes à função. Resta então conservar o equilíbrio entre ambas no sentido de que o elemento executante — o que sofre sempre tais discrepâncias — possa entender claramente o que dele se deseja.



A DEFENSIVA ELÁSTICA

Cel. GREGÓRIO LOPES MURIZ

Traduzido, "data vênla", da Revista "Ejército"
(Espanha) de abril de 1952 pelo Major A.V.
PAIVA.

A) CONCEITOS GERAIS



defesa em larga frente não pressupõe, forçosamente, a idéia de recuo, acarretando uma manobra em retirada, se o inimigo ataca. Ainda que o comando da defesa

admita a possibilidade ou melhor, tenha quase a certeza de que o inimigo pode romper a frente, seus propósitos devem ser de que as posições ocupadas sejam mantidas sem idéia de recuo, e reagir, ofensivamente, tão logo as circunstâncias o permitam, para restabelecer a primitiva situação. A defesa que se planeja e executa, de acordo com essas normas ou princípios, é o que se tem chamado defensiva elástica.

Em última análise, o que se pretende com a defensiva elástica é:

a) desgastar o inimigo numa 1ª fase, obrigando-o, sobretudo, a uma progressão lenta, pela disposição judiciosa dos meios no terreno;

b) atuar ofensivamente, quando o desgaste atingir o momento crítico, rechassando o adversário do terreno conquistado, batendo-o.

• •

Todo ataque, à medida que se aprofunda, vai perdendo o ímpeto inicial.

A necessidade de cobrir os flancos diminui as possibilidades de o atacante concentrar meios para uma ação profunda. A extensão

das vias de transporte dificulta o funcionamento dos serviços; em consequência, haverá necessidade de uma reorganização do dispositivo e a entrada em linha de novas unidades para substituir as já desgastadas.

Em síntese, as circunstâncias que acabamos de expor obrigarão, provavelmente, ao atacante, a fazer uma parada. É esse o momento crítico da ofensiva, o qual o defensor deve aproveitar, pois uma vez passado, as infiltrações conseguidas pelo inimigo transformar-se-ão em enchente impetuosa e incontível.

É óbvio que, para impor esta parada ao inimigo, será necessário que o mesmo encontre uma primeira resistência, capaz de desgastar o ataque inicial, e a seguir, resistências sucessivas, escalonadas em profundidade, que lhe dissociem o ataque, canalizando-o por determinadas direções, e impondo-lhes novos ataques para desobstruir as vias de transporte, que são indispensáveis para alimentar a ação. Atualmente, o espaço, por si só, não é um fator suficiente para paralisar uma ofensiva, desde que se o considere dentro de certos limites. Se não houver resistência, não haverá o enfraquecimento do ímpeto do ataque e, conseqüentemente, o tal momento crítico não se apresentará.

Na defensiva elástica, há dois aspectos essenciais:

— primeiro: desgastar a capacidade ofensiva do inimigo pela resistência conjugada com o espaço;

— segundo: atuar ofensivamente com meios suficientes para, aproveitando o momento de crise da ofensiva, quebrar, definitivamente, o ímpeto da mesma, impondo ao inimigo nossa vontade e repeli-lo, por fim, do terreno conquistado, para restabelecer a situação primitiva.

Parece que insistimos demasiadamente neste conceito — restabelecer a situação primitiva; — sendo assim, uma vez conseguida a vitória defensiva, parece lógico explorar o êxito obtido mediante uma ação ofensiva. Algumas vezes isso será possível; entretanto, quase sempre, o esforço a empregar para obter a vitória defensiva esgotará de tal forma os meios da defesa, que a impossibilitará de um esforço ofensivo imediato.

Pode ocorrer, sobretudo, que o comando decida não se empenhar uma ação ofensiva ampla nesse teatro de operações, para a qual o inimigo nos queira atrair, o que importaria em submeter-se à vontade do mesmo.

A defensiva elástica é concepção de Comando de Exército.

As divisões empregadas em largas frentes, em primeira linha, combatem predominantemente, em forma estática, como teremos ocasião de comprovar mais adiante.

A defensiva elástica, que necessita ceder para logo depois recuperar, não pode ser conduzida pela divisão, que só intervém na primeira fase de resistência, ou na segunda, de reação ofensiva.

B) PLANEJAMENTO DA DEFENSIVA ELÁSTICA

Quando o Comando planeja uma defesa em largas frentes, baseado na defensiva elástica, precisa decidir em relação a dois fatores:

— meios que deve destinar à ação ofensiva e sua respectiva disposição no terreno;

— meios que deve destinar à defensiva estática e seu dispositivo no terreno.

Em seu aspecto teórico, o problema parece muito simples, mas, bastará aprofundar-se em sua análise,

para verificar a complexidade do mesmo.

O essencial na defensiva elástica é a reação ofensiva. Com a defensiva estática conseguir-se-á, na melhor das hipóteses, criar o momento crítico, mas se não houver meios para aproveitar esta crise, o inimigo facilmente a desbordará, uma vez que a mesma, em geral, dimana de dificuldades de ordem material no funcionamento dos serviços e do recompletamento de efetivos.

Na dosagem dos meios aparece, como primeira urgência, os elementos que devem atuar na ação ofensiva, isto é, as reservas. Entretanto, essa dosagem depende da situação, pois não basta dispor de grandes reservas, é indispensável que sua intervenção seja oportuna.

Nas questões de guerra, a oportunidade é tudo; o problema, que num dado momento se resolve com um Batalhão, poderá necessitar, horas depois uma divisão, e no dia seguinte um Corpo de Exército.

Para que o Comando empregue suas reservas com eficiência, precisa, em primeiro lugar, de tempo.

O tempo, na guerra, somente se obtém pelos fatores já conhecidos:

- informação;
- espaço;
- resistência.

Se a informação prevenisse, com antecipação suficiente, a zona de ataque e sua intensidade, poder-se-ia, praticamente, prescindir dos dois outros fatores.

Mas ainda que a informação seja elemento básico, para resolver com oportunidade e acerto, a realidade demonstra que não é suficiente para garantir, por si só, a segurança do Comando.

A intervenção das reservas, na defensiva elástica, não deve se basear, exclusivamente, na informação, pois, o resultado será um fracasso.

Deve-se considerar o espaço anterior e posterior à linha de contato.

Do espaço anterior se disporá ou não, segundo a situação que deu origem à defensiva.

Se a defensiva elástica se delinea no princípio de uma guerra, na zona fronteiriça e sobre posições prévia e livremente escolhidas, a vanguarda disporá, provavelmente, de espaço suficiente para desenvolver uma ação retardadora.

Circunstâncias análogas apresentar-se-ão quando a defensiva elástica aparece na fase final de uma manobra em retirada.

Na maioria das vezes, a defensiva é consequência da paralização da ofensiva; as frentes se estabilizam em contato mais ou menos próximo; mas sempre o insuficiente para permitir o emprêgo de destacamentos retardadores.

Não se pode dispor, livremente, do espaço posterior. A cessão de grandes espaços não se coaduna com a defensiva elástica, o que é próprio da manobra em retirada. Quanto mais espaço se dê, mais livremente disporá o defensor de vias de comunicações múltiplas que facilitarão sua manobra. Concluímos, com isso, que o Comando tem que buscar sua segurança, que nesse caso se traduz pelo livre emprêgo das reservas, pela coordenação harmoniosa dos três fatores, devendo ser a resistência tanto mais forte quanto mais precário fôr o espaço disponível e as informações colhidas.

A primeira pergunta que o Comando deve formular a si próprio, no planejamento da defensiva elástica, será a seguinte:

— Dentro de que prazos posso fazer intervir as reservas e de que unidades constitui-las?

Não é possível dar resposta concreta. O tempo para empregá-las, com oportunidade, é função, dentro de cada situação, dos seguintes elementos:

— situação inicial das forças que constituirão a massa de manobra para contra-ofensiva;

— possibilidades de atender os diferentes setores da frente, onde se prevê a ofensiva, de acordo com as hipóteses prováveis. Essas possibilidades estão intimamente ligadas:

— à rede de vias de transporte;

— aos meios de transporte disponíveis;

— situação aérea.

A situação aérea tem grande importância.

Planos bem organizados e minuciosos podem fracassar se o inimigo tiver superioridade aérea. Um exemplo frisante encontramos na batalha da Normândia, onde os aliados desembarcaram nas costas da França e as grandes unidades alemãs, em reserva, não puderam intervir, com oportunidade, porque seus movimentos foram dificultados ou retardados pela ação intensa e ininterrupta da aviação aliada.

Quanto à situação inicial das forças que têm de constituir a massa de manobra para a contra-ofensiva, cabem duas hipóteses gerais.

Primeira: — a defesa em largas frentes não significa, em geral, uma inferioridade em meios. Pode ser consequência de condições climatológicas adversas (primeira campanha da Rússia); razões políticas ou a previsão de acontecimentos que se aguardam para breve, em outros teatros de operações. A frente defensiva contará, então, provavelmente, com suas próprias reservas, uma vez que é a totalidade do Exército que passa à defensiva.

Segundo: A defensiva é montada tendo em vista uma ofensiva que se desenvolve em teatros de operações mais ou menos afastados, e para a qual se destinou a maioria dos meios. As reservas para a contra-ofensiva, se o ataque se der, terão que ser tiradas da massa de manobra, em ofensiva, o que, em consequência, acarretará a paralização da própria ofensiva.

Compeende-se, obviamente, que a maior ou menor facilidade no jogo das reservas para a frente defensiva, influi, consideravelmente, no cálculo do tempo, ainda que prescindindo de outros fatores importantes.

Se houver reservas próprias da frente, sua concentração para a contra-ofensiva será mais rápida e maiores as possibilidades de ser executada. Se houver necessidade de se atender a teatros distantes, a

operação tornar-se-á muito complexa.

O problema só pode ser resolvido por uma análise detida e cuidadosa de todos os elementos que definem uma situação concreta.

O cálculo do tempo que a tropa em posição deverá resistir é o verdadeiro *no górdio* da questão.

Se no cálculo das forças predominar a idéia de segurança, se desvirtuár, provavelmente, a concepção defensiva, pois absorverá efetivos superiores às disponibilidades, caminhando-se insensivelmente para a forma estática, com o grave perigo de não se dispor da potência indispensável a essa modalidade de defesa, nem se reservar meios suficientes para a conduzir dentro da forma elástica.

Mas, se reinar um otimismo excessivo, talvez o ataque ultrapasse a capacidade de resistência da defesa, e, rompendo-se o coeficiente de elasticidade dos dispositivos, a contra-ofensiva chegará tarde.

Além dos fatores puramente materiais, é forço levar em conta um fator de grande importância — o moral. Em última análise, as forças reais ou prováveis do inimigo, os tempos, as vias de comunicações, os meios de transporte, etc., podem ser reduzidos ao cálculo, com aproximação apreciável, mas, não é possível a determinação, *a priori*, de coeficientes de ordem moral.

As forças que recebem a missão de defender uma larga frente é imposto o sacrifício, com quase certeza, caso o inimigo ataque. Esse sacrifício é materializado na resistência a todo custo, o que permitirá ao Comando, por vezes, acudir em tempo. A guerra tem comprovado que a capacidade de resistência das tropas é muito variável, e, numa dada unidade, depende das circunstâncias em que a mesma se encontra.

Um Batalhão ou Regimento que, por qualquer circunstância, cede antes do previsto cria uma brecha que permitirá a penetração, em massa, do adversário. Um centro de resistência, que barre tenazmente um via de comunicação im-

portante, retarda consideravelmente as possibilidades de exploração do êxito.

Dessas considerações deduzimos que o planejamento teórico de uma defensiva elástica é fácil; o difícil é a sua realização prática.

O planejamento ideal, teórico, de uma defensiva elástica, quando for possível escolher o futuro campo de batalha e os meios, se baseará na análise dos fatores abaixo, e na ordem em que são expostos:

— limitação da frente, apoiando o flanco num obstáculo contínuo, sempre que o terreno o permita;

— fixação do valor das reservas, de acordo com as possibilidades do inimigo e localizá-las em função das zonas mais prováveis de ataque, do sistema de comunicações e dos elementos de transporte disponíveis, levando sempre em conta a situação aérea;

— cálculo do tempo que a massa de manobra levará para chegar ao provável campo de batalha para a contra-ofensiva;

— avaliação dos efetivos destinados à defensiva estática, de tal forma que a sua capacidade de resistência não permita que se abra uma brecha antes da entrada oportuna das reservas em ação.

Mas, tudo isto não deixa de ser uma teoria aplicável em determinadas ocasiões, pois a realidade costuma ser muito diferente.

Não haverá liberdade na escolha da frente defensiva, quando a linha de contato foi imposta pelas operações precedentes; também não haverá meios disponíveis em quantidade, pois a guerra quase sempre se faz com precariedade de meios, e tem-se de confiar na Providência Divina.

O Comando Supremo, e esta é precisamente a sua grande responsabilidade, tem que pesar as possibilidades e as necessidades.

C) A DEFESA EM LARGA FRENTE

Tôda defesa deve atender à finalidade que dela se espera.

Na defensiva em frente normal, o objetivo é manter a todo custo uma determinada área do terreno,

desgastando, progressivamente, o inimigo, a fim de impedir o mesmo romper o dispositivo estabelecido pela defesa.

Conseguida a ruptura, a defensiva estática terá praticamente terminado. E o inimigo entrará na exploração do êxito, mais ou menos profundamente, conforme o valor da reserva, quase sempre pequena, que o defensor possa fazer chegar ao teatro da luta.

Na defesa em larga frente, a missão principal é ganhar tempo, infligindo ao adversário o maior desgaste possível, com os menores meios. A ruptura da frente se considera sempre possível, e é, precisamente, quando esta se dá que tem início a verdadeira defensiva elástica, com a intervenção da massa de manobra em contra-ataque.

Dessas duas finalidades distintas surgem dois dispositivos também diferentes. Na defensiva estática, como se trata da defesa de uma determinada região, deve haver uma continuidade na ocupação, densidade e profundidade em todas as partes, de acordo com as características do terreno, para evitar infiltrações que se prestam às pequenas manobras de envolvimento dos elementos não atacados diretamente. Na defesa em larga frente se substitui a noção de defesa de uma área pela de uma série de pontos.

Suponhamos a existência de certos meios, com os quais se pretende defender uma determinada área do terreno. Se aumentarmos uma das dimensões do retângulo que a define (caso de largas frentes), e pretendermos ainda obter continuidade na barragem de fogos (à frente do limite exterior) há de ser, forçosamente, em prejuízo da outra dimensão. Isto quer dizer que, com igualdade de meios, para se aumentar a frente corresponde a diminuir automaticamente a profundidade. Atingido o limite máximo de desenvolvimento, o dispositivo da defesa ficará reduzido a uma simples linha.

Uma defesa em cordão vigia, mas não resiste. Não satisfaz de modo algum às necessidades da defensiva elástica. Ao Comando não

interessa impedir as pequenas infiltrações que o inimigo tente, por meios de golpes de mão audaciosos, mas conter todo avanço possível das grandes massas que o adversário tenha preparado para exploração do êxito. Massas que, por sua própria natureza, estão intimamente ligadas às vias de transporte.

"Onde não existem vias apropriadas, disse o Generalíssimo, não há que temer grandes ataques, nem penetrações profundas, pois a progressão se detém por si mesmo, ante as dificuldades de impulsionar o movimento da retaguarda para frente". Um dispositivo (em cordão) nunca dará, ao comando, tempo para reagir com oportunidade. Será rompido, com o mínimo de esforço tão amplos como o ataque queira, e o caminho estará livre para a penetração até à retaguarda.

Se, para conseguir o retardamento do avanço, concentrarmos meios em determinadas direções, não se poderá pretender defender (defender no sentido de resistir), na totalidade da frente, e passa-se então logicamente, do conceito de defesa de uma área ao (de defesa) de pontos.

Consequentemente, a defesa em larga frente se materializa na organização de uma série de pontos fortes que barram as vias de penetração e asseguram a posse de posições importantes que o comando julga indispensável à solidez do conjunto ou para servir de apoio à contra-ofensiva.

O ponto-forte resulta da combinação de dois fatores; — meios e terreno.

A noção de ponto-forte não está, exclusivamente, vinculada ao terreno. Os meios, dispostos convenientemente, podem constituir e constituem, por si só, um ponto forte, sempre que se obtenha o máximo rendimento dos fogos, da observação e das comunicações, rendimento esse que se deve caracterizar, não só pela sua ação instantânea, mas também pelo poder de durar. Por outro lado, o terreno, por si só, considerado abstratamente, não dá origem a um

forte em seu verdadeiro conceito. O terreno será mais ou menos forte, mais ou menos difícil para o ataque e, conseqüentemente, menos ou mais favorável à defesa, mas, não constitui, por si só, como dissemos, um ponto-forte. A potência provém das possibilidades de reação ativa pelo fogo e movimento. O homem é quem cria o ponto-forte pela disposição conveniente dos meios, aproveitando o que o terreno oferece. Será muito mais fácil organizar um ponto-forte quando se conta com obstáculos, bons observatórios, bons campos de tiro, boas estradas e bom mascaramento natural, do que quando não se encontram nenhuma dessas condições.

Não se obtém a boa localização dos pontos fortes pelo simples exame (abstrato) do terreno, considerando apenas o valor dos acidentes orográficos e planimétricos. É preciso ter em mente que a melhor posição não terá valor, se uma situação, no conjunto da defesa, não constituir objetivo para o inimigo. O antigo regulamento alemão, para o emprego das grandes unidades, dizia: "As posições somente cumprem sua missão quando obrigam ao adversário empreender o ataque, ou disistir d'ele. De nada adiantará uma organização defensiva por mais perfeita que seja, se o inimigo puder desbordá-la."

Os pontos-fortes são localizados no terreno baseado numa análise do estudo das prováveis direções do esforço inimigo.

Para decidir sobre a localização dos pontos-fortes, é preciso basear a análise do terreno no estudo das prováveis direções do esforço inimigo. A missão dos pontos-fortes, como já foi dito, é obrigar ao adversário a desencadear o ataque. Com isto, o que realmente se quer é ganhar o tempo que o inimigo gastará na preparação e execução do ataque, assim como desgastá-lo, progressivamente, pelas baixas sofridas.

Se o ponto-forte existe naturalmente — obstáculo, observação, campos de tiro, mascaramento — aumentar-se-á o valor tático pela

distribuição conveniente dos meios necessários. Caso contrário, ter-se-á de criá-lo artificialmente.

A linha de contato ficará definida por uma série de núcleos de resistência, pontos-fortes, que constituem os verdadeiros baluartes da frente. Entre eles haverá, por vezes, intervalos mais ou menos amplos que corresponderão às zonas mais difíceis à penetração ou carentes de vias de acesso. O escaleamento das resistências em profundidade dependerá dos meios disponíveis.

No esboço abaixo está representada, esquematicamente, a fisionomia de uma defesa em larga frente.

A vigilância dos intervalos é indispensável, pois o inimigo poderá penetrar por eles, impunemente, durante a noite ou mesmo de dia, se o terreno fôr coberto, aparecendo de surpresa nos flancos e mesmo à retaguarda dos núcleos de resistência, com o que se teria diminuídas as possibilidades de intervenção oportuna, e colocando-se a defesa em manifestas condições de inferioridade.

D) CONDUTA DO COMBATE

Na conduta da defensiva elástica, aparecem duas fases distintas que chamaremos estática e dinâmica.

a) Fase estática.

O ataque apresentará duas modalidades distintas, segundo se trate de guerra de movimento ou de frentes estabilizadas.

Na primeira hipótese, existirá, à frente da posição, uma zona mais ou menos ampla, em que atuarão nossos destacamentos retardadores e que o inimigo percorrerá em exploração do êxito. Os acontecimentos desenvolver-se-ão, provavelmente, da maneira que a seguir se expõe.

Quando os destacamentos retardadores se retiram, o inimigo tomará os primeiros contatos com os pontos-fortes que barram as vias de penetração, que ele percorre em sua exploração do êxito. As forças blindadas e mecanizadas que

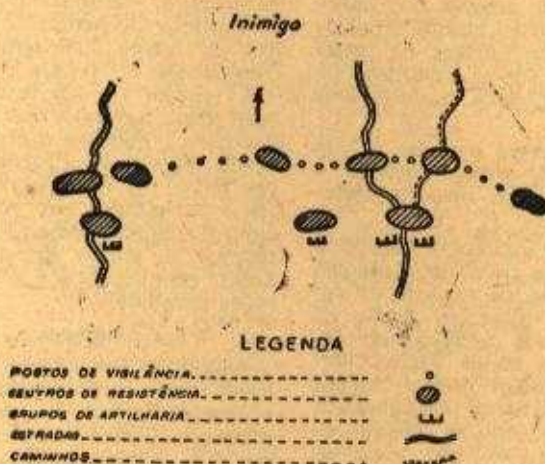


FIG. 1

operam na vanguarda, ao se chocarem com uma resistência estática forte, tratarão de desbordá-la e, ampliando os reconhecimentos pelos flancos, acabarão por descobrir os intervalos, onde o defensor simplesmente vigia. Se o inimigo dispõe de meios suficientes e é dotado de espírito ofensivo, penetrará pelos intervalos, para tomar pelo flanco as resistências estáticas e abrir as vias de penetração que, sem dúvida, necessitam para continuar o avanço. De qualquer maneira, se o desdobramento estiver bem ordenado, será, relativamente fácil fazer estas primeiras ações e obrigar ao inimigo montar o ataque em força. Para isso, terá que aguardar a chegada de suas grandes unidades (DI) e, particularmente, de sua artilharia.

É de maior interesse que a defesa disponha de unidades blindadas em reserva, que não necessitam ser numerosas. Pequenas frações, convenientemente situadas e agindo de surpresa, podem conseguir ótimos resultados contra-atacando de flancos as pontas de lança (mecanizadas ou blindadas) que o inimigo faça penetrar pelos intervalos.

Caso se trate de uma frente estabilizada, e se por falta de espaço, a frente da posição só houver um

sistema de pequenos postos de vigilância, a ação ofensiva desenvolver-se-á com características próprias.

A estabilização permitirá ao adversário localizar, com exatidão suficiente, os núcleos de resistência e os intervalos e poderá montar a manobra na ordem seguinte:

— as grandes unidades farão o ataque frontal sobre os núcleos de resistência, na zona escolhida para o esforço, a fim de abrir uma brecha de extensão suficiente;

— as forças blindadas e mecanizadas penetrarão nos intervalos entre os núcleos, caso o terreno o permita, com a dupla missão de atacar os flancos dos pontos-fortes, submetidos à ação frontal, de modo a cooperar diretamente com esta; penetrar em profundidade para desorganizar o comando, destruir a artilharia, os serviços e ocupar posições importantes, a fim de impedir a reação da defesa.

O inimigo procurará desencadear o seu ataque de surpresa e no menor prazo possível, pois, quanto menos tempo dispuser o defensor para montagem do seu dispositivo, menos liberdade terá para manobrar suas reservas. Portanto, se o defensor se descuidar na vigilância dos intervalos ou for surpreendido por golpes de mão bem preparados,

a ação ofensiva através dos intervalos precederá ao ataque frontal. Dêsse modo, os núcleos de resistência podem ver-se atacados, simultaneamente, pela frente e pelos flancos.

A defesa deverá agir de acordo com os planos preestabelecidos e estudados até seus menores detalhes.

Os postos de vigilância dos intervalos, uma vez revelado o ataque, se retiram para os núcleos de resistência que estiverem sendo visados, exercendo a ação retardadora que seus meios permitirem.

Os pontos-fortes devem resistir a todo custo. Atuam, normalmente, pelo fogo e, quando as circunstâncias o permitirem, por meio de contra-ataques imediatos, com pequenos efetivos, agindo, de preferência, sobre os flancos dos elementos que penetram pelos intervalos.

As reservas de Corpo de Exército, uma vez localizada a região de ataque, vão guarnecer, se já não o fizeram, os pontos-fortes de segunda linha, escalonados em profundidade, com o objetivo de canalizar as direções de avanço inimigo. É conveniente defender os bordos da brecha aberta, ou cuja abertura se prevê, para evitar o alargamento, fácil, que permitiria envolver, por meio de manobras laterais, as partes da frente ainda não diretamente atacadas.

Esse conjunto de ações formam a primeira fase que denominamos *estática*, porque nela predomina a resistência que se opõe à penetração inimiga nos pontos-fortes previamente organizados. Isto não quer dizer que fiquem completamente fora das cogitações as reações pelo movimento.

O espírito ofensivo deve predominar em todos os elementos empenhados. Haverá contra-ataques imediatos que se lançam dos pontos-fortes sobre os flancos dos elementos que penetram nos intervalos. Toda unidade que está em ação e toma contato com o inimigo deve atacá-lo sem vacilações; caso se limite tranquilamente a se instalar em posições à retaguarda, fa-

vorecerá os desígnios do defensor, permitindo-lhe acumular, com calma, os meios suficientes para a continuação do ataque.

É preciso considerar que uma ação desta natureza traz dificuldades para o inimigo coordenar suas ações, manter as ligações, receber em tempo os reforços e apoio de fogos solicitados. A reação pelo contra-ataque, principalmente de frações de carros agindo de surpresa, produzirá, por certo, resultados excelentes.

b) Fase dinâmica.

Enquanto todas essas ações vão tendo lugar, o Comando concentra e dispõe o grosso de sua massa de manobra. Entre tantas outras coisas que poderão produzir um momento de crise na ofensiva, pode-se mencionar a resistência oposta pelos pontos-fortes, que barram as vias de penetração; as contra-ofensivas imediatas que se executam a partir deles e bem assim as que efetuam as primeiras unidades chegadas no campo de batalha; o enfraquecimento decorrente dos múltiplos combates que exige o aniquilamento dos núcleos de resistência; a necessidade de guarnecer os flancos das brechas abertas; as dificuldades que se encontram para impulsionar os órgãos dos serviços para a frente.

É esse momento de crise, como já salientamos, que a defesa deve aproveitar, rapidamente, para sua contra-ofensiva de conjunto.

A contra-ofensiva é executada de acordo com as mesmas normas da ofensiva, destacando-se as condições de surpresa, rapidez e impulsão. É indispensável dispor de grandes unidades blindadas ou batalhões de carros independentes, em apoio às grandes unidades de infantaria, uma vez que de outra maneira não será possível conseguir a velocidade indispensável.

No planejamento da contra-ofensiva entram em jogo dois fatores de máximo interesse:

- as direções de ataque;
- a dosagem das forças.

As melhores direções de ataque são as que procuram estrangular

a bôlsa produzida com meios equivalentes aos que provocaram a brecha; daí, o máximo interesse em assegurar a posse dos pontos-fortes que resistiram nos bordos e que servirão, juntamente com os escalonados em profundidade, de bases de partida para a reação.

Se essas direções não forem utilizáveis, pela dificuldade de concentrar e desenvolver convenientemente os meios, procurar-se-á, sempre, o ataque pelos flancos.

É preciso avaliar, com exatidão, as possibilidades dos meios disponíveis em relação às missões atribuídas. Um plano ambicioso que aspire estrangular a bôlsa mediante duas ações convergentes sobre ambos os flancos, pode terminar em completo fracasso, já que a divisão de forças fará com que nenhuma das massas organizadas conte com a potência suficiente.

E) CONCLUSÕES

A defensiva elástica é consequência natural da defensiva em larga frente. Não se trata de uma melhor forma de defensiva, mas, simplesmente, de uma imposição da situação real.

A defensiva estática seria o ideal, se os meios disponíveis permitissem criar uma forma de barreira intransponível, capaz de desgastar o inimigo, anulando sua capacidade de ataque. Mas, como nunca ou quase nunca será possível conseguir os desdobramentos estáticos contínuos e suficientemente profundos, a defensiva elástica é a única que, atualmente, parece lógica para fazer fracassar a ofensiva.

Na defensiva elástica o valor dos pontos-fortes é enorme. Pelas forças inimigas que absorve; pelo desgaste que impõe ao inimigo e pelas dificuldades criadas à utilização das vias de comunicações, é precisamente a resistência oferecida pelos pontos-fortes que dá tempo ao Comando para intervir, concentrar reservas e reagir, posteriormente, em ação ofensiva.

O ponto-forte tem tido seus destratores. É um ninho de projéteis, dizem, sobre o qual a aviação e a artilharia concentrarão seus fogos; além disso está fadado a cair por envolvimento.

No entanto, é preciso levar em conta que o conceito de "ponto-forte", que corresponde a dizer concentração de meios, não significa amontoamento, mas sim desdobramento protegido e coordenado, numa dada área, dos elementos de que se disponha. O ponto-forte tem significação.

A sua significação é bem ampla, e sua denominação tanto se aplica ao centro de resistência que um Batalhão organiza, quanto ao núcleo de defesa que uma divisão organiza, quando seus elementos formam um conjunto homogêneo capaz de bater-se isoladamente.

A idéia de que o ponto-forte tenha por missão resistir até o sacrifício é idéia que repugna por cruenta, mas, tem que entrar nos áculos do comando. É o caso típico de sacrifício de um determinado elemento, para permitir a intervenção oportuna de outros.

A aviação pode levar a defensiva elástica ao fracasso;

Tal modalidade de defensiva está baseada no emprego oportuno das reservas para contra-ofensiva, cujo emprego implica em movimentos, tanto mais amplos e complexos, quanto maiores os efetivos. Mas a aviação é a grande inimiga do movimento. Assim, se o adversário possui o domínio do ar, se a sua aviação ataca continuamente as vias de transporte, será difícil ao defensor desembocar sua manobra de contra-ofensiva.

Em verdade, se a defensiva elástica fracassar, a estática terá também reduzidas probabilidades de êxito. A guerra cada vez se torna mais complexa e, ao se equacionar a vitória, o coeficiente do material vai dia a dia adquirindo valores crescentes.

"ATO DE INDISCIPLINA ... PERDOADO"

Na tomada de Sauces (20 de março de 1868), cujo encargo foi cometido ao general Argôlo, participando este a Caxias o resultado da renhida peleja, afirmou que durante a mesma se dera numerosas fugas e deserções ... de nova espécie. Doentes, que jaziam nos leitos do hospital, presos que por suas culpas estavam respondendo em cárceres, tinham espontaneamente praticado o ato de indisciplina, de saírem dos leitos ou das prisões, para tomarem parte no combate, findo o qual não foi precisa a mínima observação para se recolherem aos lugares donde haviam indevidamente saído.

Perguntando Argôlo que pena mereciam tais homens, respondeu-lhe Caxias:

— Desculpa do ato presente e perdão do anterior.

(Padre Joaquim Pinto de Campos — "Vida do grande cidadão brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva")



DO MILITAR PARA O MILITAR AVISO AOS COMPANHEIROS A CASA NENO

NENO RÁDIO ELÉTRICA LIMITADA

tão nossa conhecida, oferece RÁDIOS, BICICLETAS, TELEVISÃO, GELADEIRAS, MÁQUINAS DE COSTURA, MÁQUINAS FOTOGRÁFICAS, ENCERADEIRAS, ASPIRADORES DE PÓ e demais utilidades para seu lar — TUDO EM 10 ou 15 PAGAMENTOS, BASTANDO A APRESENTAÇÃO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE — Entrega imediata.

Endereços: MATRIZ — Rua 7 de Setembro, 145

Tels.: 43-2215 e 43-9134

FILIAIS — Rua República do Líbano, 7 (ex-Rua do Núncio) — Tel.: 22-4590 — Rua Buenos Aires, 151-1º — Tel.: 43-7778 — Avenida Presidente Vargas, 877-loja (esquina da Avenida Passos) — Tel.: 43-6905 — Rua Maria Freitas, 110-B — Madureira

O CAVALO E A MECANIZAÇÃO DE UM EXÉRCITO

Ten.-Cel. J. DE SOTTO MONTES, do Exército espanhol

Tradução: "data venia", da revista argentina El Caballo, de B. Aires, pelo Major CARLOS ALBERTO DA FONTOURA



ação mecânica nas batalhas de aniquilamento — A última guerra mundial, e sobretudo as ações realizadas nos teatros de operações de França e

Polônia, vieram demonstrar plenamente a possibilidade das batalhas de aniquilamento, assim como também de obter, mediante um amplo emprego dos meios de combate adequados à situação, uma rápida decisão nos domínios tático e estratégico. Atualmente é possível afirmar que se há cumprido a eterna aspiração dos comandos de dispor de um elemento, uma arma ou um procedimento capaz de abreviar a duração de um conflito bélico. Tal arma não foi a Infantaria, embora atualmente ela continue sendo insubstituível em qualquer operação militar; tão pouco o foi a tradicional Cavalaria, apesar da agilidade manobreira e elevado espírito ofensivo dos ginetes; nem a Artilharia, ainda que as possibilidades balísticas de suas peças ofereçam vantagens insuperáveis. Para tamanha empresa, foi necessário incorporar à máquina de guerra formações de tanques, automóveis blindados e forças mecanizadas e motorizadas, cuja ação, auxiliada por uma vigorosa atividade aérea, conseguiu imprimir aos antigos e tradicionais exércitos u'a potência e rapidez tais que, hoje em dia, os "cercos" com vistas à destruição e captura do inimigo podem completar-se em menor espaço de tempo

e maiores possibilidades que antigamente. Muitos exemplos poderiam citar-se entre os inúmeros que regista a história da última guerra mundial. Entre eles, talvez sejam mais característicos os seguintes:

— as vertiginosas operações da Flandres e as do Somme, assim como as do Egito, prolongadas pelo deserto cirenáico, demonstraram claramente que até então não existia um meio mais rápido e potente que o emprego das unidades blindadas, mecanizadas e motorizadas, em combinação com as forças aéreas.

Insistir em desconhecer o valor decisivo de tais tropas — Quando se dispõe de um terreno firme e transitável — seria especular em forma negativa sobre feitos de todos conhecidos e perfeitamente concretos. Ao contrário, nos teatros de operações da Finlândia, Grécia e Albânia zonas todas elas de condições precárias e desfavoráveis condições climáticas, os escassos meios mecânicos que o atacante pôs em jogo foram rapidamente neutralizados pela defesa. Também é necessário recordar que a falta de uma numerosa e bem armada cavalaria não permitiu aos defensores daqueles países explorar devidamente a vantagem da atitude defensiva sobre a ofensiva.

Mecanização total ou parcial?

— A pergunta parece levar-nos à evidência de que os exércitos que mais integralmente hajam conse-

guido sua mecanização e motorização, serão os mais próprios para obter os melhores resultados, em qualquer novo conflito. Todavia, em nossa opinião, essa mecanização integral não pode considerar-se praticável nem mesmo nos exércitos melhor supridos pela capacidade industrial de seu país. Justificamos tal critério, tendo em conta o seguinte:

a) Hoje em dia, nem sequer os Estados melhor dotados e de capacidade industrial mais desenvolvida contam com recursos em combustível e possibilidades suficientes, em matérias primas, para chegar à mecanização integral e alimentá-la em forma contínua durante um conflito importante;

b) De outro passo, as enormes quantidades de veículos que seriam necessários para o desenvolvimento de tão grandiosa idéia tornariam muito difíceis os movimentos e abastecimentos dos exércitos em operações;

c) Além disso, facilmente poderá supor-se que, paralelamente ao desenvolvimento e progresso de tais meios rápidos, surgiria o natural aperfeiçoamento dos elementos que haveriam de se lhes opôr. A atual defesa anti-tanque, com seus obstáculos especiais, as construções e destruições, campos de minas, armas anti-tanques, etc., alcançaria tão extraordinária perfeição, que talvez o esforço dos exércitos para chegar à mecanização total não produziria, nos teatros de operações, benefícios proporcionais à tão desmedida transformação.

Como se vê, a mecanização total, com sua consequência natural, que seria a desapareição das tradicionais armas em campanha, não se pode considerar já senão como uma das muitas especulações sobre a arte da guerra, sem possibilidades de realizar-se em um futuro próximo e quiçá nunca.

A rapidez de decisão — Poderia argumentar-se que durante a primeira guerra mundial se travou uma grande batalha de aniquilamento — Tannenberg (lagos masureanos) — onde, sem necessidade

de tropas mecanizadas e blindadas e somente com uma divisão de cavalaria como representante das armas móveis, empregada fragmentariamente, os efetivos imperiais alemães conseguiram derrotar e cercar a todo o exército russo do Narev. Todavia, será bom recordar que essa "Canes" da Rússia Oriental não se consumou devido a que a infantaria do Marechal Hindenburg houvesse desenvolvido uma grande velocidade para alcançar um inimigo prudente e hábilmente disposto a evitar uma batalha decisiva até reunir efetivos mais numerosos e prudentes. Ao contrário, ao exército alemão se facilitou providencialmente a manobra devido ao "passo de tartaruga" do exército russo, o que tornou possível a Hindenburg apertar o cerco sem grande velocidade de movimento.

Por isso, tal exemplo é excepcional, pois que o aperfeiçoamento da aviação e as requintadas medidas de exploração e segurança, isto é, quando se empregaram adequadamente as tropas aéreas e da cavalaria, nunca mais se repetiu nessa guerra, em qualquer de suas frentes, uma verdadeira batalha de aniquilamento.

Necessidade da cavalaria montada e mecanizada — Até agora não existe motivo ponderável para se afirmar que, mesmo nas ocasiões em que se poderiam empregar sem restrições as formações mecanizadas e motorizadas, as tropas montadas deixariam de ter funções importantes em campanha. Em verdade, desde o começo de qualquer ação, surge a necessidade de assegurar as extensas linhas de comunicação das unidades que empregam o motor de explosão até a chegada da infantaria. Assim, pois, proteger o intervalo que haverá entre as tropas mecanizadas e blindadas e as de infantaria a pé, deverá ser missão específica da cavalaria montada. É a cavalaria a tropa de velocidade intermediária.

Como é natural, dificilmente será possível manter protegidas tão largas distâncias sem solução de con-

sinuidade. Daí surge a necessidade de dar segurança e de cobrir a infantaria, já que tais soluções de continuidade certamente haverão de ser batidas pelo inimigo com elementos ligeiros de suas formações mecanizadas e blindadas que atuem na vanguarda. Consequentemente, se subsiste o critério de que a tradicional infantaria é a arma do combate aproximado e da ocupação do terreno, e que as tropas blindadas e mecanizadas são as indicadas para as ações de rutura, avulta a necessidade de se possuir tropas de velocidade intermediária. Estas serão a Cavalaria Montada, com o objetivo de assegurar aos escalões a pé uma aproximação relativamente cômoda, e um contacto sem surpresas.

Realizado o contacto, levado a cabo o ataque e conseguida uma decisão favorável, o início da exploração do êxito não se fará esperar, e então novamente surgirá a necessidade de tropas de velocidade intermediária, já que os mecanizados se não distanciaram rapidamente das tropas a pé. Esta é outra das situações que aconselham manter efetivos montados, nos exércitos. Caso fracassasse o ataque antes enunciado, caberia ao inimigo a exploração do êxito. Certamente algumas ações ofensivas de tropas blindadas e mecanizadas que tenham permanecido em reserva, poderiam refrear, em parte, a avalanche inimiga, mas dificilmente se poderia evitar infiltração, cunha, etc., realizadas por destacamentos ligeiros de relativa importância.

A atitude defensiva do vencido terá que ser elástica, e isto não se conseguirá senão cobrindo os intervalos — mesmo em forma de cortina — utilizando aquelas tropas cuja velocidade permita assegurar uma relativa ligação entre as unidades moto e as tropas a pé. Volve pois a aparecer a necessidade das tropas montadas.

Resumindo, cremos não cair em falsa especulação se nos permitirmos afirmar que, pelo menos em um futuro próximo, não se deverá

desconhecer o valor tático dos esquadrões montados.

Quanto à cavalaria mecanizada, não mais trataremos de sua defesa, pois que já está definitivamente acreditada. Limitar-nos-emos a indicar a extraordinária ajuda que lhe presta atualmente o motor. Preliminarmente, expressaremos a dúvida de que um exército possa atuar totalmente mecanizado, e cabe acrescentar que tanto as formações aéreas, como as blindadas, não obstante sua indubitável e enorme importância, não são outra coisa que novas armas dentro de um exército moderno, mas que não substituem os antigos, se bem que facilitam as ações destas últimas, aumentando sua rapidez e potência, isto é, seu impulso. Disto resulta que a mecanização de uma parte da cavalaria deve ser considerada por todos como de grande utilidade, já que os veículos de transporte de tropas, os motos, os tanques, etc., vieram economizar não poucos esforços das tropas a cavalo em muitas de suas missões, que antes absorviam prematuramente seus efetivos.

Com efeito, para que fatigar os esquadrões a cavalo, em vigilância e proteção de uma fronteira ou determinada frente, se se dispõe de tropas mecanizadas que podem acudir com maior rapidez e potência que as tropas montadas, aos lugares críticos?

Para que dispersar, em várias direções, grandes núcleos de cavalaria hipo, enviá-los a largas distâncias em missões de exploração e segurança, quando a aviação, em curto espaço de tempo, pode reconhecer e obter informações fotográficas e as tropas mecanizadas podem igualmente investigar sobre largas frentes e em profundidade, realizando a ocupação temporária de certos objetivos?

Que utilidade apresentam hoje em dia aqueles esgotadores raides de cavalaria montada contra concentrações inimigas a longas distâncias, quando agora, mediante bombardeio aéreo e o emprego de tropas mecanizadas ou blindadas,

é possível conseguir resultados superiores?

Grande parte dessas missões, que antes eram atribuídas tradicionalmente à cavalaria hipo, são destinadas hoje ou estão em vias de o ser à atual cavalaria que emprega motor de explosão, com os quais a arma teve aumentadas as possibilidades de levar a cabo suas missões: exploração, segurança, ataque, perseguição, ação retardadora, etc., o que não será motivo de admiração pois — montada ou mecanizada — sempre será cavalaria.

Proporção do elemento animal e mecânico — Comentada e admitida a necessidade de que os exércitos modernos disponham de unidades a cavalo e mecanizadas, trataremos de estabelecer suas proporções. Como é natural, não poderemos estabelecê-las matematicamente, já que a fórmula empregada em cada país depende de diversos fatores, tais como os futuros teatros de operações, possibilidades de fabricação, matérias primas, depósitos e riqueza combustível, planos de operações, etc., fatores todos eles impossíveis de tratar sem cair em conjunturas ou, o que é pior ainda, em inexactidões.

Apenas tentaremos apresentar alguns conceitos, para que o leitor medite e tire as conclusões que um bom critério indicar. Indubitavelmente, nos países de grande potencial industrial, as tropas montadas, ante a acumulação de materiais automotores serão consideradas como auxiliares das mecanizadas e, conseqüentemente, a proporção deverá inclinar-se a favor dos últimos. Ao contrário, há países que não poderão apoiar sua organização militar em uma sólida capacidade industrial, e então parece racional inverter a proporção, que penderá para o lado dos ginetes.

Claro está que fazemos esta distribuição de meios de modo abstrato, sem contar com possíveis auxílios exteriores, os quais nem sempre será lícito considerar, embora haja bons desejos de todos.

A diversidade de proporções está intimamente relacionada com as possibilidades industriais dos diferentes países, e não tem reflexos somente na cavalaria, mas também nas outras armas e serviços. Por conseguinte as alterações de arma em nosso país ficam ligadas diretamente às outras armas, especialmente à infantaria. Se esta aumenta sua velocidade mediante a motorização, etc., os esquadrões a cavalo cederão seu lugar aos motorizados; de outro passo, se continuam de pé as etapas de 25 a 30 km de infantaria, não será indispensável um grande aumento da proporção atual. Isto si considerarmos que já existem quantidades suficientes de unidades mecanizadas e a cavalo que requerem os corpos de exército para assegurar-se o tempo e o espaço necessários antes de iniciar uma ação decisiva, para explorá-la em caso de êxito e para reduzir seus efeitos adversos, em caso de fracasso.

Nota do radutor — Como se vê, surgem todos os dias e de todos os cantos do universo, depoimentos de valor, em apoio da cavalaria hipo. Sua necessidade, mesmo nos exércitos de países industrializados, é admitida com lógica e isenta de sentimentalismos piégas. Que diremos então no caso brasileiro, já tão decantado e debatido?

Falta-nos, apenas, uma profissão de fé nos destinos da Cavalaria Hipo, e mãos à obra para reequipá-la: reequipando-a, remontando-a e o que é mais — situando-a no seu devido lugar no seio do Exército.



ARTILHARIA ANTIAÉREA EMPREGADA EM MISSÃO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA

(Anexo XI, do FM 6-40, jan 50)

Tradução do Cap. GERALDO FIGUEIREDO DE CASTRO, do CIDAAé.

1. GENERALIDADES. a. Este anexo trata das modificações necessárias nos processos de tiro da artilharia de campanha para adaptá-los ao uso da artilharia antiaérea, quando esta realiza tiro indireto em missão terrestre. Está limitado exclusivamente aos pontos de técnica que exigem modificações de processos. Os princípios constantes do manual, modificados por este anexo, são aplicáveis pela artilharia antiaérea empregada em missões de artilharia de campanha.

b. Para dados completos sobre o emprêgo tático e as missões das unidades de artilharia antiaérea, vantagens e limitações de seu emprêgo em missões de superfície e as necessárias modificações no material de artilharia antiaérea e nos processos de tiro para o tiro terrestre, consulte-se o C 44-1, o C 44-2 e o C 44-4.

c. Os materiais de artilharia antiaérea classificam-se em: pesados (120 mm), médios (90 mm) e leves (75 e 40 mm).

2. MUNIÇÃO. As seguintes munições são usadas pela artilharia antiaérea em missão de superfície:

a. Projéteis.

Calibre :	Tipo :
120 mm	HE (explosivo)
90 mm	HE (explosivo), AP-T (perfurante e traçante), APC-T (perfurante reforçado e traçante), HVAP-T (perfurante de alta velocidade e traçante), fumígeno e de fósforo branco.
75 mm	HE (explosivo), AP (perfurante), fumígeno e de fósforo branco.
40 mm	HE-T (explosivo e traçante) e AP-T (perfurante e traçante).

b. Espolêtas. Os diferentes tipos usados pelos canhões de artilharia antiaérea (exceto o canhão de 40 mm) compreendem a espolêta instantânea com retardo, a espolêta eletrônica (VT), a espolêta mecânica de tempo de 30 segundos, e a espolêta mecânica de tempo de 75 segundos, que pode ser utilizada também como espolêta instantânea. O projétil de 90 mm pode usar todas as espolêtas de ogiva que são usadas pelo obus 105 (T 9-1901). O canhão de 40 mm utiliza apenas espolêta instantânea.

c. **Traçantes.** O projétil HE-T (explosivo e traçante) de 40 mm contém um elemento traçante com a função dupla de traçar a trajetória e destruir o projétil após queimar todo o traçante. Há dois tipos de elemento traçante:

- (1) O conjunto traçante MK 11 ou MK 11 M2, com um tempo de queima de 8 a 10 segundos, tem um alcance máximo utilizável de 3.500 a 4.000 metros.
- (2) O conjunto traçante M3 A1, com um tempo de queima de 12 a 14 segundos, tem um alcance máximo de 5.000 metros.

3. **COMANDOS DE TIRO.** a. **Generalidades.** Os comandos usados pela artilharia antiaérea no tiro indireto em missão de superfície diferem dos comandos de tiro da artilharia de campanha em diversos aspectos:

b. **Unidade que segue os comandos.** O processo normal de emprego dos canhões de 40 mm em missão terrestre é por secção de quatro peças, e não por bateria, como na artilharia de campanha. Para alertar todas as quatro peças o comando é: **SECÇÃO ATENÇÃO**. Se somente duas peças devem seguir os comandos, comanda-se: **CENTRO ATENÇÃO**. As demais unidades de artilharia antiaérea empregam este comando da mesma maneira que a artilharia de campanha.

c. **Carga.** Como toda a artilharia antiaérea usa munição de carga única, este comando é omitido.

d. **Espolêta.** Não há este comando para as unidades dotadas do canhão de 40 mm, que só dispõe de espolêta instantânea.

e. **Unidade que atira.** Quando se emprega a artilharia antiaérea leve, em que cada peça é constituída de dois tubos montados em um reparo-motor, é necessário designar qual o tubo que atira, caso se pretenda atirar com um só: **SÓ O CENTRO, TUBO DIREITO** ou **TODA A SECÇÃO, TUBO ESQUERDO**. Se não for mencionado qual o tubo que atira, ambos o farão. Para passar ao tiro com os dois tubos quando se está atirando com um só, o comando é: **AMBOS OS TUBOS**.

f. **Direção.** Usa-se o comando **LANÇAMENTO** (tanto), em vez de **DERIVA**, para apontar os canhões da artilharia antiaérea em direção.

g. **Sítio total.** Os canhões antiaéreos não são equipados com uma escala de sítio independente; por isso, o sítio total deve ser adicionado algebricamente ao ângulo de tiro das tabelas para obter o ângulo de elevação, que será enviado aos canhões.

h. **Elevação.** Para apontar o canhão em elevação, usa-se o arco-nível ou o indicador de elevação da própria peça, que tem o formato aproximado de um relógio. A soma algébrica do sítio total e do ângulo de tiro é anunciada como **ÂNGULO** (tanto) ou **ELEVAÇÃO** (tanto). Quando o comando for **ELEVAÇÃO**, seu valor numérico deve ser registrado no indicador de elevação; quando for comandado **ÂNGULO**, seu valor deverá ser registrado no arco-nível. O arco-nível é utilizado normalmente nos tiros de precisão.

4. **ELEMENTOS DE TIRO.** a. **Direção.** Ao ocupar posição, todas as peças da bateria de tiro (ou da secção, nas unidades de canhões de 40 mm) são apontadas com o feixe paralelo. Para minúcias sobre os processos de colocação em direção, recorrer ao C 44-2 e ao C 44-4.

b. Distribuição.

- (1) A tabela abaixo dá uma idéia da largura mais conveniente para os feixes normais:

CALIBRE	LARGURA DO FEIXE NORMAL EM METROS		FRENTE BATIDA EM METROS	
	Bateria de 4 peças	Bateria de 6 peças	Bateria de 4 peças	Bateria de 6 peças
40 mm	60 m	—	80 m	—
75 mm	100 m	100 m	130 m	130 m
90 mm	100 m	—	140 m	—
120 mm	150 m	—	200 m	—

- (2) Para obter outro tipo de feixe (convergente, por exemplo) será preciso enviar comandos individuais de lançamento às peças (par. 44).

5. ELEMENTOS TOPOGRÁFICOS E CORREÇÕES. a. **Pranchetas de tiro.** As centrais de tiro da artilharia antiaérea empregam, em missões de superfície, vários tipos de prancheta de tiro. Na artilharia antiaérea leve, raramente se poderá dispor de uma prancheta de tiro baseada inteiramente na topografia. Os elementos de tiro serão obtidos num plano diretor ou documento equivalente, sobre o qual a posição das peças tenha sido locada por inspecção, ou de uma prancheta de tiros observados construída conforme foi descrito no capítulo 15 deste manual. Os elementos de tiro locados na prancheta de tiros observados serão transferidos para uma prancheta de tiro topográfica porventura disponível mais tarde.

b. **Determinação dos elementos topográficos.** Usa-se o transferidor de derivas e alças para medir lançamentos e alcances. Em vez de derivas, ou alterações de deriva, enviam-se comandos de lançamento às peças. O transferidor de derivas e alças é preparado para medir lançamentos diretamente, de maneira idêntica à prescrita para as derivas no § 123 deste manual (figura). Observe-se na figura que os lançamentos são marcados no TDA de 100 em 100 milésimos, de tal maneira que uma medida para a direita resulte em acréscimo do lançamento, e para a esquerda em decréscimo. Estas medidas são feitas inicialmente a partir do índice da vigilância, que serve para os mesmos fins da extensão da vigilância na artilharia de campanha (§ 124). O índice da vigilância é traçado na graduação correspondente à centena de milésimos mais próxima do lançamento do ponto de vigilância. Por exemplo, se o lançamento do ponto de vigilância é 4 786 milésimos, o índice da vigilância será construído no lançamento 4 800 milésimos. O TDA é então marcado como mostra a figura, com o bordo representando o lançamento de 4 800 milésimos. Depois da regulação, utiliza-se um índice de lançamento para leitura dos lançamentos a comandar às peças, o qual corresponde ao índice de derivas descrito no § 124c deste manual, e será construído da mesma maneira. O índice de lançamento é traçado em correspondência com o lançamento de regulação obtido após regulação sobre o ponto de vigilância.

b. **Atribuições do pessoal da central de tiro.** As centrais de tiro das unidades de artilharia antiaérea realizando tiro terrestre são organizadas como prescreve o capítulo 18 d'êste manual para os grupos de artilharia de campanha. As atribuições de seus componentes e a conduta da central prescritas naquele capítulo são aplicáveis às unidades de artilharia antiaérea. Entretanto, o processo normal de emprego das unidades de canhões de 40 mm em missão de artilharia de campanha é por secção, tendo a central de tiro da secção composição semelhante à da central de tiro da bateria nas unidades de campanha. As funções do pessoal que guarnece normalmente uma central de tiro podem ser acumuladas nas unidades de canhões de 40 mm do modo seguinte:

- (1) S2 e S3. As funções do S2 e do S3 são normalmente executadas pelo comandante de secção ou por seu substituto, além das atribuições que lhe são normais na região das posições. Os seguintes elementos da ordem do S3 são omitidos por serem inaplicáveis: bateria que atira; bateria que ajusta; carga.
- (2) *Controlador horizontal (CH) e controlador vertical (CV).* Ambas as funções são executadas pelo mesmo membro da central de tiro da secção. Quando chega a missão à central de tiro, ele primeiro funciona como CH, locando o objetivo e anunciando o lançamento e o alcance para o calculador. Enquanto estes elementos estão sendo enviados aos canhões, ele passa a exercer a função de CV, calculando e anunciando o ângulo de sítio.
- (3) *Calculador.* As atribuições do calculador são essencialmente as mesmas dos calculadores da central de tiro do grupo, expostas no § 188 d'êste manual, com as modificações impostas por êste anexo.

c. **Cadências de tiro.** Os canhões antiaéreos desenvolvem grandes velocidades iniciais e usam altas cadências de tiro. Por esta razão, o tiro prolongado em cadência rápida causa usura excessiva dos tubos; deve-se ter, pois, cuidado em limitar a cadência e o volume de tiro ao estritamente necessário para cumprir determinada missão. Da usura excessiva resultará redução marcante na eficiência d'esses canhões quando empregados em missão antiaérea.

d. **Exemplos de direção do tiro.**

- (1) *Artilharia antiaérea leve.*

(a) *Situação:*

Unidade: Secção de canhões de 40 mm (T 141);
Posição: Frente da secção 80 metros;
Ajustagem da RT: Granada explosiva HE-MK2, Alcance 4 050 m, Alça 80°.

(b) *Conduta:*

Mensagem do observador (OA2):

AQUI ONDA AFIR DOIS,
MISSÃO DE TIRO,
LANÇAMENTO 4900,
DO PV,
ESQUERDA 400,
ALONGUE 400,
METRALHADORAS,
AJUSTAREI.

O Cmt Sec anuncia:

Granada explosiva,
Por 8,

Alça do centro,
Quando pronto,
Concentração urso 10.

Cmt Sec (ao OA2) :

Por 8,
Alça do centro,
Quando pronto,
Concentração urso 10.

O CH-CV anuncia :

Lançamento 4628,
Alcance 3740.

O CH-CV anuncia :

Sítio mais 5.

Comandos do calculador :

Secção atenção,
Explosiva,
Só o centro, tubo esquerdo,
Por 1,
Lançamento 4628,
Elevação 73 (68 + 5).

CORRECÇÕES DO OBSERVADOR	CH-CV (ÔNICO)	COMANDOS DO CALCULADOR
DIREITA 200,	Lançamento 4709,	Lançamento 4707,
ALONGUE 200.	Alcance 3890.	Elevação 78.
REPITA DIREÇÃO,	Lançamento 4705,	Lançamento 4705,
ENCURTE 100.	Alcance 3800.	Elevação 75.
REPITA DIREÇÃO,	Lançamento 4707,	Tôda a Secção.
EFICÁCIA,	Alcance 3840.	Por 8,
ALONGUE 50.		Lançamento 4707,
MISSÃO CUMPRIDA,		Elevação 77.
METRALHADORAS NEU- TRALIZADAS.		Elementos para relocação :
		Lançamento 4707,
		Alcance 3840,
		Sítio mais 5,
		Concentração Urso 10.

(2) Artilharia antiaérea média.

(a) Situação :

Unidade : Grupo de canhões antiaéreos de 90 mm.

Posição : Frente das baterias 100 metros ; altitude da segunda bateria, 362 metros.

Ajustagem da RT : Espolêta M43A3, Alcance 10 560 m,
Alça 215^m, Evento 24.6 seg.

(b) Conduta :

Mensagem do observador (0A3) :

Aqui onda afir três,
 Missão de tiro,
 Lançamento 5940,
 Do AA2,
 Direita 600,
 Acima 20,
 Alongue 600,
 Pelotão de Infantaria em tocas,
 Espolêta de tempo,
 Ajustarei.

O S3 anuncia :

Grupo,
 Segunda,
 Granada explosiva,
 Espolêta de tempo,
 Por 5,
 Alça do centro,
 Quando pronto,
 Concentração elmo 5.

O CH anuncia :

Correções para tôdas as baterias : Esquerda 2 ;
 Segunda : Lançamento 5362, Alcance 10510 ;
 Primeira : Lançamento 5361, Alcance 10860 ;
 Terceira : Lançamento 5391, Alcance 10310 ;
 Quarta : Lançamento 5416, Alcance 10100.

O CV anuncia : Sítio :

Segunda, mais 6 ;
 Primeira, mais 4 ;
 Terceira, mais 5 ;
 Quarta, mais 4.

COMANDOS DOS CALCULADORES

	CALCULADOR DA 2ª BATERIA	CALCULADOR DA 1ª BATERIA	CALCULADOR DA 3ª BATERIA	CALCULADOR DA 4ª BATERIA
	BATERIA	BATERIA	BATERIA	BATERIA
	ATENÇÃO,	ATENÇÃO,	ATENÇÃO,	ATENÇÃO,
PROJETIL	EXPLOSIVA,	EXPLOSIVA,	EXPLOSIVA,	EXPLOSIVA,
ESPOLETA	TEMPO,	TEMPO,	TEMPO,	TEMPO,
UNIDADE QUE ATIRA	CENTRO,	TODA A	TODA A	TODA A
		BATERIA,	BATERIA,	BATERIA,
ESPÉCIE DE TIRO	POR 1,	POR 5, NÃO	POR 5, NÃO	POR 5, NÃO
		CARREGAR,	CARREGAR,	CARREGAR,
LANÇAMENTO	5362,	5351,	5391,	5416,
EVENTO	24.3,	25.7,	23.7,	23.0,
ELEVAÇÃO (*)	221 (213 + 6 + 2)	234 (228 + 4 + 2)	212 (205 + 5 + 2)	202 (196 + 4 + 2)

(*) O calculador adiciona o ângulo de sítio e a correção de altura de arrebentamento 20/D (mais 2, no caso) ao ângulo de elevação lido na régua de tiro.

AJUSTAGEM DA SEGUNDA BATERIA

CORREÇÕES DO OBSERVADOR	O CH ANUNCIA	COMANDOS DO CALCULADOR DA 2ª BATERIA
ESQUERDA 100, ENCURTE 400.	Lançamento 5335, Alcance 10250.	Lançamento 5335, Evento 23.5, Ângulo 210 (8 + 202).
REPITA DIREÇÃO, ABAIXO 20, ALONGUE 200.	Lançamento 5345, Alcance 10400.	Lançamento 5345, Evento 24.0, Ângulo 214 (6 + 208).
REPITA DIREÇÃO, ALONGUE 100.	Lançamento 5350, Alcance 10480.	Lançamento 5350, Evento 24.3, Ângulo 218 (6 + 212).
REPITA DIREÇÃO, ABAIXO 10, EFICÁCIA, ENCURTE 50.	Lançamento 5347, Alcance 10440.	Por 5, Lançamento 5347, Evento 24.2, Ângulo 215 (5 + 210).

O calculador da segunda bateria anuncia: Correções abaixo 3.

O CH anuncia:

Primeira: Lançamento 5346, Alcance 10790;

Terceira: Lançamento 5375, Alcance 10250;

Quarta: Lançamento 5402, Alcance 10020.

O calculador da primeira bateria comanda:

Por 5,

Lançamento 5346,

Evento 25.4,

Ângulo 227 (224 + 3).

O calculador da terceira bateria comanda:

Por 5,

Lançamento 5375,

Evento 23.5,

Ângulo 206 (202 + 4).

O calculador da quarta bateria comanda:

Por 5,

Lançamento 5402,

Evento 22.7,

Ângulo 196 (193 + 3).

O observador informa: **MISSÃO CUMPRIDA.**

O calculador da segunda bateria anuncia:

Elementos para relocação:

Segunda,

Lançamento 5349,

Alcance 10440,

Sítio mais 3 (5—2, do 20/D),

Espolêta de tempo,

Concentração Elmo 5.

NOTA — A altitude da concentração E5 é de 390 m (362 + 28).

O S3 informa ao S2: Grupo atirou por cinco sôbre pelotão de infantaria em tocas, coordenadas (8558 — 4718).



O TANQUISTA

1º Ten. AYRTON PACHECO SECUNDINO,
do 1º B.C.C.

O Exército Brasileiro não possui a sua arma blindada, como os Estados Unidos tem a sua "Armor" ou a Inglaterra o seu "Royal Armored Corps". Tentativas foram feitas para criá-la. No entanto, seguindo a evolução natural, possui as suas tropas blindadas. Estas compreendem batalhões de carros de combate, grupos de artilharia blindada, companhias de comunicações blindadas, regimento de cavalaria mecanizados, etc. Vemos, assim, que constituem um conjunto de armas. A expressão "blindado" designa, portanto, os militares que servem nestas unidades e não especificamente aqueles que combatem em veículos com blindagem. Segundo o Ten.-Cel. O. Rooney — "blindado não é sinônimo de carro de combate e sim compreende o carro casado com a infantaria e apoiado por artilharia e engenharia. Blindado é uma unidade ou força, tal como uma divisão blindada".

Assim sendo, os que servem em unidades de carros de combate não tem designação própria. Os oficiais e sargentos destas são oriundos da Cavalaria, mas os cabos e soldados que nela servem não montam e nem terão oportunidade de fazê-lo, não sendo, pois, cavalaria-nos. Pelas normas atuais, todas as praças são qualificadas genericamente de blindados. Oficiais cavalaria-nos e praças blindados, parece-nos uma incongruência. Uma denominação própria para nós, eis o que nos propomos a lançar. Se pára-quedista é o que salta em pára-quedas, se fuzileiro é o que manja o fuzil, se pontoneiro é o que

monta pontes, aquele que tem o tanque como meio de ação poderá se chamar "tanquista", ou outra denominação que melhor o defina, que o situe e distingua no conjunto de armas e serviços do moderno exército.

Uma denominação própria, a par de outros meios, como distintivos por exemplo, viriam aumentar o entusiasmo de seus componentes, a moral e o seu, se assim se pode chamar, espírito de arma.

Tanquista? Que espécie de combatente éle é? Como devem ser os homens que, embarcados num veículo blindado, se deslocam a grande velocidade sobre terreno variado, observando, atirando, dirigindo, levando o fogo em movimento sobre o inimigo? Como devem ser preparados esses guerreiros que se exige combatam fechados e amarrados dentro de um carro de aço, enxergando pouco, sacudidos pelas formas do terreno, respirando ar quente, enfumaçado e venenoso, procurando, a todo custo, cumprir a missão que é esmagar, tentando se furtar ao anticarro divisado e atingi-lo em primeiro lugar, para sobreviver? Enfim, vivendo em poucos segundos tudo aquilo que o Maj. Raborg denominou de inferno sobre lagartas. Qual o físico que deve ter para suportar todo esse esforço? Qual o conhecimento para bem manejar e confiar no tanque? E acima de tudo qual a moral para suportar toda a intensidade de esforço que exige o combate do engenho blindado?

Nenhum estudo sobre os tanques estará completo sem a apreciação do elemento humano que o tri-

pula. Os veículos sôzinhos não ganham batalhas, e a moral continua a desempenhar uma parte importante no combate moderno, assim como no passado. Napoleão afirmou que, na guerra, a moral está para o físico assim como três está para um. Muitas vezes este fator tem sido esquecido na apreciação do emprego de tanques, atribuindo-se o sucesso das armas anti-carros ou o fracasso dos tanques a defeitos mecânicos ou à características deficientes. No dizer do Gen. A. L. Singleton "a eficiência de qualquer arma depende da mente disciplinada que a orienta e da mão hábil que a maneja".

O tanque é atualmente, para o Exército, o que o submarino é para a Marinha e a caça para a Aeronáutica. O Tanque revolucionou a tática e conduziu forçosamente à seleção — expressão De Gaulle.

As tropas de tanques devem ser integradas por oficiais e praças de primeira qualidade — seus conhecimentos técnicos e táticos precisam ser bastante sólidos. Devem estar em condições de comandar formações em cooperação íntima com todas as outras armas, na execução da missão. Se as tropas de tanques não forem dotados de elementos assim, elas se tornarão de muito pouco valor e não cumprirão as missões que lhes forem atribuídas, trazendo assim o descrédito para o meio de ação — o tanque.

Segundo o Cel. O'Hare, o oficial moderno tem uma tarefa triplíce: dominar a técnica, tornando-se um perfeito conhecedor de sua própria arma; penetrar na tática, ficando senhor do emprego de sua arma no conjunto e finalmente, o terceiro requisito — deve ser um chefe no sentido da palavra. Se pertencer à uma unidade blindada, diz ele, deve o oficial estudar tanques a fundo. Deverá conhecer tanto a respeito de tais engenhos, que se encontre à vontade, após breve inspeção, para lidar com qualquer de seus tipos.

Sabemos como agem os reflexos condicionados sobre os indivíduos na criação dos hábitos. São inúmeros os militares, de todos os

postos que lamentam as modificações operadas nas armas e processos que estavam habituados, causando a reação, pela inércia mental, a tudo que é moderno. As doutrinas de guerra tem que seguir, como é natural, a mesma corrente que arrasta o século, e se impregnar de mecanismo.

Uma tropa blindada, disposta de um efetivo sólido e altamente habilitado, é capaz de decidir da sorte de uma situação. Assim foi o desempenho do 19º Corpo Blindado do Gen. Guderian, na brecha de Sedan; assim foi também a ação da 4ª Divisão Blindada do Exército de Patton na libertação de Bastogne.

A renovação dos antigos processos de manobra, graças a tudo que os engenhos modernos contêm em si mesmos de força, de precisão e de velocidade, eis o que se nota hodiernamente. Num momento crucial da 1ª Guerra Mundial, o engenho blindado sobre lagartas abriu o seu acesso ao campo de batalha. A couraça ressurgiu, tração pelo motor, levando à constituição de uma equipe privilegiada.

A "arma ligeira" foi a escolhida, em quase todos os países, para receber o tanque em seu seio. As missões que cumpria, a mentalidade manobreira e o seu espírito, fizeram-na, naturalmente, apta para tal. O polo foi introduzido nos exércitos, porque simula a ação de choque montado. Este jogo ensina aos oficiais a tomar decisões rápidas, enquanto galopam a toda velocidade e sob grande excitação. A necessidade de decisões rápidas para os tanquistas correndo com a velocidade do automóvel é ainda maior. Na Tunísia, citou o Gen. Bradley — nossos tanquistas, ousadamente, "galopavam" como cavaleiros, confiando na velocidade de seus veículos e na espessura de sua blindagem.

A origem cavalariana de nossos oficiais é certamente a causa da preferência pelos tanques leves e velozes, invés dos médios e vagarosos e às missões de reconhecimento e perseguição.

O homem — já foi dito — é o primeiro instrumento de combate; estudemô-lo, então, no combate, porque ele é a força que o realiza. Aprendemos com Gustavo Le Bon, que a psicologia dos homens em grupo difere, essencialmente, de sua psicologia individual.

A formação de unidades de um preparo elevado permitirá o nascimento do orgulho coletivo. Quando uma unidade se torna ou se crê uma tropa de elite, é capaz de grandes esforços, de um rendimento elevado. Um chefe poderá, dela, tudo exigir.

O princípio da coordenação, a ação em conjunto, o trabalho em equipe, devem ser, nas unidades de tanques, elevadas ao mais alto grau. Os tanquistas, oficiais e praças, unem seus destinos na guerra, como os aviadores, dentro de um veículo de combate: uma caixa de aço rolante, que é a sua arma, o seu transporte, a sua barraca e poderá ser o seu túmulo. Isto faz com que eles sejam possuídos de um espírito especial, diferenciando de todos os outros combatentes.

Quando um tanque está em contato com o inimigo, crescem naturalmente de intensidade os níveis de esforço e ansiedade, não só porque a guarnição se acha debaixo de fogo, como também pela dificuldade em localizar o inimigo. A tendência natural é a de conciliar na espessura da blindagem para proteção, e deste modo é necessário presença de espírito para abrir a escotilha à procura do inimigo. Inversamente, o primeiro desejo do homem ferido é abandonar o veículo, um desejo que pode conduzir ao pânico uma guarnição indisciplinada ou sem coesão.

O motor e o rádio tornaram possível a guerra de velocidade. O comando voltou a ser pessoal e aproximado. Os subordinados podem não ver o chefe, com as escotilhas fechadas, mas enxergam o seu carro na testa das formações e ouvem a sua voz pelos fones.

O tanque não é nenhum "rabo de peixe" rodando maciamente numa avenida asfaltada. Muitos aperfeiçoamentos foram introdu-

zidos visando a melhoria das condições de vida dos seus tripulantes. Os de hoje já não são como os do passado. Os da 1ª Guerra Mundial, dotados de pouca velocidade, blindagem fina e pouco manobráveis, constituíam presa fácil para a defesa. Ao serem atingido os reservatórios de combustíveis, explodiam em chamas, assando vivos os tripulantes. Naqueles dias, o soldado que embarcava num tanque para o combate sabia que esta seria a sua morte provável.

Cada tropa deve estar apta para suportar os sofrimentos que lhe cabem; no entanto, tudo deve ser feito no sentido de minorá-los. O tanquista está livre das limitações que afligem os que lutam a pé ou montados. Não existe, relativamente, o problema do peso do equipamento a conduzir. Assim, no interior do carro vemos ferramentas de sapa, de motorista, munição, aparelhos de rádio, mecanismos de visada e tiro, sobressalentes de várias espécies, rações de reserva, fogueiro, capas de lona, órgãos de iluminação, agasalhos, etc.

No Brasil, a tropa de tanques usa normalmente o bivaque como forma de estacionamento. Devemos pois cuidar de dotar o nosso homem de melhores agasalhos individuais. A cama saco, a capa de borraca com capuz e o galochão são itens imprescindíveis, dado o nosso clima.

As nossas unidades se ressentem de maior mobilidade, principalmente no que se refere aos trens. Uma unidade blindada moderna não mais pode ter uma cauda enorme de viaturas sobre rodas "marradas" às estradas. De Gaulle já expressava, em 1938, que o exército moderno deveria rodar inteiramente sobre lagartas. Cada elemento das armas e serviços deveria evolucionar por montes e vales sobre veículos apropriados. Nenhum homem, nenhuma arma deveriam ser levados de outra forma a seu destino.

Deveriam as nossas unidades ter prioridade no recebimento de meios de instrução. A maioria dos filmes e manuais referentes a tanques

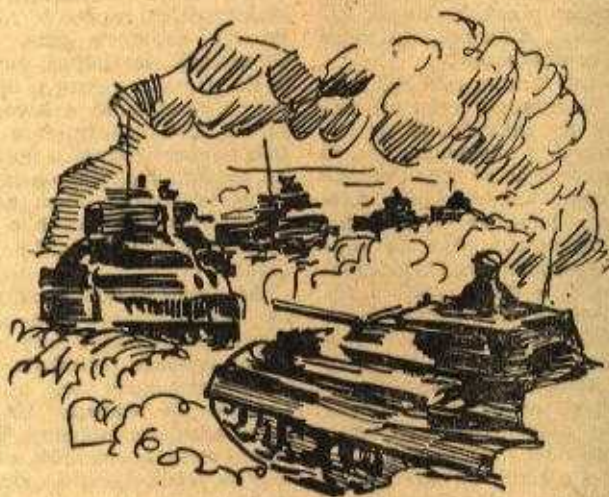
ainda se acham em língua inglesa. Os oficiais, quando vão ministrar um assunto qualquer de instrução, têm geralmente de improvisar meios, traduzir notas ou catar sucata para a montagem de salas de tiro ou técnica automóvel.

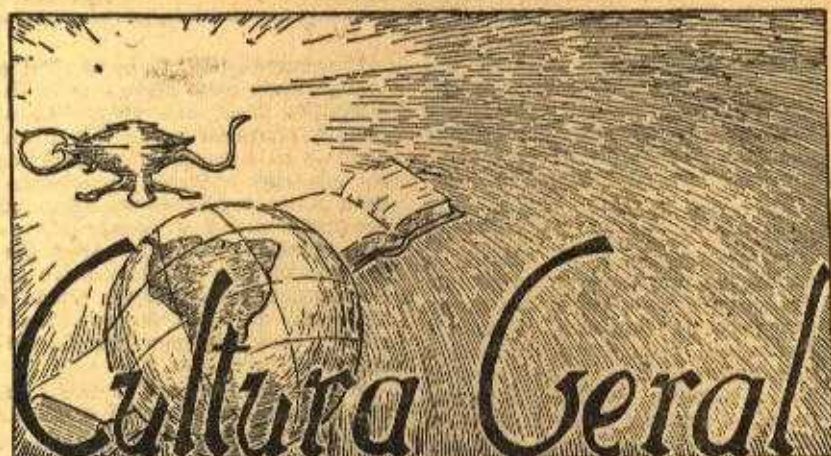
Deveriam as nossas unidades receber um contingente selecionado como se faz com certas unidades privilegiadas. Um batalhão de carros de combate não deveria receber nenhum analfabeto, pois que toda a instrução é altamente especializada. Pelas normas atuais, recebemos 20 % de recrutas de classe VI pelo teste a, b e c. Só nós sa-

bemos o esforço para aproveitar este lastro.

Deveriam as nossas unidades receber somente homens do tipo proposto para tanques, pelo Prof. Rocha Vaz num estudo sobre incorporação: altos, fortes, dotados de auto domínio e grande resistência pelas condições de função e de ambiente de trabalho.

O tanquista seria, pois, o que os nossos manuais chamam de "membro da guarnição do carro de combate". A denominação proposta terá pelo menos o mérito da simplificação.





O VALE DO SÃO FRANCISCO

Pelo Professor MAURICIO JOPPERT
DA SILVA

Transcrito, data vênica, da "Revista do Clube
de Engenharia", de janeiro de 1953

Os estadistas do Império tiveram a compreensão nítida do que representava o Rio São Francisco como via fluvial de transportes entre o centro e Nordeste do País, interessando os Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. Para eles, que atravessaram a época em que o carvão de pedra se firmou como a fonte de energia por excelência para alimentar os esplendores da revolução tecnológica que maravilhava o mundo, as cachoeiras de Pirapora, Itaparica e Paulo Afonso eram contratempos que impediam a continuidade da navegação fluvial, preparadas por Deus para a contemplação e gozo dos poetas e das almas sensíveis às belezas naturais.

Fizeram vir ao Brasil algumas notabilidades estrangeiras, que estudaram as condições de navegabilidade do rio e sugeriram planos para melhorá-las conforme as idéias reinantes no tempo. O engenheiro Guilherme Halfeld per-

correu-o entre a foz e Pirapora, procedendo a levantamento expedito para determinar-lhe o talvegue e fazendo um reconhecimento da região atravessada. Outro engenheiro, Emanuel Liais, estudou o Rio das Velhas, seu afluente, e subiu o São Francisco até as cabeceiras, completando o reconhecimento de Halfeld.

Posteriormente, o governo imperial chamou ao nosso País um engenheiro norte-americano, William Milnor Roberts, considerado então como das maiores autoridades em assuntos fluviais, para dar parecer sobre os trabalhos a executar no São Francisco, para que ele desempenhasse as suas funções de via navegável de nosso interior. O engenheiro Roberts subiu e desceu o rio, entre a foz e Pirapora, fazendo-se acompanhar de um grupo de jovens profissionais brasileiros, entre os quais recordamos os nomes ilustres de Theodoro Sampaio, Augusto Ramos e Peixoto Amarante. Apresentou

as suas sugestões, à guisa de ante projeto, considerando o trecho entre a cachoeira de Itaparica e o extremo de jusante do talhado (canyon) de Paulo Afonso, como intratável para a navegação.

Em vista disso, o governo imperial, fez construir a estrada de ferro de Piranhas, — termo da navegação marítima no baixo São Francisco — a Jatobá, acima da cachoeira de Itaparica. Essa via férrea foi, a princípio, conhecida pelo nome de Estrada de Ferro de Paulo Afonso, e, hoje, registra-se com a denominação de E. de F. de Marechal Floriano a Petrolândia, depois que o I.B.G.E. empreendeu a mais glória das campanhas, — ou, antes, a mais estulta — de mudar os nomes das cidades assinaladas por acontecimentos notáveis na história do País, quando seria tão mais fácil acrescentar-lhes, apenas, a indicação abreviada do Estado a que pertenciam, como se fez nos Estados Unidos. Futuramente, ninguém poderá estudar História do Brasil ou ler um livro antigo de viagens ou geografia, sem uma chave de nomes de cidades... — Não compreendeis o mal que fizestes, ó lombrigas dos intestinos de Minerca! — diria indignado Camilo Castelo Branco, se ainda vivesse...

O mesmo governo imperial criou, pouco depois de 1880, uma comissão chefiada pelo engenheiro Peixoto Amarante para executar, entre Sobradinho e Joazeiro, os melhoramentos preconizados por Milnor Roberts. Esses trabalhos não foram bem sucedidos e o rio ficou pior do que era em seu estado natural.

A República extinguiu a comissão Peixoto Amarante e seus primeiros estadistas, ou não compreenderam, ou não tiveram tempo para se dedicar aos problemas do São Francisco. O fato é que o rio ficou abandonado até que o Departamento de Portos, na altura de 1940 a 1945, executou alguns serviços no mesmo trecho antes referido e que agravaram os padecimentos da navegação.

O governo do General Dutra, inaugurando novo regime constitucional no País, deu vida à Companhia Hidrelétrica do São Francisco — cuja criação fôra resolvida no governo anterior, incorporando-a sob a forma de sociedade de economia mista e constituindo a sua primeira diretoria. Além disso, em virtude de dispositivo da Constituição de 1946, foi criada a Comissão do Vale do São Francisco e nomeada sua direção inicial.

A primeira Companhia tinha por fim construir a usina de produção de eletricidade, aproveitando a queda da cachoeira de Paulo Afonso e distribuir a energia pelas regiões nordestinas adjacentes.

A segunda entidade propunha-se à recuperação do Vale, saneando-o, colonizando-o, aproveitando suas terras, descobrindo e utilizando suas riquezas minerais, mobilizando suas reservas de energia hidráulica, melhorando o rio como via magnífica de transporte fluvial em milhares de quilômetros.

O problema defrontado pela C.H.E.S.F. foi relativamente fácil, tudo se reduzindo a organizar o projeto, instalar o serviço e atacar a construção. Não quero com isto dizer que não tenha havido dificuldades de ordem técnica: houve-as, e de grande porte, mas vão sendo vencidas com sucesso e, dentro de poucos meses, a nova usina entrará em funcionamento regular, despertando a vida e a atividade em uma vasta região de nosso País que até agora viveu, por assim dizer, à margem do conforto e da civilização.

Voltando ao governo, em 31 de janeiro de 1951, o Sr. Getúlio Vargas teve o gesto acertado de não desfazer as organizações deixadas por seu antecessor, de modo que o trabalho continuou em ambas e irão produzir, talvez, as realizações mais interessantes de seu segundo período de governo. Uma e outra justificam a confiança na capacidade nacional para grandes empreendimentos e assinalam uma nova mentalidade objetiva e cora-

josa, para enfrentar e resolver problemas de alta envergadura.

Paulo Afonso é um esplendido atestado de inteligência, cultura e técnica.

A tarefa da Comissão do Vale do São Francisco é mais complexa e mais ampla e, por isso, mais difícil de levar a termo. Em primeiro lugar, o São Francisco transparecia de algumas lendas e vivia de alguns roteiros de viajantes e de obras literárias. Era o rio da unidade nacional, dizia-se, mas, na realidade, era o rio da malária e do abandono, cujas populações ribeirinhas definhavam pela moléstia, imersas em um padrão de vida baixo e primitivo.

Para definir seus trabalhos, teve a Comissão que começar por desfazer essa névoa, que não deixava perceber as possibilidades de como resolver os problemas em foco... Organizou um primeiro plano de estudos, propôs-se a executá-lo e pôs mãos à obra.

Valeu-se da experiência do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas que estancou, depois de uma brilhante arrancada, por insistir em realizar por administração direta as próprias obras: não lhe deram pessoal, nem pagaram em condições o que existia e acabaram retirando-lhes os recursos.

Contratou, pois, a Comissão do Vale do São Francisco seus primeiros estudos com organizações especializadas em problemas de instalações hidrelétricas, em questões de irrigação, em pesquisas de solo, e os resultados começam a aparecer, muito acima das esperanças que animavam o ardor patriótico.

No alto São Francisco, a menos de três centenas de quilômetros de Belo Horizonte, em situação de pouca evidência até então, descobriu-se que há uma possibilidade de aproveitar de 650.000 a 700.000 cv de força, cuja reflexão sobre a economia mineira será incalculável. E a capacidade de armazenamento será da ordem de 13 bilhões de metros cúbicos, ou mais do que 6 vezes a baía de Guanabara!

O efeito desse reservatório sobre a regularização da descarga fluvial para fins simultâneos de navegação e de proteção contra as cheias para o curso a jusante, é também extremamente benéfico. Juntam-se, assim, todas as vantagens a justificarem o aspecto econômico da construção dessa usina, que tem o nome abençoado de *Três Marias*.

No sistema do Rio Corrente, afluente da margem esquerda do São Francisco, já no Estado da Bahia, quatro barragens permitirão aproveitar mais de 100.000 cv de força: uma em *Correntina*, para 11.400 cv, outra em *Gatos*, para 17.000 cv, outra em *Sacos*, para 17.000 cv, e finalmente, a quarta, em *Jaborandi*, para 56.000 cv, essas três últimas no Rio Formoso, afluente do Corrente.

As pesquisas do solo até agora realizadas revelam sua excelente qualidade para ser tratado pela irrigação. Abrem-se, desse modo, novas perspectivas à economia brasileira, confirmando-se as previsões do engenheiro Geraldo Rocha, sanfranciscano da mais rija tempera, cujo livro sobre o Rio São Francisco foi um dos fatores decisivos para a nova política de recuperação do famoso Vale, despertada no governo anterior do Sr. Getúlio Vargas, como é de justiça reconhecer, mas só concretizada no período presidencial do General Dutra.

Não quero deixar de assinalar aqui o esforço desenvolvido, durante a Assembléia Constituinte de 1946, para que o problema do São Francisco fosse posto em foco e criada uma Comissão a ele dedicada, pelos deputados dos Estados interessados no curso do grande rio. Esse esforço é apenas um caso particular de ação mais ampla que tem ligado os deputados nortistas num movimento de solidariedade para orientar as vistas da Nação, no sentido de solucionar, de vez, problemas seculares dos quais depende o desenvolvimento econômico e social do Norte. É um belo exemplo sobre o qual devem meditar os homens do Sul e imitá-lo quando oportuno.

A Comissão do Vale do São Francisco elaborou um programa quinquenal para orientar seus trabalhos no período de 1951 a 1955 e vai cumprindo-o com método e prudência. O programa, que abrange os diversos aspectos do problema do São Francisco, visa o aproveitamento integral dos recursos do Vale, isto é, a sua *maximalização*, segundo a concepção do ilustre engenheiro russo Timonoff. Os 1330 quilômetros de Pirapora a Sobradinho são conhecidos, desde Halfeld, como de franca navegação, carecendo de pequenos trabalhos para recuperar o rio do desleixo em que tem sido deixado até agora. De Sobradinho a Petrolândia, em cerca de 400 quilômetros, porém, a descida do planalto se acentua, com o aumento da declividade média, alternando-se os trechos remansosos com as corredeiras e cachoeiras, tolhendo a navegação na estiação.

O engenheiro Geraldo Rocha sugeriu uma barragem em Sobradinho, de uns 20 metros de altura, afogando os obstáculos a montante e dilatando o remanso em mais de 200 quilômetros. Posteriormente eu estendi esta idéia para jusante, planejando mais uns quatro degraus até Petrolândia, segundo a concepção norte-americana do Tennessee, resolvendo, assim, o problema da navegação e conjugando-o com outros de irrigação e aproveitamento de energia.

Vai agora a Comissão do Vale do São Francisco, a cuja frente se acha o brilhante engenheiro Paulo Peltier de Queiroz, verificar a possibilidade desse plano, ou de um outro, empreendendo os estu-

dos necessários, ou antes, completando os que já foram iniciados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Hoje, quando um rio se despenca em quedas sucessivas que interrompem a navegação, os engenheiros exultam: metem-no em novo leito canalizado e utilizam o desnível em usinas de eletricidade que cumprem o seu dever para com a humanidade, incentivando o progresso e aumentando o conforto coletivo.

Foi o que os franceses fizeram com o Rheno, na Alsacia; desviando-o para um canal, e projetando sete usinas, das quais já está em funcionamento a de Kembs, devendo, em breve, ser inaugurada a de Oltmarsheim. E lá se foi o "Vater Rhein" dos alemães, jogado para dentro das canalizações e das turbinas...

Plano semelhante está sendo executado no Rhodano, onde já foram inauguradas as duas grandes usinas de Gennissiat e de Donzère-Mondragou, contribuindo para as indústrias e para o conforto na França com cerca de 1.000.000 de cavalos de força. Em futuro próximo, outras 18 completarão o sistema do Rhodano.

Essas realizações dignificam a inteligência e a atividade criadora do homem.

A República tem uma grande dívida para com o Vale do São Francisco, em vista do abandono em que o deixou. Mas a nova geração irá pagá-la e para isso os engenheiros brasileiros estão dispostos a demonstrar que sua capacidade está na altura do grande problema nacional.

DROGARIA E FARMÁCIA CATARINENSE S. A.

MAIOR ORGANIZAÇÃO FARMACÊUTICA DO SUL DO BRASIL

Matriz:

Joinville — Rua 9 de Março, 638 — Cx. Postal, 95

Filiais:

Florianópolis — Blumenau — Joinville — Porto Alegre e Curitiba

Grandes estoques de Drogas e Produtos Químicos — Perfumarias
Especialidades Farmacêuticas e Artigos Dentários

(N. 3)

A REFORMA AGRÁRIA E O MUNICÍPIO

NESTOR DUARTE

Extraído do "Digesto Econômico",
de janeiro de 1953.

Há uma profunda relação entre a vida do campo e a vida urbana. A cidade não vive sem o campo e o campo sem ela. O que caracteriza certas fases ou estágios dessa coexistência é a forma por que se realiza e a maior ou menor distância em que se estabelece.

Essa distância se marca não só pela distância geográfica que separa os centros urbanos do meio rural, como pelo grau de influência da cidade sobre o campo e vice-versa. Impossível, porém, a inexistência dessa relação, a não ser em casos de grave recuo ou de situações anormais na vida social.

O que importa é considerar essa distância para analisar o estado e o sentido do problema. Na vida brasileira, esse problema é um dos aspectos fundamentais para a orientação da questão agrária. E ele ganha de logo vivo sentido brasileiro e palpitante atualidade se o exprimirmos nestes termos: a reforma agrária e o município.

Realmente, a reforma de nossa vida agrícola não pode ser atingida ou não pode ser completada sem participar do movimento em prol da vida municipal.

O centro urbano municipal, quanto represente o mercado de compra e o mercado de venda, o centro cultural, de educação, de saúde, de informações, a comunidade de vizinhança, de atividade social e política é, sem a menor dúvida, o instrumento de atração e de irradiação das relações de contato e de integração indispensáveis à vida rural e àquelas necessidades hu-

manas que só podem satisfazer-se no contraste da vida urbana.

A cidade, a cidade do interior, é a única ponta de contato mais próxima para o mundo confinado do campo e, por isso, o centro até onde possa chegar, para atingir a distância da vida rural, a ação das forças de reforma e de mudança.

A reforma agrária significa um conjunto de meios, fins e objetivos culturais, técnicos e econômicos, que vem de fora e vem de longe para alcançar e difundir-se nesse ambiente tão recuado e difícil como é o campo, a existência roceira, a todos os processos modernos de informação e de influência. É tão importante vencer a distância do campo como a barreira do analfabetismo.

As cidades do interior, os distritos mais longínquos, são os postos avançados onde se possam estabelecer os instrumentos de uma campanha de qualquer profundidade. Até aí vai ou até aí chega esporádica ou diluída a presença do Estado.

Mas, a decadência em que deixamos cair, quer como unidade político-administrativa, quer como unidade econômica e cultural, o município brasileiro, abriu mais longa distância entre o campo e os centros urbanos e agravou, ou concorreu para agravar, o problema agrário brasileiro.

Diga-se que cabe a certos males do sistema econômico de nossa vida agrícola, como a grande propriedade despovoadora, a manter-se sob o regime da chamada economia de consumo, uma das causas do

estiolamento da vida municipal. A autonomia econômica das grandes fazendas, desde os tempos coloniais, dificultava a vida urbana do país, impedia a concentração populacional indispensável às cidades, por não lhes exigir a atividade rural quase nenhum trabalho urbano nem lhes pedir o necessário mercado de venda dos produtos agrícolas, por se destinarem estes, quando podiam ser volumosos, ao mercado de exportação.

Em troca, porém, as cidades e vilas, sem renda, pobres disfarces de vida pública, a que falta a própria condição de agências, do que se chama em termo complexo civilização, não poderiam desempenhar a força de influência cultural, de estimulação técnica e de lastro econômico de que não prescindia a vida agrícola. Sobre tudo se esta depende dos impulsos e das resultantes da economia comercial e industrial para ganhar transformação e desenvolvimento.

A organização municipal no Brasil não passa de um sistema de desequilíbrio criado para favorecer, em contrapartida, a expansão dos Estados e da União. Desta, acima de tudo, que em certas fases históricas recorreu ao município como instrumento de derivação da federação ou da descentralização estadual.

Por várias formas e expedientes de técnica política, submetemos o município a um tratamento redutor para situá-lo nas extremas de nossa organização pública e social.

Reduzimos-lhe a autonomia político-administrativa, demos-lhe, apenas, as sobras da distribuição de rendas para que se nutrisse das abas finais dos orçamentos, cortamos-lhe as agências dos serviços e das obras públicas, fechamos-lhe os caminhos do grande mundo para que se confinasse no ermo, onde muitos se escondem entre serras de acessos sinuosos ou nos chapadões centrais de longos estirões, em que o fenômeno da segregação social vai atingir a própria linguagem e os costumes.

Em números, sob o ângulo da arrecadação de rendas, a situação

municipal reflete toda a pobreza do quadro limitado e triste de suas possibilidades nestas cifras que fomos buscar em publicações de Rafael Xavier:

Em 1946, antes da vigência da atual Constituição, enquanto a União arrecadava 53,69 %, os Estados 31,8 %, o Distrito Federal 6,48 %, as Capitais estaduais, 3,45 %, os municípios do interior representavam 4,35 % do total das rendas públicas do País.

Em 1951, com a alteração que a Constituição procurou fazer no sistema de distribuição de rendas, a situação ainda é esta:

A União arrecadou 47,71 %, os Estados 35,68 %, o Distrito Federal 6,41 %, as Capitais estaduais 4,6 % e os municípios do interior 6,14 %.

O passado nos aponta a razão da queda da vida municipal na história política do país. Os municípios do interior não dispunham de 5 % das rendas públicas.

No presente, de 1947 a 1951, no regime desta Constituição, essa percentagem subiu apenas a 6,96 % no ano de 1950 e desceu a 6,14 % em 1951. Mostra Rafael Xavier que a arrecadação municipal, apesar do novo sistema constitucional, subiu para descer em seguida, a revelar uma queda em favor da percentagem que assinala a ascensão das rendas estaduais. Isso indica haver a nova distribuição de renda concorrido para pequeno aumento da arrecadação municipal que cede, entretanto, para a percentagem de aumento da arrecadação dos Estados. Não foram, pois, os municípios do interior os mais beneficiados nas exíguas vantagens que a Constituição oferece.

Os resultados de uma vida financeira entre 4,35 % e 6,14 % da arrecadação geral são expressivos demais para exigir maiores considerações. Acrescente-se, porém, que a esse lôgro fiscal sempre houve, por parte da União, principalmente, o propósito de esquecer de compensar e, assim distribuir obras e serviços ou auxílios e subvenções aos municípios. Dominou

sempre a política orçamentária ou a de encargos e serviços na União o espírito discriminativo de que os municípios brasileiros não são municípios nacionais, mas municípios estaduais. Nunca lhes deu como sistema senão a coletoria federal. Nem escola, nem higiene, nem transporte, nem comunicações, ainda que o serviço de correios e telégrafos seja privilégio seu. Que os Estados fizessem, e o fazem como podem, quase todos os serviços públicos que existem ao lado dos locais e que dessem, como realmente dão, sem caráter de plano e de continuidade, os auxílios oficiais.

Pobres porque não têm renda que valha, pobres porque não dispõem de auxílios sistemáticos, os municípios do interior do Brasil parece que só têm um destino histórico — o de representarem a autenticidade da pobreza nacional, o que lhes custa o desprezo da simulação envergonhada das Capitais.

Segundo Gustavo Lessa, em "O Distrito na Organização Municipal", 54 % dos nossos municípios têm menos de 20.000 habitantes. E o que é mais, pelo recenseamento de 1950 cerca de 80 % da população brasileira, excluídos os núcleos superlotados das capitais, vivem fora das sedes municipais, demonstra o mesmo autor. Isto é, essa grande percentagem da população está fixada nas sedes dos distritos, em pequenos arraiais e no campo.

Existe no Brasil esta tendência — a população estática não revela atração pelas cidades do interior e a população em movimento acorre para as grandes capitais ou realiza migrações internas para o próprio campo, que ainda é a linha mais frequente desses deslocamentos, como já assinalamos há anos em outro trabalho. Não há êxodos para as cidades. Há êxodos para o próprio campo e êxodos para as capitais. Determinam esses movimentos o mercado de trabalho agrícola onde se apresenta melhor e provocam as retiradas para as grandes lavouras de alto preço, e o mercado de trabalho

industrial situado, de preferência, nas capitais.

O subemprego agrícola, ocasionando, assim, excesso de população rural e as grandes calamidades climáticas impulsionam esses deslocamentos naqueles dois sentidos.

São deslocamentos de grandes viagens e a causarem, por vezes, violentos desequilíbrios da população em vastas regiões. O sintoma, porém, mais relevante desses desequilíbrios é que entre as capitais e o campo há uma grande separação social e econômica pela ausência ou pela precariedade dos centros urbanos intermediários, as cidades do interior, que deveriam desempenhar o papel de diques ou de postos de intercâmbio ou de trocas sociais para a população rural.

Grandes estradas, por sua vez, de traçado inilinear do sistema rodô-ferroviário federal e estadual, vão melhorando as condições do transporte nacional, mas, sempre no sentido também das grandes escalas. Já é mais fácil no Brasil o transporte interestadual do que o transporte intermunicipal. A estrada terrestre tem o mesmo sentido das estradas marítimas e das estradas aéreas.

O município ainda é aqui prejudicado pela concepção e pela técnica moderna do transporte.

Sem vigor de vida local, por tantas condições que os levam ao regresso e à decadência, os municípios do interior brasileiro persistem mais como certas comunidades espontâneas, autônomas porque isoladas, sem que nenhum plano geral ou a intervenção construtiva e vigilante do Estado moderno lhes permita entrar num sistema de participação e de integração do país.

A União parece que não os quer porque não se prestam a seu desagradado regime de só distribuir para centralizar, que domina toda a ação executora da administração federal. A União persiste em manter todos os serviços federais, realizados pelo território nacional, cuja execução quase sempre depende das peculiaridades e da pre-

sença da ação dos órgãos locais, sob o jugo de cordas retesas que não lhe devem escapar do punho e do domínio na Cidade do Rio de Janeiro.

Não há um plano, um sistema de serviço, uma organização de execução de obras públicas que não revele essa preocupação e esse propósito. E quando a lei, mais por influência do Congresso, ou medidas do Presidente e dos Ministros, chega a determinar fórmulas e expedientes para descentralizar e cometer aos Estados e aos Municípios a execução e a manutenção de alguns serviços federais, os agentes intermediários ou menos graduados da administração descobrem meios e oportunidades para reivindicar e estabelecer hierarquias funcionais que redundam em repór, pela prática, pelas praxes e pelos precedentes das repartições públicas, as amarras dêsse centralismo.

Citem-se, como exemplo, acordos e convênios entre a União, os Estados e raros Municípios, os quais feitos para que se distribuam e se beneficiem alguns empreendimentos federais no âmbito da administração local, acabam por voltar, pela via inesperada do regresso, às mãos donde saíram tais serviços.

Denuncie-se, por fim, o complexo de superioridade que domina o mito federal em suas relações com o mito estadual e o dêste em frente ao mito municipal. Como reação de idêntica origem, o complexo de inferioridade domina o mito municipal em face do mito estadual e êste não reage de modo diverso diante do mito federal. Uma administração de centralismo concorrente, de execução divergente e de contrastes a provocar reações.

A União, os Estados e os Municípios são três planos diferentes, são três degraus desarticulados. Dêstes, o mais baixo, o do município, é realmente mais baixo sob o critério de qualquer valor. Para certos efeitos, o município do interior só existe para figurar nesses perfeitos organogramas polí-

ticos e administrativos, tão de uso no momento. Uma ficção gráfica.

Há uma obra, já começada, aliás, pela ação e pela propaganda dos estudiosos, para revelar e desenvolver as virtualidades do município, porque, na verdade, no estado em que caiu a vida municipal, entre nós permanecem quase em dormência as faculdades, as funções, o papel histórico, com todas as possibilidades de atualidade, que a organização municipal guarda e que, por tradição e por necessidade de um território tão extenso, deverá ser chamada a exercer e a desempenhar no Brasil.

Perguntarão, porém, porque se assim é, está a morrer o município brasileiro. Poderíamos responder que só não morreu o município porque encerra tantas virtualidades.

Toda a orientação, como as direções da política brasileira, no seu trabalho orgânico e na sua ação funcional, têm sido traçadas e postas em caminho para instituir uma União forte e Estados menos fracos em detrimento do município, que é o último termo de uma sequência. Há um jogo de tirar do outro competência, atribuições, fontes de renda. O município não tem donde tirar, a não ser que lhe reste o distrito, que é arrancar a própria carne para nutrir-se.

Tem parecido à classe governante e aos construtores políticos que uma nação só se institui e atinge sua unificação pela grande escala do nacional e do estadual, que tem proporções visíveis para o conceito e para o sentimento de alargamento e unidade. O município parece a organização do fragmentado, a redução da unidade.

Retiram-lhe todo conceito de valor já que não alimenta, inclusive, a idéia de pátria, o sentimento patriótico que gosta de aninhar-se sempre nos degraus de alguma grandeza.

A melhor obra, entretanto, de revalidação da vida municipal, é mostrar onde o município está faltando ao país e indicar os males por decorrência dessa falta.

Para o nosso fim, que nos baste dizer que o município está faltando para a reforma agrária brasileira, como faltou até aqui como agente propulsor ou complementar da economia agrícola. Que sem ele, essa reforma perderá seu poder de difusão e de profundidade. Que se ele faltar, perderá a organização agrária uma das principais condições do seu êxito e de sua continuidade — o desenvolvimento de mercados de consumo próximos da produção agrícola. Que sem ele, estará comprometido o futuro econômico da pequena propriedade e com ela a imigração, a colonização agrícola, só possíveis, por irrisão, em torno das grandes capitais e nas regiões de densidade de população.

Afirmando, para lastimar, que é velha a prática de levar os municípios à penúria em "contraste com a liberalidade legislativa na outorga de tarefas", cita Gustavo Lessa a Lei do Império de 1 de outubro de 1828, que reorganizou as Câmaras Municipais e lhes impôs numerosas atribuições e encargos. Entre essas funções impostas, que constituíam pesados deveres, estariam as de providenciarem sobre "a plantação de árvores que forem úteis à sustentação dos homens", o provimento de "tudo quanto possa favorecer a agricultura, comércio e indústria", competindo-lhes adquirir modelos de máquinas e instrumentos rurais, ou das artes, para que se façam conhecidos os agricultores e industriais e trariam "de haver novos animais úteis, ou melhorar as raças existentes, assim como de ajuntar sementes de plantas interessantes" para difundí-las entre os agricultores.

Muito justa a crítica. Pode-se descobrir, também, certo sabor de ingenuidade na enumeração e na linguagem, que o tempo envelhece, dessas atribuições assinadas à competência das Câmaras Municipais do Brasil dos primeiros dias do seu Gênese político. Mas havia nesse arrolar de coisas e objetivos um acerto, um sentido, a intuição das finalidades da instituição munici-

pal na política econômica de melhoria, de estimulação técnica da atividade agrícola do país.

O município, pelo menos em palavras, deveria ser um instrumento ativo de intervenção orientadora e executiva, da agricultura e da indústria. E este papel lhe cabe tão bem hoje, que, se não lhe dermos condições e meios para o exercer, deixará um vazio de graves consequências nessa planificação econômica.

O município, porém, deve ser ainda uma célula industrial para servir à agricultura. É indispensável insistir na industrialização como agente de transformação da agricultura.

No Brasil, há uma corrente não pequena de pensamento que contrapõe industrialização a agricultura e propugna que devemos permanecer ou retornar à atividade agrícola, não só porque sem agricultura não haveria indústria, como porque a indústria perturba a agricultura. As duas atividades terão, assim, tempo diverso, fases diferentes, a da agricultura precederá a da indústria, e se chocam por interesses contrários.

Por vezes, alguns visitantes ou peritos estrangeiros que aqui nos chegam com pressa em julgar, mas sem pausa para observar, sustentam essa tese imprópria em qualquer país, aliás, e dão alento, assim, a um tortuoso fisiocratismo do nosso ruralismo confiante.

A verdade, porém, é que as exigências da economia moderna, a produção em massa para atender não só a maior mercado interno ou externo de consumo, como para atender a outros termos de grandeza como os investimentos de capital, o alto custo dos meios, instrumentos e máquinas dessa produção, o preço e capacidade dos transportes, impelem a economia agrícola a atingir essa escala e, por isso, não só a estimulam como lhe abrem vaza para a expansão.

Onde há agricultura, ela nunca é subdesenvolvida nos países industriais. A revolução agrícola é apenas, uma fase da revolução industrial. Nas suas causas e con-

seqüências. Sobretudo, nas transformações.

Há, não há dúvida, males sociais que se criam ou se agravam ao prolongar-se a industrialização no campo. Males que ferem a comunidade, a classes, a indivíduos. Mas, seus remédios são os mesmos que se usam ou se devem usar para a questão social em geral.

E não são males maiores do que aqueles que existem e perduram na vida agrícola pré-industrial.

Alguns desses males, como o da concentração industrial, o deslocamento de populações, com aden-

samento dos grandes centros, o desajustamento nas atividades profissionais podem ser remediados ou anulados se houver também industrialização que acompanhe a distribuição municipal do país, industrialização que se interiorize (o termo está em voga) com os municípios e entre no quadro do seu localismo.

Se a industrialização é fator de vida para qualquer município onde chegue, o município contribui para anular alguns de seus desequilíbrios ou retificar algumas de suas aberrações.

MARECHAL DR. ROBERTO TROMPOWSKY LEITÃO DE ALMEIDA

Recebemos e agradecemos a monografia do Coronel Francisco de Mello Moreira, que encerra, sob o título acima, a conferência por ele pronunciada, em 26 de março de 1953, no auditório do Ministério da Fazenda e em nome da "Academia Brasileira da História das Ciências do Rio de Janeiro".

Nesse excelente trabalho, o Cel. Mello Moreira, destaca trechos biográficos do patrono do magistério militar do Brasil e analisa o monumento matemático constituído pelas quatro obras clássicas do Marechal Trompowsky, a saber: "Lições de Geometria Algébrica", "Lições de Álgebra Superior", "Lições de Geometria Diferencial" e "Lições de Geometria Integral". Parabéns à Academia e ao Cel. Mello Moreira.

B. HERZOG, COMÉRCIO E INDÚSTRIA S. A.

Matriz:

R. MIGUEL COUTO, 129-131 — TEL.: 43-0890 — RIO DE JANEIRO
END. TELEG.: "BEZOG"

Filial:

RUA FLORENCIO DE ABREU, 318 — TEL.: 3-4114 — SÃO PAULO

Representantes de:

TINIUS — OLSEN TESTING MACHINERY COMPANY
EASTON ROAD — WILLOW GROVE, PA.

Máquinas especiais para verificação de dureza, equilíbrio dinâmico e resistência à compressão, tração e flexão, em todos os tamanhos

Catálogos e especificações à disposição

Solicitamos consultas

(N. 2)

O CANAL DE SUEZ NO DOMÍNIO ESTRATÉGICO

General FELICIO LIMA

A Sociedade das Nações, em face da controvérsia reinante entre o Ocidente e o Oriente, não poderá alhear à segurança do Canal de Suez.

Zona estratégica por excelência, chave do Oriente Próximo, o famoso Canal torna em muralha de instabilidade o Egito — centro espiritual de todos os povos que habitam a África e a Índia. Seria um grande erro da ONU deixar esses povos penderem politicamente para a causa comunista.

Dessarte, a Inglaterra, integrante de tão necessária sociedade internacional, deve contemporizar com o Egito, procurando neutralizar amigavelmente os incidentes ocorridos ultimamente naquela importante zona, os quais, repercutindo nos países limítrofes, estão resultando, ali, num sentimento popular contra o governo de Londres. E somente poderá ser salvaguardado aquele ponto estratégico pela amizade egípcia, indispensável à harmonia dos que combatem a expansão comunista.

Não se ignora que tal subversiva doutrina está procurando firmar-se em solo africano, quer por intermédio de partidos vermelhos locais, quer dos sindicatos proletários. E é bastante significativo o facto do major Hussein, membro do governo do general Naguib, haver declarado:

"Preparemo-nos para a luta que se avizinha. Devemos aprender a ensinar os nossos filhos a odiar o inimigo."

Eis porque os maometanos da África do Norte e de grande parte da costa do Mar Mediterrâneo procura estender sua influência ao Sul, sob a direcção do Movimento Nacionalista Egípcio; aí está o pedido ao general Naguib para assumir a sua liderança. Assim é que a luta contra o imperialismo inglês já che-

gou ao coração do continente africano, dado o apêlo a todos os líderes dessa nação a fim de se reunirem em conferência, na qual será discutido o plano geral visando a coordenação respectiva, com o decorrente objetivo de, com uma unidade e forma, fundar as bases de uma ação pan-africana.

Em vista, pois, de tais manifestações, insufladas pelos comunistas, a ONU não deve relaxar a defesa ocidental que se está concretizando, ante os seus desejos e temores.

As nações democráticas não se devem iludir. Pelas revelações emanadas de Moscou, conclui-se que o *Kremlin* continua persistindo no programa da conquista mundial; apenas as suas diretivas políticas mudaram de tática para alcançarem a estratégia. Porque, uma vez rearmado o Ocidente, fica a União Soviética impossibilitada de atingir o Oceano Atlântico, embora conte atualmente com os seus satélites e com quintas-colunas espalhadas no mundo democrático. Seria uma guerra ruinosa, porque encontrariam os seus exércitos, inicialmente, a fortaleza central da Europa.

A reeditação das velhas manobras que ressuscitaram as negociações do armistício na guerra da Coreia, constitui um movimento suspeito, indicando que os comunistas procuram conseguir um estratagema diversionista, enquanto realizam agressões na Indochina e Tailândia.

Mas o Ministério da Defesa dos Estados Unidos já está convencido de que a ofensiva de paz do *Kremlin* faz parte de um plano cuidadosamente concebido, cuja primeira etapa é a reabertura das negociações de trégua militar para ganhar tempo. E se conseguirem êxito, terão assim os comunistas alcançado duas importantes vitórias: uma

política — atinente à antecipação das exigências da ONU à cessação das agressões naquelas longínquas regiões e mais na Málaca e Birmânia; a outra militar — consistindo em ficarem de posse dessas nações oprimidas, de cujo solo somente poderão ser expulsos por uma longa e dispendiosa luta.

Eis a razão de haver o presidente dos Estados Unidos afirmado, em recente discurso, pronunciado na *Sociedade Norte-Americana de Diretores de Jornais*, que — as sondagens pacifistas do Kremlin deviam ser corroboradas por fatos e não palavras, começando pela assinatura do Tratado de Paz com a Áustria. O seu Ministro do Exterior foi mais longe, ao pedir à União Soviética fatos de boa fé, acrescentando que a dissolução do *Cominform* — associação de países de regime comunista, por assim dizer o ressurgimento da antiga *Internacional Bolchevista* — seria indício da crença de uma nova era.

Portanto, a defesa da base do Canal de Suez é, para os Estados Unidos, de importância estratégica, tendo por objetivo primário apoiar os seus aliados ocidentais na eventualidade do rompimento das hostilidades.

Com efeito, na região do Oriente Médio, acham-se a Turquia e os interesses da Inglaterra, onde as principais reservas de petróleo do mundo poderão cair em poder do Kremlin. Naquela região, encontra-se o Irã que, tendo fronteira com a Rússia, não possui elementos bélicos para oferecer uma resistência em regra, no caso de invasão. Conquistada esta nação, ficará a Turquia flanqueada, pois que ela tem duas fronteiras com o mundo comunista, isto é, com o Cáucaso, a Nordeste e com a Bulgária, a Noroeste.

Embora afirmem os técnicos que o exército turco está bem equipado, ainda lhe falta uma força aérea capaz de neutralizar um ataque desfechado pela aviação soviética, precisando, assim, de auxílio de seus aliados para evitar que os portos turcos de Istambul e Izmir

fiquem momentaneamente fechados. Em consequência, a Turquia ficaria dependendo, para o resbatemento de recursos, apenas do porto de Iskenderum, situado a Sudeste e com fronteira na Síria.

Mas, os exércitos moscovitas que atravessarem o Irã, prosseguirão através da Síria, rumo àquele porto, ao mesmo tempo que outras forças vermelhas, atravessando as montanhas, e apossariam dos campos petrolíferos do Golfo Persa, a despeito da longa distância a percorrer.

Com o objetivo de vencer tal calamidade para o mundo civilizado, seria necessário forte reforço. E para obtê-lo, os norte-americanos se lançariam da base do Canal de Suez, que tem capacidade para abrigar um exército de cerca de trezentos mil homens no início das operações. Nessas condições, seria difícil aos comunistas sustentar um grande exército através trilhas montanhosas do Irã e das regiões despovoadas do Iraque e da Síria.

Assim, a base do Canal de Suez, com todas as suas complicadas instalações e controvérsias diplomáticas, é de interesse vital para a vitória da ONU nessa tristíssima situação, vindo fortalecer a *Organização de Defesa do Oriente Médio*.

E para ficar bem patenteado o que transcrevermos, imagine-se os russos na posse do petróleo do Oriente Médio e da base chave do lendário Canal! A situação mundial tornar-se-ia insustentável à civilização cristã. Todavia, não seria para desanimar, porque os comunistas não são invencíveis.

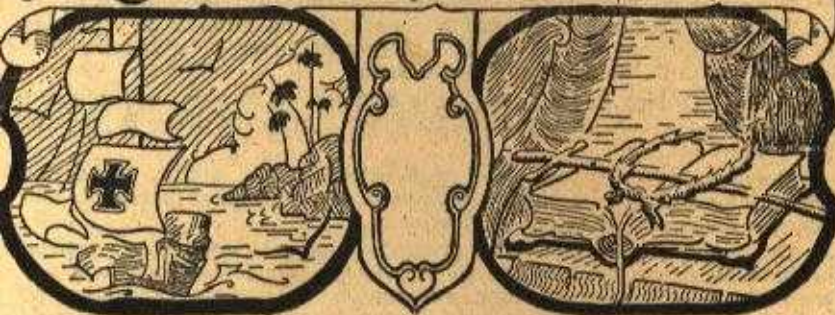
Aliás, temos o bem recente exemplo dos nazi-facistas que, num momento trágico, surpreendendo o mundo desarmado com uma formidável preparação bélica, de posse de toda a Europa Continental e mais parte da Ásia — Japão e, numa, ocasião, a própria Rússia, tiveram que capitular ante a persistência inglesa e a preparação notável improvisada pelos norte-americanos.

De qualquer forma, prevenir é sempre melhor que remediar...



Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, em fotografia inédita, existente no Arquivo Nacional e gentilmente cedida, para este número, pelo seu Diretor, Dr. Eugênio Vilhena de Moraes

Geografia e História Militar



A FAMÍLIA DE CAXIAS

Dr. EUGENIO VILHENA DE MORAIS,
Diretor do Arquivo Nacional.

INTRODUÇÃO

"A família titânica", foi, na feliz expressão de Pinto de Campos, a família de Caxias. Ao escrever a biografia do herói, única, aliás, até hoje, embora imperfeita que mereça tal nome, apenas ao de leve em nota ao pé da página, se referiu à genealogia do Duque. Imémore do exemplo de S. Matheus, C.I.V. I a XVII, contentou-se com acenar aos mais longínquos ascendentes de Luiz Alves, prêso à estirpe dos Brandões, dos Ivos, isto é, fidalgos da Bretanha cruzados que foram à Ibéria dar combate ao estandarte do Islam, logo ao fundar-se com Afonso Henriques a monarquia portuguesa.

Feita uma breve referência ao Regente, pai do Duque e ao avô Marechal de Campo José Joaquim de Lima e Silva salienta a quase predestinação do bravo soldado para a carreira das armas onde conta, em grau de próximo parentesco, cerca de onze generaes, cujos nomes declina além, de dois irmãos e alguns primos.

Nada mais adianta, quanto à árvore genealógica do Duque. Não conhecia, ou não se quiz utilizar dela, a genealogia manuscrita, obtida por certidão extraída em Portugal por um dos tios de Caxias, irmão do Pai, o Marechal José Joaquim de Lima e Silva, Visconde de Magé, antigo Comandante do Batalhão do Imperador, o qual a registrou em 1846 na Biblioteca Nacional. Dessa genealogia, ao alcance transcrita bem como, em seu chamado Livro de Lembranças do Visconde, foi o autor destas linhas o primeiro a dar notícia em conferência sobre o Visconde de Magé, realizada no ano de 1927, no Club Militar. Em boa hora enriqueceu com os braços de família e armas a côres do Duque o então 1º Tenente Egon Prates do 1º número especial da Revista Militar, comemorativo do aniversário natalício do herói.

É agora o momento de revisão de um lapso tipográfico existente na obra de Pinto de Campos, e reproduzido por inadvertência na sua reedição pela Biblioteca Militar, onde se deu por morto na guerra do Pa-

raguai, um filho de Caxias, ao envés de um filho de um primo de Caxias. O único filho varão do Duque herdeiro do seu nome foi ceifado aos treze anos quando era jovem estudante do Colégio D. Pedro II onde teve por colega a Joaquim Nabuco a quem, depois disso, nunca mais podia ver o velho guerreiro sem que se lhe enchessem de lágrimas os olhos.

Informes preciso nos oferece a genealogia da autoria do Visconde de Magé, apontando, a data em que chegou ao Brasil o Brigadeiro José Joaquim de Lima da Silva, avô de Caxias.

A col. "*Ordens Régias*", constante de mais de 80 vols. nos ministra a Carta Patente com os primeiros informes a respeito dêsse Brigadeiro de D. João VI.

Preocupado com o seu belo tema heráldico não cogitou como não estava aliás obrigado o ilustre articulista de mencionar nessa ocasião nomes e datas dos avoengos de Caxias.

Da dinastia que assim bem podemos chamar a êsse nobre estirpe de soldados, existe um que não foi nem por Pinto de Campos, nem por outro algum linhagista até hoje, enumerado: O general Francisco de Lima da Silva, muito festejado em 1767 por Pombal e ao qual se referem os documentos originais pertencentes ao meu arquivo particular, e que eu teria desejado estampar em *fac-simile* neste artigo.

Documentos são êsses da máxima valia, como o documentário cronologicamente número um da família Lima da Silva no Brasil.

A êsse General ilustre, oficial Comandante, como foi o irmão José Joaquim e o seu sobrinho Francisco de Lima e Silva, do 2º Regimento de Infantaria de Bragança, unidade mais tarde transportada ao Brasil e instalada no Rio de Janeiro, apenas brevíssima referência faz o próprio Visconde de Magé ao assinalar que tanto o Brigadeiro José Joaquim, avô de Caxias, como o seu irmão Francisco, abandonaram o apelido Brandão para usarem apenas Lima e Silva que passou depois a toda grande família.

Parcíssima é, entre nós no que diz respeito a peças manuscritas essa documentação, consumida quase toda, não se sabe como, pela voragem do tempo. Quanto aos diplomas pessoais do Duque tive a fortuna de, como dádiva de família, oferecê-los em 1927 a carinhosa guarda do Instituto Histórico Brasileiro, onde se acham, desde a patente de alferes, até o título de Duque e mais tarde o seu próprio sabre de comando.

Do velho Francisco, amigo do Marquês e, irmão do Marechal de Campo, José Joaquim, avô do Duque, provem aquele nome recebido do seu avoengo Francisco Lourenço Brandão Ivo e herdado ao regente Francisco de Lima, pai de Caxias, e posteriormente a outros parentes seus sobrinhos e primos, como sejam: Francisco (irmão) Francisco, filho do Visconde de Magé, Francisco, filho do General João Manoel de Lima e Silva.

Quanto ao Regente Francisco de Lima e Silva, tive ensejo de retificar-lhe da tribuna do Instituto Histórico, a data de nascimento pelo Barão do Rio Branco, em suas efemérides, assinalada 8 de julho ao invés de junho (6º mês). (Vide quadro anexo dos filhos de Caxias).

Do Marechal de Campo, avô do Duque, peça alguma oficial existe, que me conste, a não ser, quem sabe, nos escaninhos dos arquivos da Secretaria da Guerra. No Arquivo Nacional, não figura, é certo, a sua Fé de Ofício entre as poucas que ali restam de antigos militares, requisitadas que foram indevidamente, na anterior administração, pelo Arquivo do Exército, que apenas aí deixou ficar as Patentes.

O documento assim, mais antigo a respeito dêle e das suas primeiras graduações em nossas fileiras é, salvo o que possa existir — e até hoje não foi, que eu saiba, publicado, a Carta Patente a que acima nos referimos.

As próprias cinzas do velho patriarca como tantas outras de ilustres vultos do passado nacional, enterrados no claustro do convento de Santo Antônio, se não se podem dizer dispersas ao vento, não se pode também dizer, com exatidão onde repousam, visto como ao contrário de algumas poucas lages, dentre as que ali existem, não recebeu, infelizmente, epítáfio ou inscrição alguma. Resta, apenas, preciosa reliquia desse vulto venerando que legou o seu nome ao Visconde de Magé, seu belo retrato a óleo recolhido pela família do Conde de Tocantins ao Museu Mariano Procópio de Juiz de Fora, Instituto ao qual tive ensejo de encaminhar, de várias procedências outras espécies históricas inclusive o chamado "Livro de Ouro" oferecido pelo Exército a Duquesa de Caxias. Unido ao Duque pelos vínculos do sangue, teve com ele o velho Marechal de Campo, o parentesco espiritual como seu padrinho de batismo, administrado ao inocente Luiz Alves com poucos dias de nascido, não como erradamente, se afirmou, exibindo-se até fotografia da pia batismal, na Igreja do Pilar (Baixada Fluminense), mas, sim, em oratório particular da fazenda de seu avô o Coronel Luiz Alves de Freitas Bello, em Inhomerim, tendo como madrinha sua avó materna D. Anna Quitéria de Freitas Bello, cujas cinzas visitei no cemitério adjacente da velha paróquia da Vila de Inhomerim vetusto santuário que completou, não faz muito, duzentos e cinquenta anos de existência.

A sombra da branca igreja, hoje solitária na paisagem deserta que mal retrata, na sua estagnação o que foi outrora a movimentadíssima zona comercial do Porto da Estréla, diante da admirável obra de escultura sacra que é o grupo da Piedade, balbuciou com certeza Caxias infante, as primeiras orações e dobrou pela primeira vez os seus joelhos ao pé do altar para orar e recitar o terço a Nossa Senhora desse nome, a quem deram por madrinha a seu pai, batizado na Matriz de São José nesta cidade e para assistir aos domingos ao santo sacrifício da missa. Foi esse invariavelmente mantido até o final da sua larga existência mesmo em campo de batalha onde justamente numa dessas ocasiões, ferido por uma sincope na Catedral de Assumpção, encerrou, pode-se dizer, a sua gloriosa carreira militar de mais de meio século.

De antigo caderninho, reproduzido *fac-similarmente*, em artigo de minha lavra, saído na Revista do Club Militar com erros tais "*que le méconnaîtrait Poëul même de son Père*" constam os primeiros filhos do Regente Lima e Silva, irmãos do Duque de Caxias.

Do casamento deste com D. Ana Luíza de Lima realizado em oratório particular, provieram apenas três filhos o malogrado Luiz falecido ainda muito jovem, e duas filhas, das quais ao diante falaremos.

Antes de baixar, neste ligeiro esboço genealógico ao Duque de Caxias e aos seus descendentes diretos, vem a talho de foice notar, quanto ao seu apelido de família, duas cousas: Os documentos oficiais inéditos que por falta de espaço não puderam aqui ser à última hora publicados dizem, como endereço protocolar, Lima da Silva e não Lima e Silva, forma que prevaleceu no Brasil. Pelo fato (e é segunda observação) de se haver Caxias, durante o período regencial, sobretudo, em documentos oficiais, assinado, muitas vezes em breve, em atos oficiais como Luiz Alves de Lima (para diferenciar talvez, no noticiário corrente, o seu próprio nome do nome de seu pai o Regente Lima e Silva) não se deve concluir que haja repudiado o seu nome tradicional Lima e Silva, por ele usado no último documento solene de seu punho, isto é, o próprio testamento e que figura, com todas as letras no frontespício da obra clássica de Monsenhor Pinto de Campos — "Vida do Grande Cidadão brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva, Barão, Marquês, Conde e Duque de Caxias".

Exagerada, assim, me parece a importância que pretendem alguns emprestar a essa questão, a ponto de quererem fazer dela um problema de heurística.

Não somavam juntos 34 anos os futuros pais de Caxias, quando a 7 de novembro, celebraram jubilosos o seu casamento, devendo o marido sobreviver mais de dez anos à mulher D. Mariana Cândida Bello, natural de Paraíba do Sul (1), filha do Coronel Luiz Alves de Freitas Bello e de D. Anna Quitéria Joaquina de Oliveira (acima citada) mineira, natural de Barbacena, falecida a 2 de julho de 1834, conforme tive ocasião de provar com a descoberta do seu testamento por mim publicado em seu texto integral (2).

Na mesma, hoje inteiramente desaparecida, modesta Fazenda de São Paulo, onde a 25 de agosto de 1803, nasceu Caxias, nasceu também uma irmã dele, por nome Bernardina transmitido a sobrinha neta Muniz de Aragão e dez anos depois, outro irmão, por nome Carlos Miguel, seu futuro ajudante de ordens na encarniçada batalha de Santa Luzia em Minas Gerais.

Falecida, como vimos, em 1834, à vizinha Maria Quitéria foi dada a ventura de conhecer bisneta na pessoa da primogênita de Caxias, nascida em 1833, D. Luiza de Loreto. O avô Cel. Luiz Alves de Freitas Bello, como em doc. Judiciário acabo de verificar, falecera já havia muito em 14 de agosto de 1806.

Ao contrário de seu pai, o Regente, ornado como ele com estrélas de cadete aos cinco anos de idade, o Major Luiz Alves, envolvido sempre nos embates do márcio jôgo das lutas externas e repressão da anarquia interior, casou-se já maduro, aos trinta anos, isto é, contando quasi o duplo da idade do seu progenitor em idêntica situação.

Episódio romântico na vida do herói, tive ensejo de alhures narrar as circunstâncias singularíssimas em que se realizou esse ato, (3) quase de surpresa, dada a oposição formal da futura sogra D. Luiza Carneiro da Costa Vianna, viúva do Desembargador Paulo Fernandes Vianna, Intendente Geral da Polícia do Rio de Janeiro no próprio oratório particular da residência dela, por ocasião do santo sacrifício da missa na Festa da Epifânia, aos 6 de janeiro de 1833.

Ative-me, anteriormente, em minha narração, a essa data por me constar ser a mesma, numa invariável tradição da família celebrada como a data do casamento do Duque. Posteriormente, à vista da certidão extraída por fotocópia dos assentamentos paroquiais da Matriz de Santa Anna da certidão em fotocópia por mim extraída, documento esse que lamento não encontrar espaço nestas páginas, verifico haver o celebrante Padre Pedro Bandeira, atestado, ao invés de seis, o dia vinte e seis.

Contrariamente às rigorosas normas notariais acho que se deve preferir a data da família à data da certidão, lavrada posteriormente para legalização canônica e civil do ato, porquanto o dia seis (terça-feira), era dia santo de guarda ao passo que o dia vinte e seis, caiu naquêlê ano num sábado, que não era dia de preceito, não havendo assim razão especial para celebrar-se missa no oratório da viúva D. Luiza, pois não era então costume litúrgico, entre nós a celebração do casamento no decorrer desse ato.

Dessa união que durou felicíssima o espaço de quarenta anos, entristecida, embora pelo falecimento prematuro do jovem Luiz, único filho varão, esperança fagueira dos últimos dias do velho guerreiro e das frequentes e largas ausências dêste, relegado em regiões inhóspitas e longínquas a serviço da Pátria.

(1) Coube ao autor destas linhas, pelos livros de assentamentos paroquiais da baixada fluminense determinar em 1836 a naturalidade da mãe de Caxias, batizada na freguesia de São Pedro e São Paulo, na referida cidade.

(2) Confr. "Publicações do A. Nacional — Vol. 36.

(3) Vide: Novos Aspectos da Vida de Caxias — pág. XI — Rio, 1937. E.D. Leuzinger.

A FAMÍLIA DE UM VARÃO ILUSTRE

AS DUAS PRENDADAS FILHAS DE CAXIAS



Luiza de Loreto Viana de Lima Car-
valho da Silva, Baroneza de Ururá



Luiza de Loreto Viana de Lima No-
gueira da Gama, Baroneza de Santo
Mônica

Alegaram esse lar a que chamou Pinto de Campos modelo duas filhas, a já citada D. Luiza de Loreto e D. Ana também de Loreto, homenagem da piedosa mãe à Virgem cuja devoção, como nas demais famílias brasileiras, era tradicional naquela casa de oficiais do Exército pôsto desde o alvorecer da nossa nacionalidade sob a proteção de Nossa Senhora da Conceição.

Descendente em linha reta, sem bastardia, de valorosa estirpe militar que ascende, como vimos, aos primórdios da fundação da monarquia portuguesa, dir-se-ia, à primeira vista, que desse tronco robusto brotassem agora novos galhos e rebentos dentro da ordem militar. Foram ao contrário, seus dois genros, o que acentua de maneira empolgante, o caráter profundamente nacional e democrático de Caxias — escolhidos em famílias de boa casta dentre as que constituíram a nobreza rural que deu tantos e tão beneméritos titulares fautores da prosperidade agrícola e industrial do Império.

Foram eles o Coronel Manoel Carneiro da Silva (aparentado pelo lado dos Carneiros com a Duquesa) Barão de Ururahy por Decreto de 19 de setembro do ano de 1877, elevado mais tarde a Visconde por decreto de 24 de março de 1888, por serviços prestados à lavoura e à indústria.

Foi-lhe conferida a mercê justamente por ocasião da criação da famosa usina Companhia Engenho Central de Quissamã na província do Rio de Janeiro, empresa ainda hoje em franca prosperidade. Esse estabelecimento honrado mais de uma vez com a visita pessoal do Imperador e da Imperatriz, é hoje o ponto central da pitoresca localidade que guarda até hoje uma fisionomia todo particular de agrupamento feudal dos mais curiosos, com os velhos solares hoje incorporados à Usina, outrora sede das fazendas que em 1924, visitel de Machadinho (onde se hospedava Caxias) da Mandicuera, de Quissamã (dois sobradões com cerca de noventa quartos) Mata de Pipa, Monte do Cedro e outra nas redondezas dos viçosos canaviais.

Uruahy é nas inúmeras cartas de Caxias — “O meu Manoel Carneiro, para o qual não tinha ele, que era tão discreto, mesmo de ordem política, reserva de espécie alguma. Interessava-se nessas missivas pela sorte da indústria, desejando boa safra e reclamando quando tardava, a remessa do melado de que era grande apreciador entre os amargores constantes da sua pesada tarefa.

Faleceu longo tempo Manoel Carneiro, aos 84 anos de idade na sua fazenda da Machadinho, onde já não vivia a solarenga Baroneza de Uruahy que, morta em 1886 não foi como seu esposo Viscondessa, nem chegou como ele a assistir à glorificação do Duque, ao inaugurar-se a sua estátua.

Foi o segundo genro o Comandador Francisco Nicolau Carneiro Nogueira da Gama, filho do Marquês de Baependy, fazendeiro de café, proprietário da fazenda de Santa Mônica, barão desse título, por serviços prestados a Lavoura e a Religião, ao qual já me referi, no município de Valença, tendo falecido em outubro de 1885 em Caxambú, estação de águas, outrora freqüentada por Caxias da qual foi transportado para o cemitério de Catumbi, onde repousa. Coube-lhe o penoso encargo de comunicar ao Soberano e às altas autoridades o falecimento do Duque. Como se vê do Registro das mercês honoríficas conferidas aos genros de Caxias que teve todas as que o Império lhe podia dar, foram elas outorgadas, sinal de que não as disputou com o seu prestígio quase no final da existência quando, enfermo, depuzera o bastão do mando para se acolher ou melhor recolher-se disiludido de todos e de tudo ao solitário Desengano.

Quanto, agora a primeira descendência das filhas de Caxias vemos que a da Baroneza de Ururahy nasceram 2 filhos varões, um falecido em menor idade e outro José de Lima Carneiro da Silva o neto que mais se parecia com o avô, e que faleceu em 1947, aos 86 anos de idade na sua fazenda do Monte Líbano em Macaé, e mais três filhas a saber :

1) D. Anna Francisca Queiroz Mattozo Ribeiro, casada com o Dr. Manoel de Queiroz Mattozo Ribeiro, homem de vasta cultura, vice-presidente do Senado Federal, e que conservou a mór parte do Arquivo de Caxias. Faleceu em Petrópolis no ano de 1924.

2) D. Maria de Loreto Carneiro da Silva, casada com o Coronel José Mancel Carneiro da Silva, filho do Conde de Araruama, chefe político e fazendeiro muito considerado em Quissamã, onde foi um dos fundadores da Usina. Faleceu nesta capital aos 92 anos de idade, em março do corrente ano.

3) D. Mariana de Loreto Carneiro Nogueira da Gama, casada com o engenheiro geógrafo, Francisco Nicoláu Carneiro de Lima Nogueira da Gama. Faleceu com 73 anos de idade, nesta Capital, aos 7 de junho de 1936.

4) Luíza, solteira.

5) Francisca, casou-se com D. Carlos Baltazar da Silveira, não deixando filhos.

6) Ana, que faleceu em menor idade.

7) José e Luiz, gêmeos, faleceram com poucos anos.

É de notar-se, nos representantes dessa primeira e segunda geração de Caxias, a predominância do sexo feminino. Do Duque, um só filho varão, como vimos, falecido adolescente.

Dos netos varões, apenas, por outro lado, chegados a idade adulta, dois a saber : Francisco Nicolau Carneiro de Lima Nogueira da Gama, filho do Barão de Santa Mônica, há pouco citado.

Dos colaterais mais próximos de Luiz Alves, damos a relação inédita, extraída do "Livro das minhas Lembranças", do Visconde de Magé.

Duas sobrinhas netas contemporâneas, distintas figuras da nossa sociedade cabe-me, ainda, aqui mencionar, filhas ambas de José Joaquim de Lima e Silva, Conde de Tocantins, irmão de Caxias, e seu companheiro de lutas na árdua jornada de Santa Luzia, para cuja vitória muito contribuiu, são elas :

D. Maria Balbina Cosme Pinto e D. Bernardina Muniz de Aragão.

A essas venerandas matronas bem como a D. Mariana e D. Maria Loreto Carneiro da Silva, tôdas elas, infelizmente, a breve intervalo uma após outra, nestes últimos anos já falecidas, recorreu, muitas e muitas vezes, o autor destas linhas como às fontes mais puras que se podiam encontrar das tradições pessoais e familiares do Duque de Caxias e de que foi, e era natural, como contemporâneo, tão ávaro Monsenhor Pinto de Campos. Do seu avoengo, guardavam, na frescura e vivacidade das suas reminiscências também aquelas mesmas qualidades de modéstia, lhanza e fidalguia de trato, apanágios de verdadeira nobreza. Delas fui recebendo no decorrer de vários anos, em longas palestras, ou melhor minuciosos inquéritos a que se submetiam pacientemente, quando lhes bati ao ferrolho nos seus retiros de Copacabana, do Cosme Velho, do Hotel Majestic os subsídios orais, documentais ou iconográficos de que, como pesquisador honesto necessitava para fazer reviver como tanto desejava (e aí! de mim, não tenho podido realizar) a figura histórica do Duque. Já lhes dei, mais de uma vez, o folgo de renovar o gesto, público testemunho do meu reconhecimento, bem como aos bisnetos de Caxias, D. Eveline de Almeida Cunha residente em Quissamã e seus dignos irmãos, Eusebio (já falecido) e Luis de Queirós Mattoso, filhos do citado Se-

nador Euzébio de Queirós Mattoso e igualmente ao Sr. Edgard Carneiro Nogueira da Gama, filho de D. Mariana Carneiro da Silva Nogueira da Gama, fiéis depositários todos eles e continuadores do culto à memória do glorioso patrono do Exército.

Cerrando os olhos, há pouco, não faz ainda seis meses, desapareceu anônimamente no noticiário da Imprensa sensacionalista, a última neta do grande soldado, de cuja família era a única superstite que o contemplava vivo recebendo de seus olhos aquela irradiação magnética que, segundo D. Maria Baibina tinha qualquer cousa de sobrenatural e que tanta alegria por isso mesmo deveria experimentar assistindo, ela própria, quase centenária às solenidades comemorativas do 150º aniversário natalício do seu imortal avô.

Da parte do único neto contemporâneo de Caxias, José de Lima Carneiro da Silva, que alcançou, perfeitamente lúcido, a idade de 87 anos residindo em Macaé, não me foi dado, pessoalmente, recorrer ao seu testemunho direto que seria precioso por ter vivido ele sob o teto e na intimidade do avô quando estudante da Escola Politécnica desta capital. Por escrito solicitei-lhe, nos últimos tempos, e fui gentilmente atendido, algumas reminiscências pessoais do extraordinário vulto a cujo lado, durante tanto tempo, e, na melhor quadra da vida e da memória tinha vivido.

Ao seu subsídio, infelizmente, que conservo, e não é longo, faltou espontaneidade pela má influência que sem o sentir sofreu o missivista, já idoso, das narrativas de alguns compendiógrafos e improvisadores de matéria.

Essa improvisação não só apressada, mas, não raro, até mesmo inescrupulosa a que se tem pretendido dar entre nós foros de cidade, explica o fato, deveras lamentável, de não se haver tentado, até hoje, pelos meios oficiais e culturais, tomar e reduzir a termo todos os depoimentos pessoais dos contemporâneos mais importantes de Caxias, cuja história, ao contrário do que se assoalha, nas declarações de estilo, é, por culpa nossa, paupérrima nesse particular.

A família de Luiz Alves de Lima e Silva, aqui arborizada nos seus grandes troncos de cognação, devo acrescentar, e isso prova, como ela foi grande em todos os sentidos, um elemento originalíssimo que, por uma quase agnação, nela entrou, de acordo, aliás, com a etnologia latina do vocábulo *família*, compreendendo também fâmulos e escravos.

Na linhagem desse ariano de sangue azul, nobre de quatro costados bronzados com a flôr de liz, inseriu-se um bugre, filho das matas do Maranhão e que o Coronel Luiz Alves de Lima dali trouxe, fazendo-o batizar com o seu nome de família Luiz Alves de Lima, levando-o para a sua casa, dando-lhe instrução elementar e fazendo dele, daí por diante, o seu amigo fiel, inseparável que o servia à mesa e o seguia, como uma sombra, cuidando de tudo o que era seu, com dedicação insuperável, em todas as campanhas.

Desse curioso episódio tão significativo e que não merecera atenção de nenhum historiógrafo, dei circunstanciada notícia em artigo sob a epígrafe Guajajara Maracapé, estampado há tempos no vespertino "O Globo" desta capital. Tivesse eu tido voz em capítulo pediria que entre os baixos-relevos do grandioso monumento de Caxias a inaugurar-se em São Paulo, figurasse garbosamente um índio. Que símbolo magnífico da obra unificadora realizada pelo pacificador que tanto zelo demonstrava sempre, nos seus governos provinciais, pela catequese e civilização dos índios!

Que soberbo atestado da nossa tradicional indiscriminação das raças na ordem política e social do país, formado ao influxo dos princípios básicos da fraternidade cristã.

Que bela apologia da capacidade intelectual e moral do selvícola e do muito que lhe deve, desde o alvorecer da nacionalidade com Tibiriçá, Arariboia, Felipe e Clara Camarão e tantos outros a defesa militar do país!

Ao morrer, deixou o Duque, em testamento a esse guajajara, que lhe repetiu o nome glorioso, as suas roupas de uso como a recordar-lhe destarte, em certo modo à figura.

"O justo — diz a Sagrada Escritura, — até aos animais trata bem". O centurião brasileiro testemunha carinhoso reconhecimento aos seus próprios corcéis de batalha. Ao fegoso doradilho da ponte de Itororó costumava, tal como fazia com o burro São Francisco de Assis em véspera de Natal, melhorar a ração na data aniversária daquele combate em que repetiu, o Marechal, velho e enfermo, o épico arrojo do jovem Bonaparte, em Arcole.

Numa família bem constituída — e qual delas o foi melhor que a de Caxias? — não se podem esquecer os amigos.

Modernamente, disse com razão, um escritor francês, parentes há que passam à categoria de amigos, e amigos que passam à categoria de parentes.

Um desses que na família do Duque reuniu em grau eminente êsses dois títulos, deve ser aqui justamente lembrado o General João de Souza da Fonseca da Costa, Visconde da Penha, primo de Caxias, ao qual, por deferência, comum no tempo, chamava tio, e que foi pode-se dizer o amigo do peito, o "*fidus Achates*", como ajudante de ordens desde, os entreveros da revolução Farroupilha até os paludosos campos paraguaios.

Cefados assim pela morte inexorável, um após outro, todos os contemporâneos, netos de Caxias, resta, ainda, no círculo dos amigos íntimos de família, alguém cujo nome seria clamorosa injustiça deixar com ingrata pena em frio esquecimento: D. Sara Cordeiro, amiga inseparável da Baroneza de Santa Mônica a quem na fazenda desse título tive, há mais de quinze anos, ensino de conhecê-la pessoalmente e de conversá-la alguns momentos. Foi, quando, como orador oficial, discursar na solenidade da colocação da singela placa de bronze que (valha-nos isso!) assinala agora aquêle palmo de chão por onde entrou às portas de imortalidade o que mereceu cognominado o "O Gládio da Pátria". Em torno do veatato casarão, por eles tão cheio de saudades reminiscências, vive ainda, e oxalá que por muitos anos, na sua modestia (extremosa mãe de distintos funcionários) ferroviários. D. Sara a quem reserva Deus o privilégio invejável de ser atualmente, toda a vastidão do território da nossa Pátria, ao celebrar-se o sesquicentenário do nascimento do herói, a única pessoa que o contemplou vivo, ao exalar êle o seu último suspiro.

Tivesse eu algum valimento na Ilustrada comissão oficial organizadora das comemorações do centenário, e animar-me-ia, quem sabe, a sugerir fôsse prestada alguma tocante homenagem a essa figura veneranda que como sombra amiga vaga docemente por aquelas silenciosas paragens dando aos contemporâneos o último testemunho vivo do inolvidável morto.

Nascido sob o hospitaleiro teto de modesta fazenda de seus avós, agricultores mineiros, na baixada fluminense, batizado em oratório particular da mesma, casado, igualmente, em capela privada do paco residencial de sua noiva, o herói de cem batalhas, respeitado pelas bombas inimigas, que lhe rebentavam, não raro, aos pés, dentro do círculo dos oficiais do seu Estado-Maior, acabou tranquilamente os seus dias, como um justo, num catre de ferro, unido à imagem do Cristo Crucificado, e nos braços de amigos fiéis, na remansosa fazenda de sua filha, a Baroneza de Santa Mônica.

Foi, assim. Caxias, mau grado todos os azares da guerra, nos pontos culminantes da vida, o homem do lar, da casa grande, o homem da Família.

ASCENDÊNCIA DE CAXIAS

MANUSCRITO GENEALÓGICO DO VISCONDE DE MAGÉ

"JOSE JOAQUIM DE LIMA E SILVA, Dignatario da Imperial Ordem do Cruzeiro Comendador da Rosa, Condecorado com a Medalha da Restauração da Bahia pela Independência, Fidalgo Cavalheiro da Casa Imperial, Veador de Sua Magestade a Imperatriz, Tenente General Graduado do Exército do Brasil, do Conselho de Sua Magestade O Imperador, Seu Conselheiro de Estado e de Guerra, etc.

ATTESTO, que em meu poder, existem diversos documentos originais e autenticos, que provão com toda a evidencia e antiguidade e nobreza dos meus progenitores, por parte de minha Avó paterna D. Izabel Josefa Brandão Ivo, a saber: Uma Certidão em pergaminho passada em Lisboa aos 7 de Julho de 1759, extrahida dos Nobiliários das Famílias dos Reinos de Portugal e Algarves, assignada por José Freire de Montarroio Mascarenhas, Escrivão da Nobreza daquelles Reinos, e reconhecida pelo Tabellião Manoel Ignacio da Silva Pimenta; duas outras Certidões, tambem em pergaminho, dos Brasões de Armas passadas, uma em data de 26 de Setembro de 1600, a meu quarto Avô Paterno Mathias Lourenço Brandão Ivo, e outra datada de 27 de Março de 1710, a meu Bisavô paterno Francisco Lourenço Brandão Ivo, ambas assignadas pelo Escrivão da Nobreza Rodrigo Ribeiro da Costa, e reconhecidas pelo Tabellião Manoel Ignacio da Silva Pimenta; cujas tres Certidões coincidindo entre si, concordão inteiramente com outros documentos e diplomas originaes que possue, dos quaes todos consta o seguinte:

Que FERNÃO BRANDÃO e seu irmão Carlos Brandão vierão da Normandia (Provincia da França) servir em Portugal na guerra contra os Mouros, em o Reinado do Rei D. Affonso Henriques (Que principiou a governar em 24 de Junho de 1128, foi aclamado Rei a 25 de Julho de 1139, e falleceu a 6 de dezembro de 1185), e ambos jazem sepultados no Mosteiro de Grijó.

1º — FERNÃO BRANDÃO, foi o chefe da familia, e Tronco da linhagem dos meus ascendentes conhecidos, do ramo de minha Avó paterna, ignora-se o nome de sua mulher, mas sabe-se que teve o seguinte filho:

2º — Martim Fernandes Brandão, que foi Alcaide Mór em Evora, no reinado do Rei D. Sancho, 1º, e casou com D. Sancha Paes de Carvalho, que era filha de Paio de Carvalho, dos Carvalhos Senhores do Morgado de Carvalho, do qual consorcio nasceo o seguinte filho:

3º — MARTIM BRANDÃO, que foi Vassallo do Rei D. Affonso 2º, e foi Padroeiro do Mosteiro de Lordello, em Aguiar de Souza. Não consta o nome de sua mulher, mas, sabe-se que teve o seguinte filho:

4º — FERNÃO MARTIM BRANDÃO — que foi Vassallo do Rei D. Sancho, 2º, e o acompanhou quando se foi do Reino de Portugal, até que faleceu em Tolledo no anno de 1246; e viveu depois sempre retirado da Corte. Sabe-se que fora casado, mas não se acha memoria do nome de sua mulher. Deste consorcio nasceo o seguinte filho:

5º — MARTIM BRANDÃO — chamado o velho, por haver vivido muitos annos o qual foi um dos Fidalgos mais honrrados do seu tempo, e o nomeia o Conde D. Pedro no seu Nobiliário. Foi casado com D. Thezeza Fernandes, filha de Fernão Gonçalves, Cavalleiro da Terra de Sousa,

e de sua Mulher D. Examea Dias de Urroa; como se diz no Título de Freitas. Nasceo deste casamento o seguinte filho:

6º — LOPO MARTIM BRANDÃO — que viveo no Reinado do Rei D. Diniz. Foi casado, com sua prima D. Maria Martim Chira, filha de Martim Chira, Senhor da Albergaria do Paio Delgado, e de Villa Franca de Chira; como se diz no Título de Chiras. Nasceo deste consorcio o seguinte filho:

7º — MARTIM BRANDÃO, que viveo no reinado do Rei D. Diniz, e do Rei D. Affonso 4º, com quem se achou na famosa batalha do Sallado; como consta do letreiro da sua sepultura; honrava com seus irmãos seis casaes na Freguesia de Louzim, Conselho de Penafiel. Foi casado com D. Berengueira Dias de Avelar, filha de Diogo Dias, digo, Diogo Gil do Avelar, e de sua mulher D. Maria Annes de Cambra; como se vê no Título de Avelares. Deste consorcio nasceo o seguinte filho:

8º — FERNÃO MARTIM BRANDÃO — que viveo muitos anos, e alcançou os reinados dos Reis D. Affonso 4º, e D. Pedro 1º que lhe deu a Alcaidaria Mór de Arrouches de D. Fernando, de quem foi Aio, e do Rei D. João 1º, a quem Aclamou na Cidade de Evora, onde foi Regedor das Justiças. Não consta o nome de sua mulher, mas sabe-se que teve o seguinte filho:

9º — LOPO FERNANDES BRANDÃO, que viveo em Evora, e servio ao Rei D. João 1º, na guerra contra Castella, e na tomada de Ceuta. Foi casado com uma Senhora da illustre casa dos Ataydes, cujo nome não aparece, e deste casamento nasceo o seguinte filho:

10º — GONÇALO BRANDÃO, que viveo em Evora, e foi administrador da Capella de Santa Suzana, sita na Igreja de Santa Maria dos Assougues d'Elvas, e depois Vassallo do Rei D. Duarte sendo Infante. Foi casado com D. Catharina Alves de Monterrozo, filha de Alvaro Vasques de Monterrozo, Senhor de Gouvêa e Riba Tamega, Fidalgo de Galiza, que passou para Portugal no Reinado do Rei D. Fernando, e descendente dos Condes do Estado de Monterrozo, que procedião por vavronia do Rei D. Fruêla 1º de Leão, e foi neste Reino progenitor da familia dos Monterrozos. Nasceo deste casamento o seguinte filho:

11º — VASCO BRANDÃO — que era irmão de Alvaro Gonçalves Brandão, que foi pagen da lança do Rei D. João 1º e depois Contador da Fazenda Real da Cidade do Porto, Officio que tinha a mesma incumbencia e graduação dos Vedores da Fazenda Real instituidos depois; e procederão delles os Brandões do Porto. Foi casado com Ignez Pires (irmã de João Pires, o rico, que viveo em Alcaçar, e foi Commendador da Ordem de S. Thiago), filha de Pedro Fernandes, irmão de Lourenço Fernandes, e ascendente de José Bruno de Quebedo e Vasconcellos, fidalgo illustre, neto por sua Mãe do Conde da Feira, morador em Setubal. Deste casamento nasceo o seguinte filho:

12º — VASCO PIRES BRANDÃO — que se assignou sem o patronimico de Pires; consta que gozava do Foro de Vassallo do Rei D. Affonso 5º o qual foro correspondia ao de Fidalgo da Casa Real antes que o mesmo Rei fizesse a reforma dos fôres. Foi casado com D. Izabel Lourenço, filha de Lourenço Fernandes (a cima nomeado) que sobrevivendo a seu genro, e a sua filha, ficou administrando os bens do seu Neto (abaixo declarado) como seu tutor; cujo Lourenço Fernandes era filho de Affonso Fernandes, que pelo seu grande talento foi escolhido para Secretario da Rainha D. Felippa, mulher do Rei D. João 1º. Deste casamento nasceo o seguinte filho:

13º — LOURENÇO VAZ BRANDÃO — Fidalgo da Casa Real, que tomou o nome de seu Avô materno Lourenço Fernandes, dos Fernandes

de Setubal, que erão pessoas Nobres da governança. Foi casado com D. Maria Coutinho, do qual casamento nasceo a seguinte filha:

14º — D. IZABEL COUTINHO BRANDÃO — natural da Villa de Setubal, que foi casada com Monsieur Ivo de Kermartin, natural da Baixa Bretanha (Provincia da França), descendente de um irmão do Glorioso S. Ivo, canonizado pelo Papa Clemente 7º, no anno de 1347, 44 annos depois de fallecido; e consta ser filho de Hailorio Senhor de Kermartin, e de Azon de Kenky, das primeiras familias da Baixa Bretanha; e de sua Mulher Azon de Kenky. Em memoria do referido Santo, tomarão os descendentes deste casal o nome de Ivo por appellido. Do mesmo casal nasceo o seguinte filho:

15º — MATHIAS LOURENÇO BRANDÃO IVO — que viveo na Villa de Setubal, e foi casado com D. Izabel da Silveira, pessoa de conhecida Nobreza. Nasceo deste casamento o seguinte filho:

16º — MATHIAS LOURENÇO BRANDÃO IVO — outro do mesmo nome, natural da Villa de Setubal; foi casado com uma Senhora principal da mesma Villa, cujo nome se ignora, com a qual se homisiou no Algarve, por haver morto um homem, que tambem a pretendia para mulher. Deste casamento nasceo o seguinte filho:

17º — FRANCISCO LOURENÇO BRANDÃO IVO, natural da Cidade de Lagos, e morador na de Lisboa, o qual foi casado com D. Maria Rodrigues Sorumenho, filha de Vicente Rodrigues Sorumenho (e neta de D. Domingos Rodrigues, Cavalheiro Andaluz, que foi Governador da Cidade de Lagos, no tempo em que os Reis de Castella erão Senhores de Portugal), e de sua Mulher D. Izabel de Sorumenho Machado, dos Sorumenhos e Machados do Reino do Algarve; como se justificou judicialmente, com depoimento de cinco testemunhas de Authoridade, no Juizo geral da Cidade de Lagos, e foi julgado por Sentença; de cujo documento authenticico consta, que nascerão deste casamento os filhos abaixo declarados, dos quaes ha geração tanto nas Cidades de Lisboa, e Lagos, como no Brasil a saber:

O Reverendo Fr. José da Conceição Ivo, Religioso da Ordem de S. Francisco — D. Roza Eugenia Brandão Ivo, que casou com Nicoláo Blanc, Frances de Nação, estabelecido em Lisboa — D. Dorothea Maria Rosa Brandão Ivo que casou com Pedro Baptista Pedegache, natural do Reino de França, e morador na Cidade de Lisboa; de cujo consorcio nascerão, Miguel Tiberio Pedegache Brandão Ivo; Theodoro Pedegache Brandão Ivo; e D. Mathilde Valentina Brandão Ivo, que casou com Hypólito Burlamaqui, natural da Cidade de Luca em Italia — e mais a seguinte filha:

18º — D. IZABEL JOZEFA BRANDÃO IVO — que depois do seu casamento acrescentou aos seus dous primeiros nomes o de Maria, e se assignava D. Izabel Jozeza Maria, a qual cazou com João da Silva da Fonseca Lima, Sargento Mór de Infantaria do Regimento de Lagos, Reino do Algarve, ambos meus Avós paternos. Deste consorcio nascerão varios filhos, sendo um delles o seguinte:

19º — JOSÉ JOAQUIM DE LIMA DA SILVA (Meu Pai), Fidalgo Cavalleiro da Casa Real, Commendador da Ordem de S. Bento de Aviz, Marechal de Campo do Exercito do Brasil, e Vogal do Conselho Supremo Militar, natural da Cidade de Lagos, Reino do Algarve, e baptisado na Freguezia de Santa Maria da mesma Cidade; o qual não se assignou, bem como seu irmão o Brigadeiro Francisco de Lima da Silva, com os appellidos de Brandão Ivo, da linhagem de sua Mãe, mas somente com os de Lima da Silva, da de seu Pai. Casou na Cidade do Rio de Janeiro

com D. Joanna Maria da Fonseca Costa (minha Mãe) natural da mesma Cidade, filha de Manoel da Fonseca Costa, e de sua Mulher D. Anna Joaquina da Costa Amaral Gurgel.

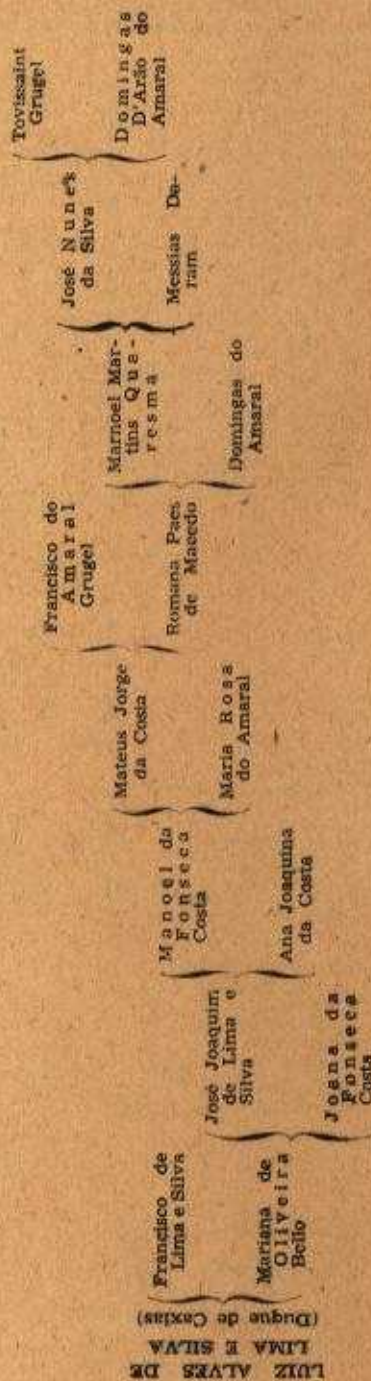
Declaro finalmente, que das citadas Certidões se vê, os Brasões de Armas que forão designados aos meus Avós, em virtude de haverem estes justificado judicialmente com documentos, e depoimento de testemunhas authorisadas e julgamento por Sentença, serem descendentes por linha recta e legitima, sem bastardia, da geração e linhagem dos verdadeiros Brândões, que nos Reinos de Portugal e Algarves são Fidalgos de Cota de Armas, e que, nunca houvera nodoa na fidalguia dos seus Antepassados, tendo todos servido honradamente, e á lei da Nobreza, com Armas, Cavallos, e tudo o mais necessario ás suas pessoas, e como convinha á sua distincção.

E para que conste a quem convier passei a presente Attestação, que assignei e sellei com o Signete das minhas Armas."

Rio de Janeiro 8 de Abril de 1846.

(ass.) José Joaquim de Lima e Silva.

ASCENDENTES DA AVÓ PATERNA DO DUQUE DE CAXIAS (*)



(*) Quadro organizado pelo Sr. Coronel Carlos Sayão Teixeira, de acordo com dados pelo mesmo recentemente coligidos de autos de inventário e outras peças existentes na Sec. Judiciária do Arquivo Nacional, e gentilmente comunicado ao autor deste artigo. V. de M.

**FILHOS DO MARECHAL DE CAMPO JOSÉ JOAQUIM DE LIMA DA SILVA
E SEUS NETOS FILHOS DO MARECHAL FRANCISCO DE LIMA DA SILVA.
PAI DO DUQUE DE CAXIAS**

Chefe da família no Brasil :

(Marechal de Campo)

José Joaquim de Lima da Silva

N. 11-III-746

F. 26-IV-821

(Casado com D. Joana Maria da Fonseca Costa)

Veiu para o Brasil em 1783.

- (Marechal)
- 1) Francisco de Lima e Silva
N. Rio, 8-VI-785;
F. 2-XII-853;
(Casado com D. Marianna Candida Bello — Regente do Império em 31).

- (Visconde de Magé)
- 2) José Joaquim de Lima e Silva
N. 26-VII-787;
F. 26-VIII-855;
Comandante do exército pacificador da Bahia em 823.

- (Barão de Surubhy)
- 3) Manoel Fonseca de L. e Silva
N. 10-VI-793;
F. 1-IV-863.

- (General)
- 4) João Manoel de Lima e Silva
N. 2-III-805;
F. X-837.

- (Marechal)
- 5) Luiz Manoel de Lima e Silva
N. 23-VIII-806;
F. 23-VII-878;
Tomou parte na Batalha de Ponche Verde; relator das "Memórias da Guerra Cisplatina".

- 1) Anna
N. 1-IX-802.
(Duque de Caxias)
- 2) Luiz Alves
N. 25-VIII-803;
F. 7-V-880.
(Conde de Tocantins)
- 3) José Joaquim
N. 7-X-809;
Comandou em Santa Luzia.
- 4) Bernardina
N. 2-V-806.
(Major)
- 5) Francisco
N. 16-IV-811;
F. 18-II-844.
- 6) Carlos
N. 29-IX-813;
F. 26-I-843.
- 7) Camillo
N. 2-II-815.
- 8) Carlota
N. 4-III-817;
(Casada com seu tio Barão de Queluz).
- 9) Carolina
N. 6-X-818.
(Coronel)
- 1) José Joaquim
N. 13-XII-831;
F. 9-III-880.
(Coronel)
- 2) Francisco
N. 25-IV-835.
(Tenente-Coronel)
- 1) Francisco
N. Porto Alegre, 25 de agosto de 1831;
F. Bat. Avahy, 11 de novembro de 1866.

Contem este Livro
634 paginas, numera-
das desde 1.^o até 11.^o
e 214, e declaro, que tudo
quanto nellas se achar
prescritto de minha le-
tra / de vera memoria
toda a fe, como se
cada assento estiver -
se revestido de minha
assinatura

João Joaquim de Lima e Silva

Facsimile do termo de abertura do "Livro das minhas
memorias", códice inédito de José Joaquim de Lima e Silva
Visconde de Hugo.

INFORMAÇÕES GENEALÓGICAS DA FAMÍLIA LIMA E SILVA, EXTRAÍDAS DO
"LIVRO DAS MINHAS LEMBRANÇAS", DE JOSÉ JOAQUIM DE LIMA E SILVA

"Meu Pai o Senhor José Joaquim de Lima e Silva Fidalgo Cavalleiro da Casa de Sua Magestade Fidelíssima, Commendador da Ordem Militar de Sam Bento de Avis, Marechal de Campo dos Reaes Exercitos, e Vogal do Conselho Supremo Militar: nasceu em 11 de Março de 1746, e foi baptisado na Freguesia de Santa Maria da Cidade de Lagoas, Reino do Algarve. Era filho do Sargento Mor João da Silva da Fonseca Lima, e de sua Mulher a Senhora D. Izabel Josefa Maria. Faleceu meu Pai na Cidade do Rio de Janeiro em 26 de Abril de 1821 pelas seis horas da manhã; dia e hora em que o Senhor Rei Dom João 6º sahio pela Carra do Rio de Janeiro, para Lisboa. Viceo 75 annos, 1 mez, e 14 dias. Foi Sepultado do Convento dos Religiosos de Santo Antonio.

Minha Mãe a Senhora Donna Joanna Maria da Fonseca Costa filha do Capitão Manoel da Fonseca Costa, e de sua Mulher D. Anna Joaquina da Costa e Amaral Grugel, naturaes do Rio de Janeiro: nasceu na Cidade do Rio de Janeiro em 12 de Julho de 1762.

Falleceu no dia 18 de Novembro de 1842 pelas 10 horas e tres quartos da manhã, tendo de idade 80 annos, 4 mezes, e 6 dias. Foi sepultado na Igreja do Sacramento da Cidade e Corte do Rio de Janeiro.

Meu Irmão Francisco de Lima e Silva, nasceu em 8 de Junho de 1795. Foi baptisado na Freguesia de S. Jozé, sendo Padrinho Jozé Caetano de Moraes, e Madrinha Nossa Senhora do Rosário.

Casou em 7 de Novembro de 1801 no Oratório do Brigadeiro Manoel Alvares da Fonseca Costa, com a Senhora D. Marianna Candida de Oliveira Bella; tendo elle de idade 16 annos e meio; e a Mulher 18 annos. Falleceu no dia 2 de Dezembro de 1853, pelo Meio dia; havendo vivido 68 annos, 5 mezes, e 23 dias. Foi sepultado no dia seguinte em o Cemiterio de S. Francisco de Paula.

Minha Irmã D. Anna Victoria Xavier de Lima e Silva, nasceu a 23 de Abril de 1786. Foi baptisada na Freguesia de Santa Rita em 7 de Maio do dito anno; sendo Padrinho seu Avô materno o Capitão Manoel da Fonseca Costa, e Madrinha sua Tia Madre Josefa de Jezus Maria, Religiosa no Convento de Santa Theresa. Falleceu no dia 9 de Setembro de 1850 pelas sete horas e tres quartos da noite, e foi sepultada no Cemiterio da Ordem 3ª de S. Franc. de Paula, na tarde do dia seguinte, sob o n. 1348.

Eu José Joaquim de Lima e Silva. — Vide assento a f. 201.

Minha Irmã D. Maria Joanna de Lima e Silva, nasceu em 6 de Outubro de 1788. Foi baptisada na Freguesia de Santa Rita a 11 do dito mez e anno; sendo Padrinho seu Avô materno Manoel da Fonseca Costa, e Madrinha a Senhora Santa Anna. Casou com o Primo Carlos Cesar Burlamaqui.

Minha Irmã D. Joanna Maria de Lima e Silva, nasceu a 11 de Março de 1790. Foi baptisada a 3 de Abril do dito anno na Freguesia de Santa Rita; sendo Padrinho seu Avô Materno o Capitão Manoel da Fonseca Costa, e Madrinha sua Tia paterna D. Anna Victoria Xavier de Lima.

Meu Irmão Jozé Luiz de Lima e Silva, nasceu a 24 de Abril de 1791. Foi baptisado na Casa em que residia meu Pai nos Quarteis de Bragança, a 15 de Maio do dito anno; sendo Padrinho o Vice Rei do Estado Conde de Rezende; ex-Mulher deste a Condeça de Rezende foi a Madrinha. Assentou praça de Cadete no Regimento de Bragança (1º Regimento do Rio de Janeiro) a 12 de Setembro de 1794.

Minha Irmã D. Marianna Emilia de Lima e Silva, nasceu a 13 de Maio de 1792. Foi baptisada na Freguesia de Santa Rita em 21 do dito mez e anno; seu Padrinho seu Tio Manoel Antonio da Fonseca Costa, e Madrinha Nossa Senhora do Livramento.

Meu Irmão Manoel da Fonseca Lima e Silva, nasceu em 10 de Junho de 1793. Foi baptisado na Freguesia de Santa Rita em 22 do dito mez e anno; sendo Padrinho seu Avô materno o Capitão Manoel da Fonseca Costa, e Madrinha Nossa Senhora do Livramento.

Minha Irmã D. Theresa Camilla de Lima e Silva, nasceu a 29 de Novembro de 1799. Foi baptisada a 10 de Dezembro ddo dito anno; sendo Padrinho o Tenente Coronel Joaquim de Frias e Vasconcellos, e Madrinha Nossa Senhora do Loreto. Baptisada na Freguesia de Santa Rita.

Meu Irmão João Manoel de Lima e Silva, nasceu a 2 de Março de 1805. Foi baptisado no Oratorio de seu Tio o Brigadeiro Manoel Alvares da Fonseca Costa, que foi seu Padrinho; e Madrinha a Mulher deste D. Maria da Piedade.

Meu Irmão Luiz Manoel de Lima e Silva, nasceu a 29 de Agosto de 1806. Foi baptisado no Oratorio de seu Tio o Brigadeiro Manoel Alvares da Fonseca Costa, que foi seu Padrinho; e Madrinha a Mulher deste D. Maria da Piedade.

Marianna Emilia, nasceu na Cidade de Oeiras do Piahy em 30 de Dezembro de 1817. Baptisou-se na Igreja Matriz da dita Cidade em 1º de Fevereiro de 1818, sendo Padrinho o Capitão Manoel Pimenta de Sampaio, e Madrinha Nossa Senhora da Victoria.

Meu Amigo e Compadre Joaquim Luiz Pereira, Capitão das Ordenanças da Villa de Maricá, falleceu em o dia 27 de Agosto de 1837 pelas 4 horas da tarde, e foi Sepultado no dia seguinte pelas 5 horas da tarde, na Igreja de S. Francisco de Paula, Catacumba N. 60 dos Irmãos da Ordem, a que pertencia.

Meu Amigo e Sogro Faustino Maria de Lima e Fonseca Gutierrez, Commendador da Ordem de Christo, Secretario aposentado do extinto Tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, e Superintendente das Imperiaes Cavalherices: Nasceu em Lisboa a 6 de Julho de 1779, e falleceu no Rio de Janeiro em o dia 7 de Abril de 1838, aos 30 minutos da manhã; tendo de idade 58 annos, 9 mezes, e 1 dia. Foi sepultado na Igreja de S. Francisco de Paula em a tarde do mesmo dia do seu fallecimento.

Minha Sogra e Tia a Senhora D. Joaquina Maria da Fonseca Costa, Nasceu na Cidade do Rio de Janeiro aos 8 de Agosto de 1773. Falleceu na mesma Cidade a 30 de Agosto de 1843 pela huma hora e dez minutos da manhã, havendo vivido 70 annos e 22 dias. Foi Sepultada na Igreja de S. Francisco de Paula em a tarde do mesmo dia do seu fallecimento."



NOTA — Por amável advertência do Sr. Dr. Manuel Ignacio Cavalcanti Lacerda e Albuquerque, distinto funcionário da Assessoria Juridica da D.E.R. da Prefeitura Municipal, digno filho do meu saudoso amigo Almirante Pedro Cavalcanti, e, como tal guarda carinhoso não só do Livro das minhas Lembranças do seu avô, Visconde de Magé, mas também de todas as nobres tradições que ornarn, nos quatro costados a sua familia, tive depois de escritas estas linhas, conhecimento de haver em número de 21 de agosto de 1937 na Rev. da Semana o illustrado Sr. Egon Frates Pinto, publicado na integra, da cópia existente na Biblioteca Nacional, o manuscrito genealógico do Visconde de Magé, por mim transcrito há vários annos do original que bondosamente me confiou seu neto o Almirante Pedro Cavalcanti. Sem quaisquer pretensões, que não vem ao caso, de estabelecer a primazia em torno do relêvo dêsse documento histórico, cumpre-me declarar que apesar de já publicada na referida Revista aqui o insiro por absoluta conexão da matéria com o meu tema que abrange toda a genealogia de Caxias desde os seus primeiros avoengos revestidos de ferro na Ibéria até os seus últimos trinetos em número de quase uma centena no Brasil, matéria esta ultima que, muito apesar meu, fui por angustia de espaço, e, sobretudo de tempo, obrigada a sacrificar com não poucos retratos inéditos no presente volume.



CAXIAS MILITAR



O lance pessoal máximo de um soldado de fibra. Sexagenário e à frente das tropas: "Sigam-me os que forem brasileiros"!

ORIGENS DO DIA DO SOLDADO

BENTO PEDREIRA DA COSTA

AVISO N. 443, DE 25 DE AGOSTO DE 1923

(Bol. do Exército n. 113, de 31-VIII-923)

Sr. Chefe do Departamento do Pessoal da Guerra.

Convindo para servir ao culto das nossas tradições, que, a exemplo do que se pratica com Osório e Barroso, se renda, cada ano, ao Duque de Caxias a homenagem de nossa veneração, resolvi se realize hoje, data natalícia desse glorioso general, uma formatura de tropas do Exército, às quais se hão de reunir destacamentos da Marinha e da Brigada Policial, no terreno adjacente à sua estátua.

É nenhuma ocasião é mais própria do que esta, para instituir, como ora o faço, com o caráter permanente, a festa de Caxias, que se efetuará a 25 de agosto.

Saúde e fraternidade — (a) *Setembrino de Carvalho*.

AVISO N. 366, DE 11 DE AGOSTO DE 1925

(Bol. do Exército n. 255, de 20-VIII-925)

DIA DO SOLDADO

Ao Sr. Chefe do Departamento do Pessoal da Guerra.

Coube-me a iniciativa de instituir, por ato de 25 de agosto de 1923, a festa de Caxias para o fim de rendermos cada ano à memória desse glorioso general a homenagem de nossa profunda admiração pelas raras virtudes de que são eloquente testemunho tantos e tão fecundos serviços que, assim na paz como na guerra, prestou ele ao país com a devoção patriótica que sagrou para todo o sempre benemerente da gratidão Nacional, e nos legou um grande exemplo para a educação moral e cívica dos jovens brasileiros.

Nenhuma efeméride é por isso mesmo, mais que a data natalícia do Duque de Caxias, própria a ser escolhida para o "*Dia do Soldado*".

É essa escolha que me honro sobremaneira de fazer agora, aceitando a sugestão do ilustre Comandante da 1ª Região Militar. Terão, nessa data, os nossos bravos camaradas a festa militar destinada especialmente à exaltação do sentimento do dever, acendrando o culto da nobreza cívica e da lealdade patriótica, que são traços dominantes da vida do Duque de Caxias.

Os Comandantes de Unidades organizarão anualmente a festa militar de 25 de agosto, com o espírito recomendado no Capítulo VIII do R.I.S.G.

Saúde e fraternidade — (a) *Setembrino de Carvalho*.

CAXIAS NAS PLAGAS BAIANAS

(Decálogo de Caxias)

I — LUIZ ALVES DE LIMA.

Nasceu em 25 de agosto de 1803, na Fazenda São Paulo do Taquará — Vila Estrêla, no Estado do Rio de Janeiro.
Faleceu em 7 de maio de 1880, na Fazenda "Santa Monica" — Est. do Desengano, ainda no Estado do Rio de Janeiro.

II — Por Aviso n. 443, de 25 de agosto de 1923, foi instituída a "FESTA DE CAXIAS".

Por Aviso n. 366, de 11-VIII-925, foi escolhida a data genética de Luiz Alves de Lima (25-VIII) para ser, consagrada a grata efeméride como: "DIA DO SOLDADO".

III — A 25 de agosto desse ano de 1953, no âmbito do Exército, do qual é lido patrão, celebrar-se-á o "CL" aniversário dessa heráldica figura ora de guerreiro, ora de pacificador cujo nome prestigiado figura no panteão da história, bem como no conceito universal.

IV — Praça de 22 de novembro de 1808; Alferes em 12 de outubro de 1818; Tenente em 2 de janeiro de 1821; Capitão em 22 de janeiro de 1824; Major em 2 de dezembro de 1828; Tenente-Coronel em 12 de setembro de 1837; Coronel em 2 de dezembro de 1839; Brigadeiro em 18 de julho de 1841; Marechal de Campo em 23 de março de 1845; Tenente-General em 3 de março de 1852; Marechal do Exército em 13 de outubro de 1866.

V — Títulos Nobiliárquicos:

- a) Barão;
- b) Conde;
- c) Marquês;
- d) Duque (Único do Império e do Brasil).

VI — Cenário Nacional:

Presidente do Conselho;
Senador do Império;
Conselheiro de Estado e da Guerra;
Ministro da Guerra;
Ajudante de Campo de sua Majestade o Imperador.

VII — Condecorações:

- a) Grã Cruz da Ordem de São Bento de Aviz;
- b) Grã Cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro;
- c) Grã Cruz da Ordem da Rosa;
- d) Grã Cruz da Ordem de Pedro I;
- e) Medalha da Guerra da Independência (Bahia 1823);
- f) Medalha de Mérito Militar;
- g) Medalha de Ouro da Campanha do Uruguai;
- h) Medalha de Ouro (Rendição de Uruguiana);
- i) Medalha comemorativa do término da guerra do Paraguai.

VIII — Revoluções Internas:

- a) Revolta da Balaiada (1838 no Maranhão);
- b) Minas Gerais (20-VIII-842);
- c) São Paulo (Feijó e Tobias de Aguiar, junho de 1842);
- d) Pernambuco (Revolução Praieira — 1848);

- e) Guerra dos Farrapos (1-III-845, entendimentos com David Canabarro);
- f) Rio Grande do Sul (República de Piratinim — 1835 a 1845).

IX — Guerras, Externas:

- a) Contra Oribe (Uruguai);
- b) Manoel Rosas Campanha contra (Argentina);
- c) Solano Lopez (Paraguai).

X — Batalhas e Chefias:

- a) Angustura (30-XII-868);
- b) Avaí (11-XII-868);
- c) Curupaíti (3-XI-867, segunda batalha);
- d) Curuzú (3-IX-866);
- e) Humaitá (Famosa Marcha de Flanco em 25-VIII-868). Vide nota;
- f) Itororó (6-XII-868);
- g) Lomas Valentinas (22-XI-868);
- h) Taíi (2-XI-867);
- i) Por decreto de 10 de outubro de 1866, Caxias é nomeado comandante em chefe das Forças brasileiras em operações contra o Paraguai.
- j) A 9 de fevereiro de 1867 D. Bartolomeu Mitre — General e Presidente da República Argentina — entrega ao Marquês de Caxias o comando-em-chefe das tropas aliadas; a 3 de janeiro de 1868 Caxias, pela segunda vez recebe das mãos do chefe de Estado de uma nação aliada, a chefia suprema da "Triplíce Aliança".

NOTA — Do judicioso planejamento de Caxias, na famosa "Marcha de Flanco", a qual contornando o inimigo pela zona leste, resultou evidente vantagem para a vitória do Exército brasileiro, na rude peleja que sustentamos de 1866 a 1 de março de 1870. Um retrospecto da história militar do continente americano deixará mais a descoberto que, Luiz Alves de Lima, atuou com requintado acerto no cenário nacional, bem como, no estrangeiro. É interessante notar que existe tanto na Argentina como no Uruguai, um verdadeiro culto à memória do único duque do império brasileiro. Então graças à abundância de fatos sobejamente constatados — CAXIAS é um nome internacional — já consagrado, para ufania nossa, no Panteon da História.

Em 1875 chefiava, Caxias o Gabinete — como Presidente do Conselho de Ministros. Fervilhava a "Questão Religiosa" entre a coroa e os Bispos de Olinda e do Pará; condenados estes a 4 anos de prisão o gênio pacificador de Caxias fez apresentar um projeto de anistia que aprovado encerrou a questão que teve, na época, repercussão internacional.

TRI-CINQUENTENARIO DE CAXIAS

Se dividirmos o segundo reinado, acharemos três períodos cheios de numerosas preocupações e de consequências decisivas para o êxito de se manter e de se constituir uma sociedade adequada aos caracteres daqueles que nos colonizaram. Vamos então classificar o reinado de Pedro II em três períodos distintos: O 1º — foi um decênio repleto de revoluções internas e a não ser a "Gabanagem" na província do Pará e a "Sabinada", na Bahia, cujo chefe foi o médico Sabino da Rocha Vieira,

tôdas as denzais foram vencidas por Luiz Alves de Lima, sendo que, em uma delas ganharia um título nobiliárquico. O 2º — foi composto das seguintes guerras: Contra D. Manuel Oribe — chefe dos Bancos — Uruguai; contra D. João Manuel Rosas — ditador da Argentina, e finalmente a guerra Lopezguaia — contra o ditador Francisco Solano Lopez.

Em tôdas essas guerras e revoluções, as tropas brasileiras foram chefiadas por Caxias.

Finalmente o 3º período que vamos dividi-lo em duas fases distintas: A campanha abolicionista onde vamos encontrar Ruy Barbosa e Castro Alves, além do próprio Visconde do Rio Branco e a campanha republicana as quais terminaram a 13 de maio de 1888 e 15 de novembro de 1899, respectivamente.

O PRIMEIRO TÍTULO DE NOBREZA

A primeira revolução, interna, que muito preocupou a última regência, isto é, a de Araújo Lima (1837-1840), foi a denominada "BALAIADA" — na província de São Luiz do Maranhão.

O chefe geral dessa revolução — era Manuel dos Anjos Ferreira, mais conhecido pela alcunha de "BALAIO".

O ELEMENTO NEGRO NA COLONIZAÇÃO

Trazidos dos rincões africanos — em "Navios Negreiros", pelos nossos colonizadores — apontaram, notadamente na Bahia e no Maranhão: Haussás, Nagôs, Fulas, Mandingas, Guineanos, Iorubas, Ashantis, Duomeianos — deixando por últimos os "MALÊS".

Os Malês ou Musulmís eram os africanos Islamizados, possuidores de mediana cultura eram portadores de ofícios: Carpinteiros — Carapinas — Pedreiros e sobretudo ótimos agricultores, por tudo isso, exerciam influência entre os outros escravos das diversas procedências.

Os Malês foram os instigadores das diversas rebeliões que nossa história registra de 1807 a 1838, sem falarmos nos Palmares.

Mas, voltemos ao BALAIO — A Balaiada, tinha como lugar-tenente, um malê alfabetizado, munido de uma Carta de Alforria, cujo nome era Cosme e entre os escravos era tratado como Dr. Cosme; esse lugar-tenente, escravo fôrro, desobrigado, letrado, chefiava um numeroso Quilombo. Os Quilombolas se intitulavam de "Bem-te-vís" e, obedecendo cegamente ao Dr. Cosme, consideravam-no como: Tutor e paladino das Liberdades; os Balaíos tinham o seu Quartel General situado na Vila de Caxias.

Não ignorando a regência a manutenção de iniciativas de Luiz de Lima — tendentes para dar solução adequada, a uma questão, cuja complexidade de conflito armado conturbava as tradições pacifistas do povo brasileiro.

Determina, então a regência que Luiz de Lima, fôsse desempenhar tão importante missão: combater os Balaíos.

Sabia Luiz Alves de Lima, como enfrentar e superar as dificuldades e responder às exigências, pôsto que, adaptado às circunstâncias bélicas postas em prática no Recôncavo Balano: na nobre e valorosa fiel Cachoeira do Paraguau; na Leal cidade de Sant'Amaro da Purificação que nos deu a figura diplomática do Barão de Cotegipe; Feira de Sant'Ana, Conceição da Feira, Cabrito, Pirajá, Estrada das Boiadas e Lapinha, Luiz de Lima enfrentou os Balaíos, os Bem-te-vís, venceu-os e

depois, dado seu espírito fraterno de amor e de paz, deu liberdade a muitos dos escravos que se tinham engajado na revolução, sob o título de BEM-TE-VIS.

Sendo a primeira revolução, interna quicá penosa, a ser combatida e vencida pelo ex-ajudante do Batalhão do Imperador, teve então, o atual patrono do Exército Brasileiro, o seu primeiro título de nobreza: "BARÃO DE CAXIAS".

CAXIAS NAS PLAGAS BAIANAS

Luiz Alves de Lima — único Duque do Império brasileiro e excelso patrono do exército brasileiro, nasceu no arraial da Estréla — Estado do Rio de Janeiro aos 25 dias do mês de agosto de 1803; foram seus pais o senador Francisco de Lima e Silva e dona Mariana Candida de Oliveira Belo.

Sua personalidade teve ação propícia quando do primeiro batismo de fogo nas plagas benditas da "Heróina dos seios titânicos", isto em 1823, ao lado de Maria Quitéria de Jesus Medeiros, quando contava apenas 20 anos de idade e já ostentava os galões de tenente.

Proclamada a Independência no sul, era preciso que fôsse consolidada no norte do País: O General Luis Inácio Madeira de Melo recebeu a 11 de fevereiro uma carta régia que nomeava para o comando das armas, cargo que era exercido interinamente pelo brasileiro brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães, cumprindo as determinações do Reino, isto é, Portugal; persistia, à frente de suas tropas, sem tomar conhecimento do grito do Ipiranga; então travou-se ao frio, à chuva, ao vento, ao sol nos Serros da Bahia a pugna imensa uma das páginas mais fulgurantes de nossa história escrita com sangue pátrio, pois até a presença de Maria Quitéria travestida de soldado do Batalhão dos Periquitos teve a Bahia nos primórdios ou albores de nossa independência completa.

Não tendo havido derramamento de sangue, na terra paulista, houve necessidade que o sangue dos nordestinos fôsse derramado, para de modo completo, concretizar definitivamente — quer no norte quer no sul — os mesmos sentimentos proclamados por sua majestade o Sr. D. Pedro nas margens do Ipiranga.

Sob o comando do general Pedro Labatut, surge nos recôncavos de Cabrito e Pirajá, Luiz Alves de Lima à frente da tropa de linha, na sua qualidade de ajudante do Batalhão do Imperador, demonstrando suas qualidades precípua: previsão e atividade.

"Na Bahia a luta tomou proporções assustadoras. Madeira de Melo, prende Freitas Guimarães, que é remetido para Portugal; a 19 de fevereiro, travou-se renhido combate. Os brasileiros retiram-se para o interior, onde na Vila de Cachoeira, instalam uma junta interina, conciliatória e de defesa, Caxias dirige com muito acerto, os combates de 3 de maio e 3 de junho e juntamente com o general Pedro Labatut, teve a glória de entrar na Lapinha, isto a 2 de julho de 1823."

Por esse seu primeiro ato de bravura, nas terras da Bahia do Salvador, sua majestade o Imperador houve por bem, nem só promovê-lo ao posto de Capitão como, condecorá-lo com a ORDEM DO CRUZEIRO e a medalha da "Guerra da Independência".

Essas veneras vinham honrar os esmaltados galões do capitão Luiz Alves de Lima, o ajudante do Batalhão do Imperador.

CAXIAS POLÍTICO



Finda a luta, Caxias opõe-se à celebração de um "Te-Deum" comemorativo da vitória e ordena e assiste a u'a missa por alma dos mortos de ambas as facções

FESTA DE CAXIAS (DIA DO SOLDADO)

25 DE AGOSTO

Antes que o Ministério da Guerra declarasse Caxias Patrono do Exército, já a U.C.M., em 1924, o havia escolhido para seu Padroeiro.

Em 1935, o Diretorio cogitava de uma cerimônia religiosa paralelamente às solenidades cívicas e militares que se vinham fazendo oficialmente em honra do grande soldado. Ficou resolvido que seria uma missa em ação de graças, a 25 de agosto. Nesse dia, a Igreja festeja S. Luiz de França, grande rei e grande soldado, que deu a data de nascimento e o nome ao Duque de Caxias. É também, o Dia do Soldado. Cabia, pois, uma grande festa por esse triplice motivo.

Enquanto se tratava de como e onde realizar essa festividade, o Secretário Geral do Diretorio veio a ter conhecimento de que o altar-portátil de Caxias fora oferecido por sua família, após a morte do Duque, ao Convento de Santo Antônio desta capital. Aquêlê camarada entrou em entendimento com o guardião do Convento, viu aquela relíquia e soube dos motivos que a levaram àquela casa de Deus. Estas informações estão consignadas em trabalho publicado, com desenhos do altar-portátil, na revista O CRUZEIRO e na DEFESA NACIONAL de maio de 1942.

Obtido o consentimento do guardião, ficou deliberado que a missa do DIA DE CAXIAS seria celebrada, naquele Convento, sobre o histórico altar-portátil.

Ocorreu ainda outro motivo para a escolha da igreja do Largo da Carioca. Santo Antônio, orago da casa, é detentor da patente de te-

nente-Coronel do Exército, da Comenda da Ordem de Cristo e do histórico bastão de comando da Colônia do Sacramento, de Sebastião da Veiga Cabral. Foi com este símbolo de comando que, em 1710, o Santo desceu para o cimo do muro do Convento e dali passou, vitoriosamente, bastão em punho, a comandar a defesa da cidade no ataque de Duclerc a esta capital.

Nestas condições, preparou-se a festa de 25 de agosto. Distribuíram-se convites a pessoas gradas, a todas as unidades desta guarnição, ao Asilo de Inválidos da Pátria, aos descendentes de Caxias. O então p. Magalhães foi convidado para fazer a allocução cívico-religiosa.

Encheu-se a igreja. O altar-portátil, colocado à frente do altar-mor, chamava a atenção de todos. Quatro soldados do 1º R.C., em uniforme de gala, postavam-se de guarda ao altar, dois de cada lado.

Mons. Magalhães, do púlpito da igreja, de onde falava outrora frei Montalverne, produziu uma oração sensacional, exaltando São Luiz Caxias, e aproximando o soldado brasileiro a estes dois grandes chefes militares. Uma circunstância feliz. Sabia-se que Santo Antônio, como tenente-coronel, percebera soldo do Ministério da Guerra até 1912, quando, por exigências do novo Código de Contabilidade, lhe fora glosado esse pagamento. Por lhe haver sido suspenso tal direito, a U.C.M., em nome do Exército, resolveu fazer, naquela cerimônia, o pagamento de um mês de soldo (80\$000) que o Santo do Con-

vento percebera dos cofres públicos por mais de um século. Em vista dessa deliberação, os assistentes desfilarão no fim da missa pela frente do altar-portátil e o oficial mais graduado, ali presente, entregou ao guardião um envelope com o sôdo simbólico do Santo.

Dai por diante, todos os anos, se vêm realizando, naquele mesmo tom, a cerimônia de 25 de agosto. Mons. Magalhães, considerado pregador perpétuo da solenidade, estudou a fundo a história de Caxias e versava a magnífica pregação desse dia com ensinamentos tirados da vida do grande soldado.

Depois de alguns anos, talvez a começar de 1939, a cerimônia passou a figurar no programa oficial, mas continuou a ser organizada e dirigida, como antes, pela União Católica dos Militares. Contudo, a partir daí, veio a colaborar cada ano na cerimônia desse dia o representante do gabinete do Exmo. Sr. Ministro da Guerra.

Os assistentes poderão ver no dia da festa, sobre o altar-mor da igreja do Convento, a grande imagem de Santo Antônio com a comenda da Ordem do Cruzeiro ao pescoço e o bastão de Veiga Cabral, ao lado.



O DUQUE DE CAXIAS

Ten.-Cel. NELSON R. CARVALHO

PERSONAGENS

- VOVÔ — Ancião, oficial reformado da Marinha de Guerra.
PAULO — Aspirante do Exército.
ROGÉRIO — Seu irmão, jovem funcionário do Banco do Brasil.
IVONE — Irmã de Paulo e Rogério, normalista.
LIA — Amiguinha de Ivone.
JUVÊNCIO — Servçal da casa.

Época — mês de agosto, Semana do Soldado.

A Cena se passa no amplo gabinete de trabalho de vovô, num bairro residencial da cidade. Dia alegre, cheio de sol. Faz-se ouvir, pelo rádio, vibrante marcha militar. Rogério, Lia e Ivone aí se encontram. Vovô, também.

ATO ÚNICO

- VOVÔ — Ó, esta marcha... Faz-me vibrar a alma... Sinto-me transportado aos bons tempos da mocidade, quando desfilava, garbosa, no Campo de São Cristóvão, a nossa Escola Naval...
- LIA — O senhor não assistiu à parada, Vovô? Que espetáculo! Multidão, tropa garrida, aviões riscando os ceus, marchas militares...
- IVONE — Vovô deve estar contente. Hoje é o dia de Caxias, o Tamandaré verde-oliva...
- ROGÉRIO — A propósito, vovô. Quer dizer-nos algo sobre o Patrono do Exército? Fala-se tanto em CAXIAS ultimamente...
- IVONE — Ora, Rogério! O Vovô é da Marinha e CAXIAS era do Exército.
- ROGÉRIO — Que tem isso, Ivone? Eu não sou militar e no entanto conheço os feitos de CAXIAS. Aliás, você, como normalista, também deve saber. E depois, veja este gabinete de Vovô — êle é "milico" cem por cento...
- IVONE — Bem; eu quiz me referir a detalhes. É claro que todos nós aqui sabemos quem foi CAXIAS. E vovô muito mais, é claro...
- LIA — Neste caso, o Paulo é quem deve saber melhor. Ele é Oficial do Exército...

- VOVÔ** — Calma, meus netinhos, calma. Vocês estão laborando em erro. Marinha e Exército estão por tal forma irmanados na tarefa comum de defesa da Pátria, que os fastos de um são motivo de orgulho para o outro.
- PAULO** — Gente boa de minha terra, salve!
(entrando)
- TODOS** — Viva, Paulo! Salve!
- LIA** — Estavas imponente, Paulo. Foste um magnífico porta-bandeira! Ias firme, garboso, olhar perdido no infinito. Nem te apercebeste de nós...
- PAULO** — Ó, Lia, eu não cometeria esta injustiça. Estavas com um lindo vestido estampado e um belo chapéu de fitas. Estavas encantadora, sabes?
- LIA** — Assim era, realmente. És um bom observador...
- PAULO** — O meu bom avô como vai? Transborda alegria, pelo que se vê. Assistiu à parada?
- VOVÔ** — Claro, meu Paulo. Admirei o teu carbo e reví-me em ti. Também fui porta-bandeira na Escola Naval! E que belo dia. A natureza parece ter se engalanado para o DIA DO SOLDADO!
- PAULO** — Bravos, vovô! Que belo entusiasmo... Assim é que gosto de vê-lo!
- ROBERTO** — Sabes, Paulo? Falava-se de CAXIAS. Tu bem podias ajudar o Vovô a responder o que lhe perguntámos.
- PAULO** — É grande prazer para mim discorrer sobre CAXIAS e, como ajudante de ordens do meu avô, nem se fala... Vamos começar Vovô?
- VOVÔ** — Com todo o gosto. Aproveitarei a oportunidade para fazer uma pequena sabatina em vocês. Estão de acôrdo?
- TODOS** — (palmas) Muito bem, vovô. Comece...
- VOVÔ** — (pigarreando) Como vocês devem ter ouvido falar, a "A NOITE" certa vez, fez um plebiscito para saber qual tinha sido o maior brasileiro de todos os tempos. Pois bem: CAXIAS foi o eleito!
- PAULO** — Que bela apresentação, Vovô!
- VOVÔ** — O resultado me parece justo e como plebiscito diz bem do valor da opinião pública. Em verdade, CAXIAS foi um predestinado da farda para servir ao Brasil...
- PAULO** — Teve praça honorária de cadete aos 5 anos e por sinal que na unidade em que sirvo — O Regimento Sampaio, o 1º de Linha da época. — Mas quem diria, então, que aquele garoto haveria de, um dia, consolidar a unidade nacional!?
- ROBERTO** — ... unidade a que a epopéia das bandeiras já dera base física, empurrando o fictício meridiano de Tordesilhas para além do Sacramento e dos confins do Amazonas e do Paraguai!
- IVONE** — Bravos, bravíssimo, Rogério! O Banco do Brasil como está afiado!

- LIA — E que os nordestinos defendera contra os holandeses, cariôcas e mineiros contra os franceses e os gaúchos contra o invasor hespanhol do Rio da Prata!
- PAULO — Mas que turma sabida, santo Deus!
- VOVÔ — Muito bem! Muito bem! Mas os primeiros passos de CAXIAS no oficialato já revelavam o homem que viria a ser. Em todo o caso, atos de bravura, pessoais...
- PAULO — Mas valorosos, Vovô. Na Bahia, na Campanha da Independência, tomou de assalto um fortim que os portugueses teimavam em defender...
- ROGÉRIO — ... batismo de fogo que lhe valeu o ingresso à história pela porta de nossa liberdade!
- PAULO — E vocês não sabem de um outro feito, na Campanha Cisplatina, nos moldes das aventuras de Errol Flynn, no cinema...
- IVONE — Falou em Errol Flynn está interessando, Paulo. Conte-nos isso.
- PAULO — Na Cisplatina, um corsário inimigo vivia a fazer incursões na nossa retaguarda. Era um desafio. CAXIAS aceitou-o. Com um punhado de bravos atravessou as linhas pela calada da noite, aprisionou a guarnição colhida de surpresa, incendiou o veleiro e retornou incólume...
- VOVÔ — Sem dúvida, um belo início de carreira, meu filho. E pode-se afirmar que, em toda a sua vida, não houve solução de continuidade em seus feitos. Quase tudo no império é CAXIAS...
- LIA — E não foi ele ainda, Vovô, quem recebeu das mãos do próprio imperador o pendão verde-amarelo do Brasil independente?
- VOVÔ — Foi sim, Lia.
- PAULO — Dir-se-ia que o novo Império desabrochava com CAXIAS...
- ROBERTO — ... e com ele terminaria, Paulo!...
- IVONE — Há mais simbolismo do que parecia, em tudo isso!
- LIA — Assim também penso eu, Ivone. E deveria ter sido um garboso porta-bandeira, o Capitão Lima e Silva. Mas gostei mais de ver o Paulo, hoje...
- IVONE — Lia, você está dando na vista...
- PAULO — De fato, Lima e Silva era um tipo robusto, bem talhado; fardava-se impecavelmente...
- ROGÉRIO — Um soldado tão guapo deve ter tido algumas aventuras galantes. Que sabes a respeito, Paulo?
- PAULO — Lima e Silva, Rogério, foi, desde a mocidade, um grande estudioso. Na sua predestinação, toda a sua energia moça se voltava para as causas da Pátria.
- LIA — Mas em Montevideu teve um romance com uma graciosa aristocrata uruguaia...
- IVONE — Bravos! Como está a minha amiguinha sabida!

- PAULO — Esse namoro a que te referes, Lia, deve-se crer que não foi mero passa-tempo; só não houve casamento por que foi transferido.
- ROGÉRIO — Um tipo raro, esse CAXIAS... A glória sempre atraiu a mulher... Nelson capitulou para Lady Hamilton — Washington se rendeu a madame Fairfax e Napoleão até nos rochedos de Santa Helena se fez amar...
- IVONE — Como está sabido o meu caro irmão! Que bicho te mordeu, Rogério?
- PAULO — Pois para maior realce do nosso Bayard, fica sabendo, meu caro Rogério, que CAXIAS foi também um espôso modelar, apesar de suas campanhas, de seu porte e de sua glória.
- LIA — E vencedor sempre, nunca vencido. Nem Bonaparte ostenta título igual!
- VOVÔ — Tudo isso explica, afinal, porque o GRANDE DUQUE é hoje o PATRONO DO EXÉRCITO e o guia do SOLDADO BRASILEIRO — um paradigma, no lar como no serviço, na paz como na guerra...
- IVONE — Olhe que Tamandaré vai ficar com ciumes, Vovô. E a Marinha também...
- PAULO — Marinha e Exército, Ivone, são como dois irmãos que se estimam e se veneram.
- VOVÔ — E também a Aeronáutica, se me faz o favor, "seu" Paulo...
- IVONE — Obrigada, Vovô. Meu noivo lutou nos ceus da Itália, com a nossa F.A.B.
- LIA — Outra pergunta, Paulo. Que significa squele belo colar de rosas que se vê nos retratos de CAXIAS?
- PAULO — É uma condecoração, Lia. E foi inspirada em D. Amélia, quando o imperador se decidiu ao segundo casamento. Quanto ao colar, só quatro brasileiros o tiveram, por seus excepcionais serviços à Pátria.
- VOVÔ — Paulo. Tu me estás saindo excelente conhecedor de nossa história. Dou-te meus parabéns!
- ROGÉRIO — Bem, Paulo. Estou ansioso por conhecer o ponto capital da vida do Duque — o seu papel na estruturação política do Império.
- PAULO — Já vou lá, Roberto...
- LIA — Dá-nos uma imagem geral, primeiro, Paulo. Estou meio confusa...
- PAULO — Não há motivo, Lia. Lembras-te da abdicação de Pedro I, o 7 de abril? Ficava o Brasil sem governo e todos queriam mandar. Imagina um armário vazio, que cada um quer arrumar a seu gosto e ao mesmo tempo. Só dá louça quebrada e confusão. Foi preciso que alguém impusesse com energia ordem e respeito à autoridade para que se puzesse as cousas nos seus devidos lugares.

IVONE — Já sei, Paulo. Esse alguém foi CAXIAS — pacificador dos Balaios do Maranhão, dos paulistas de Tobias, dos mineiros de Otôni e, obra mestre do grande soldado — a reintegração dos briosos Farrapos à comunhão nacional!

PAULO — Sim CAXIAS — O Condestável do Império, o General estadista que, depois da vitória, fundia vencidos e vencedores no cadinho da novel Pátria!

LIA — Estás magnífico, Paulo!

VOVÔ — Todavia, meus filhos, se CAXIAS domina o cenário nesta longa e periclitante fase de nossa formação histórica, é preciso não esquecer a ação do Feijó, de Evaristo da Veiga, de Bernardo de Vasconcelos. E do nosso Tamandaré, também, à frente da valorosa Marinha do Império...

PAULO — Bravos, Vovô!

(PASSOS. RUÍDO CARACTERÍSTICO DE LOUÇAS)

JUVÊNCIO — Dá licença, seu comandante? Trago um cafézinho que Siá Dona preparou agorinha...

ROGÉRIO — Viva, Juvêncio! Você sempre chega na hora. Um cigarinho depois desse café vem mesmo a calhar...

PAULO — E eu que até tinha esquecido de fumar...

IVONE — E você, Vovô, não diz nada?

VOVÔ — Ora, Ivone. Juvêncio bem sabe quanto aprecio esse saboroso café que só se toma no Brasil. E, uma boa cachimbada, depois...

JUVÊNCIO — É mesmo, D. Ivone. Seu comandante toda hora quer um cafézinho...

(O CAFÉ VAI SENDO SERVIDO)

VOVÔ — Saboroso, como sempre. Também, foi minha velha que fez...

PAULO — Excelente café. Meus parabéns a vovô!

ROGÉRIO — Eta, cafésinho bom!... Obrigado, Juvêncio.

IVONE — Agora poderemos ouvir a história de CAXIAS com mais disposição...

LIA — CAXIAS e café... Não será isso um resumo do segundo reinado?

PAULO — Ótimo, Lia! Que expressivo conceito!

VOVÔ — Sim senhora, D. Lia. Você hoje ganhou o dia. Meus parabéns!

LIA — Obrigada. Muito obrigada. Mas não é meu. Li isso num livro do Paulo...

PAULO — Posso continuar?

VOVÔ — Sim, Paulo. Somos todo ouvidos

PAULO — Deixe! O Brasil pacificado, não foi? Vamos encontrá-lo agora em franco progresso, D. Pedro II já senhor de si e do governo...

- VOVÔ — Sim, meu filho. Essa foi a grande fase da estruturação jurídica da Nação. Quanta sabedoria nesses trinta anos...
- ROGÉRIO — E eu como bancário, assinalo a obra do grande MAUÁ, o homem dos créditos e dos bancos, da iluminação a gaz do Rio; que nos deu a primeira estrada de ferro, o primeiro barco a vapor, o telégrafo...
- VOVÔ — E os diques flutuantes, que deram novo impulso à Marinha...
- PAULO — Vocês acabam de bosquejar muito bem o cenário em que vai atuar agora o já Barão e Conde de Caxias — foi aí que sua espada se desembainhou outra vez, agora em defesa da integridade do Império.
- LIA — E que é que o ameaçava, Paulo?
- PAULO — Os desmandos e ambições de caudilhos do Rio da Prata, a pôr em cheque o equilíbrio da nossa América do Sul.
- VOVÔ — Muito bem, Paulo. CAXIAS evitou, de fato, investido pelo imperador e em nome da política exterior do Império, que entre nós se formassem novas Alsacias-Lorena, eternos motivos de conflitos armados.
- PAULO — Não desejamos guerras, mas não as tememos, proclamamos bem alto. Por isso mesmo, três vezes Pedro II viu-se compelido à luta contra Oribe, uruguaio; contra Rozas, argentino, e contra Lopes, do Paraguai.
- VOVÔ — Em verdade, diante das correrias do Prata, ou o império punha um termo ao caudilhismo, ou os caudilhos mutilariam o Brasil...
- IVONE — Como tudo isso cheira a sangue, Deus meu...
- PAULO — Rozas pretendia reconstituir, em favor da Argentina, o antigo Vice-Reinado do Prata, à custa do Uruguai e do Paraguai, de cujas independências o Brasil era fiador.
- LIA — Quer dizer, esse Vice-Reinado compreendia o Uruguai, a Argentina e o Paraguai?
- PAULO — Sim, Lia. E mais uma grande parte da Bolívia. E até um pedaço do nosso Rio Grande...
- ROBERTO — Sim, mas nem o Paraguai, a Bolívia ou o Uruguai estavam pelos autos e o Brasil estava vigilante e dispunha da espada de um CAXIAS.
- VOVÔ — Aliás, meus filhos, na própria Argentina não eram poucos os que eram contrários a essas tropelias, o grande Sarmiento à frente!
- LIA — E então?
- PAULO — Então o império despachou CAXIAS contra Oribe, rebelde uruguaio.
- VOVÔ — Atendendo a um pedido do próprio congresso do Uruguai, é preciso notar bem.
- PAULO — Sim, Vovô. Oribe foi logo vencido, nas campinas uruguaias. E em Monte Caseros, Rozas foi também batido e com ele o tal Vice-Reinado...

VOVÔ — Monte Caseros merece um registro à parte, Paulo — assinala a unificação da Argentina e muito principalmente a hegemonia do Brasil no continente sulamericano.

PAULO — Bem assinalado, Vovô!

VOVÔ — Uns 15 anos depois, surgia a ameaça de Lopes, o tirano do Paraguai. Mobilizámos os Voluntários da Pátria e em vigorosa reação, libertámos Uruguiana e fomos repe-
lindo os invasores através de Corrientes, contra o Passo da Pátria. Iam os aliados punir o atrevido agressor em sua própria casa.

PAULO — Sua modéstia é imperdoável, Vovô. E a Batalha Naval de Riachuelo?

VOVÔ — Deixei-a de propósito para voce, Paulo...

PAULO — Ó Vovô... Em Riachuelo, a esquadra paraguaia nos atacou de surpresa, para destruir o nosso poderio naval. Mas Barroso, invertendo a trama, foi quem destruiu quase toda a marinha de Lopes. Riachuelo foi a Trafalgar que o Paraguai perdeu para ser invadido...

ROGÉRIO — Agora as cousas estão claras... Quer dizer que, com o domínio do rio, poderíamos reabastecer nossas tropas, reforça-las e até apoiar as operações de terra, Paraguai a dentro, com a nossa marinha...

PAULO — Exatamente, Rogério. Riachuelo iria permitir a invasão do Paraguai e Tuiuti, um ano depois, a primeira base de operações no território inimigo.

VOVÔ — Tuiuti é Osório, Paulo, é o "Centauro dos pampas"...

PAULO — Sim, Vovô. Mas é preciso não esquecer a atuação heróica do General Sampaio, aguentando o primeiro choque com sua Divisão Couraçada. A custa da própria vida, assegurou a Osório o jogo de reservas com que venceu a maior batalha campal da América do Sul.

VOVÔ — E Mallet, com seus canhões invictos. Mas é justa a tua homenagem ao bravo patrono da Infantaria. Extendamô-la também a Vilagran Cabrita, tombado no Passo da Pátria, e a Andrade Neves, o Bayard dos pantanais do Paraguai.

PAULO — Obrigado, Vovô, pela sua homenagem às nossas armas. Aliás, voce é mais forte do que eu pensava em cousas do Exército.

VOVÔ — A guerra do Paraguai foi dura e sangrenta meus filhos. Tivemos ainda uma vitória em Curuzú, mas fomos barrados em Curupaiti e na abordagem de Humaitá...

PAULO — Foi uma fase verdadeiramente enervante essa estagnação de Tuiuti, Vovô...

VOVÔ — Num belo dia, porém, chegava Caxias, o novo Comandante. Trazia até balões cativos. Chegou e viu. Mas só iria vencer seis meses depois de intensa preparação. Por fim, a esquadra forçou a passagem do rio, o Exército atacou por terra e a terrível Humaitá tombou para sempre.

LIA — Bravos, Vovô! Eu já estava ficando nervosa com essa demora...

- IVONE — Eu gostei mais foi dos balões cativos. Até parece que a nossa simbólica Aeronáutica esteve também na Guerra do Paraguai...
- ROGÉRIO — Ótimo, Ivone. Pena é que teu noivo não esteja aqui para premiar o teu feliz comentário. Valia um beijo...
- LIA — Fica quietinho, Rogério. Deixa o Vovô continuar.
- VOVÔ — Depois foi a Dezembrada, em 68. Lopes, em retirada, se fortificara no Pequiciri, cobrindo Assunção. CAXIAS decidiu contorná-lo através do famoso Chaco paraguaio — façanha comparável à travessia dos Andes, por Bolívar e San Martín. A seguir, foi batê-lo em seus redutos, revelando-se, talvez, o maior estrategista das Américas!
- ROGÉRIO — Com homens dessa tempera, minha gente, até eu ganharia a guerra...
- PAULO — Sempre os há, Rogério. Sempre os há... Veja a guerra que passou. Tivemos a Marinha patrulhando os mares, tivemos a FAB "senta a púa" e tivemos a gloriosa FEB nos campos de batalha do Velho Mundo!
- LIA — Questão de oportunidade. De hora "H", como diz o Paulo...
- VOVÔ — Flores dessa imortal manobra de Santo Antonio, foram a conhecida Passagem de Itororó, com sua famosa ponte...
- PAULO — "Sigam-me os que forem brasileiros!" foi a voz de comando do grande soldado. E como Napoleão, em Arcole, arrastou o Exército atrás dele!
- LIA — Ó, Paulo! Tu me assustaste!
- VOVÔ — Em Avaí, sob forte aguaceiro, o inimigo conheceu de novo a derrota!
- PAULO — Em Avaí, Vovô, quase perdemos o bravo Osório, com uma bala nos queixos...
- VOVÔ — Eu sei, filho. Mas isso não o impediu de viver e até de dar ao imperador, mais tarde, uma resposta bem ao seu gosto...
- IVONE — E que foi que sua magestade perguntou a Osório, Vovô?
- VOVÔ — Numa reunião do Conselho, o imperador poz-se a cochilar. Osório, de propósito, deixou cair a espada...
- ROGÉRIO — E então?
- VOVÔ — Pedro II, assustado, interpelou — "Marechal! No Paraguai o Sr. deixava cair sua espada?" E Osório, rápido — "Não Magestade! No Paraguai não se dormia..."
- ROGÉRIO — Muito boa essa resposta...
- VOVÔ — Bem, meus filhos. Vamos com CAXIAS, ancião já passado dos sessenta, ao remate decisivo de Lomas Valentinas — seis dias de batalha, 72 horas a cavalo e a vitória por fim: estava aberto o caminho de Assunção e a guerra virtualmente terminada!
- PAULO — Espere, Vovô... E a campanha das Cordilheiras?
- VOVÔ — Essa, meu filho, apesar da Batalha de Campo Grande, foi o tiro de misericórdia que poz fim à agonia do tirano...

- JUVENCIO — Dá licença, seu comandante. Siá Dona manda avisar que o jantar está pronto. E que "boia", seu tenente Paulo...
- VOVÔ — Está bem, Juvêncio. Dize a Sinhá que nós já vamos...
- PAULO — O incansável CAXIAS foi ainda Ministro da Guerra, Membro do Conselho Imperial e até Chefe do Conselho de Ministros. Trabalhou pela Pátria até o último alento de vida!...
- VOVÔ — Convém ressaltar que entre os seus atos no Gabinete, se destaca a nomeação de Rio Branco para a carreira diplomática.
- ROGÉRIO — Bem interessante isso, Vovô! Dir-se-ia que, como numa corrida de estafetas, CAXIAS passava o bastão a Rio Branco, para os grandes feitos do Barão...
- IVONE — Muito simbólico, realmente, Rogério...
- VOVÔ — O jantar nos espera, meus filhos. Terminemos, pois. De maneira singela, é verdade, prestamos nossa homenagem ao GRANDE DUQUE DE CAXIAS, que, apesar de Pedro II, foi o próprio império!
- PAULO — E fez questão de ser levado ao túmulo por seis soldados de bom comportamento. Era sua homenagem derradeira ao soldado e à disciplina — ele que fora o CAMPEÃO DA ORDEM e o ESTEIO DO IMPÉRIO!
- TODOS — (palmas estuslásticas) — Bravos, bravos, Paulo!
(Ouve-se em surdina o Hino Nacional. Retiram-se todos, Paulo e Lia por último).
- LIA — Estiveste formidável, Paulo! Como te admiro!
- PAULO — Obrigado, Lia querida. Ivone te convidou para a "soi-rée"? Quero-te pertinho de mim...

Mocidade do Brasil! Cadetes de terra, mar e ar! Acadêmicos e Normalistas! Operários! Artífices! Trabalhadores, soldados e marinheiros! Vós todos, enfim, que haveis de receber em vossas mãos, o Brasil de nossos avós!

Atentai no exemplo de CAXIAS!

Inspirai-vos na bandeira de nossa Pátria! "Ela é pequena mas cobre todo o nosso vasto território! É verde e encerra tôdas as nossas esperanças".

Obreiros de nossa pujança, de nossa liberdade, de nossa civilização, deixai que desfilem pelas retinas de nossa gratidão, êsses nomes tutelares: Martin Afonso! Henrique Dias! Fernão Dias Pais Leme! Tiradentes! José Bonifácio! Pedro I! Feijó! Bernardo de Vasconcelos! Caxias! Pedro II! Tamandaré! Ana Nery! Joaquim Nabuco! Izabel, a Redentora! Benjamin Constant! Deodoro! Floriano! Rio Branco! Santos Dumont! Oswaldo Cruz! Rui Barbosa!

E quem virá depois?

Podereis ser vós, acadêmico que me ouvís! Ou vós outro, modesto operário! Ou vós ainda, normalista gentil! Ou um dentre vós, veteranos da Grande Guerra!

E seremos todos nós, da geração de amanhã, colaboradores dos eleitos da Pátria para conduzi-la ao seu grande destino!

AVISO MINISTERIAL

Sesquicentenário do Nascimento do Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias e Patrono do Exército Brasileiro

PROGRAMA — HOMENAGENS

Aviso n. 407-D/2-D, de 11 de maio de 1953 :

1. "A 25 de agosto de 1953 transcorrerá o sesquicentenário do nascimento do Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias e Patrono do Exército Brasileiro ;

2. Como parte das homenagens programadas pela Comissão nomeada pelo Exmo. Sr. Presidente da República, determino que sejam desde já preparadas e programadas as seguintes comemorações :

a) durante a Semana de Caxias — de 22 a 29 de agosto — em todos os quartéis, estabelecimentos e repartições do Ministério da Guerra, sejam proferidas palestras sobre a vida e os feitos do imortal Soldado brasileiro, bem como palestras radiofônicas, sempre que possível ;

b) no dia 25 de agosto de 1953 — Dia do Soldado — em todas as guarnições do Exército, sejam realizadas paradas militares, solicitando os comandantes respectivos onde houver, a cooperação de unidades e forças da Marinha, da Aeronáutica e das Polícias Militares ; as unidades de Artilharia salvarão com 21 (vinte e um) tiros ;

c) nas sedes dos Grandes Comandos, em caráter obrigatório, e nas demais guarnições, sempre que possível, deverão ser realizadas, além de outras festividades cívico-militares, sessões solenes de caráter cultural, sobre a personalidade de Caxias ; os Comandos deverão procurar entendimentos e cooperação das autoridades civis e das associações culturais locais ;

d) ao ensejo das comemorações e na medida das possibilidades de cada Comando ou Chefia, deverão as guarnições realizar uma recepção às altas autoridades civis, eclesiásticas e militares, ao corpo consular local e às pessoas gradas, permitindo ao mundo civil participar das homenagens ao Marechal Duque de Caxias ;

3. Os programas das guarnições e das unidades e as palestras que forem realizadas, deverão ser enviadas, aquêles até 31 de julho e estas após serem proferidas, ao Exmo. Sr. Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes, Presidente da Comissão do Sesquicentenário do Nascimento de Caxias" — (a) *Cyrol Espirito Santo Cardoso*, Ministro da Guerra. (Bol. Ex. n. 21, de 23 de maio de 1953, pág. 1383).

O SENTIDO CRISTÃO NA VIDA DE CAXIAS

P. J. BUSATO.

O Barão da Vila da Barra, na última estrofe do seu soneto dedicado à morte de Caxias, com razão escreveu: "Cristão de fé robusta — desprezara O mundo vão; e pelo vácuo imenso Foi encarar o sol da eternidade".

De fato, o patrono do nosso Exército sempre soube aliar o amor à Pátria ao amor à Religião. Era muito apegado à sua igreja paroquial de S. Francisco Xavier, que guarda com veneração placas de mármore, com dizeres importantes de Caxias, como este:

"Nesta igreja rezei, para esta lutei e para ela voltei."

Quando empossado no cargo de Provedor da Irmandade da Santa Cruz dos Militares, o ilustre militar proferiu as seguintes palavras: "Os laços da espada nos unem, as lides da guerra nos ligam e os braços da Cruz nos abrigam. Irmãos pela Cruz e irmãos pela espada, a nossa missão é sagrada: Santificar o culto do Divino Lenho e aliviar da miséria as viúvas e filhos dos que seguem a nobre profissão das armas. Eis aí o justo fim da sábia instituição denominada Irmandade da Santa Cruz dos Militares".

Em ocasião em que voltava de uma vitória, os paroquianos quiseram preparar-lhe grandes festas e, como a igreja precisasse de reparos, desistiu de qualquer festa, proferindo as seguintes palavras, perpetuadas em lápide, numa igreja do Rio: "Quando o templo de Deus está em ruínas, o soldado brasileiro não aceita festas".

Há outros argumentos importantes para corroborar a nossa afirmação.

Um neto de Caxias, falecido não faz muito, endereçou ao autor deste artigo várias cartas, nas quais afirma os grandes sentimentos religiosos do Marechal. Trata-se do Sr. José Lima Carneiro e Silva. Numa das suas missivas, declarava o seguinte:

"Fiquei muito contente pelas expressivas referências que V. Reyma. fez a meu avô, o Duque de Caxias, como católico praticante até o momento de expirar. Na sua casa de moradia, à Rua Conde de Bopfim, n. 18, Rio, meu avô conservava, com todo o carinho, um oratório, onde todos os domingos era celebrada a missa pelos padres capuchinhos, seus companheiros nas campanhas do Paraguai, nas quais, graças a Deus, ele nunca foi vencido e onde eu, ainda menino, era acolhido. Era hábito antigo todas as pessoas de sua vizinhança assistirem também àquele Santo Sacrifício."

Allás, toda a sua vida foi impregnada de religiosidade.

No apêlo ao povo gaúcho, antes da campanha farroupilha, tinha esta frase: "A Divina Providência, que de mim tem feito um instrumento de paz para a terra em que nasci, fará com que eu possa satisfazer os ardentes desejos do Brasil todo".

Com resignação verdadeiramente cristã, escreve à sua esposa, a respeito do filho que morrerá e das filhas que ainda viviam: "Nossas duas filhas, Deus me deu o tempo de as criar, educar e arranjar. Fomos, é verdade, infelizes com o nosso querido filho, mas que fazer senão contentarmo-nos com a vontade de Deus?"

Descendente de uma família profundamente católica, Caxias deu mostras de uma fé sincera, convicta. Bebera, pois, em fonte limpa, a doutrina de Cristo.

Por isso, nas homenagens que, neste ano, vão ser prestadas a Caxias, devemos dizer com um illustre orador sacro do Rio: "No escrínio dos sentimentos mais íntimos de Caxias como cristão, soldado e patriota, se encontra, como joia de maior valia, diamante do

seio de nossas montanhas, lição fundamental de todas as virtudes religiosas, cívicas e morais, frase escrita a amigo dileto e que deveria ser esculpida nas choupanas das nossas aldeias e no casario de nossas metrópoles:

"POSSUO UM LAR, NESTE LAR UMA CRUZ, UMA MULHER, UMA BANDEIRA; — CRISTO, O MEU DEUS; A DUQUEZA, A MINHA ESPÓSA; A PÁTRIA, O MEU BRASIL."



HEROÍNA DA INDEPENDÊNCIA



MARIA QUITÉRIA DE JESUS

1853 — 21 de agosto — 1953

Homenagem de
"A DEFESA NACIONAL"

MARIA QUITÉRIA

PEDRO CALMON

O centenário do falecimento de Maria Quitéria de Jesus permite que lhe recordemos a incomparável figura. Na galeria histórica do Brasil tem a singularidade de ser a mulher-soldado. Aliá à sorte das armas o ímpeto cívico de uma juventude romântica, na era poética da Independência: tornou-se a musa do patriotismo com uniforme regulamentar, o gênio da Liberdade com a sua barretina de infantaria e baloneta lampejando na mão varonil. A lenda retirou-a da verdade fria dos fatos para lhe cingir de loiros a fronte moça e recomendá-la à veneração do futuro, como um símbolo, uma força, um retrato. Deu-lhe à imagem rústica — de pequena sertaneja — um reverbero místico, de Jeanne d'Arc; circundou-lhe o vulto elegante com a auréola do anjo armado; iluminou-a com o esplendor da epopéia, desumanizando-a numa carinhosa deformação. Passou a confundir-se com as abstrações comemorativas. Tinha a fluida realidade de uma heroína no quadro autêntico da mais bela das guerras, que é sempre a guerra em que a nacionalidade se define. Pensávamos, a seu respeito, noutros casos de mulher que luta pela pátria, que por ela se mete no clarão das batalhas ou as domina com a sua inspiração fabulosa. Cada país possui um tipo assim, de avó militar da nação, de rapariga incendiada pelo entusiasmo da grande causa, capaz de matar — leão irritada — para que os filhos vissem. São alhures expressões delicadas do sentimento público, que se revestiram da ingênua violência de uma paixão superior à timidez do sexo, às condições das

pessoas, à pobre contingência humana. Maria Quitéria reúne estes predicados representativos: é o povo mobilizado, a fúria popular na sua explosão lírica, no seu requinte delicado e gracioso, portanto irresistível. E todavia verídico.

Deve-se a Pereira Reis, poeta de sonoro estro, a quem Afrânio Peixoto chamou uma vez "neto espiritual de Castro Alves" a campanha de que resultou a celebração deste centenário. E também a biografia, que a completa. Até aqui andava mal estudada, no vago debúcho de ensaios sem pesquisa documental, ou acentuadamente literários, a gloriosa voluntária do batalhão de Periquitos, cuja efígie — com a memória de seus feitos — continuava a ser a que Mary Graham divulgou no seu livro de viagens: tósca, pitoresca na farda intempestiva, que era o saiote escossês combinado com a túnica reuna, o galão de alferes que lhe concedeu o Imperador e ao peito sólido a fagulha de ouro do Cruzeiro do Sul, medalha com que foi então agraciada.

Não a visse a inglesa, com a malícia do seu "diário", e ninguém hoje falaria de Maria Quitéria, tal o silêncio que antes e depois lhe escondeu o nome. A amiga de Cochrane coube o gesto de solidariedade feminina que a salvou para a posteridade. E possivelmente mais. Talvez o aperfeiçoamento daquela extravagante indumentária, tão britânica, no pormenor da saia escossesa.

Maria Quitéria já não era uma moçoila inexperienced ao enganar-se, travestida, no batalhão cachoeirano do major José Antonio da Silva Castro, o "Periquitão". Um

papel revelado por Fernando Alves (Anais do primeiro Congresso de História da Bahia, 5º tomo, p. 278) lhe fixa a idade: em 1802, ao perder a mãe, cujo inventário se abriu por esse tempo em Cachoeira, tinha dez anos. Transpunha os 29, portanto, quando, nos últimos dias de 1821, a agitação nativista bateu à sua porta. A circunstância de não ser menina-e-moça, arrebatada de inocentes cóleras, mas mulher feita, que conscientemente se alistava para o combate, em nada lhe prejudica o panegírico. Ao contrário, dá-lhe nitidez, seriedade, intenção. Saiu deliberadamente à guerra, numa hora de emoções deslumbrantes: e, quanto pôde, disfarçou-se, homem entre os homens, para ter até o fim o direito de brigar. Não sabemos quando, surpreendida no seu segredo, deixou de enganar os camaradas do regimento, e passou a usar o traje curioso que Mrs. Graham descreve: "espécie de avental curto, de lã, que ela me disse haver copiado de uma gravura representando um *highlander*, porque bem se adaptava a um traje militar feminino...". O fato é que, na entrada do exército pacificador na Bahia, em 2 de julho, foi especialmente festejada, coroando-a as ursulinas da Soledade com um diadema de flores. Exatamente essa celebridade induziu o comandante supremo, Lima e Silva, a enviá-la ao Rio de Janeiro, onde recebeu as

homenagens narradas pela noticiária de "Journal of a voyage to Brasil" e, a 20 de agosto do mesmo ano, o sôldo de alferes de linha.

Em seguida, um olvido ingrato lhe obscureceu a vida, que nunca mais se reanimou ao sôpro de um acontecimento. Prestara o seu serviço, estourara o preconceito com a veemência do seu episódio, voltara à humildade dos pátrios campos, onde, em lar modesto, a existência sem fortuna e sem felicidade seria um permanente crepúsculo — depois de sua manhã de luz, ao sol de Dois de Julho — e morreu esquecida. Dessa injúria do tempo é que a retira o reconhecimento do Brasil, com a coligação de suas energias morais, a sensibilidade e a justiça do povo, a voz do Exército. Não podíamos deixar na penumbra do inverossímil, em que se misturam mitos e reminiscências, a brasileira Maria Quitéria de Jesus, com a sua medalha de heroísmo e a sua farda debruada de verde, tal como a apoteose da Independência a conheceu, apesar de tudo feminina, espontânea, faceira, no seu perfil caboclo de mulher às direitas. "As feições de Maria, notou Mary Graham, especialmente olhos e testa, têm marcados traços indígenas". Os bahianos — desde 1823 — personificaram na linda cabocla do seu préstito alegórico a própria Pátria. Sejamos compreensivos. Maria Quitéria se parecia com ela.

EXPRESSO JOINVILLENSE LTDA.

TRANSPORTES DE CARGAS, BAGAGENS E MUDANÇAS

MATRIZ — JOINVILLE — RUA ABDON BATISTA, 342 — FONE, 246
End. Teleg. : "JOINVILLENSE"

FILIAL — SÃO PAULO — RUA SACRAMENTO BLACKIE, 82 — FONR, 9-36-98
End. Teleg. : "JOINVILLENSE"

AGÊNCIAS E FILIAIS

RIO DE JANEIRO — RUA SACADURA CABRAL, 191 — FONE, 23-4-250

CURITIBA — RUA DR. LAMENHA LINS, 71 — FONE, 1031

PORTO ALEGRE — RUA COM. AZEVEDO, 76 — FONE, 2-46-16

LAJES — RUA GETULIO VARGAS, 10 — FONE, 07

ITAJAI — RUA HERCILIO LUZ, 68 — FONE, 387

FLORIANÓPOLIS — RUA ALVARO DE CARVALHO, 2 — FONE, 1677

BLUMENAU — RUA BOA VISTA, S/N. — FONE, 1302

UNIAO DA VITORIA — RUA FLORIANO PEIXOTO, 531

(N. 13)

DOCUMENTOS HISTÓRICOS SOBRE MARIA QUITÉRIA DE JESUS

Aviso Ministerial n. 408, de 11-V-953 :

"Considerando : a) que Maria Quitéria de Jesus, sertaneja humilde, na hora crucial da Independência, com o pensamento voltado para a Pátria, abandonou tudo que era sua vida e assentou praça no Exército, no "Batalhão Voluntários do Príncipe", tornando-se a primeira mulher que assentou praça numa unidade militar, em terras do Brasil ; b) que Maria Quitéria de Jesus, na sua qualidade de praça, de armas na mão, participando de combates em Pituba, em Itapuã e na Foz do Paraguaçu, mereceu as mais honrosas citações de bravura, de valor e de intrepidez, sagrando-se a maior formação de heroísmo feminino do Brasil ; c) que Maria Quitéria de Jesus, em virtude de sua bravura manifestada no campo de luta, recebeu as honras de 1º cadete, que lhe foram concedidas pelo general Pedro Labatut, comandante do Exército Imperial Nacional e Pacificador ; d) que a 20 de agosto de 1823 o Imperador D. Pedro I, concedeu a Maria Quitéria de Jesus, por sua atuação em defesa da Pátria, nas lutas da Independência, o sôlido de "Alferes de Linha" e a condecoração do "Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro" ; e) que a 21 de agosto próximo se completará um centenário da morte da grande heroína brasileira Maria Quitéria de Jesus ; f) que é dever do Exército cultuar os seus grandes nomes e manter a tradição de seus mais dignos heróis, como exemplo às gerações atuais e às que estão por vir, resolve : 1 — o Exército Brasileiro comemorará com solenidades especiais o dia 21 de agosto de 1953, em que se completa o 1º Centenário da morte da gloriosa Maria Quitéria de Jesus. Os comandantes de Guarnições ficam incumbidos de coordenar as comemorações em suas respectivas jurisdições, entrando em ligação, sempre que possível, com as autoridades civis, para maior brilho das homenagens ; 2 — Em todos os estabelecimentos, repartições e unidades do Exército, no dia 21 de agosto de 1953, será inaugurado o retrato da heroína Maria Quitéria de Jesus, que a Secretária Geral do Ministério da Guerra a todos expedirá, com a necessária antecedência ; 3 — No Ministério da Guerra, na mesma data e em solenidade a cargo da Secretária Geral, será inaugurado, na galeria de retratos do 10º andar, o retrato oficial, a óleo, da insigne patriota e heroína da Independência do Brasil.

* * *

Certidão de óbito de Maria Quitéria de Jesus cedida pelo professor Pereira Reis Junior.

Transcrevemos abaixo, dado o seu valor histórico, cópia da certidão de óbito de Maria Quitéria de Jesus :

"No dia vinte e hum de Agosto de mil oitocentos e cincoenta e três, nesta freguezia de Sta. Anna do Sacramento da Bahia, tendo recebido os socorros espirituais, faleceu de inflamação do fígado, com a idade de cincoenta e seis annos, Maria Quitéria de Jesus, que tinha pôsto de Alferes e vencia soldo, a qual decentemente amortalhada, com enterro acompanhado pelo Parocho de Pluvial e Sacristão, sepultou-se no Cemitério contiguo á Igreja Matriz e para constar fiz este assento em que me assino, Cônego Joaquim Cajueiro de Campos, Vigário Collado. (ass.)"

FUNDAÇÃO DO PRESÍDIO DE MIRANDA

Pelo General SILVEIRA DE MELLO

Ricardo Franco, como vimos, foi nomeado, em 1797, comandante-chefe da fronteira do Rio Paraguai. Havia ali apenas duas guarnições, Coimbra e Albuquerque, ambas na margem direita do grande rio. Este comando de fronteira abrangia a região meridional da Capitania, dentro e fora das margens do Paraguai. Ricardo Franco, então Tenente-Coronel, assentou seu P.C. em Coimbra, assumindo cumulativamente o comando deste Presídio. O Tenente Francisco Rodrigues do Prado, que o comandara de 1792 até aquele ano, foi deslocado para o Mondego, a fim de escolher posição para o novo presídio que, consoante ordens do Capitão-General, devia construir e comandar naquele rio.

Várias expedições e tentativas haviam sido feitas neste sentido. Ambos os dois ramos do Mondego, antigo Mbotetel, eram conhecidos por seus campos magníficos, desde os tempos de Irala. Em seu curso superior, havia-se estabelecido a antiga Santiago de Xerez e, bem assim, algumas reduções jesuíticas, que, uma e outras, vieram a ser destruídas pelos bandeirantes. Estes sertanistas mantiveram também nessa região, mais tarde, nos fins do seiscentos, provavelmente no Aquidauana, um acampamento entrincheirado, para pesquisa de prata na Serra de Maracajú.

Para os aquidauasenses, Xerez estaria situada na margem direita desse rio, ramo norte do Miranda, a uns 12 km abaixo da cidade de Aquidauana. Diz A. Leverger, em seus "Apontamentos", que, pouco abaixo da foz do Uacôco, no Aquidauana "é que o explorador João Leme do Prado, em 1776, supõe ter

descoberto os vestígios da antiga povoação espanhola de Xerez..." De fato, ali se vêem restos de alicerces e tijolos que assinalam a existência de antigo povoado. Disso dá testemunho o General Rondon ao ensejo de passar por ali na construção das linhas telegráficas. É ali também que a situa Virgílio Corrêa Filho em seu livro *Mato Grosso*.

Os mirandenses, por seu lado, reivindicam para o rio de sua cidade a primeira posição ocupada por aquela vila castelhana. Alegam que Rui Diaz Melgarejo a fundou ali em 25 de julho de 1580, no mesmo sítio onde se construiu o antigo presídio e a cidade de hoje.

Tanto uma como outra das duas cidades têm razão em reclamar Xerez para o rio do seu nome, pois, é sabido que o antigo povoado castelhano mudou de posição, pelo menos uma vez. Teria sido fundado, em 1580, por Rui Diaz Melgarejo, a mandado de João de Garay. Ou por não oferecer esperanças de progresso, ou, segundo outros, por ter sido assaltado pelos índios, foi abandonado pelos castelhanos.

Rui Diaz de Guzman, tendo estabelecido nova Xerez, em 1593, segundo Paulo Groussac (1), nas vertentes do Ivinheima, resolveu mudá-la, logo depois, talvez em 1795, para o Mbotetel, região do Itatin. Os antigos mapas, inclusive o de 1612, atribuído a Guzman, a localizam no ângulo interno formado pelos Rios Aquidauana e Miranda. Nessa antiga vila castelhana, Guzman fixou residência e nela sua esposa e filhos permaneceram muitos anos (2).

(1) *La Argentina*, desse autor.

(2) *Idem*, *idem*.

Os jesuitas fundaram mais tarde, nessa região, situada entre o Miranda, o Aquidauana e a Serra de Maracajú, quatro reduções, que muito prosperaram. D. Luis de Céspedes, ao descer de S. Paulo para Assunção, a fim de assumir o governo do Paraguay, passou por Guaira e visitou Xerez e aquelas reduções. Logo a seguir, porém, os bandeirantes, ao avançarem para oeste, tudo ali destruíram, entre os anos de 1632 e 33.

Ao tempo de Ricardo Franco no comando do Forte de Coimbra, em carta de 1797 (3), escreve ao governador da Capitania: "...prezentemente meditação os castelhanos afazendarem-se nos ditos terrenos. Creyo que com projecto de reedificar a antiga Cidade de Xerez, da qual inda se vê esteyos, laranjaes e duas cruzeiras não longe de hum dos braços do Imboteteu ou Mondego..." Como se vê deste tópico, Ricardo Franco não precisou em qual dos dois ramos do Mbotetei estaria a velha Xerez.

Parece razoável, pois, admitir que as ruínas existentes no Rio Aquidauana correspondam a uma das fundações de Xerez ou a uma das quatro reduções jesuíticas ali estabelecidas.

Na posição escolhida no Rio Miranda, em 1797, por Francisco Rodrigues do Prado, para assento do presidio, parece, encontraram-se também vestígios de uma das fundações castelhanas daqueles velhos tempos.

Bem avisado andou Rodrigues do Prado na escolha do local para o novo presidio, pouco acima da foz do arroio Salobra. Faz ali o Rio Miranda uma inflexão para a esquerda, mudando ligeiramente a direção, de norte para noroeste. Apresentava-se, portanto, a posição nas melhores condições para vigilância e cobertura da fronteira sul da Capitania. De fato, esse curso de água oferece boa linha de defesa e de comunicações, pois liga-se francamente ao Rio Para-

gual e avança para o sul, oferecendo navegação até Forquilha. Já Leme do Prado, como vimos, por ali enveredara em 1776, em busca de uma posição defensiva e de terrenos para agricultura. Desse reconhecimento, mandado proceder por Luis de Albuquerque, teria ficado notícia nos arquivos de Villa Bela e no Presidio de Coimbra. Todavia, o Capitão-General, naquele tempo, preferiu localizar o núcleo de colonização que pretendia, não em águas do Mbotetei, mas quase em frente à embocadura dele, ao pé do morro de Albuquerque, do qual tomou o nome, porque ali se prestava melhor, no momento, ao apoio de Coimbra.

Quando, porém, em 1797, o novo governador, Caetano Pinto, volta a cogitar, e então com redobrada instância, de uma posição pelo Mondego a dentro, é no Miranda, e não no Aquidauana, que o Tenente Francisco Rodrigues do Prado vai localizá-lo, seguindo talvez os passos do capitão-mor das conquistas, que por ali o precedera 20 anos. Aquêle oficial que durante cinco anos comandara o Presidio de Coimbra, devia ser conhecedor dessa região, se não por conhecimento próprio ao menos por informações dos guaiecurus, seus amigos, que eram senhores dessa vasta região de campos.

Rodrigues do Prado não teve dúvidas de que o local sobre todos preferível seria ali, na ligeira inflexão do rio, e nesse ponto pôs os fundamentos da estacada que se chamou, não do Mbotetei, Guachis, ou Mondego, nem de Mareco, como quis Caetano Pinto, mas de Miranda, em homenagem ao Capitão-General, nome este que prevaleceu também para o rio, dali em diante.

Não se conhece, ao certo, a data exata da fundação do Presidio de Miranda, Rodrigues do Prado, a 11 de agosto, deixara o comando de Coimbra, ao chegar ali Ricardo

(3) *Arquivo Histórico de Cuiabá*. Falta referência nesse doc. ao dia e mês daquele ano.

Franco para assumi-lo (4). A ocupação defensiva do Mondego, nesse tempo, estava de fato deliberada, mas não havia recebido ainda a palavra de execução. Foi em virtude da informação chegada a Coimbra de que D. Lázaro de Ribera, governador do Paraguai, preparava nova expedição para enviá-la ao Mondego contra os guaicurus, que Ricardo Franco decidiu apressar a partida de Rodrigues do Prado para o desempenho daquela comissão. Em officio de 30-9-797 (5), assim se exprime aquêlê chefe ao governador da Capitania:

Esta consideração me obrigou a apresentar logo esta importante delig^a. de que quis encarregar com a maior efficacia e empenho o Ajudante Francisco Rodrigues do Prado, do qual os distintos talentos são bem conhecidos de V. Ex^a., que, unidos aos grandes conhecimentos q' tem dos Indios Uaicurus e a confiança q. esta nação faz delle, julgo que V. Ex^a. achou nelle omais habil e próprio official p^a. desempenhar aquella importante comissão. A copia inclusa hé a ordem que levava p^a. esta diligencia, aque ajuntei tres copias das ordens q. tive a honra de receber de V. Ex^a. em 19 de Agosto, 2 e 3 de Julho do prezente anno, p^a. com ellas fazer hum todo p^a. sua guia einstrução dequanto V. Ex^a. me determinou ensinuou.

Dias depois, outro officio de Ricardo Franco, de 9-10-797 (6), traz êste tópicô:

Estando apartir na manhã do dia 5 do prez^e. mez a expedição p^a. o Emboteteú...

O que dá a entender que a expedição partira para o Mondego na manhã de 5 de outubro. Acon-

teceu, porém, que nessa manhã chegou a Coimbra um alto emissário do govêrno de Assunção para tratar de assuntos relacionados com o policiamento da fronteira sul. Essa ocorrência teria demovido Ricardo Franco a retardar a partida de Rodrigues do Prado para fazê-lo participar das conversações com o visitante castelhano. Ricardo Franco, na resposta que envia por êste ao governador assuncenho, di-lhe em officio de 6-10-797 (7):

...está a partir para o Rio Mondego o Ajudante Francisco Rodrigues do Prado com o destino de cohibir os Capitaens Uaicurus que cometão hostilidades contra os Estabelecimentos dessa Provincia.

Havendo o visitante castelhano, regressado, no dia 7, a Assunção, sem mais demora, nesse mesmo dia ou no dia immediato, teria partido Rodrigues do Prado para o Mondego. Pelos dizeres seguintes de Ricardo Franco, em officio de 18-10-797, ao Capitão-General, têm-se a certeza de que a expedição do Mondego já havia tomado o seu destino:

Polvora Francisco Rodrigues levou quatro arrobas emeya... também levou a bigorna, folle e torno de ferreiro... (8).

É evidente, pois, que esta expedição, que estava a partir na manhã do dia 5, deteve-se ainda em Coimbra, mas partiu efetivamente assim que o emissário castelhano zarpou, no dia 7, para Assunção.

A vista dos fatos não temos dificuldades em concluir que já no dia 8 as canoas de Rodrigues do Prado subiam o Rio Paraguai. Dois dias e meio até a foz do Mondego, cinco dias daí à bôca do Salobra, mais cinco ou seis de conhecimentos locais eram o bas-

(4) Virgílio Corrêa Filho, *Ruínas*, III, 138.

(5) *Arquivo Histórico do Cutabá*.

(6) *Idem*.

(7) *Idem*.

(8) *Idem*.

tante para haver podido realizar a escolha da posição.

Aliás, não lhe teria sido difícil tomar essa resolução acertadamente. O reconhecimento do Miranda por Leme do Prado, em 1776, as notícias de sertanistas e informações de índios conhecedores daquela região, teriam subministrado a Rodrigues do Prado elementos para ajuizar dos vários trechos do rio e prever onde, pouco mais ou menos, seria conveniente a instalação do presidio. Talvez, durante os anos que estivera em Coimbra, se teria aventurado a excursionar por aqueles rios. Se tal não aconteceu, ter-se-ia valido dos guaiurus, que, de continuo, vagueavam por aquelas regiões, muitos dos quais já se tinham mudado para ali, fugindo às perseguições do Coronel Espínola. Outrossim, não seria descabido que já tivesse enviado canoas de patrulhamento por aqueles rios, ao saber das incursões que por ali fizera aquêle Coronel castelhano. E de que o fizera, dá testemunho o officio de 3-6-797 (9) que dirigiu ao Capitão-General, informando-o do envio de um reconhecimento àquelas paragens.

Tendo em conta as notícias dessas várias fontes de informações Rodrigues do Prado, com uns 15 dias de viagem e de reconhecimentos, ter-se-ia decidido pelo sítio onde resolveu assentar o presidio. Ali desembarcou, acampou e deu começo à construção da estacada, a que Ricardo Franco mandou dar o nome de *Miranda*, apelido do Capitão-General (10).

Ignora-se o dia exato da fundação do presidio. De todos os estabelecimentos matogrossenses da era setecentista é talvez este o único cuja ata ou termo de fundação ignoramos. Certamente, como nos mais casos, Rodrigues do Prado o teria lavrado. Todavia, nenhum dos antigos cronistas de Cuiabá e Vila Bela o menciona. Também

nenhum dos modernos historiadores matogrossenses faz referência a qualquer documento desse género e nenhum deles indica, ao menos, a data de fundação do presidio. Nada encontrei de positivo a esse respeito no Arquivo cuiabano.

Podemos raciocinar, todavia, que Rodrigues do Prado, havendo chegado, por volta de 15 de outubro, à altura do Salobra, lá pelo dia 20 já teria ultimado os reconhecimentos e desembarcado. Dez a doze dias seriam suficientes para a desmatção e limpeza do terreno. Logo a seguir, como era do estilo, para assinalar o início dos trabalhos, o comandante da expedição teria plantado a primeira estaca da palissada e hasteado o pavilhão das quinas. Pode-se, pois, sem engano, considerar realizada a fundação do presidio nos primeiros dias de novembro.

Esta assertiva encontra bom fundamento. Na Mapoteca do Itamarati existe uma ficha, a ilustrar o mapa de 1 de setembro de 1811 do Presidio de Miranda, na qual se lê que Rodrigues do Prado, despachado de Coimbra pelo Tenente-Coronel Ricardo Franco para fundar essa praça de armas, lançou-lhe os fundamentos a 3 de novembro de 1797. E, outrossim, que esta data fôra escolhida a propósito por coincidir com o primeiro aniversário da chegada de Miranda Montenegro à Vila Bela, e, ainda mais, que o sobrenome — *Miranda* — do Capitão-General foi imposto como nome ao novo presidio por determinação de Ricardo Franco.

Ora, nada mais razoável teria ocorrido a Ricardo Franco que comemorar essa efemeride daquele chefe dedicado e amigo de seus oficiais com a celebração de dois importantes acontecimentos para a Capitania: a implantação da pedra fundamental do Forte de Coimbra e da primeira estaca da nova palissada no *Miranda*.

(9) Idem.

(10) Virgílio Corrêa Filho, *Ratas*, III, 138.

Nessas condições, três motivos nos induzem a fixar a fundação do Presídio de Miranda a 3 de novembro de 1797. Primeiro, o raciocínio que fizemos nos levou a essa fundação nos primeiros dias de novembro. Segundo, a ficha da Mapoteca do Itamarati consigna-lhe o dia 3. Terceiro, este dia coincidia com aquela efeméride do Capitão-General; por conseguinte Ricardo Franco pensou acertadamente em prestar-lhe, nessa data, aquela dupla homenagem (10a).

Cerca de dois meses depois, em carta de 27-12-797, Rodrigues do Prado informa que a taipa do presídio foi iniciada a 22 de dezembro (11). Com a palavra taipa quereria significar a socadura da terra entre as duas ordens de estacas paralelas que formavam o parapeito ou muralha.

O presídio foi ereto sob a invocação de N. Senhora do Carmo, sob cujo padroado já o haviam sido Coimbra e Albuquerque. O triângulo estratégico do sul da Capitania ficava, assim, todo ele, sob o patrocínio da Virgem do Carmo, que tantas maravilhas havia de operar em prol de Coimbra, seu P.C. favorito.

Em 1779, um ano e meses depois de começado, e ainda em construção, o Presídio de Miranda foi invadido por grande enchente do rio e teve de ser abandonado e transferido para uma pequena colina a 200 braças do sítio primitivo. Lê-se esta notícia na carta

de 5 de março de 1799, de Ricardo Franco a Rodrigues do Prado:

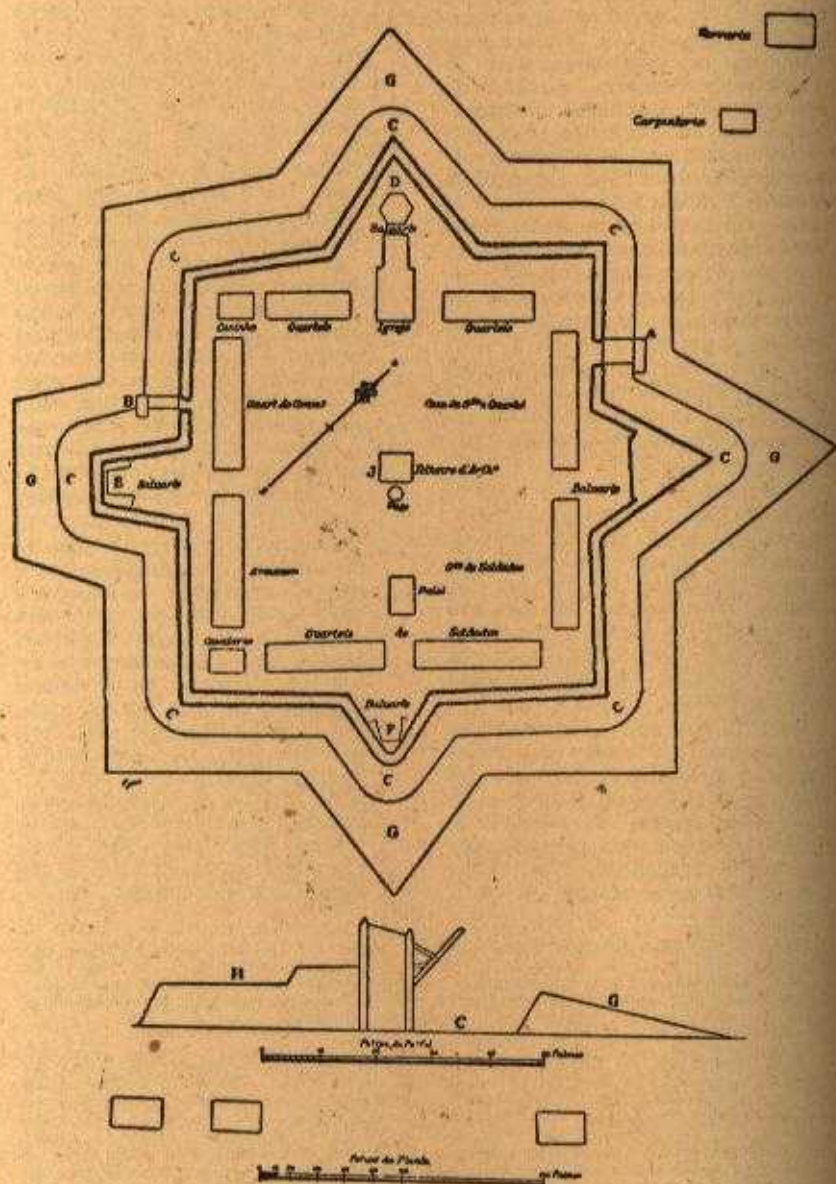
Recebi o seu officio de 26 de fev^{ro}. passado, e segundo V. Mce. me comunica, não posso deixar de acompanhá-lo no justo sentimento edesprazer dever (de ver) lansado por terra o resultado das activas fadigas cassidu-o trabalho de mais de hum anno que asua notoria actividade hia chegando asua ultima perfeição: São casos imprevisitos, que aprodencia humana não pode acau-tellar; maior mente quando similhantes obras, em hum terreno des conhecido são fundadas, segundo informação, digo as informações de Indios sempre faliveis emuitas vezes suspeitozas, nascidas ordinariamente dasua feros des confiança, pouca sinceridade e sinistros fins.

Com effeito dezoito palmos de altura perpendicular na cheya deste anno, sobre o nivel da do passado anno podia deixar logo que se elevou acima, dos fundamentos dessas ainda frescas taipas, de arruinallas, ea inda pr. qe. muitas vezes não são asterras as melhores, p^o. similhantes obras; O espediente que V. Mce. tomou, de transferir esse Prezidio para ovezinho, emais elevado lugar que achou pare-ceme ounico e mais proprio em similhante extremidade. (12).

(10a) Quando publiquei pela primeira vez, no *Jornal do Comércio*, de 22-III-953, este trabalho, ainda não havia tomado conhecimento do mapa do Presídio de Miranda de 1 de setembro de 1811, nem da ficha a que me referi. Nestas condições, retifico as conclusões que ali apresentei por ter chegado a estas novas conclusões, muito mais razoáveis e exatas.

(11) Virgílio Corrêa Filho, *Raízes*.

(12) Rodrigues do Prado, ao findar o ano de 1802, melhorou as obras do Presídio, consoante os dizeres do seu officio de 11-9-802: "Sendo a melhor prática cuidar-se na Fortificação no tempo da paz, para na occasião da Guerra se obrar-se contra o inimigo: fico fazendo huma Estacada pela parte de fora para entre ella e a antiga taipa encher de faxina e terra socada: ficando assim amuralha com nove palmos de grosso e vinte de alto, e o fouço com vinte e quatro de largo: fortaleza bastante contra os inimigos, que não poderão trazer por caminhos trabalhosos artilharia de mayor calibre; mas hé perceo monunciamiento de Guerra e boca para trez Mezes, tempo em que poderão chegar aqui os tardos socorros do Cuyabá; temo mostrado a experiencia de quase hum anno que a agua do poço, que está no centro da Praça não se contrôpe e que hade chegar, ajudada com as das chuvas, que para elle se recolhem e são quase continuas... A Capella fica-se immadeirando por cima, e não poderá muito a concluir-se".



Planta do antigo Presidio de Miranda, de 1 de setembro de 1811

Já se fazia sentir necessária uma posição defensiva no Miranda superior. O lugar em que Rodrigues do Prado a fundou era realmente o mais aconselhável. No Aquidauana não estaria bem, porque deixava aberta aos adversários a navegação de todo o Miranda, desde Forquilha até a foz. Ao revez, plantado ali onde o construiu Rodrigues do Prado, teve o mérito de desempenhar duplo destino: prevenir a infiltração castelhana até o Camopó, de onde ameaçaria Cuiabá, e barrar, desse lado Miranda abaixo, qualquer expedição de envolvimento a Albuquerque e Coimbra.

De fato, a inexistência de uma posição defensiva naquele curso de água deixaria abertas aos castelhanos duas portas de invasão: uma fluvial, pelo Miranda, inci-

dindo à retaguarda de Albuquerque e Coimbra; outra, terrestre, cortando o Rio Aquidauana, rumo a Camopó. Se fosse construída essa posição no Aquidauana, teria coberto o acesso a Camopó, mas deixaria livre aos castelhanos o curso do Miranda, a cujo trecho superior navegável poderiam chegar por terra e dali descer por balsas e canoas até o Rio Paraguai.

Pela correspondência de Ricardo Franco, verifica-se que os castelhanos, apoiados no Forte de São Carlos de Apa, preparavam, no começo de 1797, uma progressão para o norte, a fim de ocuparem outras posições, uma das quais na margem leste do Rio Paraguai, frente ao Forte Borbon, e outra, a que davam particular interesse, no Mbotetê, com o propósito de conter as incursões do guaicurus e

Quatro anos depois, em 1806, o novo Comandante, em vista dos desgastes sofridos pela estacada, em função das chuvas, propõe a sua reconstrução. Ricardo Franco, consultado a tal respeito, manifestou-se nos seguintes termos: "... trabalhando-se há mais de oito annos naquella Forte, primeiro as taipas que pela insuficiência das terras as aguas arruinavam totalmente; e depois, e até o presente em Madeiras, as quaes não foram communicando por serem das quasi incorruptíveis do Brazil porém já são raras estão longe e custão a conduzir as madeiras de 30 palmos de comprimento que são os que se empregam naquelles dos recintos paralelos para que o intervallo aterrado e com faxina sirva de muralha que tenha alguma grossura para resistir ao impulso da artilharia inimiga o que além de demandar muitos mil paos, sempre pelo intervallo delles a terra say quando passa fora vem a intulhar o fosso, sendo assim susceptível de um continuado trabalho alem da ruina annual dos madeiros empregados. Avista destas poderosas reflexões determinei ao mesmo Comandante que examinasse um capão alto que está por detraz do Prezidio coiza de hum tiro de espingarda que me dizia ter muita pedra, e bastante tapanuá canga e agua constante de huma Bahia ou sangrador e chamados no meu quartel alguns grageos e Pedestre prauços no paz todos concordarão na existencia de agua pedra e pouca distancia do actual Prezidio, acontecendo mais que este, no cazo de um sitio, só tem agua de um posso, essa pouca, a qual em poucos dias se acabará, o que não succede com a indicada Bahia; de vendo-se ainda ponderar que os actuaes quarteis todos estão em ruina, pedindo uma total reforma. Razões assaz pungentes para se transferir para o lugar daquelle Capão o Prezidio de Miranda, para construir de pedra com hua figura regular, e com uma duração, e solidez incomparavelmente preferivel a construção de estacadas, que não duram, não resistem as peças de calibre oito; não pode ter hum poço competente, nem as alturas necessárias; E alli está a pedra na mesma obra. A sua condução pouca e de menos custo, e despeza do que os madeiros conduzidos de longe. E no cazo de que a V. Exa. assim pareça justo, eu devo chegar aquelle Prezidio, para se delinear um forte quadrado, e regular, não tão grande como o forte do Principe, mas proporcional ao lugar, distancia, menor despeza pocivel esperando eu emfim que aquelle comme me remeta mais positivas informações, das quaes darei a devida parte a V. Exa." (of. de 11-9-806).

Não consegui apurar qual a solução que se teria dado à proposta de Ricardo Franco. A ocasião não oferecia facilidades para obras dessa envergadura. A Capitania estava em paz e sob uma Junta de Governo de Sucessão. Conclue-se pois, que a estacada permaneceu no antigo local e nas mesmas condições tal qual se vê no desenho de 1 de setembro de 1811, existente no Arquivo da Diretoria de Obras e Fortificações do Exército, e na Mapoteca do Itamaraty. Assim a descreve Leônicio Ferraz em "Fortificações de Mato Grosso": "Um reduto quadrangular, fechado por uma trincheira de terra socada entre duas estacadas, com banquetas e um fosso que o circundava".

forçar a evacuação de Coimbra pelos portugueses (13).

Vê-se, portanto, que a escolha de Miranda e sua ocupação militar, se não chegou tarde, chegou no momento exato, que correspondeu, em tudo, ao seu destino histórico, qual foi a defesa e incorporação do sul de Mato Grosso. Lázaro de Ribera já encontrara fechada essa via de acesso, em 1801, e, por não ter empreendido por ali, como deveria, um ataque desbordante ou simples diversão, combinado com as operações que realizou Paraguai acima contra Coimbra, deixou à mercê de Rodrigues do Prado o itinerário pelo qual este se lançou contra o fortim S. José do Apa e o destruiu. Foi também por ali que irrompeu a cavalaria paraguaia, em 1865 e que a Força Expedicionária Brasileira, avan-

cando loucamente, em 1867, até Laguna, realizou sua memorável marcha retrógrada.

Desempenhou, pois, Miranda, velho Presídio e antiga povoação, o seu papel militar e político. Resta agora à cidade de Miranda, sucedânea daquelas formações históricas, pagar uma velha dívida e pleitear uma reivindicação. Para resgate da dívida, ergam os mirandenses no sítio do antigo presídio um monumento ao seu fundador, o intrépido e generoso Capitão Francisco Rodrigues do Prado.

E para reconquistarem à velha cidade seus foros de praça de armas, insistem porque se restabeleça ali a guarnição militar que por mais de um século estacionou naquela posição, à margem do antigo Mbotetefi.

(13) Ricardo Franco, em "Memória sobre a Capitania...", diz textualmente: "estabelecimentos (do Apa) que lhes abriram fáceis passos para o ano de 1791 em duas diversões e hostis expedições ao Rio Mondego e a pretenderem estabelecer-se no mesmo lugar em qu V. Ex^a mandou fundar Miranda aonde estariam já, a não serem tão providentemente prevenidos, ou ainda mais adiante nas 20 léguas que penetraram com mão armada daquela pais".

COMÉRCIO E INDÚSTRIA

GERMANO STEIN S. A.

Caixa Postal, 52 — JOINVILLE — Rua Cruzeiro, 35
SANTA CATARINA — BRASIL

Telegramas Matriz e Filiais: "STEIN"

FILIAIS:

FLORIANÓPOLIS — Rua Cons. Mafra, 47 — Caixa Postal, 80
BLUMENAU — Rua 15 de Novembro, 54 — Caixa Postal, 165
SÃO FRANCISCO DO SUL — Rua Fernandes Dias s/n. — Caixa Postal, 33

MAFRA — Rua Felipe Schmidt, 2 — Caixa Postal, 4
CANOINHAS — Rua Major Vieira, 42 — Caixa Postal, 39
PORTO UNIÃO — Rua 7 de Setembro s/n. — Caixa Postal, 86
JOAÇABA — S.C. — Av. Rio Branco s/n. — Caixa Postal, 161

ESCRITÓRIOS:

RIO DE JANEIRO — Rua da Quitanda, 163-Sala 102/3 — Caixa Postal, 2294 — Fone, 43-6740 — End. Telegr.: "ICEBERG"

(N. 11)

MONTE CASEROS E O FUZIL DE AGULHA

Por A. Barão ENGELHARDT.

Tradução e comentário pelo General KLINGER.

II

Ainda não ouve tempo de produzir efeito a minha comclamasão aos estudiózos para esclarecimento terminante da cestão de aver, ou não, a nósa "FEB" no PRATA, em 1851-52, utilizado o fuzil de agulha, no peceno contimjente da Lejião Alemã ce partisipou, com reconhecida efisiêmsia, em MONTE CASEROS ou MORÓN. Maz, depoes de escrito o artigo presedente, nóvas axegas me acorreraom, comquanto, forsa é reconheser, ainda não córtém a cestão.

Foraom élas: 1) investigasão a ce prosedi, em diversás frentes; 2) nóva carta do barão ENGELHARDT, provocada por uma ce lhe dirijia Albert SCHMID (o A. do "Die BRUMMER"), na cual este lhe lembrou ce o major von LEMMERS-DANFORTH, em seu livro, comsoante a minha tradusão feita para a Biblioteca Riograndense, taombém se refêre ao fuzil de agulha, de ce teria sido armado acele contimjente de lejiônários; 3) uma publicasão do Dr. Gustavo BARROSO, diretor do nósó Museu Istórico, relativa á armaria dese estabelesimento, incluzive, poes, da época em caoza.

Vejamos os rezultantes aditamentos.

1. Por feliz acazo, o maes antigo "Relatório" imprêso do nósó Ministério da Gérra, "aprezentado á Asembléia Lejizlativa", ezistente no Arcivo do Ezérsito e na Biblioteca do Ezérsito, do ano de 1853 (datado de 12-V e asinado pelo ministro Manoél Felizardo SOUZA E

MÉLO), poriso colijido da vida do Ezérsito no ano anterior, traz referêmsias ao nósó armamento em caoza; e porcê o "fuzil de agulha" ali não é memsionado, lsito é comcluir ce não no posuamos, sem o ce tão relevante fato não teria deixado de mereser destacada, clara, memsão.

Respigemos ese relatório.

Do seu intróeto comsta: "...A transformasão das armas de pederneira (subentende-se: em armas de percusão sobre capsula de fulminato) tornou prezisa a ofisina de espoletas ou capsulas: o mecanizmo complêto se axa montado e tem trabalhado com proveito... Na Fortaleza da COMSEISÃO está estabelesida a fabrica de comserto de armas; a éla se incumbiu a transformasão das ce ainda oje se uzaom na trópa."...

... "A uma companhia de cada batalhão de infantaria de linha ce se axa na provimsia do RIO GRANDE DO SUL ordenei ce se dêse a arma do sistema THOUVENOT (sic) e dos batalhões da Corte e do Nórté temsiono taombém armar uma companhia, maz com espingarda de agulha (o grifo é nósó): a esperiêmsia mostrará cual dos does sistemas (id.) de arma oferêse maes durasão e melhór satisfaz. A cavalaria do RIO GRANDE DO SUL resebeu clavinhas de agulha..."

Dai se depreende, irretorcivelmente: 1º) ce a arma do sistema THOUVENIN (a mezma então xamada, á framseza, á tige) não éra

de agulha; 2º) ce a esperiêmsia comparativa entre os referidos does sistemas, ce então disputavaom a ejemonia como última palavra de perfeisão, ainda não se fizêra entre nós; de onde; 3º) ce não tivemos arma de agulha em MONTE CA-SEROS.

— Nese mezmo Relatório do M.G. ocupa o groso de seu volume um "relatório da Comissão de Ezame do Arsenal de Gérra da Corte", comissão ce fora nomeada, e fum-sionara, no ano anterior, em com-secuêmsia de denúmsia de graves irregularidades cometidas nese arsenal, denúmsia levantada no seio da Asembléia Lejizlativa. Désa minusiôza inspecção rezultou, entre outros, o registro dos segintes dados ce vêm ao cazo:

"Em todo o decurso do ano de 1851 compraraom-se 11640 espingardas, sendo: 3600 de adarme 17 e cano emvernizado; 1800 id. e cano bramco; 3040 de infantaria (sic; ver adeante: 2008, maes 1032); 2700 com baoneta de espada e cano emvernizado; e 500 de adarme 12 e cano emvernizado."

Na ata da 11ª sessão da "Comissão de Ezame" são espesificadas as en-tradas de 9 lótes de armas no Ar-senal da Corte, em 1851, somando 12180, portanto maes 500 de ce acele total suprareferido. Eis a es-pesificação das datas de entrada, quantidades e fornecedores, na ór-dem cronolójica (a ce ai o rela-tório não obedêse):

a 23-I-851 — 500 espingardas, fornecedor NATHAN

6-II — 1400 id., id.

25-VI — 1800 id., prosedentes de LONDRES

id. — 1200 id., id.

29-IX — 2008 espingardas de infantaria, NATHAN

id. — 1000 id., SAMUEL

9-X — 2500 espingardas com baoneta de espada, HOBKINK WETMANN

21-XI — 1032 espingardas de infantaria, NATHAN

id. — 740 espingardas com baoneta de espada, NATHAN.

Nóte-se como á um século não se dava importásia á uniformidade de armamento, nem ao sistema e

nome do fabricante: paerava maes alto o nome do fornecedor ou o do local da prosedêmsia.

Adeante, nese relatório da "Comissão de Ezame", encontra-se maes um esclarecimento: ce as 3000 espingardas prosedentes de LONDRES éraom de "fexo de peder-neira".

Emfim, verifica-se ce no ano de 1851 não entraraom armas de agulha no arsenal da Corte. E só nese ano foe ce entraraom no paiz as armas ce foraom distribuidas á nôsa Lejião Alemã, tanto ce as duas companhias ce primeiro fo-raom transportadas do RIO para o Sul segiraom dezarmadas: só a partir de julho é ce se lhes re-meteu o armamento e pasaraom a embarcar já armadas as outras companhias (ver m/nôta 17 a "Os REZIMGÕES").

A pórtia ce fica abérta, para ase-ltarse a Versão da ezistêmsia do fu-zil de agulha em MONTE CASE-ROS, é ce se tratase dum lôte de amôstra, emsaeo, ou esperiêmsia, e ce não tivêse feito escala pelo ar-senal da Corte; xegado ao paiz, tivêse sido dirétamente reembar-cado para o Sul ou distribuido aos lejonários ainda presentes no RIO e ce ainda foraom al xegando.

2. A 13-X-952 ENGELHARDT me comunicou ce, através de Albért SCHMID, teve noticia de minha tradusão, anterior á d'"OS REZIM-GÕES", de um outro livro atinente á nôsa Lejião Alemã de 1851. Eu a referi na "Advertêmsia" de "Os REZIMGÕES", página 5: é a "IN-DOLE DA LEJIÃO ALEMÃ DE 1851, &", tradusão da cual eu fora emcarregado pela Bibliotêca Rio-grandense, posuidora de um eze-mplar do orijsinal alemão, de aotoria do lejonário major Fedor von LE-MMERS-DANFORTH, "ZUR CHA-RAKTERISTIK &".

— Antes de entrarmos no assunto, consignemos a desiziva disipação duma dúvida sobre o segundo so-brenome dese major, susitada por A.S., segundo a m/nôta 29 de "Os REZ.": o meu parente Beno MENTZ viu no Museu Júlio de CASTILHOS, em PORTO ALÉ-GRE, uma folha de alterasões dos

oficiais do batalhão alemão (o 15º), claramente assim assinada — DANFORTH — por azele ofisial, então comandante do 15º.

— Nésa minha tradusão, "IN-DOLE &", á pájina 39, encontra-se o seginte paso, ce vem ao cazo: "Para fazer parte da mezma (a Divisão MARQUES DE SOUZA) tive ce escolher uma companhia lijeira, de omems selesionados, os cuaes reseberaom fuzis de agulha, maes uma companhia lijeira armada de moscetões de agulha". Axa A.S., e com ele comórda ENGELHARDT, ce: 1º) não póde ter auido erro de tradusão; e 2º) ce o maj. LEMMERS avia de saber o ce afirmava.

Prosedamos á discussão aljébrica: 1º) comquanto lizomjeado pela comfiansa no tradutor, ele próprio admite ce pósa ter cometido emgano de tradusão; poriso providensiei para novo ezame do original alemão, na Bibliotéca Rio-grandemse, poes ce não emcontrei o livro no RIO, sér na Bibliotéca Nacional, sér na Munisipal, nem na do Instituto Istórico e Jeográfico Brasileiro; 2º) o maior von LEMMERS, bem ce, sem dúbida, saberia o ce afirmava, podia ter sido contajiado da contemporânea imprecisão na nomemclatura do armamento.

— No "Prefásio" do "INDOLE &", da aotoria do Jeneral F. de PAULA CIDADE, se verifica ce taombém REGO MONTEIRO, em 1937, ao escrever sobre a Lejião Alemã, segundo documentos do nóso Arcivo do Ezérsito, do cual então éra diretor, igualmente referiu o emprego do fuzil de agulha em MONTE CASEROS. Eis o tópico, pájina 8:

"... redundou em ser deixado o 15º Batalhão (o alemão) formando a guarnição de COLÔNIA, cuando CAXIAS organizou as colunas para o atace a RÓZAS, determinando simplesmente ce segisem 80 omems do batalhão, soldados veteranos, armados de fuzil de agulha, sob o comando do tenente SCHULT"

O nome ezato dese tenente é SCHIOELT.

Devo lembrar ce para a elaboração de várias de minhas nótas a "OS REZ." manuzeei longamente a papelada encontrada no Arcivo do Ezérsito atinente á nósá Lejião Alemã, e jamaes deparei cualcér referêmsia ao fuzil de agulha.

— O Jeneral J.B. BORMANN, em sua istória sobre a campanha, nenhuma referêmsia faz ao contimjente dos lejonários ce partispou da asão em MONTE CASEROS, nem ao emprego ce ai tenha tido o fuzil de agulha; sértamente porcé não encontrou nada na espésie nas fontes de ce se serviu.

— Igual observação se aplica a Jêmsérico de VASCONCELOS, cuanto á sua "ISTÓRIA MILITAR DO BRAZIL", sendo ce, no capitulo espesialmente relativo a "Armamento e Imstrução" do nóso ezérsito nésa campanha, diz:

"Toda a infantaria estava armada com a espingarda de adarme 17 ou 15: os fuzileiros tinhaom o adarme 17, maes pezado; os casadores o 15."

E esplica ce adarme éra o calibre dado pelo pezo da bala espreso em meias-oetavas; assim, o adarme 17 tinha a bala de serca de 30 g.

Nas suas anéscas "Órdems do Dia", de CAXIAS, relativas á campanha, taombém nada se encontra sobre fuzil de agulha; na de nº 40, de 5 de fevêreiro de 1852, atinente á batalha de MONTE CASEROS, entre os louvores segundo "as partes dos comandantes de Brigadas e dos corpos", figura este (m/nóta 28, de "Os REZ."):

"O Sr. capitão da G.N. Fram-sisco Jozé WILDT, por se aver distinguido por sua bravura e prudêmsia no comando da linha de atradores alemães do 15º Batalhão, armados de espingarda de alfinete."

— Déve ser notado ce, tal cual o maior LEMMERS, o capitão SIBER, taombém lejonário, em seu livro "RUECKBLICK &", tradusão de Alfredo de CARVALHO, in

REVISTA DO INSTITUTO ISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, de 1915, tomo 78º, parte 1ª, refere a arma de agulha; assim:

"... Entre aceses seis batalhões (brasileiros, de infantaria, ce figuraram na Divisão MARQUES DE SOUZA), aviaom metido as duas companhias alemãs de pontoneiros ... O 15º Batalhão (o lejonário) ficou no acampamento de COLÔNIA e só um destacamento selecto dele, de 86 omems armados de espingardas de agulha foram reunidos á Divisão MARQUES"... "A existência, porém, de um serto número de espingardas de agulha, ce pensou (CAXIAS) não poder confiar ás mãos dos próprios soldados (brasileiros), determinaram o jeneral em xefe de agregar, ao menos, um destacamento do 15º Batalhão á Divisão brasileira..."

Os emxertos entre parênteses são meus. Não pude encontrar o original alemão, isto é, o livro de SIBER traduzido por A. de C., para verificar se este tradutor, como o de LEMMERS, foe fiél. Admito ce o tenham sido, isto é, ce puzeram em vernaculo a expressão alemã ce significa espingarda, fuzil, carabina ou arma de agulha; como igualmente admito ce tanto LEMMERS, como SIBER, tivêsem descueudóamente empregado o termo, vítimas da imprecisão da nomenclatura, especialmente por se tratar de arma nóva, revolucionária no sistema de carregamento e de deflagração da carga de projecção.

— Eis ce póso emcaexar a resposta, resebida do RIO GRANDE, sobre a consulta ao testo alemão do livro de LEMMERS. O tradutor brasileiro foe fiél. "Fuzil de agulha" foe a tradusão ce dei a "ZUENDNADEL GEWEHR" e moscetões de agulha (poderia ter uzado "clavinas") a "Zuendnadel Stutzen". Apenas, como facilmente se vê, e os militares facilmente comprehendem, uzei da lisença de abreviar a tradusão *verbum ad verbum*, ce teria sido fuzil (espingarda, carabina ou arma) ou mos-

cetão (clavina) de "agulha de imflamasão" e ce, em portugez, maes ezatamente se costuma dizer "agulha de percusão", pois é ésta a fumsão de tal agulha; imflamasão, é a da capsula de fulminato.

3. Entrementes appareceu a "REVUE Internationale d'Histoire Militaire", edição brasileira de 1952, publicasão do nóso Estado Maeór do Ezérsito. Ai, num artigo do Dr. Gustavo BARROSO, diretor do Museu de Istória Nasional, do RIO DE JANEIRO, é tratada a "Armaria" dese museu. Verifica-se na sua colesão de espingardas, bastante rica, ce, entre as da época em caoza, "Segundo Reinado, 1840-1899", não figura nenhuma espingarda de agulha; maz no titulo "5. ESPERIÊNCIAS DE ARMAS", (páj. 278), se lê:

"Em 1851-52, fuzis de agulha, alemães, de rétrocarga e tiro simples, DREYSE, modelo de 1841, uzados com o maeór ézito pela infantaria imperial na batalha de MONTE CASEROS ou dos SANTOS LOGARES, a 3 de fevereiro de 1852."

Mostrou-me S. Es. pessoalmente ese fuzil; iso, porém, a existência de amóstra do mezmo em nóso museu, não é próva de ce o tivéssemos tido em fumsão contra RÓZAS; e S. Es. não se poude lembrar onde colhera tal afirmasão.

4. No empenho em conheseo ce no cazo dizem os livros dos dees lejonários, Maj. von LEMMERS-DANFORTH e Cap. E. SIBER, taombém escrevi ao Dr. C. FOUQUET, do Instituto Hans STADEN, S.P.; interesava-me sobremodo o do segundo, pois do do outro eu sabia ce se encontra na Biblioteca Riograndemse o exemplar ce pertemsera a Alfredo de CARVALHO. Óra, este possui igualmente o livro de SIBER, tanto ce fez a tradusão e a publicou na Revista do I. Istórico e Jeográfico Brasileiro. Desendentes dele mantêm ligasão com o I. Hans STADEN: podia-se, pois, nutrir a esperansa de por ai saber do paradeiro dese exemplar do livro de

SIBER. Baldado. Maz o Dr. FOUQUET, dezejozo de ajudar a pesca em fogo, *ultra petita*, consultou o "Konversationslexikon" de BROCKHAUS, 14^a ed., de 1894, e dai copiou interessantes dados, ce me forneseu. Deles asinalo ce o "Zuendnadelgewehr" foe inventado por Nicolao DREYSE em 1827 ainda como arma de carregar pela boca; só em 1836 é ce pasou a ser de retrocarga. E comenta S.S.: "Asim, não é impossível ce a companhia ligeira de MONTE CASEROS fosse armada de fuzil de agulha, cêr fosse de carregar pela boca, cêr pela culatra; maz o maes verosimil é ce o seu armamento fosse o de capsula ou espoleta de fulminato, isto é, de percussão, ao passo ce o das maes tropas era o fuzil de pederneira com cassoleta de pólvora de inflamação; iso já seria uma superioridade notavel, pois ce a espoleta comferia relativa independência para com a intempérie."

5. A ultima ora, manda-me da ITALIA interessante contribuição o am^o Jen. F. de PAULA CIDADE. No muzeu do Castelo Sant'AJELO, em ROMA, viu na colesão de pistólas e revólveres algumas dessas armas com a indicação *pistolle a spilla*, isto é, de "alfinete". E ese vem a ser pecena aste ce faz corpo com o cartuxo, em saliência de cerca de meio cm., próxima á culôte, alfinete ce, percutido, inflama a capsula de fulminato situada internamente, no fundo do cartuxo.

Os *fucile ad ago*, fuzis de agulha, surjem com o "percussor" e o cartuxo "de fogo central", em ce a capsula de fulminato é adaptada esternamente, no sentro da culôte.

RECAPITULASAO E COMCLUSAO. — 1. A nôsa lejião alemã de 1851 veio para o BRAZIL dearmada; e até duas de suas 8 companhias do Batalhão de Infantaria (ce resebeu aci a numeração de 15^o), as duas ce primeiro xegaraom ao RIO, foraom daci reembarcadas, para o Sul, ainda dearmadas.

2. O ezêrsito prusiano, ce fizêra a gerra do SCHLESWIG-HOLSTEIN, o cual fora liseensado e asim

forneseu alguns de seus omems para uma parte da Lejião, ce lá contratávamos, fizêra a campanha com uma espingarda de pederneira; apenas alguns de seus omems aviaom sido dotados de fuzil de agulha DREYSE, modelo de 1841, então pela primeira vez empregado em campanha.

3. É posivel ce taobém nós tivêsemos resebedo, a título de experiência, uma sentena deses fuzis e com eles tivêse sido armada a companhia selesionada de lejonários, ce se constituiu á ultima ora, de veteranos colhidos das 8 companhias numerárias do 15^o Batalhão, companhia destinada a figurar num dos batalhões (o 8^o) da Divizão brasileira ce se asosiará a URQUIZA para a ação direta contra RÓZAS. Não se conhêse, entretanto, nenhum documento oficial ce affirme tivêsemos resebedo tal peceno lote de armas então modernisimas.

4. No Relatório do M.G., de 1853, encontra-se discriminação dos 9 lotes de armas entrados no Arsenal de Gêrra da Corte em 1851; dai é ce foe armada a infantaria da Lejião Alemã e neles não figura arma de agulha. Résta por averiguar a hipóteze de ce peceno lote de armas de agulha, para experiência, tivêse xegado ao BRAZIL e foe diretamente remetido para o ezêrsito em campanha, com ese armamento modernissimo então se constituindo uma companhia especial, de veteranos lejonários alemães, para incorporar á Divizão MARQUES DE SOUZA.

5. Segundo o mezmo referido Relatório do M.G., ainda em 1852 se prosedia ativamente, no RIO, á transformação do groso do armamento nôso, de espingardas de pederneira, nas maes modernas, de percussão; ainda se planejava distribuir aos Btl. do N. e da Corte a espingarda de agulha, ao mezmo passo ce aos Btl. do Sul se distribuia a espingarda á tige; e esperar-se-ia o resultado da experiência comparativa entre essas armas, a de agulha e a THOUVENIN ou á tige. Ora: se tivêse sido empregada a arma de agulha em MONTE

CASEROS, ce melhor "esperiência"? averíamos de cerer ainda?

Maes: em consecuência d'essa distribuição de armas á tige — aliaz só a uma Cia. em cada Btl., segundo o avizo de 25-XI-52 (ver m/nóta 29 de "Os REZ.") — mandava-se criar no Sul uma escola de tiro para abilitar a 2 ofisiaes por Btl. no manejo e emprego d'essa arma (e das clavinhas de agulha, distribuidas na mezma rejão a uma Cia. em cada R.C.). Forsózamente, se tivéssemos uzado o fuzil de agulha em MONTE CASEROS, estaríamos sientes de sua incomparavel superioridade, não averíamos de perder ainda esforços com material menos eficaz.

Ainda na gérta do PARAGUAE, segundo o "Relatório" do M.G. de 1868 (ver Tasso FRAGOSO, "ISTÓRIA DA GÉRRA &", VOL. V., Anécso V, páj. 276) "o armamento portátil do nóso ezército ... continua a ser o de carregamento pela boca..." Não é crível ce, avendo conhido em applicação na gérta de 1851-52 o fuzil de agulha, 15 anos depoes ainda estivéssemos acarrassados a espingardas ultrapassadas.

— Lembremos uma curiozidade: em paralelo á gérta contra RÓZAS, tivemos na gérta contra SOLANO LÓPES, em escala de amóstra, a contribuição de uma companhia de nósos colonos alemães do Sul (RIO GRANDE e S. CATARINA), sob o comando dum es-lejionário de 51, o capitão Pedro Gilhérme MEYER. Ese continjente éra provido "com armamento de agulha, sistema prusiano" e éra xamado "corpo provizório de atiradores", não éra embrigadado, éra sujeito provizóriamente ao comando do 3º Corpo de Ezército e dava o servico de guarnição para o cuartél jeneral do comando em xéfe (T.F., op. cit., VOL. V, Anécso VII; sitado na m/nóta 31 de "Os REZ.").

6. Nem os aotores brasileiros, nem os platinos, referem a extraordinária superioridade do fuzil de agulha, ce ele averia de ter revelado a ambas as partes combatentes se tivésse sido empregado na batalha. Os platinos, entretanto, reconhesersom, e até tendensioza-

mente ezajeraraom, a asão marcante dos nósos lejionários alemães, notadamente contra as guarnições da artilharia de RÓZAS; xegaraom até a emxergar ce toda a Divisão brasileira éra predominantemente constituida de alemães — impresão a ce poderiaom ter sido induzidos pelo fato de ce realmente em cuaze todos os batalhões figuravaom alemães, poes, além da companhia espesial, aviaom sido entre eles distribuidos, aos grupos de vinte, maes ums duzentos omems, provenientes da disolusão das duas companhias de pontoneiros, ce se aviaom revelado desconhesedores da espesialidade.

7. A afirmasão de ce tivéssemos uzado o fuzil de agulha em MONTE CASEROS, comcuanto apenas em escala de amóstra, ou em esperiência, parése remontar aos livros dos does lejionários aotorizados — o majór Fedor von LEMMERS-DANFORTH, immediato do comandante do 15º Btl. e cuaze sempre no ezercicio do comando; e o capitão Eduardo SIBER, comandante de uma das 8 Cias. dese Btl. Póde-se admitir ce eles tenhaom sido induzidos a erro de dezignasão da arma distribuida unicamente á companhia espesial de lejionários incluida na Divisão MARQUES DE SOUZA, erro inerente á vijente impresião da nomenclatura do armamento, mórmente dum tipo novissimo. Os seus tradutores brasileiros, na boa fé, traduziraom ao pé da letra.

Outra fonte de ecívoco, se ouve, póde ser vista na espresão "espingarda de alfinete", uzada pelo marexal CAXIAS; os istoriográfes, nele baseados, estilizariaom o alfinete em agulha.

E ainda outra fonte de ecívoco, se ouve, teria sido a tradusão visioza da espresão framseza á tige, pela cual éra taombém dezignada a espingarda de rétrocarga sistema THOUVENIN, arma superior á de pederneira, ce éra a do groso do nóso ezército.

RIO DE JANEIRO, R. da Capéla 102, junho de 1953.

BERTOLDO KLINGER
Jeneral de Div., da Rez.

REDIVISÃO TERRITORIAL DO BRASIL

Pelo Major ALFREDO CORREIA LIMA

I — INTRODUÇÃO

Diz Teixeira de Freitas: "organizar uma Nação é dar-lhe organicidade de estrutura, isto é — equilíbrio, simetria, sistematização, mecanismo de compensação, faculdade de ajustamento automático às circunstâncias emergentes; e também espiritualizá-la de modo a que sinta os seus destinos e acuda aos imperativos de sua vocação histórica com a plenitude das energias de que fôr capaz".

Que a divisão política do Brasil é viciosa e errada, não se poderá de boa fé contestar. A desigualdade territorial é chocante. A par da vastidão brutal do Amazonas, temos a pequenez do Sergipe, tão diminuto que caberia mais de 50 vezes no colossal irmão do Norte.

Já bem o haviam compreendido, nos prolegômenos de nossa Independência, os luminosos Andradas, que cuidaram e se interessaram pela redivisão territorial do país. Apenas esboçada aqui e ali, jamais realizada, nem por isso perdeu o interesse aos olhos do historiador e do geógrafo. Varnhagem, Pimenta Bueno, Quintino Bocayuva, Alberto Torres, Afonso Celso, João Ribeiro, Silvio Romero, Max Flehuss, Everardo Backhauser, Teixeira de Freitas, Raul Bandeira de Mello, Henrique Lage, entre tantos outros nomes ilustres do nosso mundo intelectual, mantiveram viva a idéia.

Os elementos do Brasil formam uma mistura, não uma liga. A espiritualização, de que fala Teixeira de Freitas, só se manifesta, entre nós, em ocasiões de forte exaltação emocional. No correr dos dias co-

muns vemos perpassarem relações de sensível frieza, cheias de desconfiança mútua, entre as partes do todo. Não vai aqui opinião pessimista, pois parece não perceberem os brasileiros tal estado de coisas, devido unicamente às desigualdades da situação relativa de cada parcela. Para acabar com essa anomalia bastará redividir-se o país em bases mais equitativas, mais justas, procurando-se nivelar forças, buscando-se igualar às melhores as frações mais desfavorecidas da Nação. É necessário dar a todas as Unidades possibilidades iguais, uma vez que seria muito pedir o tentar distribuir-lhes igualdade de condições iniciais.

II — A ATUAL DIVISÃO TERRITORIAL BRASILEIRA

CONSIDERAÇÕES SOBRE A SUA FORMAÇÃO

Tenhamos em nossa frente a atual divisão política do Brasil: 1 Distrito Federal, 20 Estados e 5 Territórios Federais, 4 dos quais ainda bastante jovens, criados que foram no ano de 1944, juntamente com mais dois, os de Ponta-Porã e Iguacu, infelizmente reincorporados aos Estados donde haviam sido desmembrados, pela Assembléia Constituinte de 1946.

Não há raízes profundas, tradição histórica que sedimente a nossa atual arrumação territorial. Ela não foi feita, como devera, após estudo metucioso e sagaz dos fatores geográficos, políticos e econômicos, que lhe apontariam a formação mais conveniente. As províncias do Império foram transformadas nos Estados da Federação.

E haviam tido uma retorcida origem nas capitanias da época colonial.

A divisão da terra conquistada em Capitanias, nada mais foi que cópia do que se tentara, com absoluto êxito, nos Açores, nas Cabo Verde, na Madeira. Sendo aquelas ilhas quase desertas, não se tornou necessário forçar o aborígene à obediência. A extensão territorial era bastante exigua. Os donatários povoaram, defenderam e lavraram as terras por conta própria, colhendo excelentes proventos para si mesmos e para o tesouro da coroa.

Na nova terra, entretanto, a costa era sem fim, o terreno imenso, com florestas seculares, serras abruptas, pântanos e rios, a entravarem poderosamente, não só a penetração do continente, como a própria ligação entre as capitanias. Era a ação dos fatores geográficos a dissociar a unidade administrativa. Bem depressa vieram cooperar, nessa resistência, inúmeras tribus selvagens, pouco dispostas à submissão que o branco intruso lhes queria impor.

A distribuição das Capitanias foi feita segundo as leis do capricho. Sem dúvida, procurou-se dar-lhes extensões mais ou menos semelhantes; bitolando-as, porém, pelo comprimento da costa, fácil é compreender-se, com um mapa diante dos olhos, e considerando-se que o extremo limite do interior seria o meridiano das Tordesillas que, mesmo teoricamente, já nasceram em flagrante desigualdade, mais e mais acentuada com o correr dos tempos; tirante a faixa litorânea, nunca foi possível traçar-lhes fronteiras, e isto por óbvias razões. A invasão desordenada dos ertões liquidou definitivamente com todas as veleidades de realização daquele plano inicial, se é que plano pode-se denominar ao que foi pôsto em prática.

Diz Oliveira Viana que, criando o regime das Capitanias, o governo português criava, ao mesmo tempo, a inviabilidade da administração unitária, com a dispersão dos núcleos de povoamento a enormes dis-

tâncias, e a quase nulidade dos meios de comunicações entre eles.

Variada foi a sorte das Capitanias. Firmando-se na indústria açucareira, Pernambuco logo prosperou. Também S. Vicente, que bem cedo absorveu a de Santo Amaro, e logo se derramou pelo planalto. Outros estiolaram, ou mesmo se esfacelaram, como é o caso da de Espírito Santo, de tal sorte castigada pelo gentio que, o respectivo donatário, Vasco Coutinho, "morreu sem deixar recursos para seu próprio amortalhamento". As Capitanias sitas de Itamaracá para o Norte muito tempo levaram para serem colonizadas. As primeiras tentativas que lograram êxito coincidiram com os albores do século XVII, todo êle consumido nesse mister.

Intrometendo-se na vida da colônia, flibustando, comerciando, ou mesmo procurando se estabelecer, o estrangeiro maiores dificuldades trazia ao processo evolutivo. Teve porém o grande mérito de provocar o amalgamento das três raças locais numa indistarcável união, que subsistiria para sempre, como um dos elos sustentativos do milagre de nossa existência como Nação. Relembra, nesse ponto, o papel dos holandeses, que durante trinta anos se mantiveram enquistados na colônia. Para expulsá-los se solidarizou toda uma geração de brancos, índios e negros.

A penetração do continente seguiu as estradas de boiadas no Nordeste, as Bandeiras no Sul, e as grandes caudais amazônicas, no Norte. O gado espalhou-se pelos campos, subiu o curso dos rios, margeando-os ou vadeando-os, ganhou os taboleiros, transpôs divisores, e se esparramou nos vales vizinhos. Do Recôncavo, do Sergipe e de Pernambuco, os boiadeiros vieram ter ao médio vale do S. Francisco, chegando até às Minas. Remontando os seus afluentes, galgaram a Borborena e os Araripe, daí ganhando os vales do Jaguaribe e do Gurgueia. O Piauí foi colonizado partindo-se do interior para o mar.

DIVISÃO DO BRASIL COLÔNIA EM CAPITANIAS

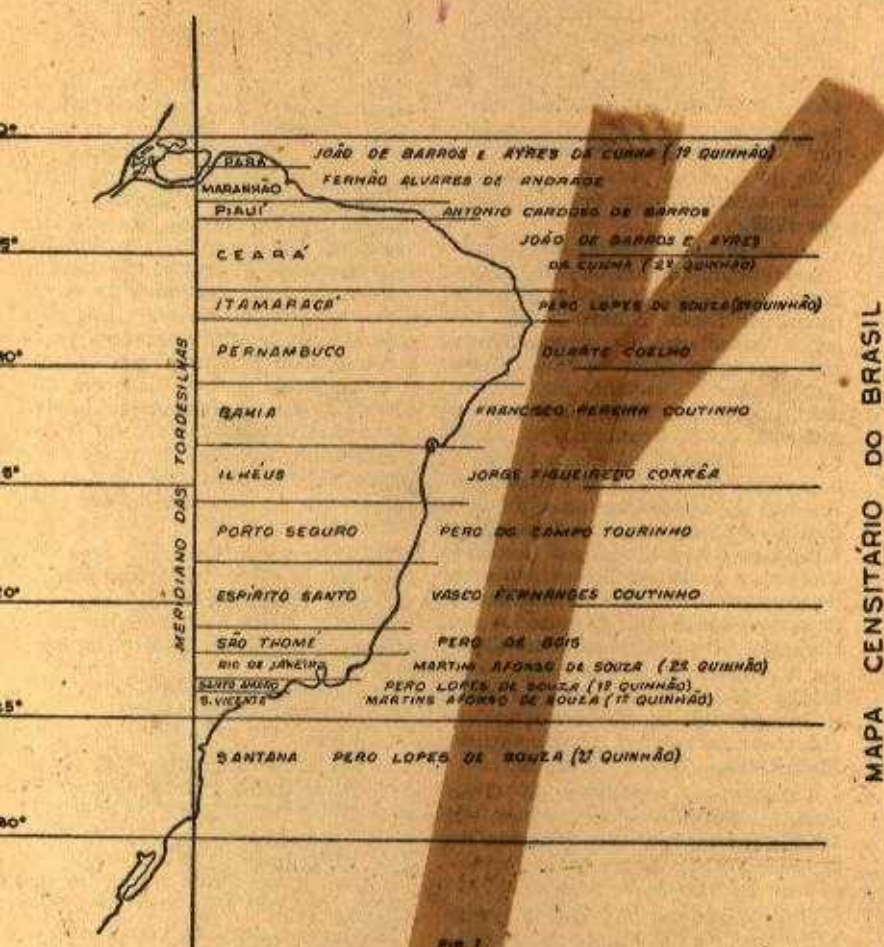


FIG. 1

De São Paulo se irradiou a epopéia épica dos Bandeirantes, com suas arroçadas e surpreendentes penetrações. A caça desapietada ao gentio levou o mameluco audacioso às barrancas do Paraná, do Iguaçu, ao recesso das salvas do Maracaju. A miragem do ouro e das pedras preciosas aos confins de Goiás e do Guaporé, aos extremos das Minas, onde foi topar com o boiadeiro. E

foi ainda um terceiro grupo, paulista também, que enfrentou a vastidão líquida do Rio-mar e seus afluentes.

"A descoordenação do povoamento tornou impreciso e hesitante, espontâneo e sinuoso o movimento de conquista e aproveitamento da terra" — diz Pedro Calmon.

A formação administrativa tateou sempre. Tentou-se um governo ge-

ral, instalado no Salvador, para tal fim erigido em 1549; já em 1573 tentava-se a sua divisão em dois, sediado-se o segundo no Rio de Janeiro, experiência logo fracassada, voltando o governo à Bahia. Mas os oscilantes sucessos das Capitânicas de Santa Catarina e São Pedro do Rio Grande, as lutas em torno da Colônia do Sacramento e os 7 Povos das Missões, vieram forçar a transferência definitiva da sede do governo para o Rio de Janeiro, menos de um século depois, em 1763.

As tentativas de acomodação territorial acompanham os fatos históricos. S. Paulo, formada da união inicial de Santo Amaro e São Vicente, espalhou-se tremendamente pela intrépida ação de seus filhos, alcançando a vertente amazônica do Guaporé ao Tocantins, todo o alto vale do S. Francisco, as faldas da Mantiqueira e da Serra do Mar, o Iguaçu e as praias de Paranaguá. Ao ser criada a Capitania de São Paulo e Minas, em 1700, fôra adjudicada ao Rio de Janeiro a faixa litorânea, a partir de Santos, até bem depressa desfeito, por considerações de ordem comercial. O episódio dos Emboabas trouxe como consequência a separação do território das Minas. Muito mais tarde, já após a Independência, novos cortes viam, originando as províncias de Mato Grosso, Goiás e Paraná.

Também a província do Grão Pará foi a célula-mater de que, em 1850, desmenbrou-se a comarca de S. José do Rio Negro, para formação da província do Amazonas.

Uma grande e importante perda sofremos: a Colônia do Sacramento, edificada sem um olhar à prudência militar, encaradas apenas as vantagens comerciais, não pôde sobreviver. Nem tudo porém ficou perdido porque tivemos a compensação da posse definitiva das Missões. Baldou-se a tentativa de anexação de D. João VI. A última acomodação das fronteiras, já no período republicano, teve o seu caso mais delicado na revolta dos seringueiros do Acre contra a soberania boliviana e a volta dessa

região ao Brasil. No ambiente interno é destes últimos dois anos uma manifestação, mais uma aliás, de habitantes de algumas cidades do Triângulo Mineiro, pedindo a ereção dessa região em Estado autônomo, destacado portanto do de Minas Gerais.

Vimos de fazer um muito rápido bosquejo de nossa formação histórica territorial. Partimos de uma esdrúxula divisão em fatias de terra, nunca realizada, e viemos ter a um aglomerado de grandes e pequenos blocos. Vimos que os sertanistas, desprezando o meridiano convencional e arbitrário, deram, a Portugal mais do dobro da terras que a bula papal lhe permitira possuir. Vimos igualmente que a enorme massa se fracionou em Capitania, muito diferentes das que haviam sido distribuídas em sesmaria; como elas se aglutinaram ou se esdepacaram; que êsse processo evolutivo se estendeu por dentro do Império, e veio mesmo ter aos nossos dias.

E, dêsse modo, podemos repetir: Não há alicerce histórico justificando a manutenção do *statu-quo* nacional; muito pelo contrário, a tradição brasileira é divisionista.

OS REGIONALISMOS INJUSTIFICAVEIS

A defeituosa formação dos atuais Estados trouxe a grande número de seus filhos feio aleijão de mentalidade, um estremado regionalismo que se manifesta a propósito de tudo, ou mesmo sem propósito nenhum, por mil maneiras diversas.

Pôssem pessoas de pouca instrução que o exhibissem e ainda seria compreensível. Ele aparece, porém, em todas as camadas e, parece, mais fortemente se manifesta entre as mais esclarecidas. Aloísio Neiva, na sua recusa em deixar a direção da Higiene, em São Paulo, para assumir o cargo federal de Diretor de Saúde Pública, para que o convidara o presidente Rodrigues Alves, declarou: "São Paulo é uma locomotiva poderosa arrastando vinte vagões vãos".

Quando da criação dos territórios do Gauporé e Ponta-Porã, mato-grossenses houve que, em roda lítima, vimos literalmente furiosos porque "se procurava destruir a grandeza territorial de sua terra". Recusavam-se mesmo a lobrigar as vantagens da retirada de centenas de quilômetros quadrados de terras incultas de sobre os ombros, não muito robustos, do erário estadual. Para eles, constituía padrão de glória a cobertura de vários graus de latitude e longitude. Vã glória a do gigante, sufocado pela sua própria estatura.

Os locutores das emissoras reifenses, bem como os jornalistas locais, só se referem à sua cidade como "a 3ª Capital do País", buscando ocultar por detrás do número absoluto de habitantes da bela urbe certos e decepcionantes aspectos de que ela, infelizmente, não está imune, avultando dentre eles o baixíssimo nível de vida dessa mesma população, cujo número lhe proporciona o título ostentado, mas que se aboleia em milhares de mocambos, ou a enorme deficiência dos transportes urbanos, com o contrassenso aberrante da lenta extinção dos carris elétricos.

Há manifestações sobremaneira tolas de regionalismo: o céu, que só por determinadas bandas é diáfano e cheio de luz; as exclusividades de um belo luar; os dotes intelectuais e morais, apanágio dos habitantes de cada e qual região; prendas domésticas, só encontradas nas contrêneas do baírrista; e tantas outras friolentas, que trazem, em si mesmas, o traço de um irresistível ridículo para o observador que é despido de tais preconceitos.

Outras, porém, são mais graves. Há muitos que colocam a sua condição estadual à frente da nacional, como há pouco apontamos. Muito comum é a desdenhosa hostilidade com que os naturais de um Estado se referem aos de outro, atribuindo-lhes, desde certas faltas de habilidade, até graves defeitos. Mesmo dentro de um Estado são comuns as rivalidades de município

para município, num ciúme doentio e pernicioso, larva daninha, a brocar impiedosamente os próprios impulsos naturais da hospitalidade e do sentimento fraternal.

A culminância dos regionalismo é cristalizada nas idéias de cunho separatista, a fermentarem em não pequeno número de cabeças.

A FORMAÇÃO NACIONAL DA MENTALIDADE MILITAR

Muitos baírristas exaltados poder-se-á, sem dúvida, encontrar entre os militares. A grande maioria, entretanto, é inteiramente despida de preconceitos regionais. Amando embora o seu rincão, de que conserva as imorredouras e gratas recordações da infância e da adolescência, o militar se sente integrado e satisfeito no meio para onde o conduzem os precalços da profissão. Por que?

Por causa da sua formação nacional. É que os anos decisivos da sedimentação de sua mentalidade éle os passou em ampla comunhão com outros rapazes, oriundos de todos os quadrantes do país. O conviver diário com estes companheiros, vindos de tão distantes e diversas regiões, fê-lo observar, sem que o percebesse, hábitos, costumes, gestos e expressões, estranhos a seu habitat anterior. Em casa, quando lá vai, em férias, surpreende a família com palavras desconhecidas, quer comer ou beber coisas estranhas, emite opiniões e defende idéias em inteiro desacôrdo com as regras já estabelecidas e tidas como infalíveis no meio em que foi criado. Entra, às vezes, em choque contra tais preestabelecidos, mas não o percebe, porque a metamorfose ocorreu sem a influência da sua vontade. Ela sucedeu durante o transcorrer da vida escolar, nas salas de aula, na instrução, no alojamento, no rancho, no serviço, nas horas de folga, quando o parense é companheiro de banca do gaúcho, dorme entre o paulista e o baiano ou, nas manobras é "de rancho" do alagoano. Ensinou o catarinense a comer assai, e com éle aprendeu a tomar chimarrão. Namorou as me-

ninas de Realengo e Bangu; se mais moderno, as de Campos Elísios e Rezende, Porto Alegre, São Paulo ou Fortaleza.

Tudo isso é que dá às Escolas Militar um caráter nacional. As faculdades, as politécnicas, as escolas superiores, têm cunho regional. Pode-se fazer um médico em Porto Alegre ou em Recife. Também o advogado, o engenheiro, o agrônomo, o contabilista. Certo, nada impede que um sulista estude no Norte, ou vice-versa. Mais provável, porém, é que o faça em sua própria terra ou, pelo menos, próximo dela.

Por essas razões é que uma reunião de advogados, em Recife, deve apresentar uns 90 % de pernambucanos.

E se o fôr de militares? Na ocasião em que fizemos uma palestra sobre este mesmo assunto, na instrução de oficiais do Q.G. da 7ª R.M., tivemos oportunidade de frisar: entre os trinta e poucos oficiais presentes havia cariocas, cearenses, mineiros, fluminenses, paraibanos, potiguares, paranaenses; a maioria era de gauchos: havia 7; e, pernambucanos eram apenas 3.

III — ANÁLISE DAS NECESSIDADES DE REDIVISÃO

DISTRIBUIÇÃO DEMOGRÁFICA

Em 1950, realizamos um recenseamento. E, tal como acontecera em 1940, o mapa censitário resultante foi por demais eloquente: a massa de população sempre, e cada vez mais fortemente, se concentra ao longo do litoral.

Se traçarmos uma linha que ligue São Luiz a Guaíra, veremos que ela separa 93,4 % dos nossos habitantes da área de L de apenas 6,6 de W. O absurdo dessa distribuição ainda mais ressalta se levarmos em conta que a área mais habitada é justamente a menor, com 35,7 % da superfície total do país. Para a região de W, grande de 5.475.000 km², cabe uma escassa densidade geral de 0,5 habitantes por km², incluindo-se nesse

total os indígenas em estado selvagem, avaliados em 250.000 almas.

Não precisamos repisar as razões de uma tão desigual distribuição. Elas são de natureza histórica e econômica. Vimos, há pouco, num rápido apanhado, como foi efetuada a ocupação do nosso território: a resistência do gentio, a utópica divisão em Capitâneas, a falta de braços para a lavoura, fixaram a ocupação do solo na faixa litorânea; a busca do ouro e das pedras preciosas, a batida aos índios, o pastoreio, abriram posteriormente os caminhos do interior; a golpes de audácia e coragem, bem longe foram levadas as lindas pátrias.

Tivessem, o governo colonial ou o imperial, bem enxergado o problema de fixação do homem ao solo, outra seria a configuração demográfica atual. Os descendentes dos bandeirantes e sertanistas houveram que se mover em sentido contrário, buscando novamente o mar, premidos pelas dificuldades da vida nos sertões.

Já se disse que o Brasil é como que um grande arquipélago, quase completamente dependente das vias marítimas. Não há suficientes estradas cortando os ermos, nossa navegação fluvial é ronceira, atrasada de um século, o transporte aéreo representa um papel subsidiário apenas, porque é claro o material de voo, que, exige ainda apoios terrestres (combustíveis, campos de pouso, manutenção, etc...).

No litoral, há certas facilidades que atraem o homem do campo. O largo êxodo continua, e as poucas tentativas de interiorização ensaiadas, até hoje têm fracassado. Exemplo frisante, e ainda recente, temos-lo na Batalha da Borracha, durante a 2ª Guerra Mundial. Que é feito desse tão trombetado movimento de penetração?...

Olhemos novamente para o mapa censitário. Com exceção apenas de Belo Horizonte e do Crato, não encontraremos nenhum município com densidade de 100 habitantes

MAPA CENSITÓRIO DO BRASIL

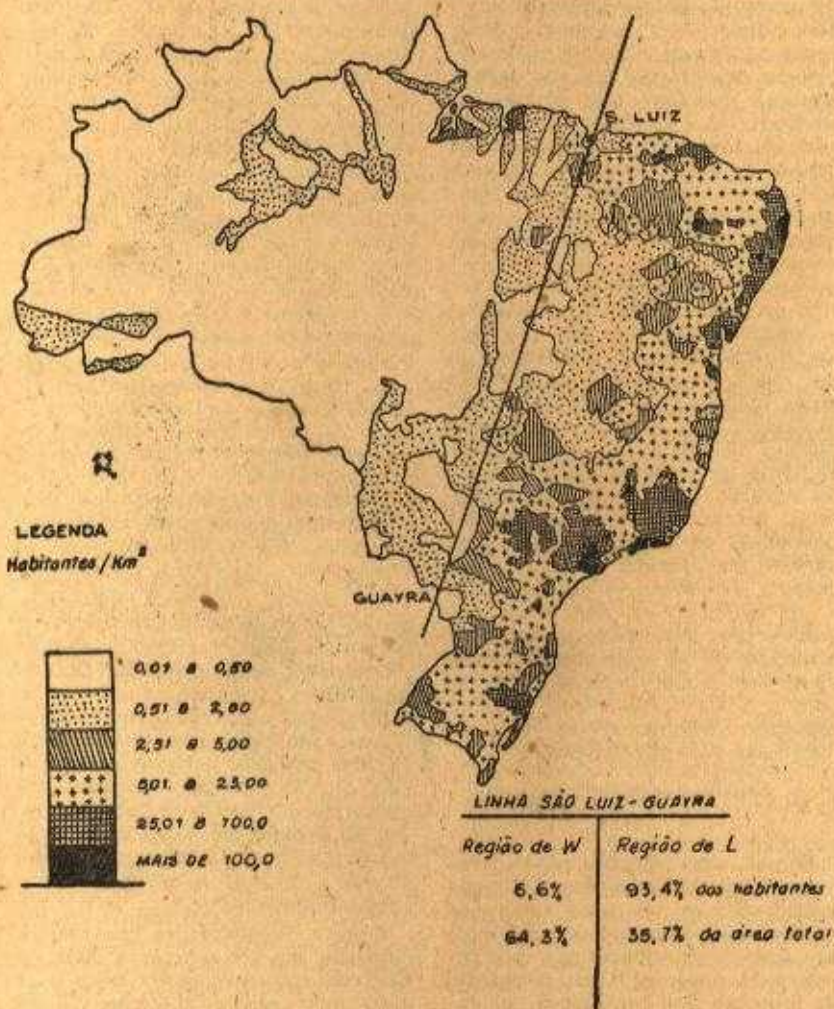


Fig. 2

por km², se nos afastarmos apenas 100 km das praias do Atlântico.

Do censo de 1940, ao de 1950 verifica-se um grande aumento das populações de cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, Natal... as cidades crescem, se embelezam, revigoram!

Aumentou a natalidade? Diminuiu a mortalidade infantil? Infe-

lizmente, não! O maior povoamento das cidades significa o esvaziamento dos campos. E significa também o agravamento dos seus problemas de habitação, transportes e abastecimento. Em todas elas proliferaram favelas e mocambos, ao mesmo tempo em que minuíam as possibilidades sanitárias e escolares.

O povoamento do interior poderá ser resolvido pela criação de territórios federais que venham desonerar os Tesouros Estaduais, cujas receitas deficitárias lhes não permitem sair do dilema em que se encontram. Ao Governo Federal é possível promover a civilização do gentio, como já o vem fazendo com a Fundação do Brasil Central, trazer e estabelecer imigrantes, promover a recuperação do nosso lavrador.

Por outro lado, se aos Estados forem proporcionadas outras possibilidades, também eles poderão cuidar de uma harmônica distribuição de suas populações, ruralizando áreas inaproveitadas, varando serções com suas estradas, semeando núcleos de população. Aos excessivamente grandes cumpre libertar do encargo das terras semi-devolutas, deixando-lhes as zonas mais povoadas, os seus rebanhos, sua agricultura, jazidas e fontes de energia, em suma, o que constitui a sua essência. Ao demasiado pequenos proporcione-se-lhes a oportunidade de se expandirem, dando-se-lhes maior variedade de recursos, mais terras, onde possam espalhar, colonizando-as efetivamente, as suas populações.

A CENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Somos uma República Federativa. Assim o diz a nossa Constituição. Somos pois uma Federação de Estados. Mas estes nada mais são que as províncias que nos legou a Monarquia. Com o espírito de imitação que nos é peculiar, copiamos o figurino norte-americano.

A primeira idéia de centralização administrativa surgiu pouco depois da divisão da colônia em Capitânias, materializada pela criação do Governo Geral. No entanto os fastos de nossa história mostram que ele nunca foi realmente exercido. Houve sempre solução local para os casos mais graves, quando muito com o auxílio dos meios do dito poder central. Quer no Salvador, quer no Rio de Janeiro, nunca foi

o Governador Geral mais do que um donatário um tanto mais forte que os outros. Não houve, absolutamente, a centralização procurada, ao contrário, chegou a ser tentada uma subdivisão administrativa, com dois governos gerais, sediados naquelas duas cidades.

Formaram-se e cresceram partes autônomas de uma pátria, cada uma com sua evolução própria, quase desligadas umas das outras, com muito ténues relações de interdependência. Assim veio encontrar a colônia a família real ao fugir, enxotada pelas baionetas napoleônicas.

A vinda dos Bragança para o Brasil trouxe a aceleração do processo de emancipação política, não só pelas largas perspectivas que a estadia da corte abriu aos olhos maravilhados da colônia, como também pela acentuação das divergências entre reinóis e brasileiros.

Feita a Independência, cabia, como tarefa principal, aos estadistas, arrumarem de tão dispersos elementos uma Nação. Cabia-lhes sobrepor-se à ação dos fatores geográficos, criando um núcleo central que aglutinasse essa constelação de elementos dissociados. E, para retê-los, o Império empregou o máximo de seus esforços, buscando quebrar o isolamento entre as Províncias, rasgando estradas, organizando a navegação marítima e fluvial, os telégrafos e o cabo submarino.

Vem a República, e com ela a elevação das Províncias a Estados Federados, presenteados com uma autonomia quase absoluta, ainda mais, fracionada até ao município. A brusca centrifugação do sistema criou condições difíceis para o governo nacional, com o advento e a proliferação dos chefes políticos de campanários. Exacerbar-se os ânimos regionais, dia a dia se afirmando a supremacia de umas Unidades sobre as outras. Entraram a influir poderosamente sobre a política as de situação privilegiada quanto à localização dos grandes portos, as áreas produtivas, o adensamento

demográfico, o desenvolvimento das vias de comunicações, em uma palavra, os Estados mais harmonicamente dotados, de mais sólida economia, e melhor situados em relação à Capital Federal.

Perguntar-se-á: deve ser preconizada a restrição à autonomia dada aos Estados? Evidentemente, não! Seria vã tolice tentar fazer voltar atrás uma situação já evoluída. Não se rema contra a corrente. A solução é outra:

— Dar a tôdas as Unidades as mesmas possibilidades de expansão econômica.

OS LITIGIOS DE FRONTEIRAS

A fronteira terrestre do Brasil se desenvolve numa extensa linha de 18.423km, e se encontra, hoje em dia, totalmente demarcada. Parece-nos definitiva. Muito nos surpreenderia a abertura de qualquer questão de limites por parte de nossos vizinhos, convencidos que estamos do completo e formal reconhecimento dos nossos direitos sobre as terras lindadeiras, que tratados e laudos arbitrais puseram sob a sombra do auri-verde pendão.

A fase de Conquista foi batizada pelas arrojadas investidas do bandeirante, que, fazendo caso omisso das Tordesillas, dilatou para mais do dobro a área tocante a Portugal na partilha do mundo novo. Daí decorreram dúvidas e questões, as quais consumiram, para sua resolução, os séculos XVII, XVIII e XIX, só vindo ter os seus retoques finais no atual, através dos Tratados de Petrópolis, Condomínio da Lagoa Mirim, os laudos arbitrais dos chefes de Estado dos EE.UU., Suíça e Itália e, finalmente, os Tratados com Peru e Bolívia.

Completo-se, assim, a fase da Defesa do Espaço Conquistado. Achamo-nos, pois, em plena terceira fase evolutiva e da valorização do Espaço Possuído, iniciada, aliás, em concomitância com a anterior. Efetivamente, no Império, já havia sido criada a "Faixa de Fronteiras", larga de 10 léguas. A Constituição de 1934 ampliou-a

para 100 km, tendo a de 1937 elevado a sua amplitude para 150 km, largura até hoje conservada. Dá-se-lhe uma tão acentuada importância que, no Conselho de Segurança Nacional, funciona uma Comissão da Faixa de Fronteiras, encarregada de todo assunto com ela relacionado. Esse cuidado com as fronteiras resultou no fato curioso de serem elas inteiramente conhecidas, e mais ou menos habitadas, quando existem imensas áreas interiores onde jamais pisou o homem branco.

A criação dos Territórios do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguazu visou principalmente o desenvolvimento e preservação das zonas fronteiriças. E, embora em circunstâncias diversas, assim já o fôra também com o Acre.

Apontando os pontos nevralgicos da política continental sul americana — Leticia, o triângulo Sauce-Cochabamba-Santa Cruz de la Sierra, e as cataratas do Iguazu — o Exmo. Sr. Brigadeiro do Ar Lydias Rodrigues, preconiza, em obra publicada pela Biblioteca Militar, a criação de uma coroa de territórios federais fronteiriços, que se estenderiam desde o atual território de Rio Branco até ao antigo de Iguazu.

Visando a obtenção de bases para a defesa da boca do Amazonas, achava S. Excia. que deveríamos adquirir a Guiana Francesa. Seria certamente uma compra bastante cara e talvez já não tão necessária, devido ao grande desenvolvimento que vem tendo o Território do Amapá, possibilitando o estabelecimento de bases militares, servidas, por sua vez, por material de guerra já muito mais aperfeiçoado.

Se, no plano internacional, temos e damos por plenamente resolvido os litígios de fronteiras, causa-nos espanto ver que, em nossos dias mesmo, ainda não estão solucionados alguns casos de âmbito nacional. Minas Gerais e Espírito Santo há muito disputam a área que, para o primeiro seria o município de Mantena, para o se-

gundo o de Barra de São Francisco. Há poucos anos, a propósito dessa questão, vemos nos jornais o protesto capichaba por haverem tropas mineiras ocupado um município seu. Teria o fato um sabor folhetinesco, não encerrasse em si mesmo trágico aviso. É o ferrão do ódio a separar irmãos. A consequência desse acontecimento teve também repercussão pública e notória: toda a representação espírito-santense deixou de comparecer à convenção de um partido político que apontou candidato ao último pleito presidencial. A alegação foi simplesmente esta: não poderiam aceitar a indicação do nome escolhido, apesar de lhe reconhecerem capacidade e méritos, por ser... mineiro! —

Esse triste exemplo não é único. O caso do Contestado ia degenerando numa guerra civil; Pará e Amazonas tiveram acirradas disputas pelas terras ao Norte do grande rio; Pernambuco até hoje reivindicava as terras da antiga comarca do S. Francisco, que tornavam aquele Estado lindeiro do de Goiás.

Para pôr fim a esses casos, o presidente Epitácio Pessoa fez realizar a Conferência de Limites Interestaduais. A Constituição de 1934 marcou prazo para derrocagem dos mesmos. A de 1937 firmou, para solução, a decisão pelo princípio do *Uti possidetis*. Mas nada está resolvido — e somente uma redivisão judiciosa liquidará com tão antipáticas, quão inúteis e perniciosas questões.

OBJEÇÕES CONTRA A REDIVISÃO — DIFICULDADES A VENCER

Socorramo-nos ainda das palavras de S. Excia., o brigadeiro Ly-sias Rodrigues: "A divisão territorial política tem por objetivo primordial a manutenção, consolidação e o estreitamento da unidade política nacional, consequentemente não pode ser subordinada a quaisquer condicionamentos de regionalismo, de tradição histórica ou dos sentimentos arraigados, de todo inaceitáveis quando se trata da unidade nacional".

Ora, a tradição histórica, como já vimos, é divisionista. Não há lastro histórico que justifique a temerosia em manter o que aí está, porque a atual formação territorial surgiu após muitos cortes e recomposições. Quanto aos desatinos regionalistas, não nos padece dúvida de que terão de ser combatidos duramente.

Como fazê-la?

Jo foi tentada uma solução. O chamado Estado Novo destruiu bandeiras e braços estaduais, rasgou partituras de hinos, para que subsistissem apenas o auri-verde pendão, a estrela republicana e o hino nacional. O resultado é conhecido: a redemocratização do país restabeleceu bandeiras, braços e hinos. Para que hostilizá-los?

O melhor combate aos regionalismos é a educação cívica da juventude. Não a dos livros. Uma educação cívica prática.

Ja ensaiamos mostrar o que ocorre na formação dos militares. Estendamos a todos esse amalgamento: as embaixadas estudantis, as colônias de férias, as viagens de turismo, são algumas das muitas formas de fazer com que brasileiros de uma região conheçam e apreciem outras, aprendendo a amá-las e encará-las como sua terra também. A mentalidade do indivíduo se forma na juventude. É nessa época, portanto, que se cristalizam os complexos regionalistas, e é nessa oportunidade que devemos intervir, inteligentemente, desenvolvendo no jovem a mentalidade nacional para que sobrepuje à regional. A mocidade que daí advirá, aceitará mais fácil e naturalmente um processo de redivisão. Talvez mesmo empenhe o ardor de sua ação, tão próprio dos moços, no apoio à idéia, que sofrerá as impugnações, oposições e mesmo resistência das populações, especialmente, estejamos certos, as das grandes capitais e principais cidades dos Estados a alterar.

É também alegada a inoportunidade do alvitre devido às agitações políticas e ao colapso econômico

que têm entre nós foros de cronicidade.

A primeira peca por imperfeição de dialética. Não sofremos de agitação política. Somos uma república jovem, ainda distante de completar o seu primeiro século de existência, mas que parece já ter vencido o ciclo revolucionário, sem sofrer as desagregações que sacudiram as demais irmãs americanas. Isso, repitamos, constituiu verdadeiro milagre.

Existe a ameaça das ideologias exóticas, no momento representadas pelo comunismo. Não vemos porém de que maneira poderiam os eternos descontentes marxistas perturbar os entendimentos necessários à boa marcha do processo divisionista. Certamente tentariam fazê-lo, por meio de intrigas e calúnias, método tão do seu agrado. No entanto, se houver elevação de princípios e superior determinação na condução dos trabalhos, não serão os seus arroganhos e rosnidos que os irão deter.

Quanto às dificuldades financeiras, é preciso que se não as encare com vidros de aumento. Por certo que se não fará obra de tal vulto sem enfrentar alguns ônus pesados. Mas se for adotado algum dos planos estudados (e existem diversos), com aproveitamento do que já existe organizado, as despesas deverão ser do tipo das que se seguem:

- Estudos para localização de algumas capitais de Estados e Territórios;
- Construção dessas cidades, ou melhor, da instalações necessárias ao governo e serviços públicos;
- Construção de estradas de ferro e de rodagem, aeródromos e portos indispensáveis;
- Transferências e instalações de governos.

Está visto, pelo relacionamento, que a grande remodelação, é, na realidade mais barata do que parece a princípio. Só alguns territórios, dos mais remotos, necessitarão de que se lhes construa capitais, e estas, é óbvio, serão de início localidades modestas, como o são as sedes dos atuais territórios existentes. Os Estados, também é óbvio, aproveitarão cidades já existentes, sejam capitais já instaladas, sejam outras, escolhidas entre as melhores e mais adiantadas, o que, por certo, virá reduzir de muito o vulto das obras a realizar. Para os serviços públicos bastarão talvez simples ampliações.

As estradas, quer de ferro, quer de rodagem, os portos e aeródromos, deverão, em princípio, serem os mesmos dos planos federais e estaduais vigentes, acrescidos apenas dos que se evidenciarem mais necessários, o que nada mais é que a própria evolução dos citados planos.

Quanto às transferências de governos, arrumações territoriais, reorganização de serviços, etc., pode ser feita por etapas, progressivamente. Dentro de uns poucos anos poderia estar o país redividido, caminhando tranqüilamente através de uma nova fase de seu desenvolvimento, para o alto destino que é lícito esperar-se de sua grandeza, das riquezas que encerra, do valor de seus filhos.

Nos, militares, estamos, por nossa formação, pela decisão com que enfrentamos os problemas que nos são propostos; pelo amor que dedicamos à nossa terra, capacitados a tomar sobre os ombros esta grande obra do soergimento do nosso país. Pugnemos pela redivisão territorial do Brasil!

Voltaremos ao assunto, comentando um plano de redivisão.

I CONGRESSO FLORESTAL BRASILEIRO

Promovido pelo Instituto Nacional do Pinho, realizar-se-á, em setembro próximo, êsse importante certame, na cidade de Curitiba

Promovido em colaboração com a Comissão de Comemorações do Centenário do Paraná, realizar-se-á, em Curitiba, de 13 a 19 de setembro próximo, o I Congresso Florestal Brasileiro, sob o patrocínio do Instituto Nacional do Pinho.

Reveste-se êsse certame de extraordinária importância e de rara oportunidade, por isso, colocado o Paraná no centro geográfico da ocorrência da Araucária, a sua repercussão deverá ser inusitada dado o cunho solene dos festejos comemorativos que terão como teatro a capital paranaense.

Os trabalhos preparatórios do conclave estão a cargo de uma Comissão nomeada pelo Presidente do Instituto Nacional do Pinho, a qual elaborou o seguinte e interessante temário: "I — *Ciência Florestal*: a) Valor e utilidade das florestas. Sua influência sobre a humanidade; b) A Floresta como fator fundamental de equilíbrio climático. Conservação de solos. Preservação da fauna. Regularização de mananciais e de cursos d'água; c) Conservação e preservação de florestas. Práticas culturais. Renovação e restauração natural. Florestamento e reflorestamento; d) O reflorestamento de aplicação industrial: — estudo de espécies adequadas. Sua execução por entidades particulares e oficiais; e) Defesa das florestas: — combate a incêndios, controles de pragas e doenças; f) Ecologia florestal: — estudo do meio ambiente. Aclimação e introdução de espécies exóticas. Intensificação no conhecimento das espécies nativas; g) Dendrologia: — estudo das espécies florestais. Aplicações industriais; h) Tecnologia florestal. Utilização racional das madeiras e outros produtos; i) Técnica florestal: — mapas fitogeográficos, levantamentos fitossanitários e botânicos. Dendrometria. Terminologia florestal. II — *Economia Florestal*: a) A indústria madeireira sob seus diversos aspectos; b) Formas de exploração racional das florestas: — exploração contínua e intermitente; c) Aproveitamento de produtos e subprodutos. Celulose e plásticos; d) Planejamento de indústrias com base em madeira; e) Custo da produção: — transporte, beneficiamento e mão-de-obra; f) Renovação do parque industrial; g) Indústrias subsidiárias: — colas e resinas, vernizes, óleos essenciais. Preservativos; h) Combustíveis; i) Mercados; j) Armazéns gerais — investimentos; l) Financiamento. III — *Política Florestal*: a) Legislação Florestal; b) Defesa florestal; c) Convênios comerciais; d) Facilidades alfandegárias para a importação de máquinas e equipamentos industriais; e) Cadastro florestal e das indústrias correlatas; f) Classificação e padronização da madeira, sua fiscalização; g) Defesa dos interesses da classe e da produção madeireira; h) Ação do I.N.P. nos diversos setores: — industrial, comercial e florestal; i) Parques florestais; j) Fomento florestal, com espécies industriais."



EXPANSÃO DE VOLTA REDONDA

Pelo General **SILVIO RAULINO DE OLIVEIRA**,
Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional.
Transcrito, "data vênica", da "Revista do Clube
de Engenharia", de janeiro de 1953.

No rápido processo de crescimento que experimenta o Brasil, nos últimos anos, é o aumento de consumo de aço um dos índices mais expressivos. A utilização do metal básico pelas indústrias de transformação, acionadoras do progresso nacional, passou de 387.000 toneladas, média de consumo do triênio 37-39, para a absorção de um milhão e duzentas mil toneladas, que é em quanto se estima o consumo atual, sendo certo que mais aço seria consumido se possível nos fôsse produzi-lo ou importá-lo em quantidades maiores.

A análise deste aumento vertiginoso de consumo de aço, indicativo do ritmo de industrialização do Brasil, induz-nos, entre outras, a duas observações particularmente interessantes: A primeira é de que a produção nacional passou a preponderar sobre as compras ao estrangeiro, apesar do aumento de cerca de quase quatrocentos por cento do consumo, e a segunda é a de que o crescimento do con-

sumo e desta participação nacional acentua-se a partir de 1946, quando entrou a operar a Usina de Volta Redonda.

Realmente, se atentarmos para as cifras estatísticas, verificaremos que, já em 1947, a produção nacional subia a 386.971 toneladas de lingotes de aço, mais da metade do consumo do país, que foi de 779.000 toneladas. Em 1945, sem Volta Redonda, portanto, o país produzia apenas 205.945 toneladas. A participação da grande usina, no ano citado de 1947, fôra de 144.879 toneladas de lingotes, e daí em diante, cresceria sempre, numa escala muito superior à dos demais produtores, de sorte que, no ano passado, a produção total do país somou 841.781 toneladas de lingotes, das quais 465.032 toneladas produzidas em Volta Redonda.

Esta posição de liderança assumida por Volta Redonda, resultante inequivocamente do êxito de suas operações, modificou de modo

sensível o panorama siderúrgico brasileiro. Estimulada pela presença da matéria-prima em quantidades e qualidades suficientes, mesmo quando surgiram dificuldades para a importação, desenvolveu-se o parque industrial, não apenas o que emprega diretamente os produtos de aço, mas também o da química, que utiliza os subprodutos da destilação do carvão, dado que Volta Redonda é a única usina em nosso país a produzir o minério de ferro com o emprêgo do coque metalúrgico.

Verificou-se, entretanto, um fenômeno de ordem econômica próprio dos países em rápida industrialização, que foi o crescimento maior dos meios de consumo sobre os de produção. E Volta Redonda, apesar de produzir continuamente mais, mercê do positivado de eficiência industrial, viu-se forçada a adotar um regime de racionamento de seus produtos, atribuindo quotas a seus distribuidores e aos consumidores industriais, tanto mais porque a situação cambial, impondo restrições às importações, originou real escassez de produtos de aço, escassez que tem contido o consumo, o que vale dizer, limitado o progresso da indústria de transformação.

Vigilante na observação do papel que lhe incumbe na economia nacional, e em consequência das condições do mercado, a direção da C.S.N. sentira, já em 1948, a necessidade de considerar o planejamento da expansão da Usina de Volta Redonda, especialmente por ser a linha de seus produtos diferentes da do restante da produção do país, não havendo concorrência da fabricação, sendo necessário importar o excedente do consumo sobre a produção da grande usina.

Minuciosos estudos foram então realizados, concluindo pela imprescindibilidade de ser aumentada a produção para 700.000 toneladas anuais de lingotes. Para a consecução deste objetivo, considerando-se o aproveitamento máximo do equipamento atual, do equilíbrio econômico entre as diversas unidades da Usina, a possibilidade de futuros aumentos, um investimento

mínimo e redução nos custos unitários de produção, chegou-se a um projeto que, em linhas gerais, prevê um novo alto forno, mais dois fornos de aço, vinte e um novos fornos na coqueira, aumentos parciais em diversos departamentos da laminação, inclusive criação de nova linha de estanhamento eletrolítico, aumentos também parciais nos equipamentos de transporte interno, dos laboratórios metalúrgicos, das oficinas de manutenção, reparações elétricas e mecânicas, e criação de uma unidade nova, a fábrica de estruturas de aço, além de novos equipamentos para maior extração e transporte de minério e carvão, e beneficiamento deste último.

A realização deste projeto, ora em curso, levou-nos a adotar uma solução financeira dividida em duas partes: a primeira constante de recursos em dólares, obtida através do empréstimo com o Export and Import Bank, no valor de 25 milhões de dólares, a prazo longo e juros de 4% ao ano, com garantia do Governo, destinada ao custeio do equipamento fabricado nos Estados Unidos; a segunda em cruzeiros, para aplicação em serviços e obras em Volta Redonda e demais setores, no valor de quinhentos milhões de cruzeiros, obtida por aumento de capital da C.S.N. neste valor, prontamente integralizado.

O ANDAMENTO DAS OBRAS

Volta Redonda está agora crescendo.

Um longo e árduo caminho foi percorrido desde quando iniciamos o estudo da primeira expansão e, por certo, muito ainda nos falta caminhar. Esperamos, contudo, que, no próximo ano, Volta Redonda tenha em funcionamento o Alto-Forno n. 2, os novos fornos de aço e demais equipamentos que lhe permitirão atingir 700.000 toneladas de produção anual.

No dia 21 de outubro foi concretada a base do segundo Alto-Forno, cujas primeiras peças começam a chegar, fabricadas com o próprio aço da usina enviado à Chicago Bridge and Iron Co., em

vista da dificuldade em que se viu esta empresa de nos entregar o equipamento encomendado por falta de aço decorrente da greve que paralizou a indústria siderúrgica americana, no começo deste ano.

Esta operação, que consumiu trinta e sete horas e meia de trabalho contínuo e que se torna ainda mais interessante pela massa de material empregado, tem servido para nós como marca simbólica do ritmo das obras.

No panorama das usinas siderúrgicas, o alto-forno é sempre a unidade predileta dos metalurgistas para ser tomada como expressão de sua grandiosidade. Daí a natural emoção que cerca sempre tudo quanto se relaciona com o alto-forno. A concretagem da base da nossa segunda unidade deste tipo ofereceu maior motivo de interesse por ser ela de capacidade de produção superior à da primeira em duzentas toneladas diárias de gusa.

Para sermos sistemáticos, entretanto, detalhemos os trabalhos, principiando pela coqueira.

Equipada atualmente com cinquenta e cinco fornos, a coqueira de Volta Redonda produz diariamente 1.110 toneladas de coque. A expansão dar-lhe-á mais vinte e um fornos, indispensáveis à produção de 1.500 toneladas as exigidas pelos dois alto-fornos. Ao findar o mês de novembro, o trabalho das fundações estava 82 % completo, pronta a tubulação de 30" coletora de gás na base da bateria, assentada e em início de soldagem a tubulação de 50" para o gás proveniente do alto-forno, prontas as fundações para a chaminé e resfriador final, além de outros trabalhos secundários.

Concretada a base do segundo alto-forno, como já disse, procedemos aos trabalhos restantes das fundações para o captador de pó, casa de corrida, tubulações, etc., estando programado para dezembro o início da elevação das primeiras chapas do forno propriamente dito.

Atualmente, a produção média diária do Alto-Forno n. 1, é de 950 t/dia ou 346.000 t/ano. O

Alto-Forno n. 2, elevará a produção de gusa a 750.000 t/ano. Todavia, para o programa considerado pelo projeto da primeira expansão, não serão necessárias mais de 559.000 t/ano, incluindo nesse total 39.000 t/ano de gusa em lingotes para reserva e 15.700 t/ano para a fundição, trabalhando-se portanto a 80 % da capacidade da unidade.

A primeira vista, parecerá exagerada, por conseguinte, a capacidade do Alto-Forno n. 2. Isto não se dá, contudo, na verdade, porque a Usina de Volta Redonda poderá expandir sua produção a um milhão de toneladas de lingotes de aço por ano, com o aproveitamento precisamente dos 20 % de capacidade da produção de gusa que, no momento, não serão empregados. Isto representa, aliás, um dos itens dos estudos já prontos e submetidos à alta consideração do Exmo. Sr. Presidente da República, estudos que chamamos comumente o "Plano do Milhão".

É de assinalar que a previsão de aumento da usina, na época de sua construção, permitirá que o equipamento do Alto-Forno n. 2 seja bem menor do que o do n. 1, pois há equipamentos comuns. Não obstante, novos regeneradores, coletor de pó, precipitadores e lavadores de gás estão sendo instalados.

Na aciária, onde dois novos fornos virão juntar-se aos quatro (três fixos e um basculante) existentes, os trabalhos vão bem adiantados, estando prontas as paredes do n. 5 e preparadas as formas e armações para o n. 6. Mais de cinquenta por cento do trabalho geral das fundações está pronto e levantam-se as colunas para o edifício.

Setenta mil toneladas de aço fluirão anualmente dos seis fornos, cinco deles com a capacidade de 200 toneladas por corrida e apenas um (o basculante) mantido em 180 toneladas por impossibilidade básica de aumento, permitindo uma produção de meio milhão de toneladas de produtos laminados. Receberá a aciária, para isto, mais um misturador de gusa quente, de 800 toneladas, acompanhado do equi-

pamento acessório que consiste de duas caldeiras, duas painéis de 100 toneladas para metal quente, trinta carros de lingoteiras, trinta carros de carga e uma ponte rolante.

A fim de se capacitar à produção citada, a Laminção será provida de dezesseis novos fornos de recosimento, cuja instalação prossegue satisfatoriamente, um laminador quebrador de carepa, para melhorar o acabamento dos produtos e diminuir o consumo de cilindros dos laminadores, serras e tesouras e um segundo leito de resfriamento de trilhos e perfis.

Ponto importante a destacar é o que diz respeito à linha de folhas de flandres. Para atender às demandas do mercado e atingirmos a produção de 100.000 toneladas anuais, será instalado equipamento para estanhagem por processo eletrolítico, o que possibilitará a fabricação de folhas mais leves, além da de 107 libras atualmente produzida, por processo mais econômico no consumo de estanho.

Para a Fábrica de Estruturas de Aço, única unidade inteiramente nova no projeto de primeira expansão, levantam-se já todas as colunas e vigas, enquanto prossegue o assentamento das tesouras do edifício.

Ao mesmo tempo em que tais atividades se desenvolvem em Volta Redonda e setores, compreendendo ainda o vasto material de transportes, laboratórios, máquinas e ferramentas para as oficinas de reparação e manutenção, etc., estamos recebendo as primeiras peças do equipamento encomendado nos Estados Unidos. E se os trabalhos puderem continuar no ritmo atual, não ocorrendo as interferências prejudiciais de demoras na entrega dos equipamentos e seu transporte, a partir de julho próximo teremos funcionando o Alto-Forno n. 2 e, em seguida, a parte de acréscimo das demais unidades, o que é muito importante para a economia nacional, tendo em vista os reclamos de aço por parte da indústria de

transformação e a nossa pequena capacidade atual de adquirir a matéria-prima siderúrgica no estrangeiro, nas quantidades necessárias ao excesso de consumo sobre a produção nacional.

Foi, aliás, tendo em conta precisamente este fato, que, embora não tendo levado a termo o programa de primeira expansão, passamos a considerar um outro, visando a elevar a produção de Volta Redonda a um milhão de toneladas de lingotes de aço por ano, incluindo-a assim, definitivamente, no rol das grandes concentrações siderúrgicas mundiais.

A necessidade de acompanhar o rápido progresso da indústria brasileira e a previsão das naturais demoras entre a preparação de um plano e a sua concretização, levaram-nos a sugerir ao Exmo. Sr. Presidente Getúlio Vargas, em 27 de outubro de 1951, a consideração de um projeto que denominamos "Plano do Milhão".

FABRICA BANGU

TECIDO PERFEITO
FIRMEZA DE CORES
LINDOS PADRÕES
DURABILIDADE

BANGU

EXIJA NA OURELLA

BANGU - INDUSTRIA BRASILEIRA

PREFÁCIO AO CÓDIGO DE HONRA DA A. M. A. N.

Aspirante SADY FIALHO FAGUNDES

A vida ideal e legítima de uma coletividade é aquela em que há harmonia, ordem e sobretudo unidade de princípios.

A harmonia é a beleza, a homogeneidade do conjunto. A ordem é o respeito à voz da consciência coletiva. A unidade de princípios é a soma das idéias comuns aos indivíduos da coletividade, é a inteireza do pensamento coletivo tomada como norma de procedimento.

Esta reunião de pensamentos diferentes, que constitui a unidade de princípios, é básica, porque a sua função é orientar cada indivíduo. Dela dependem a ordem e a harmonia. E para que esta dependência seja honesta, é mister que seja justa e completa. Para isto, deve ser formada de todos os pensamentos que cada indivíduo pode ter acerca de cada fato, quando tais pensamentos são aceitos pela coletividade.

Ora, os pensamentos e as idéias são produtos das circunstâncias particulares que presidem aos acontecimentos. Cada indivíduo tem, por isso, um modo diferente de ver e sentir as mesmas coisas.

Assim, não conseguiríamos conciliar as diversas opiniões e consequentemente, a unidade de princípios pecaria por excesso de matéria, sendo completamente inexecutável. Seria, em outros termos, extensa e redundante.

A solução perfeita, ou mais exata possível, já que em problemas de ordem social a pesquisa do legítimo, do verdadeiro é difícil, exigiria da coletividade um juízo unânime para cada fato, o que não é fácil, pois cada um vê as coisas a

seu jeito, como já dissemos, e tanto assim é que, se algo justifica as diferenças de opiniões, outra coisa não é senão o se aterem os indivíduos aos pontos diferentes do mesmo caso.

A realidade fica, desse modo, muito aquém da teoria, das concepções. Não há aproximação intransigentemente defensável à análise cuidadosa. Convém, então, que se conceitue em outras palavras a noção da vida em coletividade, sem cometer a injustiça de lançar à discórdia a prática e a teoria, a realidade e a concepção.

Dos muitos juízos, atinentes a isso, que podem surgir, um há que nos parece justo e honesto. Se não o é, tem ao menos uma gota de verdade, que o torna aceitável. A vida do homem na coletividade é um rosário perene de renúncia e abnegação.

A renúncia torna-se imprescindível à coexistência da harmonia e da ordem. Ela restringe a liberdade individual ou limita a elasticidade do espírito, educando-o no sacrifício, ditando o procedimento de cada um.

As opiniões individuais curvam-se, assim, ante a majestade das opiniões oriundas da coletividade. E o indivíduo tem, muita vez, de ajuntar seu pensamento às idéias dominantes. Nem sempre se pode satisfazer o desejo de cada um, mas o comum a todos o podemos facilmente. Para isto é que há mister renúncia e abnegação. Contrariando-nos, educamos o espírito; amenizando o rigor das nossas convicções, demonstramos inteligência.

E a natureza sábia, perfeita, dá ao homem a sua lição máxima: abundância de oportunidade para aumento de educação. Bem andariam, e avisado seria que todos bem andassem, os que a soubessem compreender. O lugar de quantas críticas inúteis não tomaria uma meditação profunda? O Homem, todavia, prefere vender os olhos à evidência a aceitá-la. Eis porque a educação espiritual ladra aos calcanhares da intelectual.

Mas isto foi apenas um descanso. Voltemos ao caminho.

Ao conjunto das normas sociais de procedimento ditadas pela consciência coletiva chamamos *Código de Honra*.

O Código de Honra é, assim, uma coleção de princípios elevados de moral, oriundos da coletividade e aos quais ela se subordina intencional e espontaneamente.

O Código de Honra é uma necessidade, mas não é uma imposição, pois ninguém pode obrigar qualquer a ser honrado. Ele deve, antes, brotar com a espontaneidade muito da semente lançada em terra fértil.

Para avaliá-lo, é preciso análise, estudo, meditação. É necessário que se conheça a coletividade nas suas características fundamentais, levando-a ao todo de que é parte, observando-lhe o nível moral, social, intelectual, pois cada fato traz consigo uma história resumida do meio em que se deu.

É mister, por isso mesmo, que todos os atos tenham em si as virtudes iminentes da coletividade. Eles devem ser iguais uns aos outros como os átomos da matéria.

Em essência, não devem diferir nem constituir privilégio deste ou daquele indivíduo. Qualquer tem graves responsabilidades e não pode fazer periclitar o conceito coletivo com deslizes individuais.

O homem não tem direito de deixar transparecer a razão de outro um conceito errado da socie-

dade ou família a que pertence, ou melhor, o indivíduo de uma coletividade não pode prejudicar o juízo feito por estranhos, ou ainda, não pode deixar que dos seus se faça conceito improbo ou diferente.

O homem, esteja onde estiver, venha donde vier, é sempre um produto do meio que o formou, é a célula da sociedade em que viveu. O homem é uma miniatura do ambiente em que se desenvolveu e, como ela, contém as infimas minúcias do seu próprio meio. Em cada instante, ele está sempre a mostrar a educação que recebeu. Um gesto, uma palavra, uma atitude bastam para que o qualifiquemos, pois, nós mostramos o que somos pela nossa palavra, pelos nossos atos. O nosso íntimo atraiçoa-nos, quando contrariamos velhos hábitos. Dificilmente conseguiremos parecer em público o que realmente não somos na intimidade. O estilo é o homem, disse Buffon para a eternidade.

A modéstia reclama o íntimo, a vaidade o público. A modéstia aprimora, a vaidade diminui. A modéstia santifica, a vaidade condena.

O homem é o que é a sua intimidade. Venerando-lhe a simplicidade mas desprezando-lhe o orgulho, exaltamô-lo a ser externamente um reflexo do seu interior.

O cadete é um homem. Um homem que tem na sua vida íntima os sonhos mais agigantados, muita vez, incompreendidos. Sob a bandeira da mocidade ele apresenta um idealismo sem par, próprio dos espíritos juvenis, sonhadores e por isso mesmo belo.

Nunca se esqueçam dos sonhos de cadete! Nunca se escondam atrás da experiência, pois ela mata, muita vez, o idealismo cristalino!

Como cadetes nos lembramos de colecionar pontos de honestidade. Como cadetes pretendemos canoizar um *Código de Honra*.

NOTÍCIAS DIVERSAS

Combatamos sem descanso o pessimismo. Não velamos apenas os nossos defeitos, que também outros povos igualmente possuem: fortalecemos a fé em nossa capacidade de realização, repetindo a cada passo o muito que já conseguimos produzir e que as estatísticas proclamam: criemos a consciência nacional de que já somos uma grande nação e de que seremos incomparavelmente maiores em próximo futuro, graças ao trabalho e aos imensos recursos de que poderemos dispor.

WALDEMIRO POTSCHE

● A futura Capital Federal

Atendendo a imperativo constitucional e a dispositivos de lei ordinária pertinente à matéria, o Presidente da República assinou decreto criando uma comissão especial para incumbir-se dos estudos definitivos destinados à escolha do sítio onde deverá localizar-se a futura Capital Federal.

O referido órgão ficará diretamente subordinado ao Ministério da Viação e terá ainda as seguintes atribuições: realizar estudos definitivos sobre as condições de abastecimento de água e energia elétrica à nova Capital; promover reconhecimentos sobre o estabelecimento do sistema rodo-ferroviário que deverá ligar a futura Capital a todas as unidades federativas, com sua adaptação ao Plano Geral de Viação Nacional; efetuar o estudo definitivo das vias de transportes necessárias à concretização da mudança da Capital para o local a ser escolhido; elaborar o plano de desapropriação das áreas necessárias à localização da futura Capital, bem como o seu programa urbanístico; e, finalmente, promover os levantamentos e estudos preliminares exigidos pela mudança do Governo da República e pela transferência do funcionalismo federal para a nova Capital.

Estatui ainda o decreto que o exercício das funções de Presidente e membro da Comissão de Localização da Nova Capital Federal constitua serviço público relevante e, como tal, será inteiramente gratuito, assegurando-se, porém, e unicamente, aos funcionários o pagamento de diárias de viagem em objeto de trabalho, nas bases das concedidas ao funcionalismo federal, em circunstâncias análogas.

Desde que conveniente e mediante prévio ajuste, poderá a referida Comissão, por ato de seu Presidente, constituir sub-comissões técnicas, bem assim solicitar o concurso de pessoas ou de entidades especializadas, incumbindo-as da realização de serviços de campo, pesquisas, levantamentos, elaboração de mapas, plantas, desenhos e quaisquer outros trabalhos que se tornarem necessários e não puderem ser feitos pelos órgãos governamentais.

A Comissão poderá contar com a cooperação de todas as repartições federais, autarquias e entidades paraestatais, inclusive no que diz respeito à execução de trabalhos técnicos.

Determina ainda o decreto que todas as despesas da nova Comissão, inclusive as decorrentes do pagamento de passagens e diárias a seus componentes, correrão à conta de crédito especial a ser aberto em

virtude da autorização constante da Lei n. 1.803, de 5 de janeiro do corrente ano.

Finalmente, prescreve que o encaminhamento, ao Ministro da Viação, dos resultados definitivos dos estudos sobre a mudança da Capital Federal deverá ser feito até 31 de dezembro de 1955. Enquanto, todavia, durarem os trabalhos da Comissão recém-criada, caberá ao seu Presidente enviar, trimestralmente, ao Ministro da Viação um relatório sucinto das atividades do citado órgão.

Por outro decreto, o Presidente da República nomeou os componentes da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, a saber: Presidente, Wagner Estelita Campos, Técnico de Administração do Quadro Permanente do D.A.S.P.; Membros: Tasso da Cunha Cavalcanti, representante do Ministério da Justiça; Capitão de Mar e Guerra Paulo Bosísio, representante do Ministério da Marinha; Coronel Aureliano Luís de Farias, representante do Ministério da Guerra; Jorge D'Escragnolle Tournay, representante do Ministério das Relações Exteriores; Ademir Barbosa de Almeida Portugal, representante do Ministério da Fazenda; Flávio Vieira, representante do Ministério da Viação; João Castelo Branco, representante do Ministério da Agricultura; Paulo de Assis Ribeiro, representante do Ministério da Educação; Valdir Niemeyer, representante do Ministério do Trabalho; Coronel Júlio Américo dos Reis, representante do Ministério da Aeronáutica; Coronel Pedro da Costa Leite, representante do Conselho de Segurança Nacional; Jerônimo Coimbra Bueno, representante do D.A.S.P.; e Capitão Mauro Borges Teixeira, representante do Estado de Goiás.

• Urgência para a conclusão das obras de aproveitamento de Paulo Afonso

O Presidente Getúlio Vargas exarrou o seguinte despacho em Exposição de Motivos do Ministro da

Fazenda sobre as obras da Usina de Paulo Afonso:

"As obras de aproveitamento de Paulo Afonso não devem encontrar nenhum embaraço, pela sua alta prioridade entre os grandes empreendimentos nacionais. Nem mesmo devem ser interrompidas com a conclusão da primeira etapa. O custo do KW instalado e a tarifa por KWh serão decrescentes à medida que se instalem unidades adicionais e não há perspectivas de saturação do consumo de energia, sobretudo enquanto perdurar a escassez no sul do País e, dessa forma, se abrir a oportunidade de uma saudável descentralização industrial, em benefício do Nordeste e do desenvolvimento equilibrado da economia nacional.

Reitero assim a orientação já firmada desde começo de 1952. Desta maneira, aprovo o que solicita a Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

Além das medidas, já em curso, para a instalação do 3º gerador de 60.000 KW, aprovo a construção da Subestação de Catu e linhas subsidiárias, ligando à rede de Paulo Afonso o sistema industrial do Petróleo e Alagoinhas e outros centros do interior bahiano; e ainda o início da construção da segunda casa de máquinas, que possibilitará ampliar a capacidade gerada para até 360.000 KW em 1956 ou 1957, conforme as solicitações da demanda, antecipando-se, como é preciso, ao plano inicial da Companhia.

Aprovo outrossim a atualização do esquema financeiro relativo à conclusão da 1ª etapa e à realização das medidas acima, correspondentes às 2ª e 3ª etapas.

Na forma do parecer do Sr. Ministro da Fazenda e reiterando despacho anterior, aprovo a concessão de empréstimo de Cr\$ 300.000.000,00 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, incluindo o adiantamento que se faz necessário imediatamente para que o ritmo dos trabalhos não seja perturbado, visto que já aplicou a Companhia o capital resultante da verba cons-

tante do orçamento da União para 1953. O financiamento adicional deve ser realizado como indica o Ministro ou pelos recursos do Fundo Federal de Eletrificação, cujo projeto encaminhei ao Congresso".

O Presidente Getúlio Vargas, desde 1951, vem recomendando o aceleramento do programa de realizações governamentais em Paulo Afonso. Dentro desse ponto de vista, determinou fossem adiantados todos os recursos financeiros necessários ao andamento dos trabalhos. Recursos que ultrapassavam as próprias dotações orçamentárias do Plano Salte foram concedidos, inclusive por conta de orçamentos futuros. Até o ano passado já haviam sido aplicados em Paulo Afonso centenas de milhões de cruzeiros, assim distribuídos:

1948, 31.791.124,90; em 1949, 102.338.797,60; em 1950, 159.807.121,10; em 1951, 311.723.896,20; e em 1952, 253.020.404,80.

A execução das obras não tem sofrido a menor solução de continuidade, ao contrário, vem o Governo se antecipando na sua efetivação. Antes mesmo de concluída a primeira etapa dos trabalhos, já o Presidente Getúlio Vargas determinou providências para que fosse atacada a segunda etapa e, como vemos pelo despacho ora exarado na exposição do titular da Fazenda, iniciam-se as medidas para a terceira etapa.

Já em janeiro do ano passado o Chefe do Governo autorizara a encomenda do terceiro gerador para a Usina, e em junho do mesmo ano aprovara os estudos da Comissão Mista para a segunda etapa e extensão da linha de Cariri e do Rio São Francisco.

Cuida-se agora de instalar o terceiro grupo na usina, ampliar as subestações primárias, instalar nova subestação na região de Catu, na Bahia, e do correspondente sistema secundário de transmissão. E mais ainda: proceder à excavação da segunda Casa de Máquinas e execução das obras complementares (tomada d'água, túneis

de adução, túneis de descarga, poços de acesso, etc.).

Para a realização destes trabalhos é que o Presidente da República acaba de autorizar o indispensável financiamento, a fim de que não se retarde a conclusão da importante obra sobre a qual repousam as esperanças de todo o Nordeste brasileiro e mesmo de outras regiões do País, ora sob pressão de uma das mais sérias crises de energia já registradas entre nós.

● Chassis para ônibus construídos no Brasil

O Comandante Lúcio Martins Meira, Presidente da Subcomissão de Jipes, Tratores, Caminhões e Automóveis da Comissão de Desenvolvimento Industrial, não escondeu seu entusiasmo quando, em data recente, lhe foi apresentado no Pátio do Palácio do Catete, onde, também, serve como membro da Casa Militar da Presidência da República, um chassis para ônibus inteiramente construído no Brasil. Examinando detidamente o resultado dessa primeira experiência, nesse terreno, entre nós, que se constitui em fato sem precedentes na indústria nacional, recebeu o Comandante Lúcio Martins Meira minuciosas explicações dos representantes da empresa paulista que construiu o chassis em questão, protótipo de outros, que poderão ser fabricados no país, com o emprêgo de chapas da Usina Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda.

Este acessório, sobre o qual se assentam as carrocerias dos ônibus, travessas e longarinas, obedecem ao sistema tubular, dessa forma, tornar-se-ão mais leves que os que importamos do exterior, originando-se daí apreciável economia em pneumáticos e combustível. Esse fato, que representará, por certo, daqui há algum tempo, não mais precisarmos adquirir chassis para esse tipo de coletivo e, mesmo para caminhões, do estrangeiro, importará em apreciável economia de divisas.

O Comandante Lúcio Martins Meira comunicou a sua satisfação a várias personalidades que se encontravam no palácio do governo, entre as quais o Almirante Renato Guillobel, Ministro da Marinha, que fôra desoachar com o Chefe da Nação e o General Caiado de Castro, Chefe da Casa Militar da Presidência da República.

Cumpra salientar que dispensados da importação dos chassis para os nossos ônibus urbanos, dependeremos, contudo, de mandar trazer de fora, por enquanto, os motores e os grupos diferenciais. Quanto aos primeiros, reina fundadas esperanças entre os membros da Subcomissão de Jipes, Tratores, Caminhões e Automóveis, que estaremos em condições de fabricá-los, em diversos tipos, havendo, para os segundos, já no Brasil, toda a maquinaria precisa para sua fabricação, o que possibilitará, ainda em 1954, a desnecessidade de sua importação. Registre-se, ainda, que apenas com a construção do chassis no Brasil, podemos montar, aqui, um ônibus por um quarto do preço que ora por eles pagamos no exterior.

● Aprovado o Plano do Carvão Nacional

LEI N. 1.886 — DE 11 DE JUNHO DE 1953

Aprova o Plano do Carvão Nacional e dispõe sobre sua execução

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1. É aprovado o Plano do Carvão Nacional, consubstanciado nos empreendimentos constantes do Anexo n. 1 desta Lei e demais providências que ela menciona, e destinado a conjugar as atividades de produção, beneficiamento, transporte e distribuição do carvão nacional, a fim de ampliar-lhe a produção, regularizar o seu fornecimento, reduzir-lhe os preços e

melhor aproveitá-lo como combustível e matéria-prima.

Parágrafo único. O Plano do Carvão Nacional será completado, entre outras medidas, por outro de construção e equipamento de usinas termoeletricas, utilizando carvão nacional nos Estados onde se situam as jazidas desse combustível e junto às regiões de grande densidade de uso de energia elétrica, com o duplo objetivo de possibilitar melhor aproveitamento das fontes de energia hidráulica e de atender à eletrificação progressiva das vias férreas nacionais.

Art. 2º. Para custeio das despesas com a execução deste Plano, inclusive financiamentos a empréas privadas, é aberto o crédito especial de Cr\$ 955.000.000,00 (novecentos e cinquenta e cinco milhões de cruzeiros), que o Poder Executivo é autorizado a aplicar de acordo com o seguinte esquema:

	Cr\$
Exercício de 1953	200.000.000,00
Exercício de 1954	200.000.000,00
Exercício de 1955	200.000.000,00
Exercício de 1956	245.000.000,00
Exercício de 1957	110.000.000,00

Parágrafo único. Serão incluídas nos orçamentos anuais as dotações destinadas ao custeio dos empreendimentos constantes do Anexo n. 2, desta lei, essenciais ao Plano do Carvão Nacional, e para os quais já existe autorização na Lei n. 1.102, de 18 de maio de 1950.

Art. 3º. É o Poder Executivo autorizado a realizar operações externas de crédito, até o limite de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares), ou o equivalente em outra unidade monetária, para financiar, no exterior, as despesas necessárias à execução deste Plano.

§ 1º. As condições desse financiamento serão semelhantes às de operações análogas já contratadas ou garantidas pelo Governo Federal.

§ 2º. Poderá ainda o Poder Executivo, nesse limite, dar a garantia do Tesouro a operações de crédito de entidades públicas ou pri-

vadas para os objetivos consignados nesta lei, aprovada pela Comissão a que se refere o artigo seguinte.

Art. 4º. É criada uma Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional, direfamente subordinada ao Presidente da República e integrada por uma Diretoria e um Conselho Consultivo.

● Automóveis e material fotográfico de marcas alemãs fabricados no Brasil

Anuncia-se que o Brasil fabricará, dentro em pouco, com a colaboração alemã, automóveis populares da marca "Volkswagen", de quatro cilindros e capacidade de quatro passageiros. Os representantes da fábrica matriz inclinam-se para localizar a nova sucursal na região de Belo Horizonte, onde já estão se instalando as Usinas Manesmann, outra iniciativa alemã.

Anuncia-se, também, que a fábrica "Agfa" está trabalhando no sentido de montar grande fábrica de papel, chapas, filmes e todo o material necessário à arte fotográfica. A sucursal da "Agfa" seria instalada em São Paulo.

● Pôrto petroleiro no Rio Grande

O Diretor do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais comunicou ao Governador do Rio Grande do Sul a aprovação da concorrência para a construção de um pôrto petroleiro, naquele Estado sulino, no valor de 24 milhões de cruzeiros.

● Importantes declarações do presidente do Conselho Nacional do Petróleo

Uma ampliação extraordinária de exploração da área de exploração de petróleo, irá ocorrer nos próximos meses, com a execução de um vasto programa visando a perfuração de novos poços, a ampliação das refinarias existentes e

instalação de novas, além da extensão dos estudos e prospecções geológicas a regiões até então fora das nossas cogitações, declarou recentemente o Dr. Plínio Cantanhede, Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, ao focalizar os vários aspectos, atuais e futuros, de aproveitamento do "ouro negro" no Brasil, em face das extraordinárias perspectivas que abre a Petrobrás, encaminhando definitivamente essa magana questão de nossa vida econômica. E acrescentou:

Na realidade, não se pode mais protelar a solução que a nossa política petrolífera exige, como condição fundamental de nossa emancipação econômica. Pois se nós temos capacidade de produzir, nada há mais a adiar, cabendo-nos tão somente incrementar e ampliar o plano de trabalhos do Conselho Nacional do Petróleo, elevando-se a um nível que satisfaça às reais necessidades do consumo brasileiro.

Felizmente — acrescentou — estamos atingindo a última etapa vivida pelo projeto da Petrobrás, que no decorrer de um ano despertou e empolgou todos os círculos econômicos e sociais do Brasil, principalmente das duas casas do Legislativo, onde sofreu — após uma longa série de debates e controvérsias — apenas duas modificações que não vieram, evidentemente, alterar o seu sentido ou as linhas estruturais previstas. Agora, como se sabe, volta o projeto à Câmara Federal, que apreciará as emendas do Senado, rejeitando-as ou aceitando-as, para depois, já promulgada a lei pelo presidente da República, entrar na fase decisiva de aplicação.

Enquanto isso, como não poderíamos deixar de fazer, estamos realizando um plano de trabalhos que, sem nenhum favor, só eleva o conceito em que são tidos os nossos técnicos em petróleo, pela capacidade de realização que vêm demonstrando no comprimento das diretrizes do Conselho e às próprias exigências das riquezas que proporciona o "ouro negro" ao Brasil.

EXPLORAÇÃO INTENSA EM VÁRIAS REGIÕES

As dotações orçamentárias com que conta o Conselho, embora insuficientes, até o início de funcionamento da Petrobrás — continuou o Sr. Plínio Cantanhede — vêm permitindo um progresso acentuado nas pesquisas e explorações petrolíferas de várias regiões do país, visando atender, num tempo mais rápido possível uma grande percentagem do consumo nacional.

Assim, por exemplo, perfurações e pesquisas vêm se desenvolvendo, além do recôncavo baiano, área pioneira no país e que oferece, no momento, reservas calculadas em cerca de 60 milhões de barris, ultrapassando a tudo quanto o governo já dispendeu para perfurar e encontrar "ouro negro"; no Maranhão, São Paulo, Paraná e Bacia Amazônica. E mesmo no Estado da Bahia — acentuou — ampliamos em 80 quilômetros a área sedimentar e as prospecções, o que vem aumentar sensivelmente as nossas possibilidades reais. Passamos, assim, de há dois anos para cá, com o aumento das dotações e maiores possibilidades financeiras, para 50.000 km² de área descoberta, abrangida pelas perfurações, do total de 4.000.000 de quilômetros quadrados calculados em todo país.

Na Amazônia, ou na Bacia Amazônica, os trabalhos continuam e já realizamos outro furo, sem resultados positivos até o momento, mas que oferece fundadas esperanças de que, no futuro, grandes reservas serão ali armazenadas. Em Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Santa Catarina, etc., estão programados várias perfurações e estudos geológicos diversos, ampliando consideravelmente a área pesquisada.

Para se verificar o progresso extraordinário que registramos, principalmente nos últimos dois anos, bastaria compulsar os números que assinalam os trabalhos de produção em 1951, 1952 e 1953, que passamos, respectivamente, de 20, 40 e 60 mil metros de perfurações.

Para essa segunda fase em execução, prevemos um acréscimo para

250.000 metros, mobilizando assim mais 13 sondas que serão adquiridas nos próximos meses, perfazendo um total, com as existentes, de 30 máquinas em atividade.

MAIS REFINARIAS, EM SÃO PAULO E RIO

— Mais duas refinarias para São Paulo e duas para o Rio, serão instaladas com capitais privados, ainda este ano — afirmou o Sr. Plínio Cantanhede, acrescentando:

— Tais refinarias terão a produção de 10 mil barris diários, sem falar na de Mataripe e Cubatão, que depois das transformações que acabam de sofrer estão capacitadas a elevar a produção de 2.500 para 5.000 barris diários. Ou seja, sem qualquer exagero: 60 por cento da região baiana, e ainda Pernambuco e o norte de Minas são atendidos no seu abastecimento pelos nossos poços, os quais fornecem, ainda, com vantagem, óleos combustíveis e derivados da mais alta qualidade (ultragás e gás Esso, com emprêgo em larga escala).

Estamos ocorrendo, com orgulho, a 50 por cento do nosso consumo de combustíveis líquidos, e nos preparamos para ampliar essa capacidade produtiva, como verificamos de início.

Além disso — atendendo a uma emergência no abastecimento de eletricidade da Cidade do Salvador, até que chegue a energia da Paulo Afonso — estamos fornecendo gás natural através da Usina Térmica de Cotegipe, com reais vantagens e evitando graves prejuízos à vida daquela capital. Cerca de 8.000 "quilowatts" diários estão ali sendo utilizados.

Concluindo, informou ainda o Sr. Plínio Cantanhede:

— Só motivos, pois, de entusiasmo pode suscitar o trabalho que vem realizando o Conselho do Petróleo em todos os brasileiros, uma vez que se outro motivo não bastasse, aí estariam 248 poços perfurados, dos quais 210 de óleos e 24 de gás, concorrendo decisivamente para nossa libertação econômica, não obstante ainda entrar o petróleo com 12 por cento do total de nossas importações.

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firmas :

- A RENOVACÃO** — Magazin do Meier — Ribeiro de Faria & Pereira Ltda. — Avenida Amaro Cavalcanti, 73-77 — Meier — Fone: 29-8798.
- BRUNO SILVEIRA & CIA. LTDA.** — Fornecedores do Exército — Rua Teófilo Otoni n. 58 — Fone: 43-9205.
- COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DE TAUBATÉ LTDA.** — Rua Joaquim Távora n. 146 — Fone: 247 — Taubaté — Estado de São Paulo.
- IMPORTADORA DE MATERIAL AERONÁUTICO (IMATA) LTDA.** — Avenida Franklin Roosevelt n. 115-s/704 — Fone: 42-2389.
- JOALHERIA HERMAN** — Rua Dr. Garnier n. 390 — RIEIX — Fone: 48-8502 — Q.G. Tel. 43-8286 — Praia Vermelha — Tel. 26-0043.
- MALHARIA CLIPER LTDA.** — Rua Barbosa Lima, 283 — Juiz de Fora — Fone 454 — Minas Gerais.
- CIA. FIAÇÃO E TECELAGEM DE MALHA "ANTONIO MEURER"** — "Marangon" — Rua Espírito Santo, 529 — Juiz de Fora.
- CIA. INDUSTRIAL E CONSTRUTORA PANTALEONE ARCURI** — Casa fundada em 1895 — Rua Espírito Santo, 476 — Caixa Postal, 37 — Juiz de Fora — Minas Gerais.
- CIA. FIAÇÃO E TECELAGEM MORAES SARMENTO** — Caixa Postal, 47 — Tel. 1143 — Juiz de Fora — Minas Gerais.
- FERREIRA GONCALVES & CIA. LTDA.** — Artigos sanitários em geral e instalações sanitárias — Avenida Paraná n. 59 — Belo Horizonte — Minas Gerais.
- PRODUTOS ROCHE — QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A.** — Rua Morais e Silva, 30 — Rio de Janeiro.
- BANCO FINANCIAL NOVO MUNDO S.A.** — Matriz: Rua do Carmo n. 65 — Tel. 52-4013 — Agências: Rua Figueiredo Magalhães, 22 — Tel. 37-9223 — Rua 24 de Maio, 1357 — Tel. 49-2400.
- NEVES & CIA. LTDA.** — Armadores — Enderêço telegráfico: "NEVESCO" — Rua Braz Cubas, 17 — Telefone 2-6235 — Santos — Cuters: Flamengo e Itamaraty — Agentes em: Paranaguá, Antonina, São Francisco, Joinville, Angra dos Reis e Rio de Janeiro.
- CASA BANCÁRIA FAPO & CIA.** — Todas as operações bancárias e de câmbio — Sede: Rua 15 de Novembro, 80 — Telegramas "FARO" — Caixa Postal, 558 — Telefones 3218, 7696 e 7531 — Filial: Rua 15 de Novembro, 206 (Esq. Augusto Severo) — Telefones 2832 e 2021 — Santos.
- CASA HESPERIA LIMITADA** — Bar, Secção de Frios e Confeitaria — Telefone 2-3433 — Restaurante e Salão de Chá — Telefone 2-7610 — Praça Ruy Barbosa, 22-24 — Telegramas: "CONDOR" — Telefone 2-3433 — Santos



Noticiário de Interesse Militar

Fortalezas Voadoras para a F. A. B.

A Força Aérea Brasileira acaba de adquirir cinco "Fortalezas Voadoras B-17", de procedência americana, como decorrência do acordo militar firmado entre o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte. Essas possantes aeronaves serão utilizadas, principalmente, em virtude de convenção internacional, no Serviço de Busca e Salvamento, de responsabilidade da F. A. B.

Além dessa missão de grande importância, serão aqueles aviões usados no Serviço Aerofotográfico, para o qual estão os referidos aparelhos convenientemente equipados.

As B-17, adquiridas pela Força Aérea Brasileira, são os primeiros quadrimotores a serviço da F. A. B. e as mais indicadas para as missões a que se destinam. As Fortalezas Voadoras, agora incorporadas à nossa Força Aérea, custaram, aproximadamente, um milhão de dólares, sendo todas elas, inteiramente novas.

A aviação inimiga poderia penetrar as defesas dos Estados Unidos

No verão deste ano, oficiais das Forças Aéreas dos Estados Unidos se reuniram com os Diretores da Defesa Civil de 46 Estados e quatro territórios e passaram em revista detalhadamente, em forma confidencial, os esforços atuais para defender a América de um ataque inimigo de surpresa.

"Apesar da defesa do radar (no valor de 300 milhões de dólares), ao redor do perímetro da nação, existem brechas através das quais a aviação inimiga poderia penetrar nossas defesas sem ser observada", comentou-se na reunião.

É por isto que a América necessita de um total de 500.000 membros para o Corpo de Observadores Terrestres. Quase 200.000 se apresentaram como voluntários.

"O único meio prático de tapar as brechas de nossa defesa é mediante uma operação por voluntários civis durante as 24 horas do dia."

Por que não é suficiente a rede de radar americana?

As brechas existem por causa do princípio fundamental do radar: linha de visão reta e fracasso do mesmo para penetrar corpos opacos.

Cada montanha, cada colina constitui uma sombra atrás da qual a aviação inimiga poderá deslizar sem ser observada.

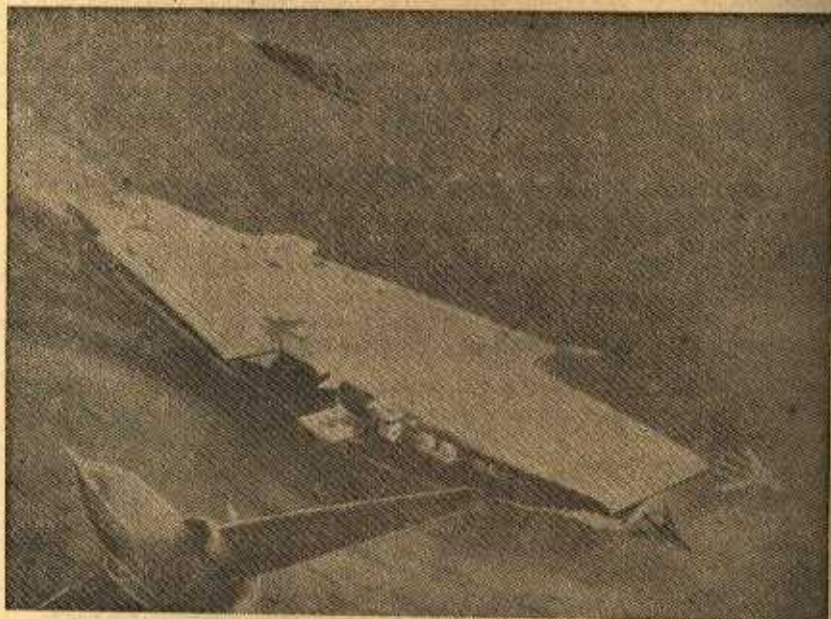
Num país perfeitamente plano, a curvatura da terra encurta o alcance efetivo. É também alarmante que o radar seja suscetível de produzir interferências ou perturbações com ondas estranhas.

Estes requisitos não podem ser cobertos pelo pessoal da Força Aérea por causa das despesas tremendas. É por isso que se necessitam de civis em 27 Estados da periferia, para guarnecerem as estações do Corpo de Observadores Terrestres, 24 horas por dia. Aqui se faz um trabalho crítico e patriótico que exige apenas poucas horas por semana de cada voluntário.

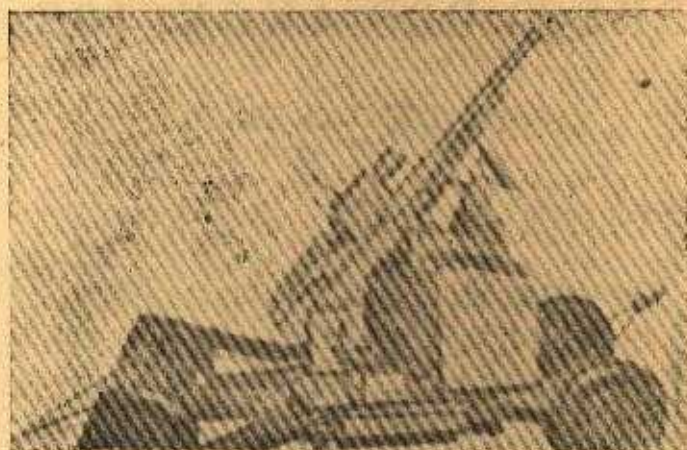
A Aviação também é parte importante de nosso sistema nacional de defesa. Três aeroplanos "Lockheed", último modelo, desempenham um papel importante. O "Super Constellation WV-2, avião prematuro de defesa, desenvolvido pela Armada e Força Aérea para estender o alcance do radar com um conceito de defesa nacional completamente novo.

Ainda, o "Neptuno" P2V, bombardeiro-patrolheiro da Armada, preparado pela Marinha para patrulhas anti-submarinas e proteção das águas costeiras e o "Starfire" F-94C, o primeiro interceptador automático para todo tempo, o qual realiza o trabalho final de elevar-se para o ataque a velocidades terríficas, localizar os inimigos e atacá-los com precisão superior à humana.

Quando os Estados Unidos tiverem todos os aviões e pessoal necessários, civis e militares, será difícil para a aviação inimiga penetrar em suas defesas. (Da "Revista Aérea").



Croquis do Forrestal, super-porta-aviões americano, de 60 mil toneladas, com 1.500 homens de equipagem e convés livre



Fotografia do extremamente secreto "Skysweeper", norte-americano, arma anti-aérea totalmente automática, de 75 mm de calibre, qualificada como "a resposta do Exército aos bombardeiros em voo baixo e em picada

Transporte em helicóptero

Estão se organizando, nos Estados Unidos, companhias de transporte equipadas com helicópteros especialmente projetados para operações de combate e apoio logístico.

Cada Cia. será dotada de 23 helicópteros, dois dos quais são os de comando e reconhecimento e os restantes (do tipo de caça ligeiro) são destinados para o transporte dos homens, equipamentos e abastecimentos.

Informa-se que estas Cias. facilitarão grandemente as operações de travessia de rios e outras especiais, tais como as realizadas na zona ártica, as anfíbias, as de montanha e as efetuadas nas selvas, nas quais os movimentos dos veículos enfrentam grandes dificuldades.

O tipo H-16, americano, com a cabine desprendível, tem capacidade para três ou quatro toneladas de carga ou para 70 homens.

**VALORIZE O SEU REBANHO, DANDO-LHE SAL. OS
ANIMAIS ALIMENTADOS COM UMA DOSAGEM RA-
CIONAL DE CLORETO DE SÓDIO PAGAM COM JUROS
AS DESPESAS QUE OCASIONAM**

(Instituto Nacional do Sal)

(N. 9)

ATOS OFICIAIS

Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do Ministério da Guerra,
publicados no mês de junho de 1953

AVISO N. 487 — EM 29 DE MAIO DE 1953

Tendo em vista o fiel cumprimento pelos órgãos deste Ministério, das disposições contidas no artigo 100 e seus parágrafos, do Decreto-lei n. 9.760, de 5 de setembro de 1946, dou por bem recomendada a observância das seguintes normas:

Os processos oriundos de consultas do Serviço do Patrimônio da União sobre a conveniência, ou não, para este Ministério, de concessão de aforamento de terrenos, deverão tramitar com a menção *Urgente*;

As autoridades informantes de tais processos deverão mencionar, ainda, em vermelho, a data em que expirará o prazo legal (30 dias) para o pronunciamento deste Ministério;

O pronunciamento do Ministério da Guerra será transmitido ao órgão consultante do Serviço de Patrimônio da União, através da autoridade militar a que se tiver aquêle dirigido;

Cabe a essa autoridade militar a iniciativa de, cinco dias antes de expirar o prazo legal (30 dias), se ainda não tiver retornado às suas mãos o processo com o despacho final, solicitar do órgão oficiante do S.P.U. a necessária prorrogação de prazo, e dar disso ciência, via rádio, ao Chefe do Gabinete Ministerial;

Cabe à autoridade militar que impugnar a concessão do aforamento

pleiteado, fundamentar, devidamente a impugnação — (a) *Cyro Espirito Santo Cardoso*.

• •

AVISO N. 488 — EM 30 DE MAIO DE 1953

1. De acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, ficam os Comandantes de Regiões Militares autorizados a aplicar o parágrafo único do art. 81, da Lei número 1.505, de 28 de março de 1952 (Lei do Serviço Militar), julgando da conveniência ou não de reservistas do Exército ingressarem como voluntários na Marinha ou na Aeronáutica.

2. Nas concessões a serem feitas deverão ser observadas as condições peculiares de cada Região Militar, as restrições do art. 107, da Lei do Serviço Militar e as qualificações militares de acordo com as necessidades — (a) *Cyro Espirito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 2-VI-53.)

• •

AVISO N. 495 — EM 2 DE JUNHO DE 1953

A Companhia do Q.G. da 1ª Região Militar, organizada de acordo com o Aviso n. 50-40-D-2-E, de 19 de março de 1953, passa a ter autonomia administrativa, de conformidade com o disposto no artigo 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado por

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Dr. Mauricio Joppert.
Dr. Nestor Duarte.
Dr. Pedro Calmon.
Dr. Vilhena de Moraes.
Gen. Bertoldo Klinger.
Gen. Felício Lima.
Gen. Raul Silveira de Mello.
Gen. Silvio Raulino de Oliveira.
Cel. Arold Ramos de Castro.
Cel. E. Garcia.
Cel. J. de Oliveira Paredes.
Ten.-Cel. Floriano Möller.
Ten.-Cel. Jair J. Ramos.
Ten.-Cel. Nelson Rodrigues de Carvalho.
Ten.-Cel. Paulo E. F. Silva.
Major A. Correia Lima.
Major A. V. Paiva.
Major Carlos A. Fontoura.
Cap. G. F. Castro.
1º Ten. Augusto P. Secundino.
Asp. S. Fialho Fagundes.

EX-LIBRIS



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 15,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1953